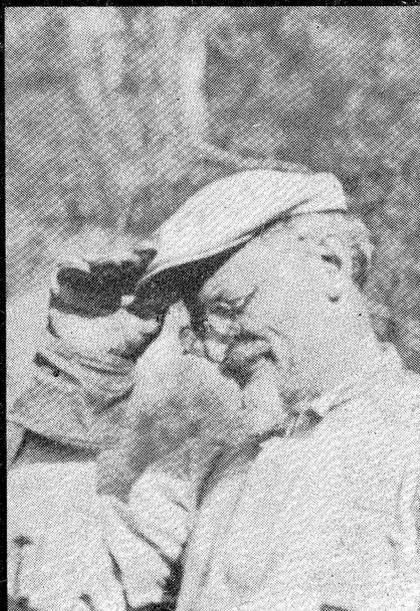


Leon Trotsky



a revolução traída

EDIÇÕES
ANTIDOTO

**a
revolução
traída**

L. TROTSKY

a revolução traída

COM UMA INTRODUÇÃO DE PIERRE FRANK

TRADUÇÃO DE

M. CARVALHO e J. FERNANDES



EDIÇÕES ANTÍDOTO

RUA DA BENEFICÊNCIA, 121-1.º-DT.º — LISBOA-4

I N T R O D U Ç Ã O *

Para amigos como para inimigos, a revolução russa de 1917 é o maior acontecimento da história do Século XX. A sociedade capitalista foi abalada até à sua base mais profunda e a esta revolução seguiram-se outras revoluções socialistas. Sobre toda a Terra, a Revolução de Outubro continua a ter ainda consequências importantes. Que um tal acontecimento dê aso a interpretações diferentes, nada mais normal; pode parecer mais surpreendente que os próprios factos continuem a ser objecto de contestações. Já Marx, a propósito da Comuna de Paris fizera a seguinte observação:

Até ao presente acreditou-se que a proliferação dos mitos cristãos, sob o Império Romano, só fora possível porque a imprensa ainda não tinha sido inventada. Pois o contrário é que foi verdade: a imprensa diária e o telégrafo, que a todo o instante espalham na Terra semelhantes invenções, fabricam mais mitos num só dia do que nunca se pôde fazer outrora durante um século, e o rebanho burguês acredita em tudo e propaga.

Na nossa época, em que a rádio, a televisão e o cinema, adquiriram uma importância pelo menos tão grande como a imprensa, mitos e mentiras — longe de desaparecerem — ocupam um lugar privilegiado porque, mais do que nunca, desempenham uma função política num combate onde estão envolvidas forças sociais gigantescas.

* Tradução da introdução à edição alemã de «Curso Novo», «Plataforma da Oposição de Esquerda» e «A Revolução Traída». (N.T.).

Entre os mitos e as mentiras referentes à Revolução de Outubro, temos a distinguir duas categorias: a primeira é composta pelos que provêm dos inimigos burgueses ou sociais-democratas da revolução. Poderia formar-se uma extraordinária antologia com as afirmações de homens de Estado e de jornalistas que, em 1917, só davam uma existência de dias, quando muito de algumas semanas, a um poder acusado de ser composto por homens incultos e capazes das piores monstruosidades, e até com muito recentes estudos de «krenlimenólogos» para quem a União Soviética continua a ser sempre enigma e mistério combinados. Estes mitos e mentiras servem largamente de alimento ao «rebanho burguês», para aplicarmos o termo de Marx, atrás mencionado.

Uma segunda categoria de mitos e mentiras é a fabricada por homens que, a partir de 1923, estiveram na direcção da União Soviética. Falsificaram a própria história dessa Revolução. Desfiguraram os seus predecessores, quer divinizando Lenine, quer caluniando os outros dirigentes. Atribuíram-se ridiculamente papéis que não representaram. Pintaram durante muito tempo a União Soviética como um país onde reinava a felicidade e onde só alguns seres maléficos, desejosos de restabelecerem o capitalismo e a soldo de potências estrangeiras, causavam de tempos a tempos perturbações prontamente sufocadas. Votaram ao desprezo este tipo de pessoas e remeteram os não-conformistas do seu país para os hospitais psiquiátricos. Esta segunda categoria de mitos e mentiras não se destinou em particular ao «rebanho burguês» (embora grande número de escritores, de jornalistas, de historiadores burgueses, se tenham deixado agarrar mais ou menos por eles) mas aos operários, sobretudo aos de vanguarda, que, durante muito tempo, com eles foram vigarizados. Sobre este assunto, a verdade está ainda longe de ser restabelecida, embora comece a sair das trevas onde foi mergulhada durante várias décadas.

Qual a razão destas mentiras provenientes dos dirigentes soviéticos? Examinando mesmo por alto o que se passou desde 1917 na União Soviética, é fácil distinguir diferentes fases contraditórias. Além deste facto, comparando a marcha dos acontecimentos com o que tinham projectado os mais penetrantes marxistas da época, a começar por Lenine e Trotsky, verifica-se que os desenvolvimentos foram mais complexos do que alguém pudera imaginar. Para os dirigentes da Revolução e para as massas que nela participaram, a Revolução de Outubro devia ser o ponto de partida da revolução socialista na Europa, naquela época o continente

de maior desenvolvimento económico. A Revolução devia dar nascimento a uma sociedade que, evoluindo para o socialismo, seria desde início mais igualitária e mais livre para as grandes massas do que a sociedade nos mais democráticos países capitalistas. Ao surgir em plena guerra mundial, a República Soviética pareceu um farol de internacionalismo oposto ao chauvinismo que contribuía para o assassinio mútuo dos trabalhadores dos diferentes países. Durante alguns anos, as ideias socialistas e internacionalistas foram erguidas muito alto pelos dirigentes da União Soviética. Cinquenta anos após a Revolução de Outubro, Moscovo já não é um símbolo de internacionalismo mas a sede de um nacionalismo de grande potência, muitas vezes odioso e algumas vezes grotesco. A sociedade soviética, longe de ser mais igualitária e mais livre, conheceu um desenvolvimento em sentido contrário: nela ainda hoje as massas são privadas das liberdades, dos direitos democráticos mais elementares, e as diferenças de rendimentos e de condições de vida atingem nesse país uma considerável amplitude. Depois de ter sido durante muito tempo um polo revolucionário, a política da União Soviética é agora um factor de conservantismo social, denunciado como tal por grandes correntes de vanguarda, em todo o mundo.

Os mitos e mentiras fabricados pelos dirigentes soviéticos desde 1923 tinham e ainda têm essencialmente uma função política: servem para mascarar as diferenças entre o que se procurava na Revolução de Outubro e o que hoje existe, num esforço de artificial ligação entre a política seguida desde Estaline e as orientações e aspirações dos primeiros anos da Revolução. Estes mitos e mentiras fazem parte integrante de um fenómeno — o estalinismo — que recebe o nome do homem que foi o principal protagonista da viragem que se produziu no seio da Revolução Russa depois de 1923. Foi também Estaline quem fez dar — e por várias vezes — uma nova redacção à história da Revolução, do partido bolchevique e da Internacional Comunista. Em nome da Revolução de Outubro e do socialismo, instaurou na União Soviética um regime de terror e de mentira, sem igual.

À morte de Estaline, a União Soviética, saída vitoriosa de uma guerra cruel, já não se encontrava em condições de viver sob o regime de terror e de mentira que conhecera por tantos anos. Durante certo tempo, os sucessores de Estaline tentaram modificar esta situação, pela omissão de certas mentiras, mas sem proceder a uma crítica e a uma revisão sinceras dos anos passados. Era preciso ir mais

longe. A sociedade soviética, tanto tempo comprimida por Estaline, reclamava um «regresso a Lenine». No XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Março de 1956, Khrouchtchev esforçou-se por fazer baixar a tensão, fazendo dela um assunto interno deste partido:

Devemos considerar muito seriamente o assunto do culto da personalidade. Não podemos deixar sair este assunto para fora do partido e, sobretudo, para a imprensa. Não devemos lavar a nossa roupa suja ante os olhares do inimigo.

Mas como é possível pensar que um assunto que diz respeito a toda a população soviética e a centenas de milhões de operários em todo o mundo, para quem a U.R.S.S. era a pátria inicial do socialismo, possa ser tratado como um vergonhoso acontecimento a regular em família?

Aliás Khrouchtchev só fazia «revelações» para os que, sem espírito crítico, tinham engolido a propaganda soviética oficial. Para além disto, evitava restabelecer a verdade na sua totalidade e, em certa medida, depois de 1956, fez marcha atrás. Os seus sucessores (Brejnev, Kossyguine) acentuaram ainda esse recuo.

Depois de ter denunciado fortemente a História do Partido Comunista (Bolchevique) da U. R. S. S., escrita sob a direcção de Estaline e até emendada por este para cantar melhor os seus louvores, Khrouchtchev declarou ao Congresso:

É particularmente necessário que, em futuro imediato, organizemos um sério manual da história do nosso partido, escrito conforme a objectividade marxista científica, um manual da história da sociedade soviética, um livro referente aos acontecimentos da guerra civil e da grande guerra patriótica.

No seu recuo, os sucessores de Khrouchtchev esforçaram-se por motivos de circunstância em elevar um pouco o prestígio de Estaline. No que respeita à própria história, sucederam às grosseiras mentiras do período de Estaline, meias verdades, isto é, sempre mentiras, agora sob Khrouchtchev e sob Brejnev. A verdade ainda não encontrou

quem a defendesse. Um só exemplo — mas de vulto — esclarecerá este ponto.

Em obra básica da época de Estaline, onde se encontram longas páginas consagradas às lutas contra os opoisionistas, um lugar de relevo era concedido aos processos de Moscovo, em 1936-1937, contra os «monstros da quadrilha boukharineana e trotskista», contra «a escória do género humano», contra esses «pigmeus guardas brancos, essa vermina branca, esses lastimosos lacaios fascistas», etc. Nas histórias oficiais escritas depois de Estaline, passaram em silêncio estes processos que estiveram no centro da vida política da U. R. S. S. durante tantos anos, para os quais foram empregados todos os meios de propaganda, a espalhar no mundo inteiro as mais monstruosas e caluniosas acusações, justificando assim as execuções da maior parte da velha guarda bolchevique!

Por estes livros, apenas se fica a saber que a tese de Estaline segundo a qual a evolução do Estado era acompanhada por um agravamento da luta de classes, era falsa, e que, «na prática, esta tese serviu de base a uma repressão maciça contra os inimigos do Partido, ideologicamente derrotados. A repressão abateu-se sobre muitos comunistas e honestos individuos sem filiação partidária».

Praticar o eufemismo sob esta forma, em obras que pretendem dar relevo científico à história, é, evidentemente, querer manter o silêncio sobre crimes cometidos na pessoa de irrepreensíveis revolucionários, é agir ainda hoje como cúmplices desses crimes. De certo modo, poder-se-ia encontrar uma parte da história verdadeira, estudando a história das diversas mentiras que foram e continuam a ser produzidas pelos homens detentores do poder na União Soviética a respeito da história do seu país, porque tais mentiras corresponderam às necessidades e interesses desse poder, em função das circunstâncias do momento.

Embora todas as «histórias» de Estaline e seus sucessores contivessem mentiras que variavam com os tempos, têm contudo um ponto comum: Léon Trotsky, cujo nome andou constantemente ligado ao de Lenine de 1917 a 1923, nunca ocupa o verdadeiro lugar que ele teve na revolução de 1917, nem tão pouco o que teve na revolução de 1905. Trotsky continua a ser ainda o homem mais caluniado pelos dirigentes soviéticos sucessores de Estaline. A razão deste facto é simples: Trotsky foi o homem que melhor e mais revelou e combateu o estalinismo, e, para assim fazer, colocou-se no ponto de vista marxista revolucionário; não se limitou apenas a denunciar o «culto da personalidade» mas

pôs em evidência a camada social que tivera necessidade desse culto, a mesma que, na sociedade soviética, levou Estaline ao poder, e da qual os Malenkov, Khrouchtchev, Brejnev, foram depois apenas os representantes mais ou menos ocasionais, essa camada que desviou o curso revolucionário inaugurado em Outubro de 1917.

A ORIGEM DO ESTALINISMO

O processo que levou à vitória do estalinismo começou no chamado período da N. E. P., após a guerra civil que se seguiu à Revolução de Outubro. Os primeiros fenómenos que marcaram este processo inquietaram vivamente Lenine. No relatório por este apresentado ao último Congresso do Partido Comunista em que participou, Lenine exprimiu-se nestes termos:

Se considerarmos Moscovo — 4 700 comunistas responsáveis —, se considerarmos esta máquina burocrática, esta montanha, perguntaremos: quem conduz e quem é conduzido? Duvido muito que se possa responder que são os comunistas quem conduzem esta montanha. Na história acontece que é o vencido quem impõe a sua cultura ao vencedor. Produziu-se aqui algo de semelhante e aconteceu que 4 700 comunistas (quase uma divisão e das melhores) foram submetidos a uma cultura estrangeira. (Relatório político ao 11.º Congresso em 27 de Março de 1922).

Nos últimos meses da sua vida política, Lenine verificou que estava em minoria no «Bureau Politique» e que o seu único aliado era Trotsky; consagrou então as suas últimas forças a preparar para o XIIº Congresso do P. C. U. S., ligado a Trotsky, uma facção que tirasse a Estaline o secretariado geral e que dirigisse o partido e o Estado na luta contra o burocratismo crescente.¹

1. Ver sobre este assunto o «Jornal das Secretárias de Lenine» e «O último combate de Lenine» de M. Lewin.

As propostas de combate contra o perigo burocrático, redigidas por Lenine na intenção de as apresentar ao Congresso do P. C. U. S. em preparação, tinham sobretudo um carácter político: alargamento dos órgãos dirigentes, principalmente pela introdução de «*numerosos operários, situados abaixo da camada que há cinco anos se meteu nas fileiras dos funcionários dos Sovietes e que pertenciam antes ao número dos simples operários e dos simples camponeses.*»¹

A posse e a circulação dos escritos de Lenine contra a burocracia foram ferozmente reprimidas sob Estaline.

Lenine morreu antes de poder iniciar o combate. Trotsky encontrou-se inferiorizado porque, embora gozando então de imenso prestígio entre as massas, era temido por uma grande parte do aparelho. Nunca cessara de combater os métodos burocráticos herdados do czarismo e que foram retomados pela burocracia do novo Estado.

É duvidoso que a luta contra o burocratismo tivesse acabado vitoriosamente com as únicas medidas políticas aconselhadas por Lenine, mesmo se este tivesse vivido. O problema da burocracia no Estado operário apresentou-se mais complexo do que Marx e Lenine tinham pensado. Entretanto, o que foi particularmente pernicioso, no momento em que Trotsky iniciou o combate contra a burocracia, foi ter de chocar não só contra o aparelho do Partido mas também contra a maioria da sua direcção, que não compreendeu as inquietações de Lenine antes de morrer, porque não se apercebeu do perigo social constituído por essa mesma burocracia.

Os elementos da tragédia que deu a vitória ao estalinismo compreendiam, além da burocratização do Estado e do Partido, uma decomposição política da direcção do Partido Bolchevique. Retrospectivamente, nada aparecia mais lastimável do que os papéis representados por Zinoviev e por Boukharine durante estes anos: ambos, sucessivamente, acreditaram que dirigiam de facto o Partido, a União Soviética e a Internacional Comunista, e que utilizavam em proveito da sua própria política as capacidades organizadoras de Estaline que, muito pouco conhecido das massas no princípio da crise em 1924 (como Khrouchtchev mencionou no seu relatório ao XXº Congresso), foi o porta-voz da burocracia crescente. De facto, Zinoviev, e depois Boukharine, foram na história apenas instrumentos que ajudaram Estaline a vencer a Oposição de Esquerda e a rasgar deste modo o caminho para a subida ao poder da burocracia.

1. Carta e notas ao Congresso, 23 a 31 de Dezembro de 1922.

Não despreveremos aqui a luta da Oposição de Esquerda soviética, animada por Trotsky contra o estalinismo, mesmo depois de Trotsky estar no exílio. Nesta obra encontram-se os documentos e os textos de Trotsky, os mais característicos de certas fases desta luta, o que de mais importante diz respeito à análise marxista do estalinismo, fontes sociais, interesses por ele defendidos, métodos por ele empregados, consequências que tiveram para a União Soviética e para o movimento comunista. Nela se encontram também as perspectivas do estalinismo entrevistadas por Trotsky.

Três destes textos marcam importantes etapas da luta: o «*Curso Novo*» (1923) constitui o início público da luta da Oposição contra a burocracia; a «*Plataforma da Oposição de Esquerda*» (1927) situa-se no ponto culminante da luta no Partido Bolchevique, quando a burocracia soviética realizou o seu Termidor; *A Revolução Traída* (1936) dá por assim dizer a sùmula do pensamento de Trotsky sobre a burocracia estalinista, no momento em que ela é totalmente dominadora da sociedade soviética.

A obra de Trotsky sobre o estalinismo não contém evidentemente a última palavra sobre o assunto. Depois da sua morte, foram dados à sua obra novos desenvolvimentos, investigações e, quando necessário, rectificações; a IV Internacional, organização por ele criada, aplicou-se particularmente a esta tarefa. Mas é por esta obra que se deve começar para se compreender o estalinismo e especialmente a política interior e internacional da União Soviética desde 1923 e a presente situação de crise crónica dos partidos comunistas.

Nesta Introdução, queremos referir-nos particularmente ao livro «*A Revolução Traída*». Desde o início, Trotsky seguiu e combatera, passo a passo, a degenerescência estalinista, em grande número de artigos, brochuras e documentos. Nos meados dos anos de 30, o estalinismo atingiu o seu ponto culminante, isto é, os monstruosos «processos de Moscovo» e a exterminação da velha guarda bolchevique. Foi nas vésperas do primeiro desses «processos» que Trotsky terminou este livro, no qual traça o primeiro balanço global do estalinismo.

Trotsky expõe em *A Revolução Traída* que a U.R.S.S. é um Estado operário saído de uma revolução proletária, que aboliu o regime capitalista e instaurou formas de propriedade colectiva e a planificação da economia. Explica que a U. R. S. S., devido a um concurso excepcional de circunstâncias (isolamento internacional, refluxo da revolução no mundo, atraso económico e cultural do país), sofreu uma *contra-revolução política* que não atentou contra

as novas relações de produção, estabelecidas pela Revolução de Outubro de 1917, mas que roubou o poder político ao proletariado para o transmitir a uma burocracia, cujos interesses são distintos dos da classe operária e opostos a estes. Os dirigentes soviéticos tornaram-se os porta-vozes políticos desta burocracia. Esta defende, contudo, à sua maneira, a manutenção das novas relações de produção (colectivização e planificação), das quais derivam os seus privilégios e poder. A sua política internacional visa a manutenção do «statu quo» e não a vitória da revolução mundial. Para Trotsky, o estalinismo é um acidente e não uma criação duradoura da história. A U. R. S. S. tornou-se um Estado operário burocraticamente degenerado.

Neste livro, Trotsky sublinha a contradição entre o desenvolvimento económico produzido pelas novas relações de produção, que permitem às forças produtivas crescer mais rapidamente do que durante o período ascendente do capitalismo, e a reacção no domínio social, político e cultural, engendrada pela direcção burocrática. E acrescenta que a burocracia desempenha um papel de freio no desenvolvimento económico. O desenvolvimento e a expansão das forças produtivas opor-se-ão ao poder político da burocracia. A sua conclusão é: ou uma contra-revolução social vitoriosa reconduzirá a União Soviética ao sistema capitalista, ou então o desenvolvimento da revolução socialista mundial e as massas soviéticas, estimuladas pelos progressos económicos do país, entrarão em conflito com as algemas burocráticas que saberão quebrar por meio de uma revolução política, e assim a construção do socialismo continuará no quadro da democracia soviética restaurada.

Parece-nos útil comparar a análise e as perspectivas do estalinismo, expostas neste livro por Léon Trotsky, com os acontecimentos que depois se deram. Isto com o fim de se distinguir a contribuição fundamental desta obra, que está inscrita na marcha da história presente da União Soviética, de quaisquer apreciações conjecturais sobre as quais a vida deu mais do que poderia ser previsto pelo cérebro mais penetrante.

Sucessivamente, retomaremos aqui de forma resumida as teses essenciais de Trotsky e, depois de as confrontar com o que se produziu, ou com as objecções que lhes foram feitas, veremos até que ponto elas são ainda válidas, ou como, na nossa opinião, seria preciso modificá-las ou completá-las, conservando a metodologia marxista seguida por Trotsky.

A UNIÃO SOVIÉTICA É UM ESTADO OPERÁRIO, É UM ESTADO OPERÁRIO BUROCRATICAMENTE DEGENERADO. A BUROCRACIA NÃO É UMA NOVA CLASSE SOCIAL.

Em *A Revolução Traída* Léon Trotsky defende este ponto de vista argumentando contra os que pretendiam que havia na U. R. S. S. uma forma particular de capitalismo, o «capitalismo de Estado».

Esta qualificação, aliás, fora dada ao Estado saído da Revolução de Outubro, muito antes do período de Estaline. Desde 1917, os mencheviques (Martov) e os seus amigos sociais-democratas de todos os lados (Kautsky, Hilferding, Blum, etc.) tinham posto em destaque essa qualificação. Pretendiam que a revolução na Rússia czarista atrasada só podia ser uma revolução burguesa, como se produzira outrora na Inglaterra e na França, isto é, que os bolcheviques ou outros que tomassem o poder no país dos czares não poderiam ultrapassar o sistema capitalista. Querendo passar além deste sistema, quando se desse a «maturidade» das condições objectivas, os bolcheviques só poderiam criar um «capitalismo de Estado».

Nos anos de 30 já não se ouvia falar, quanto à U. R. S. S., de «capitalismo de Estado» — exceptuando alguns grupos incuravelmente sectários como o dos «bordiguistas» — e só acidentalmente. Por muito tempo esta teoria, ou antes este termo (fora de qualquer análise teórica) só foi empregado por pessoas sem bagagem teórica, por exemplo Guy Mollet num congresso do partido socialista ou por Eisenhower num telegrama a Khrouchtchev. A definição de «capitalismo de Estado» foi retomada nos últimos anos pelos dirigentes chineses nas suas polémicas contra

os dirigentes da União Soviética, da Jugoslávia e de outros Estados da Europa Oriental do mesmo tipo.

Depois apareceram outras novas teorias sobre a natureza da U. R. S. S. Embora diferentes umas das outras, tinham isto de comum: todas apresentavam a sociedade soviética como uma nova sociedade de exploração do homem pelo homem, uma nova forma de sociedade sucessora do capitalismo, diferente deste, mas também diferente do socialismo (*La bureaucratisation du monde*, de Bruno Rizzi; *The Managerial revolution*, de James Burnham; *La nouvelle classe*, de Milovan Djilas, etc.). Estas concepções chegaram a encontrar expressão literária no romance de George Orwell, «1884», e o mesmo autor alude ao livro *A Revolução Traída*, chamando-lhe *O Livro*, o livro maldito. Tais teorias florescem, não só a propósito de Estados do mesmo tipo social como o da União Soviética, mas também, em certa medida, quanto a Estados capitalistas mais desenvolvidos. Por exemplo, na opinião de certos autores, como o professor soviético Sakharov, produzir-se-ia uma «convergência» no desenvolvimento dos diferentes tipos de países: a U. R. S. S. e os Estados Unidos tendem a tornar-se idênticos.

Todas estas concepções que repelem para segundo plano as relações de produção e de propriedade, têm a sua origem objectiva no reforço e no peso extraordinário tomados pelo aparelho de Estado no conjunto da vida social de todos os países. É um fenómeno que acompanha sempre as grandes tensões nacionais ou internacionais, seja qual for o regime social. Ora, desde 1914, o mundo não conheceu nenhum período, mesmo pouco prolongado, de calma, de estabilidade, de desenvolvimento gradual. Pelo contrário, estes anos já tiveram duas guerras mundiais, uma «guerra fria», grande número de revoluções e de contra-revoluções. Nenhum continente escapou. Estes anos viram por todo o mundo um enfraquecimento da democracia burguesa, até mesmo onde ela tinha velhas raízes. Produziu-se, pelo contrário, um reforço de burocratismo e de militarismo, uma ingerência crescente do Estado nos diversos domínios da sociedade. O fenómeno tomou na União Soviética proporções particularmente monstruosas que era impossível explicar sem recorrer a teorizações mais do que abusivas.

Durante décadas, a União Soviética consagrou a maior parte dos seus recursos à criação de uma base industrial, de bens de produção. Até com outros ritmos e com outros meios diferentes dos empregados por Estaline, a U. R. S. S. teria inevitavelmente conhecido — devido ao baixo nível de onde partiu e às muito fracas trocas comerciais com o resto

do mundo — uma enorme insuficiência de bens de consumo, muitas vezes os mais elementares. Nestas condições, devia produzir-se um reforço da tendência para dar privilégios exorbitantes ao poder de Estado. Basta lembrar que, na Europa Ocidental, nos países mais evoluídos e mais ricos, o período de guerra conferiu muitas vantagens aos que tinham apenas a função de repartir cédulas de racionamento. Ora a U. R. S. S. viveu entre duas guerras mundiais como uma fortaleza assediada, ameaçada por todo o mundo capitalista.

Outros factores teriam feito pensar que o estalinismo era um fenómeno anormal e não típico da sociedade soviética. Os que viam na sociedade soviética do tempo de Estaline a imagem, a pre-figuração de um novo regime «totalitário» estável, esqueciam-se de observar o contraste bem patente, por um lado, entre a potência dinâmica desta sociedade no domínio económico, e, por outro lado, a sua rigidez, o seu imobilismo, o seu carácter reaccionário no domínio político. Como é que um marxista poderia pensar que tal contradição poderia subsistir e que em tal base se poderia construir um regime estável?

O «liberalismo» muito relativo que acompanhou a «desalinização», após a morte de Estaline, sem dar uma imagem da U. R. S. S. que se pudesse considerar algo de definitiva, testemunhou pelo menos que as características ligadas ao período de Estaline só eram temporárias, que não eram por forma alguma características do regime saído da Revolução de Outubro. De facto, bastou uma melhoria do nível económico geral e de maior segurança da sociedade quanto ao seu próprio futuro, para que a sociedade soviética procurasse libertar-se dos entraves que sobre ela fizera pesar o Estado. Tal qual o que Trotsky previra em *A Revolução Traída*.

Por outro lado, a eliminação do capitalismo em certo número de países da Europa Oriental e o derrubamento do poder capitalista na China e em Cuba mostraram também que não havia expansão mundial do estalinismo, que uma extensão geográfica das novas formas de propriedade e do novo modo de produção se fazia em oposição ao regime ditatorial e ao comando onnipotente que tinham imperado sem contestação no tempo de Estaline. A expansão das novas relações de produção veio acompanhada por crise crescente do regime burocrático na U. R. S. S. e em outros Estados do mesmo tipo, bem como nas relações entre esses Estados.

A primeira ruptura aberta deu-se desde 1948 com a Jugoslávia, cujos dirigentes tinham sido, contudo, formados

na escola de Estaline. Uma primeira explosão proletária deu-se em Berlim-Leste, em 1953. Depois veio a crise na União Soviética, mesmo nos anos 1956-1957. Produziram-se também os acontecimentos da Polónia e da Hungria, em Outubro de 1956, que obrigaram particularmente o governo de Moscovo a fazer uma certa auto-crítica quanto às suas relações com os outros Estados operários da Europa Oriental e a deixar de os tratar como vassallos obedientes a um simples aceno. Surgiu depois o famoso conflito sino-soviético que, depois de estar no choco durante anos, rebentou nos primeiros anos de 60 ocasionando estrondosas controvérsias. Em seguida, conhecemos a «Primavera de Praga», em 1968, interrompida pela invasão da Checoslováquia. Mais recentemente produziram-se as greves operárias da Polónia cujo significado não poderia ser tido em pouca conta para a crise internacional do estalinismo; Gierek, o novo dirigente da Polónia, chegou a declarar que o seu país estivera «perto da guerra civil».

Em resumo, a extensão das novas relações de produção a outros países que, salvo raras excepções, eram economicamente atrasados, de modo nenhum evitou manifestações graves de burocratismo nos novos Estados, mas, longe de reforçar o estalinismo, enfraqueceu-o.

A onipotência da burocracia do Krenlim exercida na União Soviética e nos partidos comunistas está em declínio. O monolitismo que imperou durante um período, caracterizado pelo isolamento da U. R. S. S., o refluxo da revolução e a ascensão da reacção e do fascismo do mundo, já não existem. Em tempo muito curto, estes acontecimentos mostraram que o desenvolvimento das novas sociedades estava em contradição com os interesses da burocracia dirigente e esta não poderia portanto ser considerada como uma classe a servir de eixo a estas sociedades.

Como o fenómeno estalinista era novo, mais fáceis foram os erros de apreciação a seu respeito. Não se pode dizer contudo que não tivesse tido qualquer precedente, mas era preciso procurá-lo em domínio diferente do do Estado. Negando ao Estado Soviético a qualidade de Estado operário, devido à posição e ao monstruoso papel assumido pela burocracia, os «inventores» de teorias sobre o «capitalismo de Estado» ou sobre um novo regime social não capitalista e não socialista, tinham esquecido que, até hoje, a burocratização acompanhara mais ou menos os progressos do movimento operário, que este fenómeno já era visível na social-democracia alemã antes de 1914, que progredira

mesmo desde então, quer no movimento sindical, quer no movimento político da classe operária.

Um único e o mesmo factor fundamental está na base da burocratização das organizações operárias e do Estado soviético, isto é, o desenvolvimento político e a maturidade política da classe operária precedem inevitavelmente, e por vezes muito, o desenvolvimento cultural desta; a exploração capitalista trava este e estimula aqueles, desequilíbrio este que só poderá encontrar solução depois da eliminação do capitalismo e de um período mais ou menos longo de uma sociedade de transição para o socialismo.

A classe operária cria organizações para lutar contra as condições que lhe cria o regime capitalista e contra este mesmo regime; mas a experiência mostrou igualmente que essa classe tem grandes dificuldades em controlar e em gerir as suas próprias organizações; adquirem, como o Estado, o apanágio de «especialistas», homens que se burocratizam e tendem a colocar-se acima dos trabalhadores nas relações destes com o conjunto da sociedade. O mal burocrático de que são afectados partidos e sindicatos, priva-os, ao fim de certo tempo, das suas capacidades revolucionárias, mas não os impede necessariamente de continuar como organizações operárias. Se os operários têm tantas dificuldades em controlar e gerir organizações tão afins de si próprios como os seus sindicatos ou os seus partidos, não admira mesmo nada que o contróle e gestão de um Estado pelos operários tenham a princípio ainda maiores dificuldades.

Não se trata de falta de conhecimentos técnicos nem de fraqueza intelectual por parte dos operários: os conselhos administrativos das sociedades capitalistas estão longe de ser constituídos por luminares. A fraqueza da classe operária provém sobretudo das condições materiais da existência entre a grande maioria dos trabalhadores, do desgaste quotidiano das suas forças físicas e intelectuais na produção, que os impede pesadamente de abordar e tratar por si mesmo os assuntos mais gerais apresentados pela direcção das suas organizações ou, nos Estados em que o capitalismo foi derrubado, das instituições de qualquer tipo desses Estados.

Os que julgaram encontrar «aspectos novos» nas taras da sociedade sob o regime de Estaline não viram que tais «aspectos novos» (que com toda a razão os revoltavam) eram simplesmente constituídos por sequelas da velha ordem burguesa e que a nova sociedade, como escreveu Marx em «Crítica do programa de Gotha» nascia marcada — sob todos

os aspectos, económico, moral e intelectual — com os seus estigmas. Estes estigmas eram particularmente dolorosos devido ao facto de a nova sociedade dar os seus primeiros passos num país atrasado e ter que lutar, durante décadas, sòzinha, contra o mundo inteiro.

Os Estados do tipo da União Soviética nada têm de «capitalismo de Estado». Não há identidade de funcionamento económico entre o regime destes Estados e o sistema capitalista. Por exemplo, a planificação não é um mecanismo imposto à economia como é o caso das «programações» nos países capitalistas, mas é um *elemento orgânico da própria economia*. Aliás, os capitalistas de todo o mundo, que não perdem tempo com teorias, sentir-se-iam deslocados nesses Estados, se bem que a política do Krenlim lhes conviesse mais no presente do que no passado.

Os que, mesmo pretendendo reivindicar o marxismo, falam de uma nova forma de sociedade exploradora, metem-se numa via cheia de dificuldades teóricas intransponíveis que contradizem Marx, cujo texto mais notável sobre o materialismo histórico declara:

«Na produção social das suas vidas, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a certo grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base real sobre que se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais e determinadas de consciência.»¹

Seria necessário admitir, segundo as teorias da «nova classe», que o modo de produção socialista não continuaria o capitalismo ou então que, no mesmo modo de produção, haveria dois possíveis regimes sociais. No primeiro caso, o socialismo não passaria de uma utopia. No segundo caso, seria preciso explicar de onde poderiam provir essas duas saídas possíveis. Quando quiseram dar uma explicação, os inovadores tiveram de recorrer a fórmulas (falta de consciência das massas operárias, sede de poder dos buro-

1. Prefácio ao livro *Crítica de Economia Política*.

cratas, etc.) plenamente impregnadas de subjectivismo e nunca forneceram a mínima explicação objectiva.

Não vemos nenhuma razão para modificar a tese essencial de Trotsky sobre o Estado operário degenerado. A degenerescência desenvolveu-se monstruosamente e é muito penoso pensar que as primeiras décadas da sociedade que leva ao socialismo tenham conhecido sofrimentos, crimes, exactamente como o período de acumulação primitiva de onde saiu o capitalismo. Mas de nada serve disputar sobre este assunto nem procurar refúgio em aberrantes construções verbais. É preciso apenas verificar que, no domínio das transformações sociais, a humanidade ainda não chegou ao parto sem dor, pelo que é preciso um esforço por uma acção apropriada — em primeiro lugar política —, por intervir mais eficazmente na abreviação dos sofrimentos e fazer desaparecer os crimes.

A POLÍTICA INTERNACIONAL DA BUROCRACIA SOVIÉTICA VISA A MANUTENÇÃO DO «STATU QUO» E NÃO A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

A teoria do «socialismo num só país» tem a consequência essencial da «coexistência pacífica» com o mundo capitalista, o que implica a renúncia a todo o apoio à revolução mundial e a procura do estabelecimento de um «statu quo» com as potências imperialistas. A partir de 1928, Trotsky denunciou as consequências inelutáveis desta política de «coexistência pacífica», a sua acção demolidora sobre a Internacional Comunista e respectivas secções, dos Partidos Comunistas, porque a Internacional Comunista (antes de se dissolver) e os Partidos Comunistas, criados para defender os interesses históricos fundamentais da classe operária internacional e conduzir esta à conquista revolucionária do poder, tinham-se tornado instrumentos da política externa do Krenlim.

Numerosas lutas revolucionárias foram traídas pelo Krenlim, na esperança de obter acordos com as grandes potências capitalistas. Não podemos enumerá-las todas. Examinaremos duas antes da guerra e algumas mais importantes no fim da guerra e depois desta. Esta política favoreceu em particular a subida ao poder do nazismo na Alemanha e, como consequência, o deflagrar da segunda guerra mundial. Com efeito, não basta dizer que a política estaliniana, antes de 1933, desconheceu o perigo do nazismo; é ainda necessário explicar os seus objectivos. Nessa época, o imperialismo britânico era o polícia do mundo capitalista como depois da guerra foi o imperialismo americano. Para Estaline, cuja miopia política era extrema, um governo social-demo-

crata na Alemanha era inevitavelmente um aliado da Inglaterra, ao passo que Hitler no poder era ao mesmo tempo um poder instável e rival da Inglaterra.

A revolução espanhola foi igualmente traída por Estaline. Por um lado, no plano internacional propriamente dito, aceitou a «não-intervenção» proposta pelos imperialistas ingleses e franceses, que a Alemanha hitleriana e a Itália mussoliniana nunca respeitaram. É certo que Estaline forneceu armas à Espanha republicana mas fez-se pagar e até recebeu ouro da República Espanhola que posteriormente devolveu a Franco. Por outro lado, no plano espanhol propriamente dito, fez limitar os objectivos da luta a uma Espanha democrática, sem o mínimo ataque ao sistema capitalista; e os agentes do Krenlim em Espanha dirigiram os seus ataques essencialmente contra os partidários de uma Espanha socialista (assassinio de Andrés Nin, repressão das brigadas, etc.). Estas medidas repressivas desenvolveram-se paralelamente aos «processos de Moscovo» e ao extermínio do velho Partido Bolchevique.

O ponto mais baixo da política de «coexistência pacífica» antes da guerra foi o pacto Hitler-Estaline de 1939 que, no ponto de vista de Estaline, deveria pôr a U.R.S.S. ao abrigo da guerra, prestes a rebentar. Mas este pacto não impediu de modo algum que o capitalismo alemão atacasse a União Soviética em 1941. Até durante a guerra, os partidos comunistas, enfeudados à política do Krenlim, renunciaram a toda a política de defesa dos próprios interesses das massas. O exemplo mais flagrante é o da Índia. As massas indianas queriam, muito naturalmente, tirar proveito das dificuldades do imperialismo britânico para lhe arrancar a sua independência mas estas aspirações foram utilizadas pelo partido da burguesia indiana, o Partido do Congresso, que assumiu a chefia de uma sublevação das massas em 1942. Nesta circunstância, o Partido Comunista Indiano opôs-se à sublevação e aliou-se ao imperialismo colonizador.

O ponto mais elevado da política da «coexistência pacífica» foi alcançado no fim da segunda guerra mundial pelos acordos de Yalta, Teerão e Potsdam, que levaram à liquidação, com a ajuda dos partidos comunistas, dos movimentos revolucionários do pós-guerra em França, Itália, Grécia, etc. Uma das mais graves consequências foi o recuo considerável e prolongado do movimento revolucionário na Europa Ocidental. Esta política fracassou por sua vez e surgiu então a «guerra fria», provocadora de graves dissídios entre

a Rússia e os Estados Unidos, que por vezes chegaram à beira do abismo em matéria de zonas de influência.

Mais tarde, para obter as boas graças do imperialismo francês, o governo soviético recusou por muito tempo dar ajuda à FNL argelina e só o fez quando a independência da Argélia era inevitável.

O objectivo essencial da política externa do Krenlim apareceu nitidamente a muitas pessoas, como jamais anteriormente, a propósito da guerra do Vietname. O auxílio soviético não procura assegurar a vitória da República Democrática do Vietnam e do Governo Provisório do Vietnam do Sul mas visa obter um compromisso com o imperialismo americano, de modo que este não fique desonrado. Enquanto Nixon, sob pretexto de «vietnamização», estendeu a guerra ao Camboja e ao Laos, o governo soviético mantém em Phnom-Penh uma representação diplomática junto dos generais que ali estabeleceram um governo fantoche a soldo de Washington.

Esta procura de um acordo global com o imperialismo americano, à custa da marcha da revolução socialista em qualquer ponto do globo, vê-se igualmente no Próximo-Oriente. Nesta parte do mundo, devido ao facto de interesses estritamente «nacionais» da União Soviética (posição estratégica desta região, acesso ao Mediterrâneo, utilização do Canal de Suez para ligações marítimas com o Extremo-Oriente) se encontrarem comprometidos, foram postos à disposição do governo egípcio mais aviões e mais armas modernas do que os fornecidos aos combatentes da península indochinesa. Além disto, continuam as negociações nos corredores das Nações Unidas para estabelecer uma «paz» que tenha em conta os interesses destes dois «grandes», mas estas negociações só puderam progredir depois da resistência palestina ter sofrido uma pesada derrota perante o rei Hussein e o Estado Sionista, ambos ferozmente armados.

Desde a chegada ao poder de Estaline, o governo soviético nunca mais apoiou uma revolução em luta para lhe assegurar a vitória; só o fez na medida em que o seu combate pudesse constituir um elemento explorável e negociável nas negociações diplomáticas tendentes a um acordo global com o mundo capitalista.

A concepção que prevaleceu no tempo de Estaline, a do «socialismo num só país», só ligeiramente foi modificada quando, após a guerra, em vez de um único Estado operário, se organizou o que Moscovo chamou o «campo socialista». A ideia fundamental é que a construção do

socialismo é, antes de tudo e sobretudo, identificada ao desenvolvimento da técnica e da economia, primeiro na Rússia, no «campo socialista» depois. A declaração da conferência dos 81 partidos comunistas e operários, realizada em Moscovo em 1960, declarou: «A característica essencial da nossa época é que o sistema socialista mundial se torna um factor *decisivo* na evolução da sociedade humana». Por outros termos, é a perspectiva de a economia do «campo socialista» poder alcançar e ultrapassar a economia capitalista, e não a luta de classes na escala internacional em direcção da revolução mundial, que pode trazer a vitória do socialismo. O futuro da União Soviética e do «campo socialista» encontra-se portanto separado das lutas revolucionárias no mundo; não são muitos os passos necessários para que, temendo as perturbações provocadas pelas lutas revolucionárias com o fim de uma construção tranquila da economia dentro das fronteiras nacionais, se adoptar uma política de repressão dos movimentos revolucionários. O primado da «coexistência pacífica» com os Estados capitalistas leva à procura nestes Estados de aliados burgueses e pequeno-burgueses, hostis às lutas revolucionárias, mas de acordo com a política seguida pela diplomacia do Krenlim.

A política internacional da burocracia soviética procurou sempre a manutenção do «statu quo» que lhe permitisse construir o seu «socialismo» muito tranquilamente no quadro das fronteiras da União Soviética. No tempo de Estaline, quando a relação de forças no mundo era desfavorável à U. R. S. S., declarava ele: «(...) não cederemos uma polegada do nosso território». Quando a relação de forças se tornou desfavorável ao capitalismo, na escala internacional, e o mundo se transformou de forma vertiginosa, o Krenlim defendeu uma noção do «statu quo» ligeiramente diferente da de Estaline. Diz o Krenlim a todo o mundo: «O vosso regime está condenado e tendes de vos resignar a esta realidade, mas nada faremos para apressar a marcha dos acontecimentos e deixar-vos-emos desaparecer tranquilamente, dependendo de vós que coexistamos pacificamente». Este raciocínio teria grande valor se os capitalistas se tornassem marxistas, se se inclinasse perante as leis da história e cedesse pouco a pouco às reivindicações das massas. Mas ainda não se viu uma classe em declínio abandonar o terreno sem combate. Kennedy, o antigo presidente dos Estados Unidos, dirigente do mundo capitalista que, com Roosevelt, é o mais celebrado por Moscovo e seus partidários, declarou durante a sua estadia em Paris, em Maio de 1961, que «não acreditava no determinismo

histórico»: católico praticante, acreditava nos milagres da Bíblia, na Imaculada Conceição e na onipotência de Deus; mas considerava útil acrescentar a esta coleção forjar outra coleção imponente de armas nucleares para defesa de um mundo que se diz livre. É verdade que o governo soviético, apesar do seu propósito sobre a inevitabilidade do socialismo, também não despreza os seus armamentos militares, e não o repreenderemos por isso. Se houvesse apenas manobras táticas por parte da diplomacia soviética, nenhum marxista revolucionário poderia fazer a mínima objecção. Mas não se trata de simples manobras táticas, trata-se de uma política que se dirige às massas, que lhes expõe que o capitalismo pode submeter-se a «forças pacíficas» que sempre evidenciaram a sua impotência, que lhes faz crer na possibilidade de um desarmamento geral, que procura um «statu quo» ilusório que desde 1914 o mundo não reconheceu nem reconhecerá mas, pelo contrário, uma luta impiedosa entre o capitalismo mundial, a defender o seu sistema de exploração, e as massas que aspiram a uma sociedade socialista. Esta política de «coexistência pacífica» não desarma os capitalistas mas as massas e não prepara estas para o combate revolucionário. Por isso não vemos razão alguma para a mínima rectificação à tese de Trotsky relativa ao carácter conservador e contra-revolucionário da política internacional da burocracia soviética — que mais claramente se manifestou quando a relação das forças à escala mundial se tornou mais favorável à União Soviética.

O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NA
UNIÃO SOVIÉTICA PROVÊM ESSENCIALMENTE DE NO-
VAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO; PELO CONTRÁRIO, A
BUROCRACIA CONSTITUI UM FREIO AOS PROGRESSOS
ECONÓMICOS

No momento em que Trotsky desenvolvia esta tese no seu livro *A Revolução Traída*, a economia soviética fazia progressos consideráveis que podiam parecer contradizê-la; pelo menos só permitiam a Trotsky defendê-la invocando os enormes esbanjamentos e depredações engendrados pela burocracia. De igual modo, nos primeiros anos a seguir à guerra, a rápida reconstrução e depois um prodigioso desenvolvimento económico não permitiam verificar directamente a tese de Trotsky. As cifras não cessavam de aumentar de um plano para o outro com taxas de crescimento que enchiam todo o mundo de espanto. Contudo, até mesmo na União Soviética, ao lado destes êxitos fulgurantes, faziam-se sentir dificuldades e contradições que também iam em crescimento. Já em 1952, quando se leu o último artigo redigido por Estaline alguns meses antes da sua morte, «Os problemas económicos do socialismo na U. R. S. S.», viu-se que novos problemas surgiam no plano económico, que jovens economistas soviéticos contestavam as respostas dadas por Estaline, que este tinha de fornecer uma certa argumentação e que já não podia responder, como no passado, só por meio da repressão.

Mais tarde, Khroutchtchev primeiro, Brejnev depois, tomaram diversas medidas quanto à organização da economia, quer na indústria, quer na agricultura. Durante um período que se estendeu quase de 1953 a 1960, assistiu-se

a uma continuação e até a um crescimento dos ritmos de desenvolvimento da União Soviética. Pelo contrário, durante os anos de 60 — com acentuação nos primeiros anos de 70 — registou-se um afrouxamento das taxas de crescimento na produção e uma quase estagnação da produtividade. Este fenómeno não é particular da União Soviética porque se estende a todos os outros Estados operários (exceptuando temporariamente a Alemanha de Leste). Nenhuma das medidas tomadas pelas autoridades mudou esta situação. O fenómeno não é inerente à marcha da economia colectivizada e planificada, como são as crises de sobreprodução na marcha da economia capitalista. É preciso atribuir esse fenómeno a erros cometidos na elaboração do plano e não erros nos números, mas nos dados sociais, económicos e políticos que são empregados na elaboração do plano. Este facto fundamental — a estagnação da produtividade — significa que, nas formas colectivizadas de produção, cuja superioridade sobre as formas capitalistas é agora indiscutível, a gestão burocrática foi durante muito tempo, devido ao atraso inicial dos Estados operários, um *relativo* freio ao desenvolvimento das forças produtivas, que não se podia ver nas estatísticas, ao passo que presentemente, tendo a economia atingido consideráveis dimensões, esta gestão burocrática tende a ser um freio *absoluto* a esse desenvolvimento. As medidas tomadas durante todos estes anos não saíram, com efeito, do quadro de uma gestão burocrática. Pode predizer-se com certeza que todos os meios que possam ser imaginados pelo poder burocrático para modificar a situação — criação de novos organismos por um lado e repressão pelo outro — serão inoperantes porque não tocam na natureza burocrática da gestão. O poder não cessa de acusar executantes que malogram o plano de uma ou de outra forma. A situação material, ainda longe da abundância, incita muitas pessoas a proceder astuciosamente perante as leis. O único contrôle que pode eficazmente frustrar os defraudadores e trapaceiros, abundantes entre os burocratas, não é nem pode ser o de instituições que também estão eivadas do mesmo mal. Todo o mundo está cheio de administrações destinadas a controlar outras administrações e por toda a parte grassa a fraude e a corrupção. Só um verdadeiro contrôle democrático e uma autêntica gestão democrática das massas pode transformar radicalmente a situação neste plano. Mas a burocracia, cujos dirigentes na União Soviética são os representantes políticos, não quer nem pode meter-se nesta via: seria a sua liquidação política.

A fraude e a mentira não são — muito longe disso — as únicas causas das actuais dificuldades da economia soviética. A maioria dos cidadãos soviéticos, que não são defraudadores, já não tem hoje estímulo para produzir mais e mais depressa; a sua sorte melhorou em relação ao passado, vivem materialmente melhor, mas não determinam de modo algum o seu trabalho, o objectivo deste nem a repartição dos produtos. É esta a consequência da ausência de toda a liberdade democrática. Ora, no actual nível de desenvolvimento da economia soviética, a democracia, isto é, antes de tudo o direito dos cidadãos soviéticos à determinação por si próprios, livremente e com plena consciência, de certas cifras essenciais do plano (principalmente a relação entre o investimento e o consumo, entre a produção de artigos de produção e artigos de consumo, etc.) — o que poderiam fazer se tivessem o direito de escolha entre vários planos possíveis — a democracia (íamos dizendo) tornou-se uma *necessidade económica* e não é só uma necessidade ou uma aspiração *política*. Para que a economia retome o seu vôo é preciso que as massas trabalhadoras determinem o que venham a produzir, que a economia não constitua para elas a realização forçada de um plano elaborado fora de si mesmas. A pressão burocrática pôde exercer-se sem engendrar reacções sensíveis ou dar resultados globais demasiado desagradáveis enquanto as massas tiverem a esperança de que, após longos anos passados no deserto, entrariam na terra prometida, os seus esforços teriam afinal recompensa. Hoje, após o resultado dos esforços das massas, a indústria soviética é uma indústria que ocupa o segundo lugar no mundo, formado por indústrias de ponta, com uma indústria espacial que permite atingir a Lua e os planetas; mas, apesar de tudo isto, as massas não se tornaram senhoras das suas condições quotidianas de existência e de trabalho sobre a Terra. Já não tem estímulos que as levem a fazer novos esforços. Os burocratas médios, sem qualquer ideal nas condições presentes, não são incitados a aumentar a produção. Tal é a explicação fundamental das dificuldades com que presentemente depara o economia soviética em matéria de produção e de produtividade.

A ausência da democracia em matéria económica vai evidentemente a par da ausência de democracia em todos os outros planos. Houve por certo notáveis mudanças na vida quotidiana, comparando com o período de Estaline. E mesmo que tenha havido um retrocesso sob Brejnev com relação a Khrouchtchev, não se regressou ao período de Estaline.

No plano económico e social, ao passo que Estaline combatia ferozmente as tendências igualitárias dos primeiros anos da Revolução e acentuava as diferenças de salários e de rendimentos, renasce actualmente uma tendência inversa, pouco a pouco. Embora continue sempre a haver grandes desigualdades e privilégios monstruosos, o leque dos rendimentos tende a fechar-se lentamente, sobretudo pelo aumento dos salários mais baixos. Ainda sem organização nem fórmulas explícitas, a pressão das massas faz-se sentir cada vez mais neste domínio. O primado dos meios de produção sobre os meios de consumo vai sendo abandonado gradualmente.

O afrouxamento da taxa de crescimento da produção e da produtividade obrigou os governos burocráticos a procurar soluções. A propósito da «revolução política», falaremos mais adiante das soluções a que recorreram a China e a Jugoslávia. Quanto aos Soviéticos não é difícil alcançar o significado das soluções apresentadas pelos economistas soviéticos, Liberman, Trapeznikov, etc. Tais propostas visam interessar os directores da produção, em particular os que estão ao nível empresarial, num aumento da produção e da produtividade, fazendo depender os seus ganhos e os seus privilégios dos projectos e dos rendimentos obtidos pelas empresas em que estejam colocados. Por outros termos, estas propostas visam impulsionar a produção pelo estímulo ao interesse das camadas burocráticas em imediato contacto com os trabalhadores, de modo a exercerem maior pressão sobre estes. É pois uma solução de origem burocrática em favor de certas categorias de burocratas.

Poder-se-ia perguntar qual a razão que leva os altos dirigentes soviéticos a mostrarem tantas reticências na aceitação deste programa burocrático de reformas. O exemplo da Checoslováquia responde a esta pergunta. A direcção de Dubcek metera-se nesta via, guiado por economistas como Sik. Em consequência destas reformas, os operários, que viam a princípio as suas condições de trabalho e existência permanecerem na mesma, se não agravadas (subida dos preços, ameaças de desemprego), eram hostis a estas reformas. Mas a aplicação destas a exigir mais «liberdades» para os burocratas, implicaria também uma certa liberalização para os operários. E foi então que começou de verdade a «Primavera de Praga» e sabe-se o que se seguiu. Mais do que qualquer outra burocracia, a direcção burocrática soviética é sensível a tudo quanto ponha em causa, por pouco que seja, a sua onnipotência sobre a sociedade.

Por isso, não se mostra disposta a recorrer a tais reformas, a não ser de maneira muito limitada.

Em conclusão, pensamos que a tese de Trotsky sobre o papel de freio da burocracia nos processos de produção económica deve ser emendada da seguinte maneira: a burocracia constituiu um freio *relativo* durante anos e tornou-se actualmente cada vez mais um freio *absoluto*.

Sobre o papel da burocracia — e para caracterizar melhor o seu papel social — é bom lembrar que a sociedade humana não tem só uma produção material, mas também uma produção cultural, artística, ideológica, etc. Não é preciso sublinhar o papel nefasto da burocracia em todos estes domínios. Pode invocar-se em favor da burocracia a penúria material que favoreceu a sua ascensão acima da sociedade. Esta penúria foi muito maior durante os primeiros anos da revolução e de modo nenhum entrou a produção de obras literárias e artísticas de grande valor. Hoje, apesar de uma melhoria notável nas condições de existência, a indigência cultural subsiste. A repressão burocrática fere os mais dotados escritores. Nenhum verdadeiro escritor, nenhum verdadeiro artista pode acomodar-se à burocracia. No domínio da produção económica, durante um período em que a sociedade saíra do czarismo estava em baixo nível cultural, a burocracia contribuiu para o progresso da economia, mas a preço muito elevado. No domínio cultural, jamais favoreceu o menor pensamento independente: não foi um freio *relativo* nem *absoluto*, mas um extintor completo. A cultura e as artes foram as primeiras vítimas da burocracia e hoje é a vez de ser a economia, cada vez mais fortemente, a sua vítima.

IV

A SOCIEDADE SOVIÉTICA É UMA SOCIEDADE DE TRANSIÇÃO ENTRE O CAPITALISMO E O SOCIALISMO: OU UMA CONTRA-REVOLUÇÃO RESTABELECE O CAPITALISMO NA UNIÃO SOVIÉTICA, OU AS MASSAS TRABALHADORAS, POR UMA REVOLUÇÃO POLÍTICA, ABATEM A OMNIPOTÊNCIA DA BUROCRACIA E RESTABELECEM A DEMOCRACIA SOCIALISTA

Teremos de examinar separadamente os dois termos da alternativa assim formulada por Trotsky.

O medo de uma restauração capitalista no antigo império dos czares foi alimentado em todos os dirigentes soviéticos pelas revoltas dos «brancos» durante os primeiros anos da Revolução e pelo apoio que as forças contra-revolucionárias russas não deixaram de receber do estrangeiro durante longos anos. Em torno da União Soviética havia uma série de países que serviam de postos avançados à contra-revolução. Não há dúvida alguma que, na escala histórica, o capitalismo mundial desejava eliminar do mapa todos os Estados operários, incluindo a União Soviética. Mas poder-se-á dizer, na realidade, que o perigo da restauração capitalista na União Soviética subsiste agora, após mais de meio século da Revolução de Outubro, na mesma forma em que existiu no primeiro período do Estado Soviético?

Forças contra-revolucionárias internas para restabelecer o capitalismo nunca poderiam de qualquer modo ter assegurada a vitória, a não ser com o apoio de forças estrangeiras. De facto, Trotsky pensava que havia para a União Soviética uma séria possibilidade de derrota militar e consequentemente de contra-revolução capitalista, numa guerra

mundial em que se arriscasse a defrontar a coligação global do mundo capitalista. Só via como salvação para a União Soviética uma vitória da revolução socialista na Europa. Os acontecimentos tomaram um aspecto muito mais complexo do que o encarado na época de Trotsky. O medo de uma coligação global dos imperialistas mundiais contra a União Soviética penetrava também o governo russo. O Krenlim procurava jogar nos antagonismos existentes entre os imperialistas. Trotsky não criticava, como tais, as manobras diplomáticas do Krenlim. Logo após os acordos de Munique, escreveu que o governo soviético seria levado a procurar uma aproximação com a Alemanha. O pacto germano-soviético, como tal, não o surpreendeu. O que ele condenou em Estaline foi o só apostar nas manobras diplomáticas e não ter confiança nas forças revolucionárias do proletariado mundial e, pior ainda, subordinar a acção das organizações comunistas e as lutas das massas às suas manobras diplomáticas. Estigmatizou-o pela sua substituição cínica da teoria marxista, ao papel de serventia das manobras diplomáticas da burocracia, para o embelezamento de uma certa época das democracias imperialistas, pelas afirmações de Molotov, após a conclusão do pacto germano-soviético, segundo os quais «o fascismo era uma questão de gosto pessoal». Este pacto veio a ser quebrado por Hitler sem o mínimo aviso, com grande surpresa de Estaline.

Durante a guerra mundial, a União Soviética só recebeu uma ajuda relativa e tardia dos seus «aliados» imperialistas (Estados Unidos e Inglaterra) e venceu, essencialmente, devido aos imensos sacrifícios das massas soviéticas. O perigo foi grande para a União Soviética, até enorme quando Hitler chegou às portas de Leninegrado, de Moscovo e de Estalinegrado. Teria sido esse momento particularmente favorável a uma insurreição das forças contra-revolucionárias internas mas verificou-se então que tais forças eram insignificantes. As velhas organizações «brancas», formadas na emigração após Outubro de 1917, quase não rejuvenesceram a seguir à segunda guerra mundial. Os cidadãos soviéticos que saltam agora o muro, fazem-no para obter uma liberdade pessoal; muito raros são os que se pronunciam em favor do capitalismo. Os oponentes de hoje no interior da União Soviética estendem-se por uma gama avantajada no plano ideológico (desde o marxismo leninista até a uma eslavofilia e uma religiosidade reaccionária) mas, entre eles, não existem na prática, partidários do restabelecimento do capitalismo. Pode dizer-se que quase não há já na União

Soviética forças sociais ou políticas apreciáveis em favor da restauração do capitalismo.

E por outro lado, o que haverá sobre uma eventual intervenção dos imperialistas tendente a restabelecer o capitalismo na União Soviética? A coligação de todos os imperialistas não pôde efectivar-se no decurso da guerra. As alianças da União Soviética com potências ou grupos de potências imperialistas foram breves, menos de dois anos com a Alemanha hitleriana e seus aliados, cerca de quatro anos com as democracias imperialistas. Foi só quando começou a «guerra fria» que se realizou esta coligação mas, nessa altura, havia um contexto inteiramente novo das forças sociais e estatais na arena mundial.

No fim da Segunda Guerra Mundial, a vaga revolucionária na Europa foi bloqueada e o capitalismo reconstruído na Europa Ocidental, devido essencialmente à política que os partidos comunistas, nessa altura extremamente influentes, seguiram em conformidade com os acordos feitos por Estaline com os governos americano e inglês em Yalta, Teerão e Potsdam. Estaline não tinha o mínimo interesse em estimular a revolução no mundo. Os acordos feitos com Roosevelt e Churchill só davam à União Soviética uma zona de influência na Europa Oriental, onde Estaline, longe de começar a eliminar o capitalismo, procurou primeiramente estabelecer regimes burgueses ao seu serviço para ter em volta da União Soviética, em vez do «cordão sanitário» criado por Clemenceau e Lloyd George, uma trincheira de defesa dos territórios soviéticos. Para Estaline, os acordos de Yalta, Teerão e Potsdam deviam inaugurar uma era prolongada de «coexistência pacífica». Mas, declarada a «guerra fria» pelas potências imperialistas, Estaline viu-se compelido a eliminar, nos países que formavam a sua trincheira na Europa Oriental, as forças capitalistas susceptíveis de apoiar os esforços dos seus ex-aliados. Por outro lado, os dirigentes jugoslavos, à frente de uma revolução que fizera pesados sacrifícios, não se conformaram com os acordos dos «Grandes» e construíram no seu país um Estado operário. E assim se estabeleceu um equilíbrio social na Europa que, embora instável, pôde durar até 1968. Mas o certo é que o capitalismo mundial, muito debilitado, não pôde parar a ascensão revolucionária do Extremo-Oriente: a vitória da revolução chinesa (com a qual Estaline de modo nenhum contava) deslocou decisivamente a relação de forças no mundo em prejuízo do capitalismo e deu um impulso gigantesco à revolução em todos os continentes, até então em regime

colonial. Assim, a revolução socialista estendeu-se sobretudo para Leste e não para Oeste.

Na «guerra fria», os estrategas do capital discutiam sobre se deveriam utilizar uma estratégia de «roll back» ou de «containment» (de ataque ou de represa). Nessa altura, o imperialismo dispunha ainda de superioridade económica e militar — tinha o monopólio das armas nucleares. Mas, nos anos seguintes, continuou a deslocar-se a relação de forças no mundo: a revolução colonial não deixou de se estender, apesar de pesadas derrotas, aqui e ali; a U.R.S.S., no plano prático, ficou em igualdade com o mundo capitalista sob o ponto de vista militar; enfim, a sua economia deu saltos prodigiosos; a revolução vietnamita, ao mostrar que um povo numericamente débil, privado de largos recursos económicos, mal armado, bateu o imperialismo americano, estimulou todas as forças revolucionárias do mundo, despertou politicamente os próprios Estados Unidos e contribuiu para o desenvolvimento mundial de jovens forças, favoráveis à causa socialista.

Recentemente discutiu-se a possibilidade de o diferendo sino-soviético poder desenvolver-se até uma guerra entre a China e a União Soviética. Considerando a animosidade entre os dirigentes destes dois países, não se pode excluir teoricamente esta eventualidade. Mas estes dirigentes sabem calcular: choques localizados, conflitos por forças estrangeiras interpostas, não são de molde a perturbá-los; eles sabem que, consideradas as suas forças e dimensões respectivas, uma guerra entre estas duas potências nunca terminaria por uma vitória militar, de uma ou de outra, mas por um esgotamento de ambas.

Daqui resulta que, excluindo a possibilidade de uma terceira guerra mundial (e tal conflito colocaria toda a humanidade perante outro problema: o da sobrevivência), a perspectiva de uma restauração do capitalismo na União Soviética está posta de parte. Este termo da alternativa outrora exposta por Trotsky está hoje praticamente eliminado. Pelo contrário, o outro termo da alternativa — revolução política — longe de desaparecer, tornou-se muito mais actual. É o que vamos ver.

V

A BUROCRACIA NÃO RENUNCIARÁ VOLUNTARIAMENTE AOS SEUS PRIVILÉGIOS E NÃO RESTABELECE A DEMOCRACIA SOVIÉTICA. AS MASSAS OPERÁRIAS DA U. R. S. S. DEVERÃO PROCEDER A NOVA REVOLUÇÃO — REVOLUÇÃO POLÍTICA, PORQUE TERÁ POR OBJETIVO, NÃO TRANSFORMAR AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, MAS TRANSFORMAR A SUPERESTRUTURA POLÍTICA E DAR UM PLENO DESENVOLVIMENTO À DEMOCRACIA SOVIÉTICA, COM O FIM DE ASSEGURAR ÀS MASSAS A GESTÃO E O CONTRÔLE DO ESTADO E DA ECONOMIA

Com esta tese, Trotsky formulou no seu livro *A Revolução Traída*, bem como no *Programa de transição da IV Internacional*, algumas reivindicações essenciais que poderiam levar a uma revolução política e, ao mesmo tempo, acrescentava que este programa dependeria «do momento em que ela rebentar, do nível que o país tiver atingido e, em medida muito apreciável, da situação internacional». No tempo de Trotsky, esta revolução política ficou em noção teórica. Durante a «destalinização de Khrouchtchev», alguns pensaram que esta noção de Trotsky era desmentida pelos factos: a sociedade soviética evoluiria gradualmente, eliminaria as sequelas do estalinismo e restabeleceria a democracia soviética somente por via de reformas crescentes. O principal protagonista deste ponto de vista foi o próprio biógrafo de Trotsky, Isaac Deutscher, em oposição à IV Internacional que continuava a defender a perspectiva da revolução política formulada por Trotsky.

Via reformista ou via revolucionária? A resposta a esta pergunta é dada hoje indiscutivelmente pelo conjunto

de acontecimentos que se produziram após a morte de Estaline. Precisamos de não nos limitar apenas à marcha dos acontecimentos na União Soviética. Para melhor apaharmos as tendências futuras, precisamos de examinar o que se passou nos países vizinhos da mesma estrutura social, onde a burocracia está menos fortemente instalada, onde as massas tiveram mais possibilidades de acção. Às manifestações de Berlim-Leste em 1953, aos acontecimentos da Hungria e da Polónia em 1956, à «destalinização», ao XXº Congresso do P. C. U. S., à «Primavera de Praga», à invasão da Checoslováquia em 1968, às greves da Polónia de 1970-1971, é preciso também juntar a «revolução cultural» chinesa que, à sua maneira, dá uma contribuição para a compreensão das relações sociais nos Estados onde o capitalismo foi abolido. Um balanço global das transformações surgidas na União Soviética, após a morte de Estaline, pode resumir-se assim:

— No plano económico fizeram-se concessões às massas no domínio do consumo, para apaziguar o seu descontentamento e embotar os móveis mais imediatos que podiam empurrá-las para grandes lutas. Pelo contrário, no domínio da produção, o sistema da gestão burocrática das empresas foi na essência mantido. As reformas económicas não introduzem a democracia nas empresas, visam interessar o burocratas da produção no aumento desta.

— No plano político mais vastas camadas da burocracia são associadas à equipa no poder na direcção geral dos negócios, mas não foi tomada medida alguma, verdadeiramente democrática, que permitisse às massas pronunciarem-se sobre assuntos essenciais da política nacional e internacional. O partido único, a interdição das tendências e das facções são tabus — e foi precisamente porque encontraram oposição durante a Primavera de Praga que se fez a invasão da Checoslováquia, porque o exemplo poderia ter-se tornado contagioso. É bem certo que o poder, hoje, toma em consideração, muito mais do que no tempo de Estaline, os sentimentos e aspirações da massa populacional. Mas é ainda e sempre a direcção do Partido que decide: a população só é chamada a ratificar as decisões em pseudo-eleições.

— A onnipotência da polícia secreta — mas não a repressão — desapareceu. Foram concedidas certas garantias jurídicas. Os campos de concentração existem sempre mas já não encerram milhões de pessoas, como outrora.

As numerosas convulsões nos aparelhos de Estado e do Partido já não dão ocasião a depurações que terminem pela morte ou pelo perpétuo desterro, mas por mutações administrativas.

— No domínio cultural, a frase «realismo socialista» continua sempre a ser empregada, mas admitiu-se maior liberdade de expressão para os escritores e artistas, pelo menos sob Khrouchtchev. Uma certa crítica dos diversos aspectos da sociedade soviética foi permitida. O poder sob Brejnev mostra-se menos liberal, mas os meios intelectuais e culturais manifestam crescente resistência ao contróle do Estado e do Partido. À sucapa circulam produções não conformistas.

— No que diz respeito ao ser humano e seus próprios direitos, o poder abandonou a legislação repressiva de Estaline contra o aborto, cuja história Trotsky denuncia no seu livro *A Revolução Traída*, em páginas severas sobre os respectivos protagonistas. Alguns sábios importantes ousaram criar uma associação para defesa dos direitos do homem.

A «destalinização» de Khrouchtchev, o seu reformismo dirigido contra a resistência dos estalinistas endurecidos, como Molotov, Kaganovitch, não foi de modo algum uma auto-liquidação da burocracia mas, pelo contrário, uma auto-defesa desta, tentando fazer perdurar o seu regime político sobre a sociedade. Não é um fenómeno absolutamente novo o de certa evolução de um poder absoluto — nascido em dadas circunstâncias — perante uma nova situação. Conheceram-se na História o «despotismo esclarecido», o «império liberal». Mas a burocracia não hesita em abandonar a sua máscara liberal quando o seu domínio político está ameaçado. A sua intervenção na Hungria em 1956 e sobretudo na Checoslováquia em 1968 é, sob este ponto de vista, característica. É absolutamente falso que tivesse sido a ameaça do restabelecimento do capitalismo que fez agir o governo em cada um destes países.

Os acontecimentos da Hungria (1956), da Checoslováquia (1968), da Polónia (1970-1971), a resistência anti-burocrática na União Soviética, trouxeram à noção de «revolução política», usada por Trotsky, uma concretização que prolonga as linhas nas quais este se tinha orientado. Uma das reivindicações imediatas mais sentidas pelas massas é a «reabilitação» das vítimas do terror burocrático, o que de facto significará a condenação declarada, total, sem

reticências, do despotismo e do arbítrio burocráticos. Não é por acaso que o actual combate na União Soviética entre forças burocráticas que resistem desesperadamente a toda a liberalização, e as forças que, mais ou menos conscientemente, aspiram a uma democratização da sociedade, gravita em torno da avaliação do papel de Estaline.

A «intelligentsia» e a juventude estudantil foram as primeiras a exprimir a sua oposição à burocracia. De modo geral, a «intelligentsia», como tal, raramente e sobretudo na União Soviética, foi além de reivindicações democráticas que lhe dissessem respeito; nunca formulou reivindicações das massas operárias em termos que sejam sensíveis a estas. Mas as reivindicações da «intelligentsia» têm uma dinâmica que vai além das suas aspirações e por isso mesmo são temidas pela burocracia. «Lembramo-nos do círculo Petoefy», disse um dia Khrouchtchev, aludindo aos acontecimentos na Hungria em 1956.

Os movimentos operários produzidos na Hungria, Checoslováquia, Polónia, não formularam reivindicações sobre a forma política geral da democracia socialista, mas puseram em primeiro plano reivindicações e formas de organização directamente opostas ao poder burocrático. Na Hungria, os operários formaram conselhos operários, na Checoslováquia começaram por modificar largamente o pessoal das administrações sindicais, em Gdansk e em Szczecin pediram que o governo polaco discutisse com *os seus* delegados, com *os seus* comités de greve, recusando toda a representatividade aos funcionários sindicais que, segundo eles, representavam o poder junto dos operários e não o contrário. Na Polónia, os operários pediram igualmente que os dirigentes não tivessem privilégios como o de casas de campo. A intensidade do ódio antiburocrático manifestou-se pelo facto de, nas cidades polacas, os operários terem incendiado não só as estações de polícia mas também as sedes do partido. Apesar disto, algum tempo depois, o novo dirigente polaco, Gierak, teve de admitir que os movimentos proletários não foram dirigidos contra o socialismo. Foi uma bofetada em todas as afirmações estalinistas, segundo as quais o partido único era a vanguarda, o representante das massas, etc.

Nos Estados operários, a maior dificuldade para o desenvolvimento político dos movimentos anti-burocráticos das massas reside na inexistência de organizações verdadeiramente independentes, capazes de formular o programa da revolução política e de orientar uma actividade sistemática para fazer conhecer este programa. Tal situação é o

resultado de terríveis hecatombes de revolucionários cometidas pelos estalinistas, da monopolização pela burocracia dos meios de informação em todos os níveis, e do enorme aparelho policial que sufoca todo o pensamento independente nestes países. Mas os movimentos proletários, já produzidos, atestam que, cedo ou tarde, serão reconstituídas as vanguardas. Jovens intelectuais, como Modzelevsky e Kuron na Polónia, Peter Uhl na Checoslováquia, a preço das suas liberdades, deram já os primeiros passos na via de formulação de um programa e da reconstrução de um movimento marxista revolucionário. Na União Soviética, manifestaram-se entre os opositoristas como o general Grigorenko e o «kolkhoziano» Iakhimovitch, que reivindicaram abertamente o bolchevismo de Lenine, pensando até na organização de um novo partido bolchevique, tomando a defesa das minorias nacionais, retomando assim a luta que o próprio Lenine se preparava para lançar contra Estaline e a burocracia, nos últimos dias da sua vida política.

Já mencionámos que, em todos os Estados operários, as dificuldades económicas, em primeiro lugar, mas não só estas dificuldades, obrigaram os governos a procurar soluções. Duas principais orientações se manifestaram a este respeito: a dos Jugoslavos e a dos Chineses. Ambas, em sentido oposto, quiseram reformar o aparelho burocrático. Ambas tentaram tirar a ferrugem dos quadros burocráticos e substituir um aparelho desgastado por outro mais jovem, mais dinâmico, mais competente. Também ambos — ao contrário do que se passa na União Soviética — fizeram um apelo à intervenção das massas, embora conservando o controlo destas. Um daqueles países recorreu à autogestão, outro, à chamada «revolução cultural». Nem a experiência jugoslava, nem a chinesa, foram além de uma reforma da burocracia, de uma tentativa de «regeneração» da burocracia; nem um nem outro atacaram os tabus atrás mencionados, isto é, a existência de um partido único, a interdição de tendências e partidos, a ausência de organizações de massa independentes do Estado. É verdade que o recurso a uma certa intervenção das massas, tanto na auto-gestão jugoslava como na «revolução cultural» chinesa, não deixa de apresentar certos perigos futuros para a burocracia, porque a colocação em movimento das massas possui uma dinâmica que pode ir além das intenções e objectivos da equipa dirigente, sobretudo a longo prazo. No caso da «revolução cultural», é preciso sublinhar que Mao Tsé Tung, ao apresentar essa operação política por ele feita como uma «revolução», involuntária mas implicitamente reconhe-

ceu que, se era precisa uma certa «revolução» para renovar a burocracia, com mais forte razão seria precisa, para abolir o poder da burocracia na sociedade, uma verdadeira revolução efectuada pelas massas operárias.

Em suma, o fenómeno burocrático nos Estados onde o sistema capitalista foi derrubado, mostrou-se mais complexo, mais persistente do que jamais puderam imaginar homens como Marx e Lenine. O essencial do programa anti-burocrático que Marx tirara da experiência da Comuna de Paris e que Lenine retomara em *O Estado e a Revolução*, — a eleição de todos os responsáveis, a sua revogabilidade em qualquer momento pelos eleitores, não podendo o ordenado de qualquer eleito ser superior ao de um operário especializado — parecia tornar suficiente esse programa. Marx não podia prever que aparecessem eleições, num país onde o capitalismo fora abolido, que se transformassem em farsa pelo facto da existência de um «partido único», isto é, pela inexistência de um confronto de ideias, única forma de assegurar organizações políticas, sindicais, culturais, etc., baseadas sobre as novas relações de produção e independentes do aparelho de Estado.

Na União Soviética, a burocracia tapou todas as vias de uma democratização pacífica da sociedade; entregou-se a uma «liberalização» muito limitada porque corria riscos muito grandes se a não fizesse, mas não deixa outra via para a democratização, de que a sociedade soviética tem absoluta necessidade para retomar o fôlego em todos os domínios, além da via revolucionária. A tese de Trotsky sobre a revolução política, que constituiu surpresa quando ele a exprimiu pela primeira vez, é uma noção agora admitida (e largamente), no mesmo sentido em que ele a emitiu, isto é, uma revolução que mantenha as relações de produção colectivizadas mas que derrube o poder absolutista da burocracia e restabeleça a democracia soviética a nível elevado, muito superior ao dos primeiros anos da Revolução.

Em conclusão. As principais teses de Trotsky sobre a natureza da sociedade soviética e sobre o papel da burocracia nesta sociedade constituem ainda hoje, na nossa opinião, o quadro a partir do qual é possível compreender a marcha e as contradições da União Soviética, a política dos seus dirigentes, prestando consideração — como é natural — às enormes mudanças surgidas no decurso dos tempos.

Acrescentaremos algumas linhas relativamente a uma consequência notável do estalinismo. A Revolução de Outu-

bro de 1917 fez de Moscovo o polo da revolução socialista para todo o mundo. Ao seu apelo formaram-se partidos comunistas. Os movimentos revolucionários — comunistas ou não — voltavam-se de todos os lados do mundo para Moscovo, a fim de receber conselhos e apoio. Esta situação prolongou-se por muito tempo depois que o poder burocrático na U. R. S. S. — como dissemos — já só pensava utilizar os movimentos de massa como moeda de troca nas suas operações diplomáticas com o mundo capitalista.

O erro cometido sobre este assunto por muitos revolucionários a partir de 1924 foi fatal em numerosas lutas e prejudicou a formação de autênticos partidos marxistas revolucionários, ligados às massas. As ilusões sobre o polo revolucionário que seria o Krenlim dissipam-se agora cada vez mais. O seu peso no mundo advém de a União Soviética ser a segunda potência mundial; torna-se cada vez menor no plano ideológico.

Para as gerações jovens, Moscovo aparece sobretudo como uma força conservadora a procurar congelar o mundo, a manter, apesar de tudo, um «statu quo» perpetuamente perturbado. O velho monolitismo estalinista está profundamente fendido. A «normalização» já só se pode realizar na Checoslováquia, mesmo às portas da União Soviética, pela presença dos tanques russos. Este meio — a História o mostrou — tem mesmo assim os seus limites. A força da burocracia soviética reside sobretudo em que na U. R. S. S. as massas operárias não começaram ainda na verdade a mover-se, ainda não encontraram uma verdadeira expressão política. Entre a «intelligentsia» não conformista e as massas soviéticas não há laços eficientes; muitas vezes até as massas olham para a «intelligentsia» com desconfiança, como fazendo parte do «*establishment*».

Esta situação transformar-se-á, tarde ou cedo. Assim como os impulsos revolucionários no mundo levaram tentáculos aos Estados Unidos, também virão a ter as suas repercussões na União Soviética. Os porta-vozes actuais da burocracia, que têm um instinto muito perspicaz de defesa dos seus interesses e privilégios, sabem isso muito bem. Se mantêm um véu opaco sobre a história do seu país, se é impossível ler na União Soviética qualquer outra coisa que não seja livros oficiais sobre a história da Revolução, é porque os seus dirigentes estão convencidos de que as divergências entre Estaline e Trotsky não pertencem apenas à História mas são de uma actualidade escaldante. Os dirigentes soviéticos de hoje compreendem muito bem o significado de numerosas edições das obras do Trotsky durante

os últimos anos e em numerosos países. As ideias contidas nessas obras, depois de terem estado submersas durante décadas de reacção no mundo capitalista e de domínio burocrático nos Estados operários, conhecem um renovoamento que não parará nas fronteiras da União Soviética.

A revolução russa retomará a sua marcha para a frente. Não se pode duvidar que o grande futuro na União Soviética está prometido ao trotskismo, que é o marxismo revolucionário da nossa época. As posições que se afirmaram até agora relativamente à época de Estaline, na Jugoslávia, na Polónia, na Hungria, na China, etc., são díspares e fragmentárias, mas o *conjunto* dos diversos pontos de vista que foram opostos nesses países às directivas de Moscovo aproximam-se singularmente do programa formulado por Trotsky para a IV Internacional. A União Soviética — é preciso não o esquecer — é o país cuja história contém as mais fortes tradições trotskistas. A Oposição de Esquerda foi ali dirigida por homens que ocuparam os mais eminentes postos durante a Revolução de Outubro. A luta desferida por esta Oposição é a que Lenine preparou contra Estaline e contra a burocracia no último período da sua vida política, a que ele preconizou nos seus últimos escritos.

Encontrar a verdade sobre a história da Revolução e da União Soviética, ligar-se a este período altamente revolucionário da respectiva história, é já o começo de um programa antiburocrático.

Ao explicar que são inevitáveis *deformações burocráticas* durante a transição do capitalismo para o socialismo, Trotsky não considerava a *degenerescência burocrática* que é o estalinismo como um fenómeno historicamente inevitável, conforme deixam perceber agora estalinistas de ontem e de anteontem para encobrir o seu alinhamento com os de outrora.

Contudo, este acidente da história deu um aspecto totalmente imprevisto ao período de transição do capitalismo para o socialismo. Para Marx, o triunfo da revolução socialista na Europa foi por diversas vezes apresentado como iminente. Nos primeiros anos da revolução russa de 1917, Lenine e Trotsky, mantendo a perspectiva da revolução socialista que se daria a breve prazo no Ocidente, principalmente na Alemanha, compreenderam a importância adquirida pelos movimentos revolucionários dos povos colonizados com o fim de assegurar esta vitória.

Era esta ainda a perspectiva que teria podido realizar-se no fim da guerra se, pelos acordos de Yalta, Teerão e Potsdam, a burocracia soviética não tivesse ajudado as potências capitalistas a esmagar a revolução europeia. Dado este facto, as revoluções socialistas começaram por vencer nos países atrasados e não nos países economicamente avançados; durante uns vinte anos é a revolução colonial, com tendência a transcrescer em revolução socialista, o principal, para não dizer o único, momento da revolução socialista mundial. Desde o Maio francês de 68, os movimentos revolucionários europeus e em outros países capitalistas economicamente avançados retomaram a marcha para a frente, com características anti-capitalistas dominantes mas também com traços anti-burocráticos.

Hoje a revolução socialista mundial não é só constituída pela combinação da revolução proletária, por assim dizer clássica, dos países capitalistas avançados, com a revolução colonial; esta combinação inclui igualmente a revolução política anti-burocrática nos Estados do tipo da União Soviética.

De Marx a Lenine, a luta pelo socialismo só englobava no imediato as massas operárias dos países europeus cujas características eram bastante semelhantes e, por isso, o socialismo formulava apenas problemas relativamente limitados. Agora, a revolução socialista estende-se a todo o planeta, a países extremamente diferenciados económica, política e socialmente. Esta situação fez surgir uma multidão de novos problemas. Com o seu combate teórico e político contra o estalinismo, Trotsky foi o primeiro a projectar a luz do marxismo revolucionário sobre eles e fez isso com um fulgor que não perdeu ainda a sua intensidade trinta anos após a sua morte.

Assim, Trotsky não foi apenas o dirigente da Revolução de Outubro, lutando até ao seu último fôlego para lhe conservar os objectivos iniciais, mas foi o teórico que se inscreve nas directrizes de Marx e Lenine para abrir às massas a via da construção de um mundo socialista.

Pierre Frank

OBJECTO DESTE TRABALHO

O mundo burguês começou por fingir que não via os êxitos económicos do regime dos sovietes, que são a prova experimental da viabilidade dos métodos socialistas. Perante a marcha, sem precedentes na História, do desenvolvimento industrial, os sábios economistas ao serviço do capital ainda tentam muitas vezes manter profundo silêncio, ou então limitam-se a relembrar «a excessiva exploração» dos camponeses. Perdem assim uma excelente ocasião de nos explicar por que razão a exploração desenfreada dos camponeses, na China, no Japão e na Índia, nunca provocou um desenvolvimento industrial acelerado, nem mesmo em grau diminuto, comparado ao da U. R. S. S.

Contudo, os factos vão realizando a sua obra. As livrarias dos países civilizados são invadidas pelas obras consagradas à U. R. S. S. Não é de admirar, porque fenómenos deste tipo não se produzem com frequência. A literatura ditada por ódio cego ocupa nesta produção um lugar cada vez menos importante; pelo contrário, uma grande parte de obras recentes apresenta-se colorida de simpatia cada vez maior e até de admiração. Devemos regozijar-nos pela abundância de livros pro-soviéticos porque são índice de melhor reputação do novo Estado. É infinitamente mais louvável idealizar a U. R. S. S. do que idealizar a Itália fascista. Mas seria inútil procurar o leitor nas páginas de todos esses livros uma apreciação científica do que se passa realmente no país da Revolução de Outubro.

As obras dos «amigos da U. R. S. S.» classificam-se em três grandes categorias: jornalismo amador, o género descritivo, a reportagem de «esquerda» — mais ou menos — fornecem a maioria dos livros e artigos. A seu lado, enfileiram, embora com pretensões mais elevadas, os livros do «comunismo» humanitário, lírico e pacifista. Em terceiro lugar, aparecem as esquematizações económicas, no espírito velho-alemão do socialismo universitário. Louis Fisher e

Duranty são suficientemente conhecidos como os representantes do primeiro tipo de autores. Barbusse e Romain Rolland representam melhor a categoria dos «amigos humanitários»: certamente que não foi sem razão que o primeiro, antes de se achegar a Estaline, escreveu uma «Vida de Jesus», e o segundo uma biografia de Gandhi. Enfim, o socialismo pedante e conservador teve, no infatigável casal Webb, os seus mais autorizados representantes.

O que reúne estas três categorias tão diferentes é a veneração pelo facto realizado e a inclinação por animadoras generalizações. Mas nenhum destes autores tem força para se insurgir contra os seus próprios capitalismo. Estão muito mais dispostos a apoiar-se numa revolução estrangeira, aliás apaziguada. Antes da Revolução de Outubro e muitos anos depois dela, nenhum desses homens, nenhum dos seus pais espirituais, perguntava sèriamente por que vias poderia vir o socialismo a este mundo. Era-lhes muito mais fácil reconhecer o socialismo pelo que se passa na U. R. S. S.: isto confere-lhes uma aparência de homens progressistas, marchando com a sua época, e também certa firmeza moral, sem se comprometerem com isso em coisa alguma. A sua literatura contemplativa e optimista, absolutamente nada destrutiva, que só vê desacordos no passado, exerce nos nervos do leitor uma influência tranquilizante que lhes assegura bom acolhimento. Assim se forma insensivelmente uma escola internacional a que pode chamar-se «do bolchevismo para uso da burguesia esclarecida» ou, num sentido mais restrito, a do «socialismo dos turistas radicais».

Não sonhamos estabelecer polémica com produções deste género porque não fornecem ocasiões sérias. Os problemas acabam por si, onde na realidade começam. O objectivo do presente estudo é dar uma justa apreciação do que existe para melhor se compreender o que se faz. Não perderemos tempo com o dia de ontem a não ser na medida em que isso nos ajude melhor a prever o dia de amanhã. Faremos uma exposição crítica. Quem se inclinar perante o facto realizado quase não será capaz de preparar o futuro.

O desenvolvimento económico e cultural da U. R. S. S. já passou por várias fases, sem atingir ainda — muito longe disso — o equilíbrio interno. Se considerarmos que o alvo do socialismo é criar uma sociedade sem classes, fundada na solidariedade e na harmoniosa satisfação de todas as necessidades, não encontraremos ainda neste sentido fundamental, o menor socialismo na U. R. S. S. É verdade que as contradições da sociedade soviética diferem profundamente, pela sua natureza, das do capitalismo, mas, nem

por isso, deixam de ser muito agudas. Expressam-se pela desigualdade material e cultural, pela repressão, pela formação de grupos políticos, pela luta entre facções do partido. O regime policial ensurdece e deforma a luta política, sem a eliminar. Ideias postas no Index exercem a cada passo a sua influência na política do governo, que elas fecundam ou contrariam. Nestas condições, a análise do desenvolvimento da U. R. S. S. não se pode separar um só instante das ideias e das palavras de ordem sob as quais se desenrola no país uma luta política asfíxiada mas apaixonada. Aqui mistura-se a História à política viva.

Os filisteus bem pensantes «da esquerda» gostam de repetir que se deve guardar a máxima circunspecção nas críticas à U. R. S. S., para de modo nenhum prejudicar a construção do socialismo. Quanto a nós, não pensamos que o Estado soviético seja assim tão frágil. Os seus inimigos estão muito melhor informados a seu respeito do que os seus verdadeiros amigos que são os operários, de todos os países. O estado-maior dos países imperialistas tem contabilizado exactamente o activo e o passivo da U. R. S. S. e não apenas baseados em relatórios públicos. Os inimigos podem, infelizmente, aproveitar-se das fraquezas do Estado operário mas não poderiam em caso algum tirar proveito da crítica de tendências desse Estado que, até mesmo eles, consideram como positivas. A hostilidade da maior parte dos «amigos» oficiais da U. R. S. S. contra a crítica dissimula em realidade a fragilidade ansiosa das suas próprias simpatias, muito mais do que a fragilidade da própria U. R. S. S. Com toda a calma, ponhamos de lado estes avisos e temores. Não são as ilusões mas os factos que tomam a decisão. Queremos mostrar um rosto e não uma máscara.

L. T.

4 de Agosto de 1936.

Post-scriptum: estava este livro terminado e acabava de ser enviado aos editores, no momento em que foi anunciado o processo dos «terroristas» de Moscovo, que por isso não pôde ser aqui comentado. Mais importante se torna sublinhar que este trabalho explica antecipadamente o processo dos «terroristas» e põe a nu, tanto a sua mística como a sua mistificação.

Setembro de 1936.

I

O LEGADO

Os principais índices do desenvolvimento industrial

A insignificância da burguesia russa fez com que os objectivos democráticos da Rússia retardatária, tais como a liquidação da monarquia e de uma servidão dos camponeses meio-saídos da escravidão, só pudessem ser alcançados pela ditadura do proletariado. Mas tendo conquistado o poder à cabeça das massas camponesas, o proletariado não pôde limitar-se a realizações democráticas. A revolução burguesa confundiu-se imediatamente com a primeira fase da revolução socialista. E isto não aconteceu por causas fortuitas. A história dos últimos decénios atesta com uma força particular que, nas condições da decadência do capitalismo, os países atrasados não poderão atingir o nível das velhas metrópoles do capital. Os civilizadores no impasse barram o caminho aos que se civilizam. A Rússia entrou na via da revolução proletária, não porque a sua economia fosse a mais madura para a transformação socialista, mas porque esta economia já não podia desenvolver-se em bases capitalistas. A socialização dos meios de produção tornou-se a condição necessária prévia para retirar o país da barbárie: esta, é a *lei do desenvolvimento combinado* dos países atrasados. Entrando na revolução socialista como «o elo mais fraco da cadeia capitalista» (Lenine), o antigo império dos czares deve ainda hoje, dezanove anos após a revolução, «alcançar e ultrapassar» — o que quer dizer *alcançar antes* de qualquer outra coisa — a Europa e a América, por outros termos, resolver os problemas da produção e da técnica que o capitalismo avançado há muito tempo resolveu.

Poderia ser de outro modo? A subversão das velhas classes dominantes, longe de resolver este problema, nada mais fez que pô-lo a nu: elevar-se da barbárie para a cultura. Concentrando simultaneamente a propriedade dos meios de produção nas mãos do Estado, a revolução permitiu aplicar novos métodos económicos de eficácia infinitamente

grande. Só graças à direcção que seguiu um plano único, foi possível reconstruir em pouco tempo o que tinha sido destruído pela guerra imperialista e pela guerra civil, criar novas grandes empresas, novas indústrias, ramos completos de indústria.

O extremo enfraquecimento da revolução internacional, com a qual contavam a curto prazo os chefes do partido bolchevique, suscitando enormes dificuldades à U. R. S. S., fez ressaltar os seus recursos internos e as suas possibilidades excepcionalmente extensas. A justa apreciação dos resultados obtidos — tanto na ordem da sua grandeza como da sua insuficiência — só é contudo possível à escala internacional. O método com cujo auxílio nós operamos é o da interpretação histórica e sociológica e não o da acumulação de ilustrações estatísticas. Tomamos, contudo, para ponto de partida, alguns números entre os mais importantes.

A amplitude da industrialização da U. R. S. S., comparada com a estagnação e com o declínio de quase todo o universo capitalista, ressalta dos índices globais que se seguem. A produção industrial da Alemanha só neste momento regressa ao seu nível de 1929, graças à febre dos armamentos. No mesmo lapso de tempo, a produção da Grã-Bretanha só aumentou, com a ajuda do protecционismo, 3 a 4%. A produção industrial dos Estados-Unidos baixou cerca de 25%. A da França mais de 30%. O Japão, no seu frenesim de armamento e de pilhagens, coloca-se, pelos seus êxitos, na primeira fila dos países capitalistas, pois a sua produção aumentou perto de 40%. Mas até mesmo este índice excepcional empalidece também, perante a dinâmica do desenvolvimento da U. R. S. S., cuja produção industrial foi multiplicada, no mesmo lapso de tempo, por 3,5, o que significa um aumento de 250%. Nos dez últimos anos (1925-1935), a indústria pesada soviética mais que decuplicou a sua produção. No primeiro ano do primeiro plano quinquenal, os investimentos de capital elevaram-se a 5,4 biliões de rublos; em 1936, devem ser da ordem dos 32 biliões.

Se, dada a instabilidade do rublo como unidade de medida, abandonarmos as estimativas financeiras, outras estimativas mais incontestáveis se nos impõem. Em Dezembro de 1913, a bacia do Donetz forneceu 2 275 000 toneladas de hulha; em Dezembro de 1935, 7 125 000 toneladas. No decurso dos três últimos anos a produção de ferro duplicou, a do aço e aços laminados foi multiplicada por cerca de dois e meio. Comparada à de antes da guerra, a extracção do petróleo, da hulha, do minério de ferro,

foi multiplicada por três ou três e meio. Em 1920, quando foi concluído o primeiro plano de electrificação, o país tinha dez estações locais com uma potência total de 253 000 Kw. Em 1935, havia já 95 estações locais com uma potência total de 4 345 000 Kw. Em 1925, a U. R. S. S. ocupava o décimo primeiro lugar no mundo na produção de energia eléctrica; em 1935, só a ultrapassam a Alemanha e os Estados- Unidos. No que respeita à extracção da hulha, a U. R. S. S. passou do décimo lugar para quarto. Na produção do aço, do sexto para terceiro. Na produção de tractores ocupa o primeiro lugar no mundo. E o mesmo acontece para a produção de açúcar.

Os imensos resultados obtidos pela indústria, o início cheio de promessas de um surto da agricultura, o extraordinário crescimento das velhas cidades industriais, a criação de novas, o rápido aumento do número de operários, a elevação do nível cultural e das necessidades, são os resultados incontestáveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do velho mundo pretenderam ver o túmulo da civilização. Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não só nas páginas de *O Capital*, mas numa arena económica a cobrir a sexta parte da superfície do globo; não na linguagem da dialéctica, mas na do ferro, do cimento e da electricidade. Mesmo que a U. R. S. S. sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros dos seus dirigentes — o que, firmemente o esperamos, ser-nos-á poupado — continuaria, como prova para o futuro, o facto indestrutível de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter em menos de vinte anos resultados sem precedente na História.

Assim se encerra o debate com os reformistas no movimento operário. Poderemos, ainda que por um momento, comparar a sua agitação de ratos à obra titânica de um povo chamado pela revolução a uma nova vida? Se, em 1918, a social-democracia alemã tivesse aproveitado o poder que os operários lhe confiavam para consumir a revolução socialista e não para salvar o capitalismo, não seria difícil conceber, apoiando-nos no exemplo russo, o invencível poder económico que seria hoje o do maciço socialista da Europa central e oriental e de uma parte considerável da Ásia. Os povos do mundo terão ainda de pagar com novas guerras e novas revoluções os crimes históricos do reformismo.

Apreciação comparativa dos resultados

Os coeficientes dinâmicos da indústria soviética não têm precedentes. Mas nem hoje nem amanhã resolverão a questão. A U. R. S. S. cresce a partir de um nível espantosamente baixo, enquanto os países capitalistas patinam a partir de um nível muito elevado. A relação das forças actuais é determinada, não pela dinâmica de crescimento, mas pela oposição da força total dos dois adversários, tal como se exprime nas reservas materiais, na técnica, na cultura e, antes de tudo, no rendimento do trabalho humano. Logo que abordemos o problema sob este ângulo estatístico, a situação muda, encontrando-se a U. R. S. S. em grande desvantagem.

A questão colocada por Lenine: «quem vencerá?», é a da relação de forças, por um lado, entre a U. R. S. S. e o proletariado revolucionário do mundo, por outro, entre as forças interiores hostis e o capitalismo mundial. Os êxitos económicos da U. R. S. S. permitem-lhe consolidar-se, progredir, armar-se e, se necessário, bater em retirada e esperar; numa palavra, resistir. Mas, em si própria, a questão «Quem vencerá?», não só no sentido militar do termo, mas antes de tudo no sentido económico, coloca-se diante da U. R. S. S. à escala mundial. A intervenção armada é perigosa. A intervenção das mercadorias a baixo preço, vindo atrás dos exércitos capitalistas, seria infinitamente mais perigosa. A vitória do proletariado num país do Ocidente conduziria imediatamente a uma mudança radical da relação de forças. Mas enquanto a U. R. S. S. continuar isolada, pior; enquanto o proletariado europeu marchar de derrota em derrota e recuar, a força do regime soviético mede-se, decididamente, pelo rendimento do trabalho que, na produção de mercadorias, se exprime pelos preços de custo e de venda. A diferença entre os preços internos e os do mercado mundial constitui um dos índices mais importantes da relação de forças. Ora, é proibido à estatística soviética tocar, por pouco que seja, nesta questão. E isto porque, a despeito do seu marasmo e da sua estagnação, o capitalismo continua ainda com uma enorme superioridade na técnica, na organização e na cultura do trabalho.

É suficientemente conhecido o estado tradicionalmente atrasado da agricultura soviética. Em nenhum dos seus ramos foram atingidos êxitos comparáveis aos da indústria. «Encontramo-nos ainda muito atrasados em relação aos países capitalistas», deplorava Molotov no fim de 1935,

«quanto ao rendimento das nossas culturas de beterraba». Em 1934, obtiveram-se, na U. R. S. S., 82 quintais por hectare; em 1935, na Ucrânia, no decurso de uma colheita excepcional, 131 quintais. Na Checoslováquia e na Alemanha, o hectare fornece perto de 250 quintais, em França mais de 300. As lamentações de Molotov podem, sem exagero, estender-se a todos os ramos da agricultura, quer se trate de culturas técnicas ou de cereais e, mais ainda, da criação. Culturas alternadas bem concebidas, selecção de sementes, emprego de adubos, de tractores, de utensílios agrícolas aperfeiçoados, criação de gado de raça, tudo isso prepara, na verdade, uma enorme revolução na agricultura socializada. Mas, precisamente neste domínio, um dos mais conservadores, a revolução precisa de tempo. Neste momento, o objectivo é, apesar da colectivização, aproximar-se dos modelos superiores do Ocidente capitalista, com as suas pequenas herdades individuais.

A luta pelo aumento do rendimento do trabalho na indústria prossegue por duas vias: assimilação da técnica avançada e melhor utilização da mão de obra. A possibilidade de construir em poucos anos grandes fábricas do tipo mais moderno foi assegurada, por um lado, pela alta técnica do Ocidente capitalista, por outro, pelo regime de planificação. Neste domínio, assistimos à assimilação das conquistas de outrem. O facto de a indústria soviética, e mesmo de o equipamento do exército vermelho, terem sofrido um crescimento muito rápido, implicam enormes vantagens potenciais. A economia não é obrigada a arrastar atrás de si utensílios antiquados, como acontece em França ou na Inglaterra. O exército não é obrigado a usar as velhas armas. Mas este crescimento febril tem aspectos negativos: os diversos elementos da economia não se harmonizam; os homens encontram-se em atraso em relação à técnica; a direcção encontra-se abaixo das suas tarefas. O todo exprime-se, na hora actual, por preços de custo muito elevados para uma produção de baixa qualidade.

«Os nossos poços», escreve o dirigente da indústria do petróleo, «dispõem dos mesmos utensílios dos poços americanos, mas a organização da perfuração está atrasada, os quadros são insuficientemente qualificados. O grande número de acidentes explica-se pela negligência, incapacidade e insuficiência de vigilância técnica». Molotov lamenta-se por «estarmos muito em atraso na organização

dos estaleiros de construção... Conformam-se aí frequentemente com a rotina, tratando de maneira escandalosa os utensílios e as máquinas». Encontramos estas confissões em toda a imprensa soviética. A técnica moderna encontra-se longe de dar na U. R. S. S. os mesmos resultados que na sua pátria capitalista.

Os êxitos globais da indústria pesada constituem uma conquista inapreciável: só se pode construir sobre esses fundamentos; mas é na produção dos pormenores mais subtis que uma economia moderna mostra os seus direitos. A este respeito, encontra-se ainda muito atrasada.

Os resultados mais sérios, não só quantitativos, mas também qualitativos, foram seguramente obtidos na indústria militar: o exército e a marinha são os clientes mais exigentes e os mais influentes. Os dirigentes dos serviços do exército, incluindo Vorochilov, não deixam contudo de se lamentar, nos seus discursos publicados: «nunca nos encontramos completamente satisfeitos com a qualidade da produção que dão ao exército vermelho». Adivinha-se, sem dificuldade, a inquietude por detrás destas prudentes palavras.

«A construção de máquinas», diz-nos o chefe da indústria pesada, num relatório oficial, «deve ser de boa qualidade, o que, infelizmente, não é o caso. A máquina é cara entre nós». Como sempre, o redactor abstém-se de fornecer dados precisos em comparação com a produção mundial.

O tractor é o orgulho da indústria soviética. Mas o coeficiente de utilização dos tractores é muito baixo. No decurso do último exercício económico, 81% dos tractores tiveram de sofrer reparações capitais e um bom número destas máquinas encontrou-se fora de uso a meio do trabalho nos campos. Segundo certos cálculos, as estações de máquinas e tractores só cobrirão as suas despesas com colheitas de 20 a 22 quintais de grãos por hectare. Como actualmente o rendimento médio do hectare não atinge metade deste número, o Estado é obrigado a cobrir as diferenças negativas que se elevam a milhões.

A situação dos transportes automóveis é ainda pior. Um camião percorre, na América, 60 000, 80 000 e mesmo 100 000 quilómetros por ano; na U. R. S. S., só percorre 20 000, três a quatro vezes menos. Em cem máquinas, cinquenta e cinco encontram-se nas estradas, as outras em

reparações, ou à espera disso. O custo das reparações é o dobro do custo total de produção de novas máquinas. Não é de admirar que, na opinião da comissão governamental de contrôle, «os transportes automóveis sejam para o preço de custo da produção uma carga excepcionalmente pesada».

O aumento da capacidade de transporte das vias férreas é acompanhado, segundo o presidente do Conselho dos comissários do povo, «por um grande número de acidentes e de descarrilamentos». A causa essencial mantém-se e é a medíocre qualidade do trabalho, herdada do passado. A luta pela manutenção conveniente das vias férreas torna-se uma espécie de façanha heróica, das quais os agulheiros recompensados fazem os seus relatórios ao Krenlim diante dos mais altos representantes do poder. Apesar das aquisições dos últimos anos, os transportes marítimos encontram-se bastante em atraso em relação aos caminhos de ferro. Encontram-se periodicamente nos jornais pequenos artigos sobre o «trabalho deplorável dos transportes marítimos, a qualidade incredivelmente baixa das reparações na frota», etc.

Nos ramos da indústria ligeira, a situação é ainda menos favorável que na indústria pesada. Poder-se-á formular, por isso, para a indústria soviética, uma lei bastante particular: os produtos são, regra geral, tanto piores quanto mais próximos do consumidor. Na indústria têxtil, acreditando no *Pravda*, «a percentagem de imperfeições é vergonhosa, prevalecem o fraco sortido e a baixa qualidade». As lamentações relativas à má qualidade dos artigos de primeira necessidade aparecem periodicamente na imprensa soviética: «ã latoaria é mal trabalhada; as mobílias são disformes, mal pregadas, atabalhoadas; «não se encontram botões em condições; os estabelecimentos de alimentação pública trabalham de maneira absolutamente lamentável», etc.

Caracterizar os êxitos da industrialização apenas por índices quantitativos é o mesmo que querer definir a anatomia de um homem só pela sua estatura, sem indicar a medida do peito. Uma estimativa mais justa da dinâmica da economia soviética exige, ao mesmo tempo que um correctivo sobre a qualidade, lembrarmo-nos que os êxitos rápidos num domínio são de facto acompanhados por atrasos em outros. A criação de grandes fábricas de automóveis paga-se com a insuficiência e o abandono da rede rodoviária. «O abandono das nossas estradas é extraordinário»,

constata o *Izvestia*, «não é possível fazer mais de dez quilómetros por hora numa estrada tão importante como Moscovo-Iaroslav». O presidente da comissão do respectivo plano afirma que o país conserva ainda as tradições dos «séculos sem estradas».

A economia municipal encontra-se num estado análogo. Criam-se em pouco tempo novas cidades industriais, enquanto dezenas de cidades antigas caem no mais completo abandono. As capitais e as cidades industriais crescem e embelezam-se, constroem-se aqui e ali teatros e clubes caros, mas a crise da habitação é intolerável, as habitações são, por hábito, absolutamente desprezadas. «Construímos mal e caro, o conjunto das habitações usa-se e não se mantém, fazemos poucas reparações e mal» (*Izvestia*).

Estas desproporções são comuns a toda a economia. Elas são, numa certa medida, inevitáveis, pois era necessário, e ainda é necessário, começar pelos sectores mais importantes. Não é menos verdade que o estado atrasado de certos sectores diminui em muito a eficácia do trabalho em alguns outros. Se se imaginar uma economia dirigida ideal, que não assegure o mais rápido desenvolvimento de certos ramos, mas os melhores resultados para a economia no seu conjunto, o coeficiente estatístico de crescimento será menor no primeiro período, mas a economia no seu conjunto e o consumidor ganharão com isso. Como consequência, a dinâmica geral da economia também ganhará. Segundo a estatística oficial, a produção e a reparação de automóveis juntam-se para formar um total de produção industrial. Do ponto de vista da eficácia económica seria melhor proceder aqui por subtracção do que por adição; esta observação diz respeito, igualmente, a outras indústrias. É por isso que todas as avaliações globais em rublos só possuem um valor relativo: não se sabe o que é o rublo e não se sabe o que se esconde por detrás dele, o fabrico ou o estrago prematuro de uma máquina. Se (avaliadas em rublos «estáveis»), a produção global da indústria pesada sextuplicou em relação à de antes da guerra, a extracção de petróleo e de hulha, assim como a produção de ferro, só aumentaram, em toneladas, três ou três vezes e meia. A causa principal desta discordância reside no facto de a indústria soviética ter criado novos ramos, desconhecidos da Rússia dos czars. Mas é necessário procurar uma causa complementar na manipulação tendenciosa das estatísticas. Sabe-se que toda a burocracia experimenta a necessidade orgânica de dissimular a realidade.

POR HABITANTE

O rendimento individual médio do trabalho é ainda muito baixo na U. R. S. S. Na *melhor* fábrica metalúrgica, a produção de ferro e de aço por operário é, segundo o director, três vezes inferior à média nos Estados- Unidos. A comparação das médias entre os dois países daria provavelmente uma relação de um para cinco, ou ainda mais baixo. Nestas condições, a afirmação segundo a qual os altos fornos são «melhor» utilizados que os dos países capitalistas é, neste momento, desprovida de sentido; o único objectivo da técnica é economizar o trabalho do homem. Na indústria florestal e de construção, o estado de coisas é ainda mais deplorável que na metalurgia. Por operário empregado a produção é de 5 000 toneladas por ano nos Estados- Unidos e de 500 toneladas isto é, dez vezes menos, na U. R. S. S. Uma diferença tão gritante explica-se, mais do que por insuficiência na formação profissional dos operários, pela má organização do trabalho. A burocracia incita com todas as suas forças os operários, mas não sabe tirar um justo partido da mão de obra. E, a este respeito, a agricultura encontra-se, evidentemente, ainda menos favorecida que a indústria. Ao fraco rendimento do trabalho corresponde uma fraca renda nacional e, portanto, um baixo nível de vida das massas populares.

Quando nos dizem que a U. R. S. S. ocupará, em 1936, o primeiro lugar na Europa quanto à produção industrial — êxito enorme em si mesmo — despreza-se não só a qualidade e o preço de custo, mas ainda o número da população. Ora, o nível de desenvolvimento geral do país e, mais particularmente, a condição material das massas, não podem ser determinadas, a não ser em traços gerais, senão dividindo a produção pelo número de consumidores. Experimentemos efectuar esta simples operação aritmética.

O papel das vias férreas na economia, na vida cultural e na guerra, não necessita de ser demonstrado. A U. R. S. S. dispõe de 83 000 km de vias, contra 58 000 na Alemanha, 63 000 em França, 417 000 nos Estados- Unidos. Isto significa que há, por 10 000 habitantes: na Alemanha, 8,5 km; em França, 15,2; nos Estados- Unidos, 33,1; na U. R. S. S. 5 km de vias. Quanto a caminhos de ferro, a U. R. S. S. encontra-se num dos últimos lugares no mundo civilizado. A frota mercantil, que triplicou no decurso dos cinco últimos anos, encontra-se actualmente à altura das da Espanha e da Dinamarca. Acrescentemos a tudo isto a falta de estradas.

Em 1935, a U. R. S. S. produziu 0,6 automóveis por 1 000 habitantes; a Grã-Bretanha produziu (em 1934) aproximadamente 8 para o mesmo número de habitantes, a França, 4,5, os Estados-Unidos 23 (contra 36,5 em 1928).

E a U. R. S. S. não ultrapassa, apesar do estado extremamente atrasado dos seus caminhos de ferro e dos transportes fluviais e automóveis, nem a França nem os Estados-Unidos quanto à proporção de cavalos (um cavalo para 10-11 habitantes), encontrando-se, além disso, bastante mais atrás relativamente à qualidade dos animais.

Os índices comparativos mantém-se desfavoráveis quanto à indústria pesada, que obteve, no entanto, os êxitos mais marcantes. A extracção de hulha foi, em 1935, de perto de 0,7 toneladas por habitante; na Grã-Bretanha elevou-se a perto de 5 toneladas; nos Estados-Unidos, a perto de 3 toneladas (contra 5,4 em 1913); na Alemanha a perto de 2 toneladas. Aço: U. R. S. S., perto de 67 kilogramas por habitante; Estados-Unidos, perto de 250. As proporções são análogas para o ferro e aço laminado. Energia eléctrica: 153 kw-hora por habitante na U. R. S. S., em 1935; na Grã-Bretanha, 443 (1934); na França, 363; na Alemanha, 472.

Regra geral, os mesmos índices são ainda mais baixos na indústria ligeira. Foram fabricados, em 1935, menos de cinquenta centímetros de tecido de lã por habitante, oito a dez vezes menos que nos Estados-Unidos ou na Grã-Bretanha. O pano só é acessível aos cidadãos soviéticos privilegiados. As massas devem contentar-se com a chita, fabricada à razão de dezasseis metros por habitante e usados, como no passado, mesmo como roupa de Inverno. A indústria de calçado fornece actualmente na U. R. S. S. 0,5 pares de calçado por ano e por habitante; na Alemanha, mais de um par; em França, 1,5 nos Estados-Unidos, perto de três pares; e nós desprezamos o índice de qualidade, o que agravaria a diferença. Poder-se-á admitir seguramente que a percentagem de pessoas que possuem vários pares de calçados é sensivelmente mais elevada nos países capitalistas que na U. R. S. S.; infelizmente, a U. R. S. S. ocupa ainda um dos primeiros lugares quanto à percentagem de pés-descalços.

As proporções são as mesmas, e parcialmente mais desvantajosas, no que se refere aos produtos alimentares, apesar dos êxitos incontestáveis obtidos nos últimos anos: as conservas, o chouriço, o queijo, para não falar dos biscoitos e bombons, são neste momento absolutamente inacessíveis para a grande maioria da população. A situação

é mesmo má quanto aos produtos lácteos. Em França e nos Estados-Unidos há, ou pouco falta, uma vaca para cinco habitantes; na Alemanha uma para seis; na U. R. S. S. uma para oito; e duas vacas soviéticas contam aproximadamente como uma quanto à relação de produção de leite. Só quanto à produção de cereais, sobretudo centeio, e batata, a U. R. S. S., se se encarar o rendimento por habitante, ultrapassa sensivelmente a maior parte dos países da Europa e os Estados-Unidos. Mas o pão de centeio e a batata, considerados como a principal alimentação da população, constituem o índice clássico da indigência!

O consumo de papel é um dos índices culturais mais importantes. Em 1935, foram fabricados na U. R. S. S. menos de 4 kg de papel por habitante; nos Estados-Unidos mais de 34 kg (contra 48 em 1928); na Alemanha, mais 47 kg. Se há, nos Estados-Unidos, para cada habitante, doze lápis por ano, há menos de quatro na U. R. S. S., e de tão má qualidade que o seu trabalho útil estabelece-se pelo valor de um em cada dois, no máximo. Os jornais lamentam-se constantemente de que a falta de alfabetos, de papel e de lápis paralisa o trabalho escolar. Não admira que a liquidação do analfabetismo, previsto para o décimo aniversário da Revolução de Outubro, se encontra ainda longe de estar concluída.

Poder-se-á esclarecer esta questão inspirando-nos em considerações mais gerais. A renda nacional por habitante é sensivelmente inferior à dos países ocidentais. E como os investimentos na produção absorvem perto de 25 a 30%, isto é, uma fracção incomparavelmente maior que em qualquer outra parte, o fundo de consumo das massas populares não pode deixar de ser muito inferior ao dos países capitalistas avançados.

É verdade que não existem na U. R. S. S. classes possuidoras cuja prodigalidade deva ser contrabalançada pelo sub-consumo das massas populares. O peso desta observação é contudo menor do que pode parecer à primeira vista. A tara essencial do sistema capitalista não reside na prodigalidade das classes possuidoras, por mais repugnante que seja em si própria, mas no facto de, para garantir o seu direito ao esbanjamento, a burguesia manter a propriedade privada dos meios de produção e condenar assim a economia à anarquia e à desagregação. A burguesia detém evidentemente o monopólio do consumo de artigos de luxo. Mas as massas laboriosas ultrapassam-na largamente no consumo dos artigos de primeira necessidade. Veremos também que, embora não existam na U. R. S. S.

classes possuidoras no sentido exacto da palavra, existe uma camada dirigente muito privilegiada que se apropria de uma parte de leão no consumo. E se a U. R. S. S. produz menos artigos de primeira necessidade por habitante do que os países capitalistas avançados, isto significa que a condição material das massas ainda aí se encontra abaixo do nível da dos países capitalistas.

A responsabilidade histórica deste estado de coisas cabe naturalmente ao passado pesado e sombrio da Rússia e a tudo aquilo que nos legou de miséria e de ignorância. Não havia outra saída em direcção ao progresso do que a subversão do capitalismo. Basta, para disto nos convenceremos, lançar os olhos para os países bálticos e para a Polónia que foram as partes mais desenvolvidas do império e que não saem do marasmo. O mérito imperecível do regime dos soviets reside na sua luta dura e geralmente eficaz contra uma barbárie secular. Mas a justa apreciação dos resultados é a condição primária da ulterior progressão.

O regime soviético atravessa sob os nossos olhos uma fase *preparatória*, na qual importa, assimila, e serve-se, das conquistas técnicas e culturais do Ocidente. Os coeficientes relativos da produção e do consumo atestam que esta fase preparatória está longe de se encontrar encerrada; mesmo na hipótese pouco provável de um marasmo completo do capitalismo, esta fase deverá ainda durar todo um período histórico. Esta é a primeira conclusão, de extrema importância, à qual chegamos e à qual voltaremos ainda no decurso deste estudo.

II

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E OS ZIGUE-ZAGUES
DA DIRECÇÃO

O «comunismo de guerra», a N. E. P. e a política respeitante aos kulaks

A curva do desenvolvimento da economia soviética está longe de ser regularmente ascendente. Nos dezoito anos de história do novo regime, podem claramente distinguir-se várias etapas marcadas por crises agudas. Um breve apanhado da história económica da U. R. S. S., examinada em ligação com a política governamental, é-nos necessária tanto para o diagnóstico como para o prognóstico.

Os três primeiros anos após a revolução foram de uma renhida guerra civil. A vida económica foi inteiramente subordinada às necessidades das frentes. Em presença de uma extrema exiguidade de recursos, a vida cultural passou para segundo plano, caracterizada pela audaciosa amplitude do pensamento criador, principalmente de Lenine. Foi o que se chamou o período do «comunismo de guerra» (1918-1921), paralelo heróico do «socialismo de guerra» dos países capitalistas. Os objectivos económicos do poder dos soviets reduziram-se principalmente a sustentar as indústrias de guerra e a tirar partido das escassas reservas existentes para combater e salvar da fome a população das cidades. O comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada.

É preciso entretanto reconhecer que as suas primeiras intenções foram mais vastas. O governo dos soviets esperou e tentou tirar dos regulamentos uma economia dirigida, quer no domínio do consumo, quer no da produção. Por outros termos, pensou caminhar, pouco a pouco, sem modificação do sistema, do comunismo de guerra para o verdadeiro comunismo. O programa do partido bolchevique adoptado em 1919 dizia: «No domínio da repartição, o poder dos soviets insiste inflexivelmente na substituição do comércio por uma repartição dos produtos, organizada à escala nacional com base num plano de conjunto».

Mas o conflito entre a realidade e o programa do comunismo de guerra revelou-se cada vez mais: a produção não deixava de baixar, não só em virtude das consequências nefastas das hostilidades, mas também porque faltava aos produtores o estímulo do interesse individual. A cidade pedia aos campos o trigo e matérias primas sem nada dar em troca, a não ser vinhetas coloridas a que se chamava dinheiro devido a um velho hábito. O mujik enterrava as suas reservas. O governo mandava destacamentos de operários armados para recolher o grão. O mujik semeava menos. A produção industrial de 1921, o ano que se seguiu ao fim da guerra civil, elevou-se, no melhor dos casos, a um quinto de antes da guerra. A produção do aço desceu de 4 200 000 para 183 000 toneladas, isto é, vinte e três vezes menos. Em 1922 a colheita global desceu de 801 milhões de quintais para 503. Foi uma fome pavorosa. O comércio externo desceu de 2 900 milhões de rublos para 30 milhões. A ruína das forças produtivas ultrapassou tudo quanto a História conhecia. O país, e portanto o poder, encontraram-se à beira do abismo.

As esperanças utópicas do comunismo de guerra foram, em seguida, submetidas a uma crítica extremamente severa e justa sob muitos aspectos. O erro teórico praticado pelo partido governante ficaria contudo completamente inexplicável se se perdesse de vista que todos os cálculos se fundaram, nessa época, sobre o aguardar de uma vitória próxima da Revolução no Ocidente. Considerava-se como inevitável que o proletariado alemão, vitorioso, descontando um reembolso posterior em produtos alimentares e em matérias primas, reabasteceria a Rússia dos Sovietes em máquinas, em artigos manufacturados, e fornecer-lhe-ia também dezenas de milhares de operários altamente qualificados, de técnicos e de organizadores. Sem dúvida que, no caso de a revolução ter triunfado na Alemanha — e só a social-democracia impediu o seu triunfo — o desenvolvimento económico da U. R. S. S., como o da própria Alemanha, teria prosseguido a passos de gigante, de tal modo que os destinos da Europa e do mundo apresentar-se-iam hoje sob um aspecto muito mais favorável. Pode-se dizer todavia — e com toda a certeza — que, mesmo nesta feliz hipótese, seria preciso renunciar à repartição dos produtos pelo Estado e voltar aos métodos comerciais.

Lenine notou a necessidade de restabelecer o mercado pela existência no país de milhões de explorações camponesas isoladas e acostumadas a definir pelo comércio

as suas relações com o mundo circundante. A circulação das mercadorias devia fazer a «soldadura» entre os camponeses, e a indústria nacionalizada. A fórmula teórica da «soldadura» é muito simples: a indústria deve fornecer aos campos as mercadorias necessárias, a preços tais que o Estado pode renunciar à requisição dos produtos da agricultura.

O saneamento das relações económicas com os campos constituiu, sem dúvida, a tarefa mais urgente e mais espinhosa da N. E. P. A experiência depressa mostrou que a própria indústria, embora socializada, tinha necessidade dos métodos de cálculo monetário elaborados pelo capitalismo; o plano não podia repousar apenas sobre os dados da inteligência; o jogo da oferta e da procura é — e será por muito tempo ainda — a base material indispensável e o correctivo salvador.

O mercado legalizado começou a sua obra com o concurso de um sistema monetário posto em ordem. Desde 1923, graças ao primeiro impulso vindo dos campos, a indústria reanimou-se e fê-lo para provar bem cedo uma intensa actividade. Basta indicar que a produção duplicou em 1922 e 1923 e que, em 1926 foi atingido o nível de antes da guerra, o que significa que quintuplicou desde 1921. As colheitas aumentaram paralelamente, mas bastante mais devagar.

A partir do ano crucial de 1923, as divergências dos pontos de vista sobre as relações entre a indústria e a agricultura, divergências que se tinham já manifestado anteriormente, agravaram-se no partido dirigente. A indústria só podia desenvolver-se, num país que tinha esgotado as suas reservas e os seus depósitos, pedindo emprestado cereais e matérias primas dos camponeses. Os «empréstimos forçados», bastante consideráveis, sufocavam contudo o estímulo do trabalho: o camponês, não acreditando na felicidade futura, respondia às requisições de trigo com a greve das sementeiras. Os empréstimos, bastante reduzidos, ameaçavam conduzir à estagnação: não recebendo produtos industriais, os camponeses só trabalhavam para a satisfação das suas próprias necessidades e voltavam às antigas formas de artesanato. As divergências dos pontos de vista começaram no partido sobre a questão de saber o que era necessário tomar aos campos para a indústria, a fim de se caminhar para um equilíbrio dinâmico. As questões referentes à estrutura social dos campos complicaram o debate.

Na Primavera de 1923, o representante da Oposição de Esquerda — que nessa altura não se designava assim — falando no Congresso do partido, mostrou o afastamento entre os preços da indústria e os da agricultura por meio de um diagrama inquietante. Este fenómeno recebeu então o nome de «tesoura» que havia mais tarde de entrar no vocabulário mundial. Se, disse o relator, a indústria continua atrasada, abrindo-se mais a tesoura, a ruptura entre as cidades e os campos tornar-se-á inevitável.

Os camponeses distinguiram claramente entre a revolução agrária democrática concluída pelos bolcheviques e a política destes propensa a dar uma base ao socialismo. A expropriação dos domínios privados e do Estado custava aos meios rurais mais de meio bilião de rublos-ouro por ano. Mas os camponeses perdiam esta soma devido aos preços elevados da indústria estatizada. Enquanto o balanço das duas revoluções — democrática e socialista — solidamente reunidas pelo nó de Outubro, se saldava para os cultivadores por um prejuízo anual de várias centenas de milhões de rublos, a aliança das duas classes permanecia problemática.

A fragmentação da agricultura, herdada do passado, ampliava-se desde a revolução de Outubro; o número de parcelas passou nos dez anos seguintes de 16 a 25 milhões, o que aumentava naturalmente a tendência da maior parte dos camponeses para não satisfazer senão as suas próprias necessidades. Era esta uma das causas da penúria dos produtos da agricultura.

Uma fraca produção de mercadorias forma inevitavelmente exploradores. À medida que os campos se levantavam, a diferenciação crescia no meio das massas camponesas: seguia-se o antigo caminho do desenvolvimento fácil. O kulak — camponês rico — enriquecia mais depressa do que progredia a agricultura. A política do governo, cuja palavra de ordem era: «Viremo-nos para os campos!», favorecia na realidade os kulaks. O imposto agrícola era muito mais pesado para os camponeses pobres do que era para os ricos, os quais, além disso, obtinham crédito do Estado. Os excedentes de trigo, possuídos principalmente pelos camponeses mais ricos, serviam para escravizar os pobres e eram vendidos a preços especulativos à pequena burguesia das cidades. Boukharine, então teórico da fracção dirigente, lançava aos camponeses o seu famoso estribilho: «Enriquecei-vos!» E na prática, o enriquecimento da minoria em detrimento da imensa maioria.

O governo, cativo da sua própria política, estava limitado a recuar passo a passo diante da pequena burguesia rural. O emprego de mão de obra assalariada na agricultura e o arrendamento das terras foram legalizados em 1925. O campesinato tinha dois polos: o pequeno capitalista e o jornaleiro. O Estado, desprovido de mercadorias industriais, estava assim eliminado do mercado rural. Um intermediário surgia, como de baixo da terra, entre o kulak e o pequeno patrão artesão. As empresas estatizadas deviam recorrer cada vez mais e quase sempre aos comerciantes para a procura de matérias primas. Sentia-se por todo o lado a onda crescente do capitalismo. Todos os que reflectissem um pouco, ficavam facilmente convencidos de que a transformação das formas de propriedade, longe de decidir a questão do socialismo, não faz senão colocá-la.

Em 1925, enquanto atinge o auge a política a favor do kulak, Estaline começa a preparar a desnacionalização da terra. À pergunta feita por um jornalista soviético: «Não seria mais indicado, no interesse da agricultura, atribuir por dez anos uma parcela a cada cultivador?», Estaline responde: «E mesmo por quarenta anos!» O comissário do povo para a agricultura da República da Geórgia, agindo sob a iniciativa pessoal de Staline, apresentou um projecto de lei de desnacionalização do solo, cujo objectivo era dar ao lavrador confiança no seu próprio futuro. Ora, desde a primavera de 1926, cerca de 60% do trigo destinado ao comércio encontrava-se nas mãos de 6% dos cultivadores! O Estado tinha necessidade de grão para o comércio exterior e mesmo para as necessidades do país. A insignificância das exportações obrigava-o a renunciar à importação dos artigos manufacturados e a limitar ao mínimo a importação das matérias primas e das máquinas.

Entravando a industrialização e prejudicando a grande maioria dos camponeses, a política a favor do kulak desde 1924-26 revelou sem equívoco as suas consequências políticas: inspirando à pequena burguesia das cidades e dos campos uma confiança extraordinária, levou-a a apoderar-se de numerosos sovietes locais; assim aumentava a força e a segurança da burocracia; oprimia cada vez mais pesadamente os operários; acarretava a supressão completa de toda a democracia no partido e na sociedade soviética. O poder crescente do kulak espantou dois membros notáveis do grupo dirigente, Zinoviev e Kamenev, que eram também — e isto não é certamente um produto do acaso — presidentes dos sovietes dos dois mais importantes centros proletários, Leninegrado e Moscovo. Mas a província e

sobretudo a burocracia, apoiavam Estaline. A política de encorajamento do grande camponês obteve a vitória. Zinoviev e Kamenev, seguidos pelos seus partidários, associaram-se em 1926 à oposição de 1923 (dita «trotskista»).

É evidente que a fracção dirigente não repudiou nunca o princípio da colectivização da agricultura. Mas adiou-a por dezenas de anos. O futuro comissário do povo para a agricultura, Yakovlev, escrevia em 1927: «Se a transformação socialista dos campos só pode ser realizada pela colectivização, não o será naturalmente em um, dois ou três nem mesmo talvez numa dezena de anos. Os kolkhoses e as comunas» (escrevia mais tarde), «apenas serão certamente, e por muito tempo ainda, ilhotas no meio das parcelas». Com efeito, das explorações colectivas, só faziam parte 0,8% das famílias de cultivadores.

No partido, a luta pela pretensa «linha geral» apresentou-se na ordem do dia no fim do ano de 1923 e revestiu, a partir de 1926, uma forma particularmente aguda e apaixonada. Na sua vasta plataforma, abrangendo todos os problemas da economia e da política, a oposição escrevia: «O partido deve condenar sem piedade todas as tendências para a liquidação ou para o enfraquecimento da nacionalização do solo que constitui uma das bases da ditadura do proletariado». A oposição alcançou a vitória neste ponto: os atentados directos à nacionalização do solo cessaram. Mas não se tratava unicamente da forma de propriedade do solo.

«A importância crescente das explorações individuais nos campos», dizia ainda a plataforma da oposição, «opõe-se ao crescimento mais rápido das explorações colectivas. Podem destinar-se em cada ano, sistematicamente, somas importantes para sustentar os camponeses pobres organizados em explorações colectivas. «Toda a acção da cooperação deve ter implícita a necessidade de transformar a pequena produção em grande produção colectiva». Persistia-se em considerar como utópico num futuro próximo todo o vasto programa de colectivização. Durante a preparação do XV Congresso do partido, destinado a excluir a oposição, o futuro Presidente do Conselho dos comissários do povo, Molotov, repetia: «não podemos sucumbir (!) nas condições presentes, ao nível das ilusões dos camponeses pobres sobre a colectivização das grandes massas». O calendário indicava o fim de 1927. A fracção dirigente estava muito longe de conceber a política que iria pôr em prática em seguida nos campos.

Estes mesmos anos (1923-1928), foram os da luta da coligação no poder (Estaline, Molotov, Rykov, Tomsky, Boukharine; Zinoviev e Kamenev passaram para a oposição no começo de 1926) contra os «superindustrializadores» partidários do plano. O historiador futuro espantar-se-á quando descobrir a malévola suspeita a respeito de qualquer iniciativa económica ousada que dominava então na mentalidade do governo do Estado socialista. O andamento da industrialização acelerava-se empiricamente segundo os impulsos exteriores, mas todos os cálculos eram brutalmente modificados no decorrer do trabalho, não sem um aumento extraordinário dos encargos gerais. Quando a oposição exigiu, a partir de 1923, a elaboração de um plano quinquenal, foi acolhida por troças dignas do pequeno burguês que teme o «salto para o desconhecido». Em Abril de 1927, Estaline afirmava ainda, num plenário do Comité Central, que começar a construção da grande central eléctrica do Dnieper seria, para nós, o mesmo que para o mujik comprar um gramofone em vez de uma vaca. Este aforismo resumia todo um programa. Não é supérfluo lembrar que toda a imprensa burguesa do universo, seguida pela imprensa socialista, acolhia com simpatia as acusações oficiais de romantismo industrial dirigidos à Oposição de Esquerda.

Enquanto o partido discutia ruidosamente, o camponês respondia à falta de mercadorias industriais por uma greve cada vez mais obstinada: abstinha-se de trazer o seu grão para o mercado e de aumentar as sementeiras. A direita (Rykov, Tomsky, Boukharine), que então dirigia a orquestra, exigia mais liberdade para as tendências capitalistas dos campos: aumentar o preço do trigo, o que retardaria o desenvolvimento da indústria. A única solução, tendo em conta esta política, foi importar artigos manufacturados, em troca de matérias primas entregues pelos fazendeiros à exportação, isto é, em vez de fazer a soldadura entre a economia camponesa e a indústria socialista, fazê-la entre o camponês rico e o capitalista mundial. Não valia a pena ter feito a revolução de Outubro.

«A aceleração da industrialização», objectava na Conferência do partido em 1926 o representante da oposição, «e sobretudo por uma imposição mais forte do kulak, dará mais mercadorias, o que permitirá baixar os preços. Os operários serão assim beneficiados, como a maior parte dos camponeses. *Voltarmo-nos para os campos* não quer dizer voltar as costas à indústria, quer dizer, sim, *voltar a indústria para os campos*, porque os campos não têm nenhuma neces-

sidade de contemplar a face de um Estado desprovido de indústria».

Estaline, para nos responder, pulverizava os «planos fantásticos da oposição». «A indústria não tomaria grande avanço destacando-se da agricultura e desprezando o ritmo de acumulação no nosso país». As decisões do partido continuavam a repetir as mesmas verdades de adaptação passiva às necessidades dos lavradores enriquecidos. O XV Congresso do Partido Comunista, reunido em Dezembro de 1927, para infligir uma derrota definitiva aos «superindustrializadores», fez uma advertência sobre «o perigo de empatar muitos capitais na grande edificação industrial». A fracção dirigente não queria ainda ver os outros perigos.

O ano económico de 1927-28 viu concluir-se o período chamado de reconstrução, durante o qual a indústria trabalhara sobretudo com aparelhagem de antes da revolução, e a agricultura com o seu antigo material. A progressão ulterior exigia uma vasta edificação industrial. Tornou-se impossível governar ao acaso, sem plano.

As possibilidades hipotéticas da industrialização socialista tinham sido analisadas pela oposição desde 1923-25. A conclusão geral a que chegou foi que, depois de esgotadas as possibilidades oferecidas pela aparelhagem herdada da burguesia, a indústria soviética poderia, graças à acumulação socialista, ter um ritmo de crescimento completamente inacessível ao capitalismo. Os chefes da fracção dirigiam-se abertamente dos coeficientes de 15 a 18%, formulados com prudência, como fantasia dum futuro desconhecido. E era nisto que consistia, nesse momento, a luta contra o «trotskismo».

O primeiro esboço oficial do plano quinquenal, feito, por fim, em 1927, foi concebido num espírito irrisoriamente mesquinho. O crescimento da produção industrial devia variar, seguindo de ano para ano numa curva menos marcada, entre 9 e 4%. Em cinco anos, o consumo individual não cresceria mais do que 12%! A inverosímil timidez desta concepção ressalta ainda com mais clareza do facto de o orçamento do Estado não dever abarcar, no fim do período quinquenal, senão 16% do rendimento nacional, enquanto o orçamento da Rússia Czarista, que certamente não sonhava em construir uma sociedade socialista, absorvia 18% deste rendimento! Talvez não seja supérfluo acrescentar que os autores deste plano, engenheiros e economistas, foram, alguns anos mais tarde, severamente condenados pelos tribunais como sabotadores que obedeciam às directivas de uma potência estrangeira. Os acusados teriam podido,

se tivessem ousado fazê-lo, responder que o seu trabalho, na elaboração do plano, fôra realizado em perfeito acordo com a «linha geral» do Comité Político do qual recebiam instruções.

A luta das tendências exprimiu-se na linguagem dos números. «Formular para o décimo aniversário da revolução de Outubro um plano tão mesquinho, tão profundamente pessimista», dizia a plataforma da oposição, «é, na realidade, trabalhar contra o socialismo». Um ano mais tarde, o comité político sancionou um novo projecto de plano quinquenal segundo o qual o crescimento médio anual da produção devia ser de 9%. Este real desenvolvimento mostrava uma tendência obstinada para se aproximar dos coeficientes dos «superindustrializadores». Ainda um ano mais tarde, quando a política do governo foi radicalmente modificada, a comissão do plano preparou um terceiro projecto, cuja dinâmica coincidia estranhamente com os hipotéticos prognósticos da oposição em 1925.

A verdadeira história da política económica da URSS é muito diferente (vê-se) da lenda oficial. Deploramos que honoráveis autores, tais como os Webb, nem sequer disso se tenham apercebido.

VIRAGEM BRUSCA: «O PLANO QUINQUENAL EM QUATRO ANOS» E A «COLECTIVIZAÇÃO COMPLETA»

A tergiversação face às explorações camponesas individuais, a desconfiança face aos grandes planos, a defesa de um desenvolvimento lento, o desdém pelo problema internacional, eis os elementos que, reunidos, formavam a «teoria do socialismo num só país», formulada pela primeira vez por Estaline no decorrer do Outono de 1924, após a derrota do proletariado na Alemanha: não nos apressarmos em matéria de industrialização, não nos dispormos com o mujik, não contar com a revolução internacional e, principalmente, preservar o poder burocrático de toda a crítica! A diferenciação dos camponeses só era uma invenção da oposição. Yakovlev, já mencionado, licenciou o Serviço Central de Estatística cujas estatísticas eram mais úteis ao kulak do que desejava o poder. Enquanto os dirigentes prodigalizavam afirmações tranquilizadoras sobre a reabsorção da penúria de mercadorias, «a marcha lenta do desenvolvimento» próximo, o armazenamento doravante mais «imparcial» dos cereais, o kulak fortalecido, — arrastava

o camponês médio atrás de si e este recusava o trigo às cidades.

Em Janeiro de 1928, a classe operária encontrou-se face a uma fome iminente. A história tem por vezes gracejos ferozes. Foi precisamente no mês em que o kulak segurava a revolução pela garganta que os representantes da Oposição de Esquerda foram presos ou enviados para a Sibéria por terem «semearo o pânico», evocando o espectro do kulak!

O governo tentou apresentar as coisas como se a greve do trigo fosse devida apenas à hostilidade do kulak, face ao Estado socialista, ou seja, a motivos políticos de ordem geral (mas de onde vinha o kulak?). O camponês rico é pouco inclinado para esta espécie de «idealismo». Escondia o seu trigo porque lhe era desvantajoso vendê-lo. Conseguia, pela mesma razão, alargar a sua influência entre os rurais. Só medidas repressivas seriam manifestamente insuficientes contra a sabotagem dos camponeses abastados; era necessário mudar de política. Mas as hesitações levaram tempo.

Rykov, ainda chefe do governo, não estava só quando, em Julho de 1928, declarava que «o desenvolvimento das explorações agrárias individuais constituía a tarefa mais importante do partido». Estaline fazia eco: «Há pessoas», dizia ele, «que pensam que a cultura das parcelas individuais teve a sua época e que não deve ser encorajada. Estas pessoas nada têm de comum com a linha geral do nosso partido». Menos de um ano depois, a linha geral do partido nada tinham de comum com estas palavras: a aurora da colectivização completa despontava no horizonte.

A nova orientação resultava de medidas tão empíricas como a precedente, em seguida a uma luta surda no bloco governamental. «Os grupos da direita e do centro estão unidos pela sua hostilidade comum à oposição, cuja exclusão apressaria infalivelmente o conflito entre eles». Esta advertência foi feita na plataforma da oposição. E foi o que se passou. Os chefes do bloco governamental, em vias de desagregação, não quiseram, no entanto, reconhecer por nenhum preço que esta predição da oposição se verificava, como tantas outras. Em 19 de Outubro de 1928, Estaline declarava ainda: «É tempo de acabar com os boatos sobre a existência de uma direita para com a qual o Comité Central se mostraria tolerante». Os dois grupos tacteavam, entretanto, os comités do partido. O partido, abafado, vivia de rumores confusos e de conjecturas. Alguns meses se passaram e a imprensa oficial escrevia, com a habitual imprudência, que o chefe do governo, Rykov, «especulava

sobre as dificuldades do poder dos soviéticos); que o dirigente da Internacional Comunista, Boukharine, se revelava «o agente das influências liberais burguesas»; que Tomsky, o presidente do Conselho Central dos sindicatos, não passava de um miserável trade-unionista. Todos eles, Rykov, Boukharine e Tomsky, pertenciam ao Comité Político. Se, na luta anterior contra a Oposição de Esquerda, foram utilizadas armas tomadas ao arsenal da direita, Boukharine podia agora, sem atentar contra a verdade, acusar Estaline de se servir, contra a direita, de fragmentos da plataforma da oposição condenada.

Seja como for, a viragem realizou-se. A palavra de ordem «Enriquecei!», e a teoria de assimilação indolor do kulak pelo socialismo, foram reprovadas, tardiamente mas com a mais forte energia. A industrialização foi colocada na ordem do dia. O imobilismo, satisfeito por si próprio, deu lugar a uma impetuosidade que assustava. A palavra de ordem de Lenine, «alcançar e ultrapassar», um tanto esquecida, foi completada nestes termos: «no menor tempo possível». O plano quinquenal mínimo, já aprovado em princípio pelo Congresso do partido, deu lugar a um novo plano cujos principais elementos eram completamente extraídos da plataforma da Oposição de Esquerda, derrotada anteriormente. O Dnieperstoi, antes comparado a um gramofone, retinha agora toda a atenção.

Desde os primeiros êxitos, uma nova directiva foi dada: acabar a execução do plano quinquenal em quatro anos. Os empiristas, transtornados, chegavam a crer que, doravante, tudo lhes era permitido. O oportunismo, como muitas vezes acontece na História, transformou-se no seu contrário, o espírito de aventura. O Comité Político, pronto, em 1923-28, a acomodar-se à filosofia bukharinista do «passo de tartaruga», passava agora, com desembaraço, de 20% a 30% de crescimento anual, esforçando-se por fazer de cada êxito momentâneo uma norma e perdendo de vista a interdependência dos ramos da economia. As vinhetas impressas tapavam as brechas financeiras do plano. No decurso do primeiro período quinquenal, o papel moeda em circulação passou de 1,7 bilhões de rublos para 5,5, para atingir 8,4 bilhões no início do segundo período. A burocracia não tinha apenas sacudido o controle das massas, para as quais a industrialização a toda a força constituía uma carga intolerável, emancipara-se também do controle automático dos tchervonietz. O sistema financeiro reforçado no início da NEP foi de novo profundamente abalado.

Mas os maiores perigos, tanto para o regime como para o plano, apareceram do lado dos campos.

A população soube com espanto, em 15 de Fevereiro de 1928, por um editorial do *Pravda*, que os campos não tinham o aspecto sob o qual as autoridades os apresentavam até então, mas se pareciam bastante com o quadro que deles traçara a oposição excluída do Congresso. A imprensa, que na véspera negava literalmente a existência do kulak, descobria-o agora, não só nas aldeias como até no partido. Soube-se que as células do partido eram frequentemente dirigidas por camponeses ricos, proprietários de variada aparelhagem agrícola, que empregavam abundante mão de obra assalariada, escondiam centenas e até milhares de toneladas de cereais e se mostravam adversários irreconciliáveis da política chamada «trotskista». Os jornais rivalizavam com informações sensacionais sobre os kulaks, secretários de comitês locais, que tinham fechado as portas do partido aos camponeses pobres e aos jornalheiros. Todos os velhos valores estavam transformados. Os sinais mais e menos foram invertidos.

Para alimentar as cidades, era necessário e urgente tomar aos kulaks o pão quotidiano. Isto só era possível pela força. A expropriação das reservas de cereais, e não só ao kulak mas também ao camponês médio, foi qualificada, na linguagem oficial, como «medida extraordinária». Isto significava que se tornaria amanhã aos velhos caminhos.

Mas os camponeses não acreditavam nas boas palavras e tinham razão. A requisição forçada do trigo tirava aos cultivadores desembaraçados toda a vontade de aumentar as sementeiras. O jornaleiro agrícola e o cultivador pobre encontraram-se sem trabalho. A agricultura estava num beco sem saída e com ela o Estado. Era preciso, a qualquer preço, transformar radicalmente a «linha geral».

Estaline e Molotov, continuando a atribuir a primazia às culturas parcelares, começaram a sublinhar a necessidade de alargar rapidamente as explorações agrícolas do Estado, os sovkhoses e as explorações colectivas dos camponeses, os kolkhoses. Mas como a grande penúria de víveres não permitia renunciar às expedições militares aos campos, o programa de restabelecimento das culturas parcelares encontrou-se suspenso no vácuo. Era preciso «deslizar pela ladeira» da colectivização. As «medidas extraordinárias» provisórias, adoptadas para recolher o trigo, fizeram nascer, sem que se esperasse, um programa de «liquidação dos kulaks como classe». Os mandatos contraditórios, mais abundantes do que as rações de pão, puseram em evidência

a ausência de qualquer programa agrário, não para cinco anos mas mesmo para cinco meses.

De acordo com o plano elaborado sob o aguilhão da crise de abastecimento, a agricultura colectivizada deveria atingir, no fim do quinto ano, cerca de 20% dos lares camponeses. Este programa, cujo aspecto grandioso se revela se nos lembrarmos que a colectivização tinha atingido, nos dez anos anteriores, menos de 1% dos lares, foi largamente ultrapassado após a primeira metade do período quinquenal.

Em Novembro de 1929, Estaline, rompendo as próprias hesitações, anuncia o fim da agricultura parcelar: «Por aldeias inteiras, por distritos até, os camponeses agrupam-se nos kolkhoses», Yakovlev que, dois anos antes, demonstrara que os kolkhoses «não passariam de ilhotas no meio de inumeráveis parcelas» durante longos anos, recebe, na sua qualidade de comissário da agricultura, a missão de «liquidar os camponeses ricos como classe» e implantar a colectivização completa «no menor período possível». Em 1929, o número de lares agrupados em kolkhoses passa de 1,7% para 3,9%; atinge 23,6% em 1930, 52,7% em 1931 e 61,5% em 1932.

Não se encontrará ninguém, provavelmente, para repetir a embruhada liberal pregando que a colectivização foi inteiramente fruto da violência. Na luta pela terra, que lhes fazia falta, os camponeses sublevavam-se, outrora, contra os senhores, e por vezes iam colonizar rincões virgens; ou então formavam seitas religiosas onde os mujiks compensavam a falta de terras pelo vazio dos céus. Após a expropriação dos grandes domínios e a extrema divisão das parcelas, a reunião destas em culturas mais vastas tornava-se uma questão de vida ou de morte para os camponeses e para a agricultura e para toda a sociedade.

Esta consideração histórica geral não resolve, no entanto, a questão. As possibilidades reais da colectivização não eram determinadas pela situação sem saída dos cultivadores nem pela energia administrativa do governo; antes de mais, eram determinadas pelos recursos produtivos existentes, isto é, pela capacidade de a indústria poder fornecer aparelhagem à grande exploração agrícola. Estes dados materiais não existiam. Os kolkhoses foram organizados com uma aparelhagem que, geralmente, só convinha às parcelas. Nestas condições, a colectivização exageradamente acelerada tornava-se uma aventura.

O governo, surpreendido pela amplitude da sua viragem, não pôde e não soube, nem mesmo pouco, preparar politicamente a sua nova evolução. Tal como os camponeses, as

autoridades não sabiam o que delas se exigia. Os camponeses estavam exaltados pelos rumores da «confiscação» do gado. Não estavam muito longe da verdade, depressa se viu. Realizava-se o intento anteriormente apontado à oposição, para caricaturar os seus pontos de vista: «a burocracia pilhava os campos». A colectivização foi, para o camponês, uma completa expropriação. Socializavam-se os cavalos, as vacas, os carneiros, os porcos, e até os pintos. «Confiscava-se aos kulaks» — escreveu, no estrangeiro, uma testemunha ocular — «até as botas de feltro usadas pelas crianças». O resultado de tudo isto foi os camponeses venderem em massa o seu gado a baixo preço, ou abaterem-no para lhe tirarem o couro e a carne.

Em Janeiro de 1930, Andreiev, membro do Comité Central, traçava, no Congresso de Moscovo, o seguinte quadro da colectivização: por um lado, o poderoso movimento de colectivização, que conquistou todo o país «arrastará, na sua frente, todos os obstáculos»; por outro lado, a venda pelos camponeses do seu material, gado e até sementes, na véspera de entrarem para os kulaks, «adquire proporções claramente ameaçadoras». Por mais contraditórias que fossem, estas duas afirmações definiam com justiça dois pontos de vista contrários, o carácter epidémico da colectivização, medida desesperada. «A colectivização completa», escrevia o crítico observador que já citámos, «mergulhou a economia numa miséria nunca vista desde há muito; é como se uma guerra de três anos tivesse passado por aqui».

A vinte e cinco milhões de lares camponeses isolados e egoístas que, ainda ontem, eram os únicos motores da agricultura — fracos como o cavalo do mujik mas motores de qualquer modo — tentou a burocracia substituir, de uma só vez, duzentos mil conselhos de administração de kolkhozes, desprovidos de meios técnicos, de conhecimentos agrónómicos e de apoio entre os próprios rurais. As consequências destrutivas desta aventura não tardaram a fazer-se sentir, para durarem anos. A colheita global de cereais, que atingia, em 1930, 835 milhões de quintais, caiu, nos dois anos seguintes, para baixo de 700 milhões. Esta diferença, só por si, não parece catastrófica; mas representava exactamente a perda da quantidade de trigo necessária às cidades antes que se habituassem a rações de fome. As culturas mecanizadas encontravam-se ainda pior. Nas vésperas da colectivização, a produção de açúcar atingira cerca de 109 milhões de pouds para, dois anos mais tarde e em plena colectivização geral, descer a 48 milhões de pouds, isto é,

menos de metade, por falta de beterraba. Mas a tempestade mais devastadora passou sobre o gado, nos campos. O número de cavalos desceu 55%; de 34,6 milhões em 1926, para 15 milhões em 1934; o número de bovinos, de 30,7 milhões para 19,5 milhões, ou seja, 40%; os suínos, 55%; os ovinos, 66%. As perdas humanas — devidas à fome, ao frio, às epidemias e à repressão — não foram, infelizmente, registadas com tanta exactidão como as perdas de gado; mas cifram-se também em milhões. A responsabilidade não cabe à colectivização, mas sim aos métodos cegos, aventureiros e violentos, segundo os quais foi aplicada. A burocracia nada tinha previsto. Até mesmo o estatuto dos kolkhoses, que tentava ligar os interesses individuais do camponês ao interesse colectivo, só foi publicado depois de terem sido os campos cruelmente saqueados.

A precipitação desta nova política resultava da necessidade de escapar às consequências da política de 1923-1928. Entretanto, a colectivização podia e devia ter um ritmo mais razoável e formas mais calculadas. Senhora do poder e da indústria, a burocracia podia ter regulado a colectivização sem pôr o país à beira do abismo. Podia-se e devia-se ter adoptado um ritmo que melhor correspondesse aos recursos materiais e morais do país. «Nas condições internas e internacionais satisfatórias», escrevia em 1930 o órgão da Oposição de Esquerda no estrangeiro, «a situação material e técnica da agricultura pode ser radicalmente transformada em 10 ou 15 anos e assegurar à colectivização uma base na produção. Mas no decorrer dos anos que nos separam desta situação, pode conseguir-se perturbar várias vezes o poder dos soviets».

Esta advertência não era exagerada: nunca o sopro de morte tinha pairado tão baixo sobre o território da revolução de Outubro, como durante os anos da colectivização completa. O descontentamento, a insegurança, a repressão, dilaceravam o país. Um sistema monetário desorganizado; a sobreposição dos preços máximos fixados pelo Estado, dos preços «convencionais» e dos preços do mercado livre; a passagem de um simulacro de *comércio* entre o Estado e os camponeses aos impostos pagos em cereais, carne e leite; a luta de morte contra os roubos constantes dos haveres dos kolkhoses e a dissimulação desses roubos; a mobilização, puramente militar, do partido para combater a sabotagem dos kulaks após a sua liquidação como classe; simultaneamente, o regresso ao sistema das senhas de víveres e às rações de fome; por fim, o restabelecimento dos passa-

portes internos; — todas estas medidas fizeram regressar ao país a atmosfera da guerra civil, há tanto terminada.

O reabastecimento das fábricas em matérias-primas agravava-se de trimestre para trimestre. As intoleráveis condições de existência arrastavam a escassez de mão-de-obra, as faltas e a negligência no trabalho, a quebra das máquinas, a percentagem elevada de erros, a má qualidade dos produtos. O rendimento médio do trabalho baixou, em 1931, de 11,7%. Segundo uma confissão que escapou a Molotov e reproduzida em toda a imprensa soviética, a produção industrial não aumentou, em 1932, senão de 8,5% em vez dos 36% previstos no plano. É verdade que o mundo soube, mais tarde, que o plano quinquenal tinha sido executado em quatro anos e três meses. O que significa apenas que o cinismo da burocracia em face das estatísticas e da opinião pública não tem limites. Mas não é este o ponto mais importante: o prémio desta partida não é o plano quinquenal mas sim a sorte do regime.

O regime mantém-se. Cabe-lhe este mérito, porque alcançou raízes profundas no solo popular. O mérito cabe também a circunstâncias externas favoráveis. Nestes anos de caos económico e de guerra civil nos campos, a URSS encontrou-se, na realidade, paralizada diante do inimigo externo. O descontentamento dos camponeses ganhava o exército. A insegurança e a instabilidade desmoralizavam a burocracia e os quadros dirigentes. Uma agressão a leste e a oeste podia ter nessa altura consequências fatais.

Por felicidade, os primeiros anos da crise industrial e comercial mergulhavam o mundo capitalista numa expectativa desorientada. Ninguém estava preparado para a guerra, ninguém ousava arriscar-se. Por outro lado, nenhum dos seus adversários se apercebeu com precisão da gravidade das convulsões sociais que perturbavam o país dos soviets sob os toques de címbalos das orquestras oficiais em honra da «linha geral».

Apesar desta brevidade, o nosso apanhado histórico mostra, assim o esperamos, quanto o quadro idílico de uma sequência progressiva e contínua de êxitos, está bem longe do desenvolvimento real do Estado operário. Mais tarde, de um passado rico em crises, conseguiremos tirar importantes indicações para o futuro. O estudo histórico da política económica do governo dos soviets e dos zig-zagues desta política parece-nos igualmente necessário para destruir o fetichismo individualista que procura as causas dos êxitos reais ou falsos nas qualidades extraordinárias dos dirigentes

e não nas condições, criadas pela revolução, da propriedade socializada.

Também as vantagens do novo regime social encontram, naturalmente, a sua expressão nos métodos de direcção; mas estes métodos exprimem igualmente, e não em menor escala, o estado económico e cultural atrasado do país e o ambiente da pequena burguesia provinciana na qual se formaram os seus quadros dirigentes.

Cometer-se-ia uma das mais grosseiras faltas deduzindo que a política dos dirigentes soviéticos é um factor de terceira importância. Não há nenhum outro governo no mundo que tenha, desta maneira, entre as suas mãos os destinos do país. Os êxitos e as faltas de êxito de um capitalista dependem em larga medida, por vezes até numa medida decisiva, das suas qualidades pessoais, ainda que não inteiramente. *Mutatis mutandis*, o governo soviético coloca-se, face à economia no seu conjunto, na situação do capitalista face a uma empresa isolada. A centralização da economia faz do poder um factor de uma enorme importância; mas justamente porque a política do governo tem de ser julgada, não sobre balanços sumários, não sobre os números nus da estatística, mas sim segundo o papel próprio da previsão consciente e da direcção planificada na aquisição dos resultados.

Os zig-zagues da política governamental traduziam, ao mesmo tempo que as contradições, a insuficiente capacidade dos dirigentes para compreenderem estas contradições e reagirem perante elas, por meio de medidas profiláticas. Os erros de direcção não se prestam tão facilmente a cálculos de contabilidade. Mas basta um apanhado esquemático dos zig-zagues para se poder concluir com segurança que estes impuseram à economia soviética enormes despesas gerais.

Na verdade, não se pode compreender, pelo menos sem se abordar a história sob um ponto de vista racionalista, como e porquê a fracção menos rica de ideias e mais carregada de erros, pôde vencer todos os outros grupos e concentrar nas suas mãos um poder ilimitado. Uma análise ulterior dar-nos-á a chave deste enigma. Veremos também os métodos burocráticos do governo absoluto entrarem cada vez mais em contradição com as necessidades da economia e da cultura, e com que precisão decorrem dessa contradição novas crises e novos abalos no desenvolvimento da U.R.S.S..

Mas antes de abordar o estudo do duplo papel da burocracia «socialista», será necessário responder à seguinte

pergunta: qual é então o balanço geral dos resultados? O socialismo está realmente realizado? Ou, com mais prudência: os êxitos económicos e culturais obtidos previnem-nos do perigo de uma restauração capitalista, do mesmo modo que a sociedade burguesa se encontrou, numa determinada etapa, prevenida, pelas suas conquistas, contra a restauração do feudalismo e da servidão?

III

O SOCIALISMO E O ESTADO

O regime transitório

Será verdade, como afirmam as autoridades oficiais, que o socialismo já esteja realizado na URSS? Se a resposta é negativa, garantirão os êxitos conseguidos pelo menos a realização do socialismo dentro das fronteiras nacionais, independentemente do curso dos acontecimentos no resto do mundo? A apreciação crítica dos principais índices da economia soviética deve dar-nos um ponto de partida na procura de uma resposta justa. Mas não podemos deixar de fazer uma prévia nota teórica.

O marxismo procede do desenvolvimento da técnica, como motor principal do progresso, e constrói o programa comunista sobre a dinâmica das forças de produção. Se suposermos que uma catástrofe cósmica destrói o nosso planeta num futuro mais ou menos próximo, seremos forçados a renunciar à perspectiva do comunismo, como a muitas outras coisas. Abstraindo deste perigo, problemático neste momento, não temos a menor razão científica para designar previamente limites, sejam quais forem, às nossas possibilidades técnicas, industriais e culturais. O marxismo está profundamente penetrado pelo optimismo do progresso e isto basta, diga-se, para o opor irredutivelmente à religião.

A base material do comunismo deve consistir num desenvolvimento do poder económico do homem de tal modo que o trabalho produtivo, deixando de ser uma carga e um incómodo, não tenha necessidade de qualquer coacção, nem tenha a repartição — como hoje numa família desafogada — outros contrôles além dos da educação, do hábito, da opinião pública. É necessário, para falar francamente, uma grande dose de estupidez para considerar como utópica uma perspectiva, em definitivo, tão modesta.

O capitalismo preparou as condições e as forças da revolução social: a técnica, a ciência, o proletariado. A sociedade comunista não pode, no entanto, suceder imediata-

mente à sociedade burguesa; a herança material e cultural do passado é insuficiente. A princípio, o Estado operário não pode ainda permitir a cada um trabalhar «segundo as suas capacidades», por outros termos, o que quiser e puder, nem recompensar cada um «segundo as suas necessidades», independentemente do trabalho fornecido. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer às habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade e a qualidade do trabalho individual.

Marx chamava a esta primeira etapa da nova sociedade «o estágio inferior do comunismo». Distinguia-o assim do estágio superior onde desaparecia, ao mesmo tempo que o último espectro da necessidade, a desigualdade material. «Nós não nos encontramos ainda, naturalmente, no comunismo *completo*», diz a doutrina oficial soviética actual, «mas já realizámos o socialismo, isto é, o *estádio inferior* do comunismo».

E, em apoio desta tese, invoca a supremacia dos trusts do Estado na indústria, dos kolkhozes na agricultura, das empresas estatais e cooperativas no comércio. À primeira vista a concordância é total com o esquema *a priori* — portanto hipotético — de Marx. Mas precisamente do ponto de vista do marxismo, a questão não diz somente respeito às formas de propriedade, independentemente do rendimento do trabalho. Marx entendia, em todo o caso, por «estádio inferior do comunismo» o de uma sociedade cujo desenvolvimento económico seria, desde o início, *superior* ao do capitalismo avançado. Em teoria, esta maneira de colocar a questão é irreprovável, pois o comunismo, considerado *à escala mundial*, constitui, mesmo no seu estágio inicial, no seu ponto de partida, um grau superior em relação à sociedade burguesa. Marx esperava aliás que os franceses comessem a revolução socialista, que os alemães a continuariam e os ingleses a acabariam. Quanto aos russos, continuavam longe na rectaguarda. A realidade foi precisamente inversa. Tentar aplicar, mecanicamente, ao caso particular da URSS, na actual fase da sua evolução, a concepção histórica universal de Marx, é cair imediatamente em inextricáveis contradições.

A Rússia não era o elo mais resistente mas sim o mais fraco do capitalismo. A URSS actual não ultrapassava o nível da economia mundial, nada mais faz do que alcançar os países capitalistas. Se a sociedade que deveria formar-se com base na socialização das forças produtivas dos países mais avançados do capitalismo na sua época, representava para Marx o «estádio inferior do comunismo», esta definição

não se aplica manifestamente à URSS que se mantém hoje bastante mais pobre do que os países capitalistas, quanto à técnica, aos bens e à cultura.

É pois bastante mais exacto chamar ao actual regime soviético, com todas as suas contradições, não *socialista* mas *transitório* entre o capitalismo e o socialismo, ou *preparatório* para o socialismo.

Este desejo de uma terminologia justa não implica qualquer espécie de pedantismo. A força e a estabilidade dos regimes definem-se em última análise pelo rendimento relativo do trabalho. Uma economia socializada que ultrapassasse o capitalismo, tecnicamente, teria realmente assegurado um desenvolvimento socialista de certo modo automático, o que infelizmente não pode, de maneira alguma, ser dito da economia soviética.

A maior parte dos apologistas vulgares da URSS, tal como ela é, inclinam-se a raciocinar do seguinte modo: mesmo reconhecendo que o regime soviético não é ainda socialista, o ulterior desenvolvimento das forças produtivas, nas actuais bases, levará cedo ou tarde ao triunfo completo do socialismo. Só, neste caso, o factor tempo é discutível. Valerá pois a pena fazer tanto barulho? Por mais incontestável que pareça este raciocínio, é na realidade bastante superficial. O tempo não é de modo algum factor secundário quando se trata de um processo histórico: em política é infinitamente mais perigoso confundir o presente e o futuro do que em gramática. O desenvolvimento não consiste, como o representam os evolucionistas vulgares do género dos Webb, na acumulação planificada e no «melhoramento» constante do que existe. Comporta transformações da quantidade em qualidade, crises, saltos para a frente e recuos. Precisamente em virtude de a URSS não se encontrar ainda no primeiro estágio do socialismo — sistema equilibrado de produção e consumo — o desenvolvimento não é harmonioso, mas contraditório. As contradições económicas fazem nascer os antagonismos sociais que desenvolvem a sua própria lógica sem esperar o desenvolvimento das forças produtivas. Acabámos de o ver na questão do kulak, que não consentiu em se deixar «assimilar» pelo socialismo e exigiu uma revolução complementar que os burocratas e os seus ideólogos não esperavam. A burocracia, nas mãos da qual se concentram o poder e a riqueza, consentirá em se deixar assimilar pelo socialismo? Permitam-nos duvidar! Seria em todo o caso imprudente acreditarmos na *sua* palavra. Em que sentido evoluirá, no decurso dos três, cinco, dez próximos anos, o dinamismo das contradi-

ções económicas e dos antagonismos sociais da sociedade soviética? Não existe ainda uma resposta definitiva e incontestável a esta questão. A solução depende da luta das forças vivas da sociedade e não só à escala nacional, mas também internacional. Cada nova etapa impõe-nos desde logo a análise concreta das tendências e das relações reais, na sua conexão e constante interdependência. A importância de uma análise deste género vai ressaltar na questão do Estado soviético.

Programa e realidade

Depois de Marx e Engels, Lenine foi o primeiro a apreender o traço distintivo da revolução. Esta, ao expropriar os exploradores, suprime a necessidade de um aparelho burocrático que domine a sociedade e, antes de tudo, da polícia e do exército permanente. «O proletariado tem necessidade do Estado, todos os oportunistas o repetem», escrevia Lenine em 1917, dois ou três meses antes da conquista do poder, «mas esquecem-se de acrescentar que o proletariado só tem necessidade de um Estado que vá desaparecendo, isto é, um Estado que cedo comece a desaparecer e não possa deixar de desaparecer» (*O Estado e a revolução*). Esta crítica era, no seu tempo, dirigida contra os socialistas reformistas do tipo dos mencheviques russos, dos fabianos ingleses, etc.; hoje, esta crítica volta-se, com força dobrada, contra os idólatras soviéticos e o seu culto do Estado burocrático que não têm a menor intenção de «desaparecer».

A burocracia é essencialmente necessária todas as vezes que ásperos antagonismos se encontram em presença e que é necessário «atenuá-los», «acomodá-los», «regulá-los» (sempre no interesse dos privilegiados e dos possuidores, e sempre com vantagem para a burocracia). O aparelho burocrático firma-se e aperfeiçoa-se através de todas as revoluções burguesas, por mais democráticas que sejam. «O funcionalismo e o exército permanente», escreve Lenine, «são parasitas no corpo da sociedade burguesa, parasitas criados pelas contradições internas que dilaceram esta sociedade, mas precisamente parasitas que lhe tapam os poros».

A partir de 1918, isto é, do momento em que o partido teve de considerar a tomada do poder como um problema prático, Lenine ocupou-se sem cessar da eliminação destes «parasitas». Após a subversão das classes de exploradores, explica e demonstra em *O Estado e a revolução*, que o

proletariado destruirá a velha máquina burocrática e formará o seu próprio aparelho de operários e de empregados, tomando, para os impedir de se tornarem burocratas, «medidas estudadas em pormenor por Marx e Engels: 1.º elegibilidade, mas também revogabilidade, a todo o momento; 2.º remuneração não superior ao salário do operário; 3.º passagem imediata a um estado de coisas no qual *todos* desempenharão funções de controle e de vigilância, no qual *todos* serão momentaneamente «burocratas», *ninguém* podendo, por isso mesmo, burocratizar-se». Seria errado pensar que se trata para Lenine uma obra que exija dezenas de anos; não, é um primeiro passo: «Pode-se e deve-se *começar* por aí a revolução proletária».

As mesmas considerações audaciosas sobre o Estado da ditadura do proletariado encontraram, um ano e meio após a tomada do poder, a sua expressão acabada no programa do partido bolchevique e, nomeadamente, nos parágrafos respeitantes ao exército. Um Estado forte, mas sem mandarins; uma força armada, mas sem samurais! A burocracia militar e civil não resulta das necessidades da defesa mas de uma transferência da divisão da sociedade em classes para a organização da defesa. O exército é um produto das relações sociais. A luta contra os perigos exteriores supõe, e isto é imanente ao Estado operário, uma organização militar e técnica especializada que não será em caso algum uma casta privilegiada de oficiais. O programa bolchevique exige a substituição do exército permanente pela nação armada.

Desde a sua formação, o regime da ditadura do proletariado deixa de ser o de um «Estado» no velho sentido da palavra, isto é, de uma máquina feita para manter na obediência a maioria do povo. Com as armas, a força material passa directamente, imediatamente, para as organizações dos trabalhadores, tais como os soviets. O Estado, aparelho burocrático, começa a desaparecer desde o primeiro dia da ditadura do proletariado. Tais são os termos do programa que nunca foi revogado. Coisa estranha! Julgar-se-ia uma voz de além-túmulo saindo do mausoleu...

Seja qual for a interpretação que se der da natureza do Estado soviético, uma coisa é incontestável: ao fim dos seus vinte primeiros anos está longe de ter «deperecido», nem mesmo começou a «deperecer», pior, tornou-se um aparelho de coacção sem precedente na história; a burocracia, longe de desaparecer, tornou-se uma força incontrôlada que domina as massas; o exército, longe de ser substituído pelo povo em armas, formou uma casta de oficiais

privilegiados, no cimo do qual apareceram os marchais, enquanto o povo, «exercendo com armas a sua ditadura», sê viu recusado na URSS, até da posse de uma arma branca. A fantasia mais exaltada dificilmente conceberia contraste mais impressionante do que o existente entre o esquema do Estado operário de Marx-Engels-Lenine e o Estado à cabeça do qual se encontra hoje Estaline. Continuando a reimprimir as obras de Lenine (censurando-as e mutilando-as, na realidade), os actuais chefes da URSS e os seus representantes ideológicos, nem mesmo se perguntam sobre quais são as causas de um afastamento tão flagrante entre o programa e a realidade. Esforcemo-nos por fazê-lo em seu lugar.

O duplo carácter do Estado Soviético

A ditadura do proletariado é uma ponte entre as sociedades burguesa e socialista. A sua própria essência confere-lhe pois um carácter temporário. O Estado que realiza a ditadura tem por tarefa derivada, mas absolutamente primordial, preparar a sua própria abolição. O grau de execução desta tarefa «derivada» verifica, num certo sentido, qual o êxito com que se cumpre a ideia-mestra: a construção de uma sociedade sem classes e sem contradições materiais. O burocratismo e a harmonia social encontram-se em proporção inversa.

Engels escreveu na célebre polémica contra Duhring «Quando desaparecerem, ao mesmo tempo que a dominação de classe e a luta pela existência individual, criadas pela anarquia actual da produção, os choques e os excessos que decorrem desta luta, mais nada haverá que reprimir, a necessidade de uma força especial de repressão não mais se fará sentir no Estado». O filisteu crê na eternidade do polícia. Na realidade, o polícia dominará o homem enquanto o homem não tiver dominado suficientemente a natureza. É necessário, para que o Estado desapareça, que desapareçam «a dominação de classe e a luta pela existência individual». Engels reúne estas duas condições numa só: na perspectiva da sucessão dos regimes sociais, algumas dezenas de anos não contam muito. Mas as gerações que arcam com a revolução sobre os seus ombros representam as coisas de outro modo. É exacto que a luta de todos contra todos nasce da anarquia capitalista. Mas a socialização dos meios de produção não suprime automaticamente «a luta pela existência individual». E é este o eixo da questão!

Mesmo na América, sobre as bases do capitalismo mais avançado, o Estado socialista não poderia dar a cada um tudo o que lhe é necessário; seria, conseqüentemente, obrigado a incitar toda a gente a produzir o mais possível. A função de *excitador* cabe-lhe naturalmente nestas condições e não pode deixar de recorrer, modificando-os e suavizando-os, aos métodos de remuneração do trabalho elaborados pelo capitalismo. Neste sentido preciso, Marx escreveu em 1875 que «o direito burguês é inevitável na primeira fase da sociedade comunista sob a forma que reveste, nascendo da sociedade capitalista após longas dores de parto. *O direito não pode nunca elevar-se acima do regime económico e do desenvolvimento cultural condicionado por este regime*».

Lenine, comentando estas linhas notáveis, acrescenta: «O direito burguês, em matéria de repartição dos artigos de consumo, supõe naturalmente o *Estado burguês*, pois o direito não é nada sem um aparelho de coacção que *impõe* as suas normas. Surge-nos assim o direito burguês a subsistir durante um certo tempo no seio do comunismo, e até mesmo o Estado burguês a subsistir sem burguesia!».

Esta significativa conclusão, absolutamente ignorada pelos teóricos oficiais de hoje, tem uma importância decisiva para a inteligência da natureza do Estado soviético de hoje, ou, mais exactamente, para uma primeira aproximação neste sentido. O Estado, que toma por tarefa a transformação socialista da sociedade, sendo obrigado a defender pela coacção a desigualdade, isto é, os privilégios da minoria, torna-se, em certa medida, um Estado «burguês», embora sem burguesia. Estas palavras não implicam louvor nem censura; chamam simplesmente as coisas pelo seu nome.

As normas burguesas de repartição, quando incitam o crescimento da força material, devem servir fins socialistas. Mas o Estado adquire imediatamente um duplo carácter: socialista, na medida em que defende a propriedade colectiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as conseqüências que decorrem deste facto. Uma definição tão contraditória espantará talvez os dogmáticos e os escolásticos; nada mais nos resta senão exprimir-lhes os nosos pêsames.

A fisionomia definitiva do Estado operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas. A vitória das últimas deve significar a supressão irrevogável do polícia, por outros termos, a reabsorção do Estado numa sociedade que se administra a si própria. Isto basta para fazer ressaltar a enorme importância do problema da burocracia soviética, facto e sintoma.

É precisamente porque, em virtude da sua formação intelectual, Lenine dá à concepção de Marx a sua mais acentuada forma, revela ao mesmo tempo a fonte das dificuldades futuras, incluindo as suas, embora não tenha tido tempo de aprofundar a sua análise. «O Estado burguês sem burguesia» mostrou-se incompatível com uma autêntica democracia soviética. A dualidade das funções do Estado não podia deixar de se manifestar na sua estrutura. A experiência mostrou o que a teoria não tinha sabido prever com suficiente clareza: se «O Estado dos operários armados» responde completamente aos seus fins quando se trata de defender a propriedade socializada no combate à contra-revolução, o mesmo não acontece quando se trata de regular a desigualdade na esfera do consumo. Os que se encontram privados de propriedade não se inclinam a criar privilégios e a defendê-los. A maioria não pode mostrar-se desejosa dos privilégios da minoria. Para defender o «direito burguês», o Estado operário vê-se coagido a formar um órgão do tipo «burguês», em resumo, a regressar ao polícia, dando-lhe um novo uniforme.

Démos desta maneira o primeiro passo em direcção à inteligência da contradição fundamental entre o programa bolchevique e a realidade soviética. Se o Estado, em vez de deperecer, se torna cada vez mais despótico; se os mandatários da classe operária se burocratizam, enquanto a burocracia se eleva acima da sociedade renovada, não é por causas secundárias, tais como as sobrevivências psicológicas do passado, etc., é em virtude da inflexível necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada, enquanto não é possível assegurar a igualdade real.

As tendências burocráticas que asfixiam o movimento operário deverão também manifestar-se por todo o lado após a revolução proletária. Mas é perfeitamente evidente que quanto mais pobre for a sociedade nascida da revolução, mais esta «lei» se deve manifestar severamente, sem rodeios; mais o burocratismo revestirá formas brutais; mais se pode tornar perigoso para o desenvolvimento do socialismo. Não são os «restos», em si próprios impotentes, das classes outrora dirigentes, que impedem o Estado soviético de depe-

recer e mesmo de se libertar da burocracia parasitária, como declarou a doutrina puramente policial de Estaline. São factores infinitamente mais poderosos, tais como a indigência material, a falta de cultura geral, a dominação do «direito burguês» no domínio que interessa mais directa e mais vivamente a qualquer homem: o da sua conservação pessoal.

POLÍCIA E «NECESSIDADE SOCIALIZADA»

O jovem Marx escrevia, dois anos antes do *Manifesto Comunista*: «O desenvolvimento das forças produtivas é praticamente a primeira condição absolutamente necessária [do comunismo] ainda pela razão que, sem ele, socializar-se-ia a indigência e que a indigência faria recomeçar a luta pelo necessário e, em consequência, faria ressuscitar a velha desordem...» Marx não desenvolveu esta ideia em parte alguma, e não foi por acaso: ele não previa a vitória da revolução num país atrasado. Lenine também não se debruçou muito sobre ela, e também não foi por acaso: ele não previa um tão longo isolamento do Estado soviético. Ora, não passando o texto de Marx, que acabámos de citar, de uma suposição abstracta, de um argumento por oposição, oferece-nos uma chave teórica única para abordar as dificuldades perfeitamente concretas e os males do regime soviético. No terreno histórico da miséria, agravada pelas devastações das guerras imperialista e civil, a «luta pela existência individual», longe de desaparecer no dia seguinte ao da subversão da burguesia, longe de se atenuar nos anos seguintes, conheceu, por momentos, um agravamento sem precedentes: será necessário relembrar que actos de canibalismo se produziram por duas vezes em certas regiões do país?

A distância que separa a Rússia do Ocidente só se mede verdadeiramente no presente. Seriam necessários vários lustros à URSS, nas condições mais favoráveis, isto é, na ausência de convulsões internas e de catástrofes externas, para assimilar completamente a aquisição económica e educativa que foi, para os primogénitos da civilização capitalista, fruto de séculos. A aplicação dos métodos *socialistas* a tarefas *pré-socialistas*, tal é agora o fundamento do trabalho económico e cultural da URSS.

É verdade que a URSS ultrapassa hoje, pelas suas forças produtivas, os países mais avançados do tempo de Marx. Mas, em primeiro lugar, na competição histórica dos dois regimes, trata-se muito menos de níveis absolutos que

de níveis relativos: a economia soviética opõe-se ao capitalismo de Hitler, de Baldwin e de Roosevelt e não ao de Bismarck, de Palmerston e de Abraão Lincoln: em segundo lugar, a própria extensão das necessidades do homem modificou-se radicalmente com o crescimento da técnica mundial: os contemporâneos de Marx não conheciam o automóvel, nem a T. S. F., nem o avião. Ora, a sociedade socialista no nosso tempo seria inconcebível sem o livre uso de todos estes bens.

«O estágio inferior do comunismo», para empregar a designação de Marx, começa a um nível do qual se aproximou o capitalismo mais avançado. Ora, o programa real dos próximos períodos quinquenais das repúblicas soviéticas consiste em «alcançar a Europa e a América». Para criar uma rede de estradas alcatroadas e de auto-estradas nos vastos espaços da URSS, é necessário mais tempo e meios que para importar da América fábricas de automóveis já prontas e mesmo apropriar-se da sua técnica. Quantos anos serão necessários para dar a cada cidadão a possibilidade de usar um automóvel em todas as direcções sem encontrar dificuldades de abastecimento de combustível? Na sociedade bárbara, o peão e o cavaleiro formavam duas classes. O automóvel não diferencia menos a sociedade que o cavalo de sela. Enquanto o modesto Ford continuar privilégio de uma minoria, todas as relações e hábitos próprios da sociedade burguesa sobrevivem. E, com eles, subsiste o Estado, guardião da desigualdade.

Procedendo unicamente da teoria marxista da ditadura do proletariado, Lenine não pôde, nem na sua obra *capital* sobre a questão, *O Estado e a Revolução*, nem no programa do partido, fazer, no que respeita ao carácter do Estado, todas as deduções impostas pela condição de atraso e pelo isolamento do país. Explicando o ressurgimento da burocracia pela inexperiência administrativa das massas e pelas dificuldades nascidas da guerra, o programa do partido prescreve medidas puramente políticas para ultrapassar as «deformações burocráticas»: elegibilidade e revogabilidade em qualquer momento de todos os mandatários, supressão dos privilégios materiais, controle activo das massas. Pensava-se que, por esta via, o funcionalismo deixaria de ser um chefe para se tornar um simples agente técnico, aliás provisório, enquanto o Estado, pouco a pouco e sem barulho, deixaria a cena.

Esta manifesta subestimação das dificuldades futuras explica-se pelo facto de o programa se fundar inteiramente

e sem reservas, numa perspectiva internacional. «A Revolução de Outubro realizou na Rússia a ditadura do proletariado. Abriu-se a era da revolução comunista universal». Estas são as primeiras linhas do programa. Os autores deste documento não tinham só por fim a edificação do «socialismo num só país» — essa ideia não vinha então à cabeça de ninguém e a Estaline menos que a qualquer outro — e não se preocupavam em saber qual o carácter que tomaria o Estado soviético se lhe fosse necessário cumprir sozinho durante vinte anos as tarefas económicas e culturais desde há muito cumpridas pelo capitalismo avançado.

A crise revolucionária do após-guerra não conduziu entretanto à vitória do socialismo na Europa: a social-democracia salvou a burguesia. O período que pareceu a Lenine e aos seus companheiros de armas dever ser uma curta «trega» tornou-se uma época da história. A estrutura social contraditória da URSS e o carácter ultra-burocrático do Estado soviético são as consequências directas desta singular «dificuldade» histórica imprevista, que conduziu, ao mesmo tempo, os países capitalistas ao fascismo ou à reacção pré-fascista.

Se a tentativa inicial — criar um Estado liberto do burocratismo — se chocou, antes de tudo, com a inexperience das massas em matéria de auto-administração, com a falta de trabalhadores qualificados devotados ao socialismo, etc., outras dificuldades não iriam tardar a fazer-se sentir. A redução do Estado a funções de «recenseamento e de contrôle», diminuindo sem cessar as funções de coerção, como o programa exigia, supunha um certo bem-estar. Faltava esta condição necessária. A ajuda do Ocidente não chegava. O poder dos Sovietes democráticos revelava-se incomodativo e mesmo intolerável quando se tratava de favorecer os grupos privilegiados mais indispensáveis à defesa, à indústria, à técnica, à ciência. Uma poderosa casta de especialistas na repartição formou-se e fortificou-se graças à operação, de modo nenhum socialista, que consistia em tirar a dez pessoas para dar a uma.

Como e porquê os enormes êxitos económicos dos últimos tempos, em vez de conduzirem a uma diminuição da desigualdade, a agravaram, aumentando ainda mais a burocracia que, de «deformação», se tornou sistema de governo? Antes de tentar responder a esta questão, escutemos o que os chefes mais autorizados da burocracia soviética dizem do seu próprio regime.

VITÓRIA COMPLETA DO SOCIALISMO E FORTALECIMENTO DA DITADURA

A vitória completa do socialismo foi várias vezes anunciada na URSS, e, sob uma forma particularmente categórica, em seguida à liquidação dos Kulaks como classe. Em 30 de Janeiro de 1931, o *Pravda*, comentando um discurso de Estaline, escrevia: «O segundo plano quinquenal liquidará os *últimos vestígios* dos elementos capitalistas da nossa economia» (itálico nosso). Deste ponto de vista, o Estado deveria desaparecer sem regresso no mesmo lapso de tempo, porque não há mais nada a fazer quando os «últimos vestígios» do capitalismo são liquidados. «O poder dos soviets», declara sobre este assunto o programa do partido bolchevique, «reconhece abertamente o inelutável carácter de classe de qualquer Estado, enquanto não desaparece inteiramente a divisão da sociedade em classes, e, *com ela*, toda a autoridade governamental». Mas, logo que imprudentes teóricos moscovitas tentaram deduzir da liquidação dos «últimos vestígios do capitalismo» — admitida por eles como uma realidade — o deperecimento do Estado, a burocracia declarou as suas teorias «contra-revolucionárias».

O erro teórico da burocracia reside pois na proposição principal ou na dedução? Nas duas. A oposição objectava às primeiras declarações sobre a «vitória total» que não basta considerar unicamente as formas jurídico-sociais das relações, aliás ainda contraditórias e falhas de maturidade na agricultura, abstraindo do critério principal: o nível atingido pelo rendimento do trabalho. As próprias formas jurídicas têm um conteúdo social que varia profundamente segundo o grau de desenvolvimento da técnica: «O direito não pode nunca elevar-se acima do regime económico e do desenvolvimento cultural da sociedade condicionado por esse regime» (Marx). As formas soviéticas da propriedade, fundadas sobre as aquisições mais recentes da técnica americana e alargadas a todos os ramos da economia identificar-se-iam já com o primeiro estágio do socialismo. As formas soviéticas, em presença de um baixo rendimento do trabalho, não significam mais do que um regime transitório cujos destinos não estão ainda definitivamente pesados pela História.

«Não é monstruoso» — escrevíamos em Março de 1932 — «que o país não saia da penúria de mercadorias, que o abastecimento se interrompa a cada instante, que o leite falte às crianças e os oráculos oficiais proclamem que «o país

entrou no período socialista»? Poder-se-á comprometer mais lastimavelmente o socialismo?»).

Karl Radek, hoje um dos publicistas dos meios soviéticos dirigentes, replicava a esta objecção, num número especial do *Berliner Tageblatt* consagrado à URSS (Maio de 1932), nos seguintes termos, dignos de serem conservados para a posteridade:

«O leite é o produto da vaca e não do socialismo, e é realmente necessário confundir o socialismo com a imagem do país onde correm rios de leite para não compreender que um país se pode elevar a um grau superior de desenvolvimento sem que, momentaneamente, a situação material das massas populares tenha sensivelmente melhorado». Estas linhas foram escritas num momento em que o país estava prestes a sofrer uma terrível fome.

O socialismo é o regime da produção planificada para a melhor satisfação das necessidades do homem, sem o que não merece esse nome. Se as vacas são declaradas propriedade colectiva, mas se existem poucas ou se fornecem pouco leite, abrem-se conflitos em seguida à falta de leite entre a cidade e o campo, entre os Kolkhozes e os cultivadores independentes, entre as diversas camadas do proletariado, entre a burocracia e o conjunto dos trabalhadores. Foi precisamente a socialização das vacas que as fez serem abatidas em massa pelos camponeses. Os conflitos sociais, criados pela indigência podem, por sua vez, conduzir ao regresso à «antiga situação». Esta foi a nossa resposta.

Na sua resolução de 20 de Agosto de 1935, o VII Congresso da Internacional Comunista certifica solenemente que «a vitória do socialismo, definitiva e irrevogável, e o fortalecimento a todos os níveis do Estado da ditadura do proletariado» são na URSS os resultados dos êxitos da indústria nacionalizada, da eliminação dos elementos capitalistas e da liquidação dos kulaks como classe.

Apesar desta afirmação categórica, a declaração da Internacional Comunista é profundamente contraditória: se o socialismo venceu, definitiva e irrevogavelmente, não como princípio, mas como organização social viva, o novo «fortalecimento» da ditadura é um evidente absurdo. E, inversamente, se o fortalecimento da ditadura responde às reais necessidades do regime, é porque estamos ainda longe da vitória do socialismo. Qualquer político realista, para não dizer marxista, deve compreender que a necessidade de fortalecer a ditadura, isto é, a coacção governamental, prova não o triunfo de uma harmonia social sem classes, mas o crescimento de novos antagonismos sociais. Qual a sua base?

A penúria dos meios de existência, que é o resultado do baixo rendimento do trabalho.

Lenine deu, um dia, do socialismo a seguinte definição: «O poder dos soviets, mais a electrificação». Esta definição em forma de epigrama, cuja estreiteza respondia a fins de propaganda, supunha em todo o caso, como ponto de partida mínimo, o nível capitalista da electrificação. Mas ainda hoje a URSS dispõe, por habitante, de três vezes menos energia eléctrica que os países capitalistas avançados. Tomando em consideração o facto de os soviets terem cedido entretanto o lugar a um aparelho independente das massas, nada mais resta à Internacional Comunista senão proclamar que o socialismo é o «poder da burocracia mais um terço de electrificação capitalista». Esta definição será de uma exactidão fotográfica, mas o socialismo terá pouco a ver com ela.

No seu discurso aos stakhanovistas, em Novembro de 1935, Estaline, de acordo com o fim empírico desta conferência, declarou bruscamente: «Porque *pode* e *deve* o socialismo vencer, e *vencerá* necessariamente, o sistema capitalista? Porque *pode* e *deve* dar... um rendimento mais elevado do trabalho». Refutando incidentalmente a resolução da Internacional Comunista adoptada três meses antes, e também as suas próprias declarações, reiteradas sobre este assunto, Estaline fala desta vez da «vitória» *no futuro*: o socialismo vencerá o sistema capitalista quando o ultrapassar no rendimento do trabalho. Como se vê, os tempos do verbo não são os únicos a mudar com as circunstâncias. Os critérios sociais também evoluem. E não é seguramente fácil para o cidadão soviético seguir a «linha geral».

Em 1 de Março de 1936, enfim, na sua entrevista com Roy Howard, Estaline dá uma nova definição do regime soviético: «A organização social que nós criámos pode ser chamada soviética, socialista, não está completamente acabada, mas é no fundo uma organização socialista da sociedade». Esta definição, intencionalmente confusa, encerra quase tantas contradições como palavras. A organização social é aí qualificada de «soviética», «socialista». Mas os soviets representam uma forma de Estado e o socialismo um regime social. Longe de serem idênticos, estes termos, do ponto de vista que nos ocupa, são opostos; os soviets deveriam desaparecer à medida que a organização social se tornasse socialista, como os andaimes são retirados quando o edifício é construído. Estaline acrescenta um correctivo: «O socialismo não está completamente acabado». Que quer dizer este «não completamente»? Falta 5% ou

75%? Não nos é dito. Assim como se abstêm de nos dizer o que deveremos entender por «fundo» da organização socialista da sociedade. Serão as formas da propriedade ou a técnica? A obscuridade desta definição significa um recuo em relação às fórmulas infinitamente mais categóricas de 1931 e de 1935. Mais um passo nesta via e seria necessário reconhecer que a raiz de uma organização social reside nas forças produtivas, e que a raiz soviética está ainda demasiado fraca para a planta socialista e para a felicidade humana que é o seu coroamento.

IV

A LUTA PELO RENDIMENTO DO TRABALHO

O Plano e o Dinheiro

Tentámos pôr à prova o regime soviético considerando-o sob o ângulo do Estado. Podemos fazer o mesmo sob o ângulo da circulação monetária. Os problemas do Estado e do dinheiro possuem vários aspectos em comum, pois ambos se reduzem, no fim de contas, ao problema essencial: o rendimento do trabalho. As coacções estatal e monetária pertencem à herança da sociedade dividida em classes que só pode determinar as relações entre os homens com a ajuda de fetiches religiosos ou laicos e coloca estes fetiches sob a protecção do mais terrível de todos — o Estado — um grande punhal nos dentes. Na sociedade comunista, tanto o Estado como o dinheiro desaparecerão. O seu deprecimento progressivo deve pois começar sob o regime socialista. Só se poderá falar de vitória real do socialismo a partir do momento em que o Estado mais não seja que um semi-Estado e o dinheiro comece a perder a sua mágica força. Isto significará então que o socialismo, libertando-se dos fetiches capitalistas, começa a estabelecer entre os homens, relações mais límpidas, mais livres e mais dignas.

As reivindicações de «abolição» do dinheiro, «abolição» do salário, «eliminação» do Estado e da família, características do anarquismo, só apresentam interesse como modelos do pensamento mecanicista. O dinheiro não poderá ser arbitrariamente «abolido», assim como o Estado ou a família não poderão ser «eliminados»; eles terão de esgotar a sua missão histórica, perder todo o seu significado e desaparecer. O fetichismo do dinheiro só receberá o golpe de misericórdia quando o ininterrupto crescimento da riqueza social libertar os homens da sua avareza a respeito do minuto suplementar do trabalho e da sua humilhante inquietação quanto à quantidade das rações. Quando perder o seu poder de trazer a felicidade e de lançar o homem no vazio, o dinheiro reduzir-se-á a um meio de contabilidade cómoda

para a estatística e para o plano. Como consequência, viver-se-á no futuro, provavelmente sem necessidade desta espécie de aval. Mas este desejo poderemos abandoná-lo aos nossos netos que não deixarão de ser mais inteligentes que nós.

A nacionalização dos meios de produção e de crédito, o monopólio das cooperativas e do Estado sobre o comércio interno, o monopólio do comércio externo, a colectivização da agricultura, a legislação sobre as heranças, pressupõem estreitas limitações à acumulação pessoal de dinheiro e impedem a transformação do dinheiro em capital privado (usurário, comercial e industrial). Esta função do dinheiro, ligada à exploração, não é contudo satisfeita desde o início da revolução proletária, mas transferida, sob um novo aspecto, para o Estado comerciante, banqueiro e industrial universal. Por outro lado, as funções mais elementares do dinheiro, *medida de valor, meio de circulação, meio de pagamento*, são conservadas e adquirem mesmo um campo de acção mais vasto que o próprio do regime capitalista.

A planificação administrativa revelou suficientemente a sua força e, simultaneamente, os limites dessa força. Um plano económico *a priori* concebido, sobretudo num país atrasado, com 170 milhões de habitantes, dilacerado por profundas contradições entre a cidade e o campo, não é um dogma imutável, mas uma hipótese de trabalho a verificar e a transformar no decurso da sua execução. Poder-se-á mesmo enunciar a seguinte regra: quanto mais estreita for a directiva administrativa, mais a situação se torna penosa para os dirigentes da economia. Duas alavancas devem servir para regular e adaptar o plano: uma alavanca *política*, criada pela participação real das massas interessadas na direcção, o que não se concebe sem democracia soviética; uma alavanca *financeira*, resultante da efectiva unificação dos cálculos *a priori* por meio de um equivalente geral, o que é impossível sem um sistema monetário estável.

O papel do dinheiro na economia soviética, longe de se ter esgotado, tem que se desenvolver ainda profundamente. A época de transição entre o capitalismo e o socialismo, considerada na sua totalidade, exige, não a diminuição da circulação das mercadorias, mas o seu extremo alargamento. Todos os ramos da indústria se transformam e crescem, outros são criados sem cessar e todos devem, quantitativa ou qualitativamente, determinar reciprocamente as suas situações. A situação simultânea da economia rural, que produzia para consumo local, e da família fechada, significa a entrada na circulação social, portanto na circula-

ção monetária, de toda a energia de trabalho que outrora se dispndia nos limites da propriedade rural ou entre as paredes da habitação. Pela primeira vez na história, todos os produtos e todos os serviços poderão ser trocados entre si.

Por outro lado, para ser coroada de êxito, não se concebe uma edificação socialista sem a integração, no sistema de planificação, do interesse pessoal imediato, do egoísmo do produtor e do consumidor, factores estes que só poderão manifestar-se utilmente se dispuserem desse meio habitual, seguro e subtil, o dinheiro. O aumento do rendimento do trabalho e o melhoramento da qualidade da produção são absolutamente impossíveis sem um padrão de medida que penetre livremente em todos os poros da economia, isto é, sem uma estável unidade monetária.

Daqui, ressalta claramente que, tanto na economia de transição como em regime capitalista, a única moeda verdadeira é a que se baseia no ouro. Qualquer outra moeda não passará de um sucedâneo. É verdade que o Estado soviético é simultaneamente senhor das massas de mercadorias e dos órgãos de emissão. Mas este facto não altera nada: as manipulações administrativas relativas aos preços fixados para as mercadorias, de modo algum criam uma unidade monetária estável e não se substituem por mais tempo, nem para o comércio interno, nem, por maioria de razões, para o comércio externo.

Privado de uma base própria, isto é, de uma base-ouro, o sistema monetário da URSS, como o dos diversos países capitalistas, é necessariamente um sistema fechado; o rublo não existe para o mercado mundial. Se a URSS, melhor que a Alemanha ou a Itália, pode suportar as desvantagens de um sistema deste género, é em parte, graças ao monopólio do comércio externo e, principalmente, graças às riquezas naturais do país: só estas riquezas lhe permitem não asfixiar sob as tenazes da autarquia. Mas a tarefa histórica não é esta de não se deixar asfixiar, mas sim criar, face às mais altas aquisições do mercado mundial, uma economia vigorosa absolutamente racional que assegure o melhor emprego do tempo, e, desde logo, o mais elevado surto de cultura.

É precisamente a economia soviética que, atravessando incessantes revoluções técnicas e grandiosas experiências, mais necessidade tem de uma constante verificação através de um padrão fixo de valor. Em teoria, não se poderá duvidar que, pela disposição do rublo-ouro na URSS, o resultado dos planos quinquenais tivesse sido infinitamente melhor que o actual; mas não se pode julgar que não existiu. E não

façamos da pobreza virtude, pois isso conduzir-nos-ia a novas perdas e a novos erros económicos.

A inflação «socialista»

A história do sistema monetário soviético, ao mesmo tempo que a história das dificuldades económicas, dos êxitos e dos reveses, é a dos zig-zagues do pensamento burocrático.

A restauração do rublo em 1922-1924, correlativa à instauração da NEP, encontra-se intimamente ligada à restauração das «normas do direito burguês» no domínio da repartição dos artigos de consumo. O *tchervonietz* foi objecto das atenções do governo enquanto este se orientava para o lavrador. Pelo contrário, todas as comportas da inflação foram abertas durante o primeiro período quinquenal. De 0,7 biliões de rublos no início de 1925, a soma total de emissões passou, no início de 1928, para o número relativamente modesto de 1,7 biliões, quase igual à circulação de papel-moeda do império na véspera da guerra, mas, evidentemente, sem a antiga base metálica. Depois, a curva da inflação dá, de ano para ano, os saltos febris que se seguem: 2; 2,8; 4,3; 5,5; 8,4! O último número — 8,4 biliões de rublos — é atingido no início de 1933. Seguem-se depois os anos de refluxo e de recuo: 6,69; 7,7; 7,9 biliões (1935).

O rublo de 1924, oficialmente cotado em 13 francos, cai em Novembro de 1935 para 3 francos, ou seja menos de um quarto, quase ao nível do franco francês após a guerra. As duas cotações, a antiga e a nova, são bastante convencionais; o poder de compra do rublo, comparado com os preços mundiais, não atinge provavelmente 1,50 francos. Mas a importância da desvalorização mostra já qual foi a queda vertiginosa da divisa soviética até 1934.

No auge do seu aventureirismo económico, Estaline prometeu mandar a NEP (isto é, o mercado) «para o diabo». Toda a imprensa falou, como em 1918, da substituição definitiva da venda-compra por uma «repartição socialista directa», da qual a carta de víveres era o sinal exterior. A inflação foi categoricamente negada como um fenómeno estranho, de um modo geral, ao sistema soviético. «A estabilidade da divisa soviética», dizia Staline em Janeiro de 1933, «encontra-se antes de tudo assegurada pelas enormes quantidades de mercadorias que o Estado possui e põe em circulação aos preços fixados». Embora este aforismo enigmático não tenha sido desenvolvido nem comentado (e, em

parte, por essa mesma razão), tornou-se a lei fundamental da teoria monetária soviética, mais exactamente, da negação da inflação. O *tchervonietz* já não era um equivalente geral, não passava da sombra geral de uma «enorme» quantidade de mercadorias, o que lhe permitia aumentar ou diminuir como qualquer sombra. Se esta doutrina tranquilizante tivesse um sentido, seria apenas este: a moeda soviética tinha deixado de ser uma moeda; já não era medida de valor; os «preços estáveis» eram fixados pelo governo; o *tchervonietz* já não passava do símbolo convencional da economia planificada, uma espécie de senha de repartição universal; numa palavra, o socialismo tinha vencido definitivamente, irreversivelmente.

As ideias mais utópicas do comunismo de guerra reapareciam numa nova base económica, um pouco mais elevada na verdade, mas ainda absolutamente insuficiente para a liquidação do dinheiro. Nos meios dirigentes, prevaleceu a opinião de que não deve temer-se a inflação numa economia planificada. Isto pouco mais vale do que dizer que uma viagem por mar não é perigosa desde que se possua uma bússula. Na realidade, a inflação da moeda, conduzindo inevitavelmente à do crédito, substitui por valores fictícios os valores reais e devora, do interior, a economia planificada.

Inútil será dizer que inflação significava o lançamento de um imposto extremamente pesado sobre as massas laboriosas. Quanto às suas vantagens para o socialismo, eram mais que duvidosas. O aparelho de produção continuava, é certo, a crescer rapidamente, mas a eficácia económica das vastas empresas, recentemente construídas, era apreciada segundo os critérios da estatística e não segundo os da economia.

Dirigindo o rublo, isto é, conferindo-lhe arbitrariamente diversos poderes de compra nas diversas camadas da população, a burocracia privou-se de um instrumento indispensável para o cálculo objectivo dos seus próprios sucessos e insucessos. Na ausência de uma exacta contabilidade, ausência esta oculta no papel pelas combinações do «rublo convencional», chegava-se, na realidade, à perda de um estimulante individual, ao baixo rendimento do trabalho e a uma qualidade ainda mais baixa das mercadorias.

O mal tomou, desde o primeiro período quinquenal, proporções ameaçadoras. Em Julho de 1931, Estaline formulou as suas célebres «seis condições», cujo fim era diminuir o preço de custo. Estas «condições» (salário conforme o rendimento individual do trabalho, cálculo do preço de custo, etc) nada tinham de novo: as «normas do direito

burguês» datavam do início da NEP e tinham sido desenvolvidas no XII Congresso do Partido, no começo de 1923.

Estaline só em 1931 sobre elas se debruçou, sob a influência da decrescente eficácia dos investimentos na indústria. Durante os dois anos seguintes, não apareceu praticamente um único artigo na imprensa soviética que não invocasse a força salvadora daquelas condições. Ora, mantendo-se a inflação, as doenças a que dava lugar não se prestavam naturalmente a ser tratadas. As severas medidas de repressão tomadas contra os sabotadores não davam melhores resultados.

Parece hoje quase inacreditável que a burocracia tenha declarado guerra ao «anonimato» e ao «igualitarismo» no trabalho, isto é, ao trabalho médio pago por um salário médio, igual para todos, tenha mandado para o diabo a NEP, por outras palavras, a valorização monetária das mercadorias, incluindo a força de trabalho. Restabelecendo com uma das mãos as «normas burguesas», destruía com a outra o único instrumento útil. A substituição do comércio pelos «armazéns reservados» e o caos dos preços faziam desaparecer necessariamente toda a correspondência entre o trabalho individual e o respectivo salário. O estimulante do interesse pessoal desaparecera no operário.

As mais severas prescrições relativas aos cálculos econômicos, à qualidade dos produtos, ao preço de custo, ao rendimento do trabalho, oscilavam no vazio. Isto de modo algum impedia os dirigentes de atribuir todos os reveses à não-execução intencional das «seis receitas» de Estaline. A mais prudente alusão à inflação tornou-se um crime. As autoridades davam provas da mesma boa-fé acusando, por vezes os professores, de desprezarem as regras da higiene, proibindo-lhes invocar a falta de sabão.

A questão do futuro do *tchervonietz* encontrava-se no primeiro plano na luta entre as fracções do partido bolchevique. A plataforma da oposição (1927) exigia «a estabilidade absoluta da unidade monetária». Esta reivindicação manteve-se um leit-motiv durante os anos seguintes: «travar com mão dura a inflação», escrevia o órgão da oposição no estrangeiro em 1932, «e restabelecer uma unidade monetária firme, mesmo à custa de uma ousada redução dos investimentos de capitais». Os apologistas do «passo de tartaruga e os superindustrializadores pareciam ter invertido os papeis. Ao responder à fanfarronada do mercado «mandado para o diabo», a oposição recomendava à comissão do plano considerar que «a inflação é o sífilis da economia planificada».

Na agricultura, a inflação teve consequências não menos graves.

No tempo em que a política relativa ao camponês favorecia o kulak, supunha-se que a transformação socialista da agricultura nas bases da NEP, se faria em dezenas de anos através da cooperação. Abraçando um após outro os domínios da armazenagem, da venda, do crédito, a cooperação deveria por fim socializar a produção. O todo era intitulado «plano de cooperação de Lenine». Sabemos que a realidade seguiu um caminho completamente diferente, por vezes oposto: o da expropriação pela força e da colectivização integral. Já não se tratava da socialização progressiva das diversas funções económicas à medida que os recursos materiais e culturais a tornassem possível. A colectivização fez-se como se tratasse de estabelecer imediatamente o regime comunista na agricultura.

Isto teve como consequência, além da destruição de mais de metade do gado, um facto ainda mais grave: a completa indiferença dos kolkhozianos pelos haveres socializados e pelos resultados do seu próprio trabalho. O governo executou um recuo desordenado. Os camponeses possuíram de novo a título privado galinhas, porcos, carneiros, vacas. Receberam parcelas vizinhas das suas habitações. O filme da colectivização passou a correr em sentido inverso.

Pelo restabelecimento das empresas individuais, o governo aceitava um compromisso, pagando uma espécie de resgate às tendências individualistas do camponês. Os kolkhozes subsistiam e esta regressão poderia, à primeira vista, parecer secundária e, na verdade, seria difícil sobrestimar o seu alcance; se se desprezar a aristocracia do kolkhoze, as necessidades quotidianas do camponês médio encontram-se, neste momento, cobertas em maior medida pelo seu trabalho «para si próprio» do que pela sua participação no kolkhoze; acontece frequentemente que o rendimento da sua parcela individual, sobretudo quando se entrega a uma cultura técnica, à horticultura, ou à criação de gado, é duas ou três vezes mais elevada que o seu salário na empresa colectiva. Este facto, confirmado pela imprensa soviética, faz ressaltar, por um lado, o desperdício perfeitamente estúpido da força de trabalho de dezenas de milhões de homens e, mais ainda, de mulheres, nas pequenas culturas, e, por outro, o muito baixo rendimento do trabalho nos kolkhozes.

Para reerguer a grande agricultura colectiva, foi novamente necessário falar ao camponês numa linguagem que

ele pudesse entender, por outras palavras, regressar do imposto em géneros ao comércio, reabrir os mercados, em resumo, voltar a pedir ao diabo a NEP prematuramente posta à sua disposição. A passagem a um padrão monetário, até certo ponto estável, torna-se assim a condição necessária do ulterior desenvolvimento da agricultura.

Reabilitação do rublo

A sábia coruja levanta voo após o pôr-do-sol. Assim, a teoria do sistema «socialista» do dinheiro só adquire o seu pleno significado no crepúsculo das ilusões da inflação. Sobre as palavras de Estaline, professores obedientes tinham construído toda uma teoria segundo a qual o preço soviético, contrariamente ao do mercado, era exclusivamente ditado pelo plano ou por directivas; não era uma categoria económica, mas uma categoria administrativa destinada a melhor servir a nova repartição da renda nacional no interesse do socialismo. Estes professores esqueciam-se de explicar como é possível «dirigir» os preços sem conhecer o preço de custo real, e como se pode calcular este preço se todos os preços, em vez de exprimirem a quantidade de trabalho socialmente necessário à produção dos artigos, exprimirem a vontade da burocracia. Com efeito, o governo dispunha, para uma nova repartição da renda nacional, de alavancas tão poderosas como os impostos, o orçamento e o sistema de crédito. Segundo o orçamento das despesas de 1936, mais de 37,6 biliões eram directamente consagrados aos diversos ramos da economia; alguns outros biliões, indirectamente. Os mecanismos do orçamento e do crédito bastam perfeitamente para a repartição planificada do rendimento nacional. No que respeita aos preços, servirão tanto melhor a causa do socialismo quanto mais honestamente exprimirem as relações económicas de hoje.

A experiência já decidiu a questão. O preço «directivo» não adquiriu na vida o aspecto impressionante que possuía nos sábios livros. Preços de várias categorias eram estabelecidos para uma única mercadoria. Nos seus amplos interstícios alojavam-se livremente todas as espécies de especulação, de favoritismo, de parasitismo e outros vícios, mais frequentemente como regra que como excepção. O próprio *tchervonietz*, que deveria ser a sombra estável de preços firmes, mais não era do que a sombra de si próprio.

Foi novamente necessário mudar bruscamente de orientação, desta vez em virtude das dificuldades nascidas de êxitos económicos. O ano de 1935 iniciou-se com a supressão das senhas de pão; as senhas de viveres foram suprimidas para os outros produtos em Outubro; as senhas de racionamento de artigos de primeira necessidade desapareceram em Janeiro de 1936. As relações económicas dos trabalhadores das cidades e dos campos com o Estado regressavam à linguagem monetária. O rublo revelava-se um meio de acção da população sobre os planos económicos, a começar pela qualidade e quantidade dos artigos de consumo. A economia soviética não poderia ser racionalizada de outro modo.

O presidente da comissão do plano declarava em Dezembro de 1935: «O sistema actual das relações entre os bancos e a economia deve ser revisto e devem os bancos ser chamados a exercer efectivamente o contróle através do rublo». Assim sucumbiam as superstições do plano administrativo e as ilusões do preço administrativo. Se a aproximação do socialismo significasse, na esfera do dinheiro, a reconciliação do rublo e da senha de repartição, seria necessário considerar as reformas de 1935 como afastadoras do socialismo. Mas esta apreciação seria grosseiramente errada. A eliminação da senha pelo rublo não era mais do que a renúncia a uma ficção e o franco reconhecimento da necessidade de criar as bases primeiras do socialismo, regressando aos métodos burgueses de repartição.

Na secção do Comité executivo central dos soviets de Janeiro de 1935, o Comissário do Povo para as Finanças declarava: «o rublo soviético é mais firme que qualquer outra divisa no mundo». Seria errado não ver nesta afirmação mais do que uma fanfarronada. O orçamento da URSS fornece todos os anos um excedente das receitas sobre as despesas. O comércio externo, pouco importante, tem na verdade um balanço positivo. A reserva de ouro do Banco ultrapassa o bilião. A extracção de ouro aumenta rapidamente; neste aspecto, a URSS conta alcançar o primeiro lugar em 1936. O crescimento da circulação de mercadorias tornou-se considerável após o renascimento do mercado. Desde 1934 que a inflação foi praticamente travada. Manifestam-se os elementos de uma certa estabilização do rublo. A declaração do Comissário para as Finanças é, todavia, caracterizada por uma certa inflação de optimismo. Se o rublo soviético encontra um poderoso apoio no surto geral da economia, o preço de custo excessivo da produção constituiu o seu calcanhar de Aquiles. O rublo só se tornará a

unidade monetária mais estável do mundo quando o rendimento do trabalho soviético ultrapassar o nível mundial, isto é, quando lhe for necessário pensar em morrer.

Do ponto de vista técnico, o rublo encontra-se menos ainda à altura de pretender a paridade. Com uma reserva de ouro de mais de um bilião, o país tem cerca de 8 biliões-papel em circulação; a cobertura só é, pois, de 12,5%. O ouro do Banco do Estado é, neste momento, mais uma reserva intangível para o caso de guerra do que a base de um sistema monetário. Sem dúvida, o recurso ao padrão-ouro, para dar mais precisão aos planos económicos e simplificar as relações com o estrangeiro, não se encontra excluído, em teoria, numa fase mais avançada da evolução. Antes de expirar, o sistema monetário pode tomar uma vez ainda o brilho do ouro puro. Este problema, em todo o caso, não se coloca para amanhã.

A paridade-ouro não poderá ser tema de discussão num futuro próximo. Mas, na medida em que o governo, ao formar uma reserva-ouro, se esforça por aumentar a percentagem teórica, da cobertura, na medida em que as emissões são limitadas por causas objectivas independentes da vontade da burocracia, o rublo soviético pode adquirir uma estabilidade, pelo menos relativa. As vantagens seriam enormes. Renunciando, doravante, firmemente, a inflação, o sistema monetário, embora privado das vantagens da paridade-ouro, contribuiria certamente para suavizar muitas das chagas profundas, resultantes, para o organismo económico, do subjectivismo burocrático dos anos anteriores.

O movimento Stakhanov

«Toda a economia», diz Marx, «reduz-se à economia de tempo», isto é, a luta do homem contra a natureza, em qualquer grau de civilização. Reduzida à sua base primordial, a História não é mais do que o prosseguimento da economia do tempo de trabalho. O socialismo não se poderia justificar unicamente pela supressão da exploração; é necessário que assegure à sociedade muito maior economia de tempo que o capitalismo. Se esta condição não fosse preenchida, a abolição da exploração não passaria de um dramático episódio desprovido de futuro. A primeira experiência histórica dos métodos socialistas mostrou a vastidão das suas possibilidades. Mas a economia soviética encontra-se ainda longe de ter aprendido a tirar partido do tempo, a mais preciosa matéria-prima da civilização. A importação

da técnica, principal meio de economia de tempo, não fornece ainda, na arena soviética, os resultados que fornece na sua prática capitalista. Sobre este ponto, decisivo para toda a civilização, o socialismo ainda não venceu: provou que pode e deve vencer, mas, até hoje, ainda não venceu. Todas as afirmações contrárias mais não são do que frutos da ignorância e do charlatinismo.

Molotov — prestemos-lhe essa justiça — que se liberta um pouco mais da fase ritual dos outros chefes soviéticos, dizia em Janeiro de 1936, na sessão do executivo: «Entre nós, o nível médio do rendimento do trabalho é ainda sensivelmente inferior ao da América e da Europa». Teria sido necessário precisar: este nível é três, cinco e, por vezes, dez vezes inferior ao da Europa e da América, o que implica que o preço de custo é, entre nós, bastante mais elevado. Durante o mesmo discurso, Molotov fez esta confissão mais geral: «O nível médio de cultura dos nossos operários é ainda inferior ao dos operários de diversos países capitalistas». Seria necessário acrescentar: a sua condição material média também o é. Torna-se supérfluo salientar o implacável rigor com que estas palavras lúcidas, casualmente pronunciadas, refutam as fanfarronadas de inumeráveis personagens oficiais e as doces digressões de «amigos» estrangeiros.

A luta pelo aumento do rendimento do trabalho, unida à preocupação da defesa, constitui o conteúdo essencial da actividade do governo soviético. Nas diversas etapas da evolução da URSS, esta luta revestiu diversas formas. Os métodos das «brigadas de choque», aplicadas durante a execução do primeiro plano quinquenal e no início do segundo, foram fundados na agitação, no exemplo pessoal, na pressão administrativa e em todas as espécies de encoajamento e de privilégios concedidos aos grupos. As tentativas para estabelecer uma espécie de trabalho à peça, com base nas «seis condições» de 1931, chocaram com uma moeda fantasma e com a diversidade dos preços. O sistema de repartição estatal dos produtos substituiu a diferenciação subtil das remunerações do trabalho, por «prémios» que significavam apenas, na realidade, o arbítrio burocrático. A caça aos privilégios fazia entrar nas fileiras dos trabalhadores de choque, em número crescente, os «afilhados» que se apoiavam em certas protecções. Todo o sistema acabou por se encontrar em contradição com os fins a que se propunha.

Somente a supressão das senhas de racionamento, o início da estabilização do rublo e da unificação dos preços

permitiram o trabalho à peça ou à tarefa. O movimento Stakhanov sucedeu, nesta base, às brigadas de choque. Tendo em vista o rublo, que adquire então mais real importância, os operários mostram-se mais atentos para com as suas máquinas e tiram melhor partido do tempo. O movimento Stakhanov reduz-se, em grande medida, à intensificação do trabalho e mesmo ao prolongamento do dia de trabalho: os stakhanovistas põem as suas instalações e os seus utensílios em ordem, preparam as matérias-primas e dão as suas instruções às brigadas fora do horário de trabalho. Do dia de sete horas, nada mais resta que o nome.

Não foram os administradores soviéticos que inventaram o segredo do trabalho à peça, sistema de superexploração sem coacção visível. Marx considerava-o o sistema que «melhor correspondia ao mundo capitalista da produção». Os operários acolheram esta inovação sem simpatia e mesmo com muito clara hostilidade; teria sido anormal esperar uma outra atitude da sua parte. Todavia, não se poderá contestar a participação de entusiastas e verdadeiros socialistas no movimento Stakhanov. Será difícil dizer qual a sua importância relativamente aos arrivistas e aos intrujões. A massa dos operários aprecia a nova retribuição do trabalho se a ela corresponder maior salário e é frequentemente obrigada a constatar que o salário é mais fraco.

Ainda que, ao governo soviético, o trabalho à peça, após a «vitória definitiva e irreversível do socialismo», possa parecer à primeira vista um recuo, é, na realidade, necessário repetir o que foi dito acerca da reabilitação do rublo: não se trata de uma renúncia ao socialismo, mas do abandono de grosseiras ilusões. A forma do salário encontra-se simplesmente melhor adaptada aos recursos reais do país: «nunca o direito se poderá elevar acima do regime económico».

Mas os meios dirigentes da URSS já não podem passar sem uma camuflagem social. O presidente da comissão do plano, Mejlauk, proclamava na sessão do executivo em 1936 que «o rublo se tornou o único e o verdadeiro meio de realizar o princípio socialista (!) da remuneração do trabalho». Se tudo, nas velhas monarquias, era propriedade do rei, tudo (até os urinóis públicos), não se poderá concluir que tudo se torna socialista pela força das coisas no Estado operário. O rublo é «o único e verdadeiro meio» de aplicar o princípio *capitalista* da remuneração do trabalho, embora na base das formas socialistas de propriedade. Já conhecemos nesta contradição. Para justificar o novo mito do trabalho «socialista», à peça, Mejlauk acrescenta:

«O princípio fundamental do socialismo consiste em cada um trabalhar de acordo com as suas capacidades e ser pago de acordo com o trabalho fornecido». Na verdade, estes senhores não se incomodam com a teoria! Quando o ritmo do trabalho é determinado pela caça ao rublo, as pessoas não trabalham de acordo com as suas «capacidades», isto é, de acordo com o estado dos seus músculos e nervos, elas violentam-se. Rigorosamente, este método só pode ser justificado com rigor invocando a dura necessidade; transformá-lo em « princípio fundamental do socialismo» é espezinhar o ideal de uma nova e mais elevada cultura, a fim de o lançar na lama habitual do capitalismo.

Estaline dá, nesta via, um novo passo em frente quando apresenta o movimento Stakhanov como «preparatório das condições de transição do socialismo para o comunismo». O leitor pode ver agora qual a importância de apresentar as definições científicas das noções perfilhadas na URSS com fins de utilidade administrativa. O socialismo, fase inferior do comunismo, exige sem dúvida a manutenção de um rigoroso contróle das medidas do trabalho e do consumo, mas, em todo o caso, pressupõe formas mais humanas de contróle do que as inventadas pelo génio explorador do capital. Ora, o que nós vemos na URSS é um material humano atrasado, implacavelmente dirigido para o uso da técnica importada do capitalismo. Na luta pelas normas europeias e americanas, os métodos clássicos de exploração, como o salário à peça, são aplicados sob formas tão nuas e tão brutais que os próprios sindicatos reformistas as não poderiam tolerar em países burgueses. A consideração segundo a qual os operários da URSS trabalham «por sua própria conta» só é justificada na perspectiva da História e sob condição, diremos nós, por antecipação, de que se não deixem jugular por uma burocracia toda-poderosa. Em todo o caso, a propriedade estatal dos meios de produção não transforma a miséria em ouro, não coroa com uma auréola de santidade o *sweating system*, o sistema do suor, que esmaga a principal força produtiva: o homem. Quanto à preparação da «transição do socialismo para o comunismo», ela inicia-se exactamente no oposto, isto é, não pela introdução do trabalho à peça, mas pela abolição deste trabalho, considerado como um legado da barbárie.

É ainda demasiado cedo para fazer o balanço do movimento Stakhanov. Mas poderão destacar-se os traços que o caracterizam e que igualmente caracterizam o regime no

seu conjunto. Certos resultados obtidos por operários são, se neles acreditarmos, extremamente interessantes, pois indicam as possibilidades unicamente acessíveis ao socialismo. Mas ainda falta atravessar um grande troço da estrada entre estes resultados e a sua extensão a toda a economia. Na estreita interdependência dos processos de produção, o elevado rendimento ininterrupto do trabalho não pode ser unicamente fruto de esforços individuais. É impossível o aumento do rendimento médio sem uma reorganização da produção na fábrica e sem uma reorganização das relações entre as empresas. E é infinitamente mais difícil elevar em alguns graus os conhecimentos técnicos de milhões de trabalhadores do que estimular algumas centenas de operários avançados.

Os próprios chefes lamentam-se, já o ouvimos, da insuficiente cultura dos operários soviéticos no trabalho. E aqui não reside senão uma parte da verdade, e a menor. O operário russo é compreensivo, desembaraçado e bem dotado. Qualquer centena de operários russos colocada nas condições da produção americana, por exemplo, só teria necessidade de alguns meses, talvez semanas, para deixar de se encontrar a uma grande distância das categorias correspondentes de operários americanos. A dificuldade reside na organização geral do trabalho. Perante as modernas tarefas da produção, o pessoal administrativo soviético encontra-se, no geral, bastante mais atrasado que os operários.

Com a nova técnica, o salário à peça conduz inevitavelmente ao crescimento do nível actualmente muito baixo, do rendimento do trabalho. Mas a criação das condições necessárias exige da parte da administração, a começar nos chefes de oficina e a acabar nos dirigentes do Krenlim, muito mais elevada qualificação. O movimento Stakhanov só em muito fraca medida responde a esta necessidade. A burocracia tenta fatalmente saltar por cima das dificuldades que não se encontra em estado de ultrapassar. Não realizando o salário à peça, por si mesmo, os milagres imediatos que dele se esperavam, veem em seu auxílio numa frenética pressão administrativa: por um lado, prémios e publicidade, por outro, castigos.

O início do movimento foi marcado por maciças medidas repressivas contra o pessoal técnico, engenheiros e operários acusados de resistência, sabotagem e, em certos casos, de assassinio de stakhanovistas. A severidade destas medidas atestava a força da resistência. Os dirigentes explicavam esta pretensa «sabotagem» como uma oposição política; na realidade, as causas residiam a maior parte das

vezes, em dificuldades técnicas, económicas e culturais, provenientes numa grande parte da própria burocracia. A «sabotagem» foi, parece, prontamente esmagada. Os descontentes atemorizaram-se, os espertos calaram-se. Choveram telegramas anunciando êxitos sem precedentes. O facto residia em que, sempre que se tratasse de pioneiros isolados, as administrações locais, obedecendo às ordens recebidas, aplicavam-se em lhes facilitar o trabalho, mesmo com sacrifício dos interesses dos outros operários da mina ou da oficina. Mas logo que os operários se inscreveram como stakhanovistas às centenas e aos milhares, as administrações caíram numa total desorganização. Não sabendo pôr em ordem, a curto prazo, o regime da produção, e não tendo a possibilidade objectiva de o fazer, esforçaram-se por violentar a mão-de-obra e a técnica. Quando se atrasa o mecanismo do relógio, estimulam-se as pequenas rodas dentadas com um estilete. O resultado das «jornadas» e das décadas Stakhanov foi ter introduzido na vida de vastas empresas o caos completo. O que nos explica, à primeira vista, o facto surpreendente do crescimento do número de stakhanovistas ser frequentemente acompanhado, não por um aumento, mas por uma diminuição do rendimento geral das empresas.

O período «heróico» deste movimento parece ter sido ultrapassado. A actividade quotidiana iniciou-se. É necessário aprender. Sobretudo os que ensinam aos outros, têm muito que aprender. Mas são precisamente esses os que têm menos vontade de aprender. A oficina que, na economia soviética, atrasa e paralisa o trabalho dos outros, tem por nome burocracia.

V

O TERMIDOR SOVIÉTICO

Porque venceu Estaline?

O historiador da URSS não poderá deixar de concluir que a política da burocracia dirigente foi contraditória nas grandes questões e caracterizada por uma série de zig-zagues. A explicação ou a justificação destes zig-zagues pela «mudança de circunstâncias» é visivelmente inconsistente. Governar é, pelo menos numa certa medida, prever. A facção de Estaline de modo algum previu os inevitáveis resultados do desenvolvimento que, por várias vezes, a prostraram. Ela reagiu por meio de reflexos administrativos, criando *a posteriori* a teoria das suas reviravoltas, sem se inquietar com o que ensinara na véspera. Os incontestáveis factos e documentos obrigarão igualmente o historiador a concluir que a Oposição de Esquerda fez, a respeito das evoluções em curso no país, uma análise infinitamente mais justa e previu com maior exactidão o seu curso ulterior.

Esta afirmação parece, à primeira vista, em contradição com o simples facto de ter sido a facção do partido menos capaz de prever e alcançar incessantes vitórias, enquanto o grupo mais perspicaz caminhava de derrota em derrota. Esta objecção, que por si mesma se apresenta ao espírito, só é convincente para quem, ao aplicar o pensamento racional à política, mais não vê que um debate lógico ou uma partida de xadrez. Ora, a luta política é, no fundo, a dos interesses e das forças, não dos argumentos. A qualidade dos dirigentes de modo algum é indiferente aos êxitos dos combates, mas não é o único factor nem mesmo o factor decisivo. Os campos adversários exigem, por outro lado, chefes à sua imagem.

Se a revolução de Fevereiro conduziu ao poder Kerensky e Tseretelli, não foi por estes terem sido «mais inteligentes» ou «mais hábeis» que a camarilha governante do Czar, mas sim porque representaram, pelo menos temporariamente, as massas populares revolucionárias insurgidas

contra o antigo regime. Se Kerensky pôde obrigar Lenine a ir para a ilegalidade e atirou para prisão outros chefes bolcheviques, não foi porque as suas qualidades pessoais o fizessem superior, mas porque a maioria dos operários e dos soldados, durante esses dias, ainda seguia a pequena burguesia patriota. A «superioridade» pessoal de Kerensky, se este termo não se encontra deslocado, residia precisamente em não ver mais longe que a grande maioria. Por sua vez, os bolcheviques venceram a democracia pequeno-burguesa, não graças à presciência dos seus chefes, mas graças a um reagrupamento das forças, tendo por fim o proletariado conseguido arrastar contra a burguesia o camponato descontente.

A continuidade das etapas da grande Revolução Francesa, tanto na maré crescente como no declínio, mostra de maneira igualmente convincente que a força dos «chefes» e dos «heróis» residia antes de tudo na sua concordância com o carácter das classes e das camadas sociais que os apoiavam; só esta correspondência, e não qualquer superioridade absoluta, permitiu a cada um marcar com a sua personalidade um certo período histórico. Existe na sucessão no poder dos Mirabeau, Brissot, Robespierre, Barras, Bonaparte, uma legitimidade objectiva infinitamente mais poderosa do que os traços particulares desses históricos protagonistas.

É por demais conhecido que todas as revoluções, até hoje, suscitaram posteriormente reacções e mesmo contra-revoluções que, é certo, nunca conseguiram fazer regressar a nação ao ponto de partida, mas que lhe usurparam sempre a parte de leão das suas conquistas. Regra geral, os pioneiros, os iniciadores, os dirigentes que, no primeiro período, se encontraram à cabeça das massas, são as vítimas da primeira vaga da reacção, enquanto se vêm aparecer em primeiro plano homens de segunda linha, unidos aos inimigos de ontem da revolução. Os duelos dramáticos dos grandes principais papeis na cena política ocultam mudanças nas relações entre as classes e — o que não é menos importante — profundas alterações da psicologia das massas, ainda na véspera revolucionárias.

Respondendo a numerosos camaradas que perguntavam com surpresa o que tinha acontecido à actividade do partido bolchevique e da classe operária, à sua iniciativa revolucionária ao seu orgulho plebeu, donde surgia, em vez destas qualidades, tanta vilania, tanta cobardia, pusilanimidade e arrivismo, Rakovsky evocava as peripécias da Revolução Francesa do séc. XVIII e o exemplo de Babeuf

que, ao sair da prisão de Abbaye, igualmente se perguntava com estupefacção em que se tinha transformado o heróico povo dos arrabaldes de Paris. A revolução é uma grande devoradora de energias individuais e colectivas. Os nervos não aguentam, as consciências vergam-se, os caracteres consomem-se. Os acontecimentos marcham demasiado depressa para que o afluxo de novas forças possa compensar os desperdícios. Assim, a fome, o desemprego, a perda dos quadros da revolução, a eliminação das massas dos postos dirigentes tinham provocado uma tal anemia física e moral nos arrabaldes que mais de trinta anos foram necessários para que de novo se levantassem.

A afirmação axiomática dos publicistas soviéticos, segundo a qual as leis das revoluções burguesas são «inaplicáveis» à revolução proletária, é desprovida de qualquer conteúdo científico. O carácter proletário da revolução de Outubro resulta da situação mundial e de uma certa relação de forças no interior. Mas, na Rússia, as classes tinham-se formado no seio da barbárie czarista e de um capitalismo atrasado, e não tinham sido preparadas de encomenda para a revolução socialista. Muito pelo contrário: foi precisamente porque o proletariado russo, em muitos aspectos, ainda atrasado, conseguiu dar o salto em alguns meses, sem precedentes na história, de uma monarquia semi-feudal para uma ditadura socialista, que a reacção foi obrigada, inelutavelmente, a fazer valer os seus direitos no interior das próprias fileiras. Ela cresceu no decurso das guerras que se seguiram. As condições externas e os acontecimentos alimentaram-na sem cessar. A uma intervenção sucedia outra. Os países do Ocidente não forneciam uma ajuda directa. Em vez do esperado bem-estar, o país viu instalar-se, por muito tempo, a miséria. Os mais notáveis representantes da classe operária tinham desaparecido durante a guerra civil ou, subindo alguns degraus, tinham-se desligado das massas. Assim sobreveio, após uma prodigiosa tensão de forças, de esperanças e de ilusões, um longo período de fadiga, de depressão e de desilusão. O refluxo do «orgulho plebeu» teve como corolário um afluxo de arrivismo e pusilanimidade. Estas marés conduziram ao poder uma nova camada de dirigentes.

A desmobilização de um exército vermelho de cinco milhões de homens teve de representar, na formação da burocracia, um papel considerável. Os comandantes vitoriosos ocuparam importantes posições nos sovietes locais, na produção, nas escolas, e isto para fazer chegar, obstinadamente, a todo o lado, o regime que lhes tinha permitido vencer a guerra

civil. As massas foram, por toda a parte, pouco a pouco, eliminadas da efectiva participação no poder.

Este fenómeno no seio do proletariado fez nascer grandes esperanças e uma grande segurança entre a pequena burguesia das cidades e dos campos que, chamada pela NEP a uma nova vida, se animava cada vez mais. A jovem burocracia, inicialmente formada para servir o proletariado, sentiu-se árbitro entre as classes. Ela tornou-se, mês após mês, mais autónoma.

A situação internacional evoluía poderosamente no mesmo sentido. A burocracia soviética ganhava em segurança à medida que a classe operária internacional sofria derrotas cada vez mais pesadas. Entre estes dois factos, a relação não é unicamente cronológica, é causal e recíproca: a direcção burocrática do movimento contribuía para as derrotas; as derrotas fortaleciam a burocracia. A derrota da insurreição búlgara e a ingloria retirada dos operários alemães em 1923, o fracasso de uma tentativa de sublevação na Estónia em 1924, a pérfida liquidação da greve geral na Inglaterra, a conduta indigna dos comunistas polacos aquando do golpe de força de Pilsudski em 1926, a terrível derrota da revolução chinesa em 1927, as ainda mais graves derrotas que se seguiram na Alemanha e na Áustria — eis as catástrofes históricas que minaram a confiança das massas na revolução mundial e permitiram à burocracia soviética elevar-se cada vez mais alto como um farol a indicar o caminho da salvação.

Para explicar as causas das derrotas do proletariado mundial no decurso dos treze últimos anos, o autor vê-se obrigado a remeter-se às suas obras precedentes, nas quais se esforçou por fazer ressaltar o funesto papel que, no movimento revolucionário de todos os países, representavam os dirigentes conservadores do Krenlim. Agora o que sobretudo nos interessa, é o edificante e incontestável facto de as contínuas derrotas da revolução na Europa e na Asia, enfraquecendo a situação internacional da URSS, terem fortalecido extraordinariamente a burocracia soviética. Duas datas sobretudo são comemoráveis nesta série histórica. Na segunda metade de 1923, a atenção dos operários soviéticos concentrou-se com paixão na Alemanha onde o proletariado parecia lançar mão ao poder; a retirada em pânico do Partido Comunista alemão representou para as massas

operárias da URSS uma penosa decepção. A burocracia soviética desencadeou imediatamente a sua campanha contra a «revolução permanente» e infligiu à Oposição de Esquerda a sua primeira e cruel derrota. Em 1926-1927, a população da URSS recebeu um novo afluxo de esperança; todos os olhares se voltaram desta vez para o Oriente onde se desenrolava o drama da revolução chinesa. A Oposição de Esquerda recompôs-se dos seus reveses e recrutou novos militantes. No final de 1927, a revolução chinesa foi torpedeada pelo carrasco Tchang-Kai-chek a quem os dirigentes da Internacional Comunista tinham entregado literalmente os operários e camponeses chineses. Uma onda gelada de desencantamento atravessou as massas da URSS. Após uma campanha frenética na imprensa e em reuniões, a burocracia decidiu-se por fim a proceder a prisões em massa de opositoristas (1928).

Dezenas de milhares de militantes revolucionários tinham-se reunido, é certo, sob o estandarte dos bolchevique-leninistas; os operários consideravam a oposição com uma certa simpatia, mas uma simpatia que se mantinha passiva, pois ninguém acreditava que se pudesse modificar a situação pela luta. A burocracia dizia: «A oposição prepara-se para nos lançar uma guerra revolucionária pela revolução internacional. Basta de convulsões. Já merecemos algum repouso. Construiremos entre nós a sociedade socialista. Contai connosco, os vossos chefes!». Esta propaganda de repouso, cimentando o bloco dos funcionários e dos militares, encontrava sem dúvida algum eco entre os operários fatigados e mais ainda entre as massas camponesas. Perguntava-se se a oposição não estaria disposta a sacrificar os interesses da URSS pelo «revolução permanente». Eram de facto os interesses vitais da URSS que se encontravam em jogo. Em dez anos, a política errada da Internacional Comunista assegurava a vitória de Hitler na Alemanha, isto é, um grave perigo de guerra a ocidente; e uma não menos errada política fortificava o imperialismo japonês e aproximava, ao mais alto ponto, o perigo a leste. Mas os períodos de reacção eram sobretudo caracterizados pela falta de coragem intelectual.

A oposição viu-se isolada. A burocracia malhava o feno enquanto este estava quente. Explorando a desordem e a passividade dos trabalhadores, lançando os mais atrasados contra os mais avançados, apoiando-se com um crescente descaramento no kulak e, de modo igual, no aliado pequeno-burguês, a burocracia conseguiu, por alguns anos, vencer a vanguarda revolucionária do proletariado.

Seria ingenuidade pensar que Estaline, desconhecido das massas, tivesse saído de repente dos bastidores armado com um plano estratégico completo. Não. Antes que ele próprio tivesse entrevisto o seu caminho, a burocracia já o tinha escolhido. Ele apresentava-lhe todas as garantias desejáveis: o prestígio de um velho bolchevique, um carácter firme, um espírito tacanho, uma indissolúvel ligação com as repartições públicas, fonte única da sua influência pessoal. Estaline foi, no início, surpreendido pelo seu próprio êxito. Era a unânime aprovação de uma nova camada dirigente que procurava libertar-se tanto dos velhos princípios como do contróle das massas e que tinha necessidade de um árbitro seguro nos seus assuntos internos. Figura de segundo plano para as massas e para a revolução, Estaline revelou-se o chefe incontestado da burocracia Termidoriana, o primeiro dos Termidorianos.

Cedo se constatou que a nova camada dirigente possuía as suas ideias, os seus sentimentos e, sobretudo, os seus interesses próprios. A esmagadora maioria dos burocratas da geração da época encontrava-se, durante a revolução de Outubro, do outro lado da barricada (é o caso, para só considerar os diplomatas soviéticos, de Troyanovsky, May-sky, Potemkine, Souritz, Khintchouk e outros) ou, no melhor dos casos, afastados da luta. Aqueles, dentre os burocratas de hoje, que durante os dias de Outubro, se encontravam com os bolcheviques, não ocupavam, na maioria dos casos, um papel importante, por menor que fosse. Quanto aos jovens burocratas, eram formados e seleccionados pelos velhos e frequentemente saíam da sua prole. Estes homens não fizeram a revolução de Outubro. Mas encontraram-se melhor adaptadas para a explorar.

Os factores individuais não deixaram, naturalmente, de exercer uma influência nesta sucessão de capítulos históricos. É certo que a doença e a morte de Lenine aceleraram o desenlace. Se Lenine tivesse vivido mais tempo, o avanço da força burocrática teria sido mais lento, pelo menos nos primeiros anos. Mas, em 1926, Kroupskaia dizia a opositoristas de esquerda: «Se Lenine fosse vivo, estaria certamente na prisão». As previsões e as apreensões de Lenine encontravam-se ainda frescas na sua memória e ela não tinha ilusões quanto à sua força para se opor aos ventos e às correntes contrárias da História.

A burocracia não venceu unicamente a Oposição de Esquerda, venceu igualmente o partido bolchevique, venceu o programa de Lenine, que apontava como perigo principal a transformação dos órgãos do Estado «de servidores

da sociedade em senhores da sociedade». A burocracia venceu todos os seus adversários — a oposição, o partido de Lenine — não com a ajuda de argumentos e de ideias, mas esmagando-os sob o seu próprio peso social. A rectaguarda de chumbo mostrou-se mais pesada que a cabeça da revolução. Esta é a explicação do Termidor soviético.

A degenerescência do partido bolchevique

O partido bolchevique tinha preparado e obtido a vitória de Outubro. Tinha construído o Estado soviético dando-lhe uma firme ossatura. A degenerescência do partido foi a causa e a consequência da burocratização do Estado. Importa mostrar, pelo menos brevemente, como as coisas se passaram.

O regime interno do partido bolchevique é caracterizado pelos métodos do *centralismo democrático*. A união destas duas noções não implica qualquer contradição. O partido velava para que as suas fronteiras se mantivessem estritamente delimitadas, mas entendia que todos os que penetrassem no interior destas fronteiras deviam usufruir realmente o direito de determinar a orientação da sua política. A livre crítica e a luta de ideias formavam o conteúdo intangível da democracia do partido. A doutrina estalinista, que proclama a incompatibilidade do bolchevismo com a existência de facções, encontra-se em desacordo com os factos. É um mito da decadência. A história do bolchevismo é, na realidade, a da luta de facções. E como poderia uma organização autenticamente revolucionária, que apresenta como fim revolver o mundo e reúne sob os seus estandartes, incorformistas, revoltados e combatentes cheios de temeridade, viver e crescer sem conflitos ideológicos, sem agrupamentos, sem formações temporárias?

A clarividência da direcção do partido conseguiu bastantes vezes atenuar e abreviar as lutas de facção mas não podia fazer mais. O Comité Central apoiava-se sobre esta base efervescente e dela recebia a audácia para decidir e ordenar. A manifesta justeza das suas ideias em todas as etapas críticas conferia-lhe uma elevada autoridade, precioso capital moral da centralização.

O regime do partido bolchevique, sobretudo antes da tomada do poder, encontrava-se pois nas antípodas do da Internacional Comunista posterior, com os seus «chefes» hierárquicamente nomeados, as suas reviravoltas executadas por imposição, os seus «*bureaux*» incontroláveis, o seu

desdém pela base, o seu servilismo para com o Krenlim. Nos primeiros anos que se seguiram à tomada do poder, quando o partido começava a cobrir-se com a ferrugem burocrática, qualquer bolchevique, e Estaline como outro qualquer, teria apontado como infame caluniador quem quer que tivesse projectado na tela a imagem do partido tal como viria a tornar-se dez ou quinze anos mais tarde.

Lenine e os seus colaboradores tiveram como principal desígnio invariável preservar as fileiras do partido bolchevique das taras do poder. Contudo, a estreita conexão e, por vezes, a fusão dos órgãos do partido e do Estado causaram, desde os primeiros anos, um certo prejuízo à liberdade e à elasticidade do regime interno do partido. A democracia estreitava-se à medida que as dificuldades aumentavam. O partido quis e esperou, de início, conservar no quadro dos soviètes a liberdade de lutas políticas. A guerra civil trouxe a esta esperança um severo correctivo. Os partidos da oposição foram, um após outro, suprimidos. Os chefes do bolchevismo viram nestas medidas, em evidente contradição com o espírito da democracia soviética, não decisões de princípio, mas episódicas necessidades de defesa.

O rápido crescimento do partido governante face à novidade e imensidade das tarefas, criava inevitavelmente divergências de ideias. As correntes de oposição, subjacentes no país, exerciam de diversos modos pressão sobre o único partido legal, agravando a aspereza das lutas de facção. Para o final da guerra civil, esta luta revestiu formas tão vivas que ameaçou abalar o poder. Em Março de 1921, no momento da sublevação de Kronstadt, que arrastou não poucos bolcheviques, o X Congresso do partido viu-se obrigado a recorrer à interdição de facções, isto é, a estender à vida interna do partido dirigente o regime político do Estado. [A interdição de facções era concebida, repetimo-lo, como medida excepcional, a cair em desuso logo após as primeiras melhorias da situação. O Comité Central mostrava-se, aliás, extremamente circunspecto na aplicação da nova lei e, sobretudo, desejoso de não abafar a vida interna do partido.]

Mas o que, nas intenções iniciais, mais não era do que um tributo pago, por necessidade, a penosas circunstâncias, foi de encontro ao gosto da burocracia, que começou a considerar a vida interna do partido sob o ângulo exclusivo da comodidade dos governantes. Desde 1922, tendo a sua saúde momentaneamente melhorado, Lenine assustou-se com o crescimento ameaçador da burocracia

e preparou uma ofensiva contra a facção de Estaline, que se tinha tornado o sustentáculo do aparelho do partido antes de se apoderar do aparelho de Estado. O segundo ataque, e depois a morte, não lhe deram a possibilidade de lançar as suas forças contra as da burocracia.

Todos os esforços de Estaline, com o qual seguiam, nessa altura, Zinoviev e Kamenev, dirigiram-se deste então para a libertação do aparelho do partido do contrôlo dos seus membros. Estaline foi, nesta luta pela «estabilidade» do Comité Central, mais consequente e mais firme do que os seus aliados. Não precisava de se desviar dos problemas internacionais dos quais nunca se tinha ocupado. A mentalidade pequeno-burguesa da nova camada dirigente era a sua. Acreditava profundamente que a construção do socialismo era de ordem nacional e administrativa. Considerava a Internacional Comunista como um mal necessário de que necessitava, enquanto dela pudesse tirar partido para questões de política externa. O partido só tinha sentido a seus olhos como a obediente base das secretarias do Estado.

Simultaneamente com a teoria do socialismo num só país, uma outra teoria foi formulada, para uso da burocracia, segundo a qual, para o bolchevismo, o Comité Central é tudo, o partido não é nada. Esta segunda teoria foi, em todo o caso, realizada com muito mais êxito que a primeira. Aproveitando a morte de Lenine, a burocracia iniciou a campanha de recrutamento chamada de «promoção de Lenine». {Às portas do partido, até então bem guardadas, escancararam-se completamente: os operários, os empregados, os funcionários, para ela se precipitaram em massa. Politicamente, tratava-se de reabsorver a vanguarda revolucionária num material humano desprovido de experiência e de personalidade, nias, em contra-partida, acostumado a obedecer aos chefes. Este desígnio foi alcançado, libertando a burocracia do contrôlo da vanguarda proletária, a «promoção de Lenine» desferiu um golpe mortal no partido de Lenine. Os comités tinham conquistado a independência que lhes era necessária. O centralismo democrático deu lugar ao centralismo burocrático. Os serviços do partido foram radicalmente remodelados. A obediência tornou-se a principal virtude do bolchevique. Sob o estandarte da luta contra a oposição, iniciaram-se as substituições de revolucionários por funcionários. A história do partido bolchevique tornou-se a da sua rápida degenerescência.

O significado político da luta em curso obscurecia-se consideravelmente pelo facto de os dirigentes das três tendências — a direita, centro e esquerda — pertencerem a um

único estado-maior, o do Krenlim, o «comité» político: os espíritos superficiais acreditavam em rivalidades pessoais, na luta pela «sucessão» de Lenine. Mas, sob uma ditadura de ferro, os antagonismos sociais só podiam realmente manifestar-se de início, através das instituições do partido governante. Também em França muitos dos Termidorianos saíram do partido jacobino, do qual Bonaparte começou por ser um dos aderentes; e foi entre os antigos jacobinos que o Primeiro Cônsul e futuro imperador dos franceses encontrou os seus mais fiéis servidores. Mudam os tempos. E os jacobinos, incluindo os do séc. XX, mudam com os tempos.

Do comité político do tempo de Lenine ninguém mais resta que Estaline: dois dos seus membros, Zinoviev e Kamenev, que durante os longos anos da emigração foram os mais íntimos colaboradores de Lenine, cumprem, no momento em que escrevo, uma pena de dez anos de reclusão por um crime que não cometeram; três outros, Rykov, Boukharine e Tmsky foram completamente afastados do poder, embora se tenha recompensado a sua resignação concedendo-lhes funções de segundo plano; por fim, o autor destas linhas foi banido. A viúva de Lenine, Kroupskaia, é mantida sob suspeita, nunca tendo sabido, por mais esforços que tenha feito neste sentido, adaptar-se ao Termidor.

Os actuais membros do comité político ocuparam, na história do partido bolchevique, lugares secundários. Se alguém tivesse profetizado a sua subida nos primeiros anos da revolução, eles próprios ter-se-iam admirado. A regra segundo a qual o comité político tem sempre razão, e que ninguém poderá ter razão, seja em que caso for, contra ele, é aplicada ainda com mais vigor. Mas o próprio comité político não poderá ter razão contra Estaline que, não se podendo enganar, não pode por conseguinte, ter razão contra si próprio.

A reivindicação do regresso do partido à democracia foi, no seu tempo, a mais estimada e desesperada das reivindicações de todos os agrupamentos de oposição. A plataforma da Oposição de Esquerda de 1927 exigia a introdução, no código penal, de um artigo «punindo como grave crime contra o Estado toda e qualquer perseguição directa ou indirecta contra um operário em virtude de críticas que pudesse ter formulado». Mais tarde, encontrou-se no código penal um artigo idêntico a aplicar à oposição.

Da democracia do partido, nada mais resta do que recordações em memória da velha geração. Com ela, a democracia dos soviets, dos sindicatos, das cooperativas, das

organizações desportivas e culturais, volatilizou-se. A hierarquia dos secretários domina tudo e todos. O regime adquirira um carácter totalitário alguns anos antes que o termo nos viesse da Alemanha. «Com a ajuda de métodos desmoralizantes que transformam os comunistas pensantes em autómatos, liquidando a vontade, o carácter, a dignidade humana», escrevia Rakovsky em 1928, «a camarilha governante soube tornar-se numa oligarquia inamovível e inviolável; e substituir-se à clases e ao partido». Desde que foram escritas estas linhas indignadas, a degenerescência fez bastantes progressos. A GPU tornou-se o factor decisivo da vida interna do partido. Se Molotov pôde, em Março de 1936, felicitar-se perante um jornalista francês pelo facto de o partido governante já não conhecer lutas de facção, isto é devido unicamente ao facto de as divergências de opinião serem de ora avante reguladas pela intervenção mecânica da policia política. O velho partido bolchevique está morto, nenhuma força o poderá ressuscitar.)

Paralelamente à degenerescência política do partido, acentuou-se a corrupção de uma burocracia que escapava a qualquer contrôle. Aplicada ao grande funcionário privilegiado, o termo «*sovbour*» — burguês soviético — entrou em boa hora no vocabulário operário. Com a NEP, as tendências burguesas beneficiaram de um campo mais favorável. Lenine punha em guarda o XI Congresso do partido, em Março de 1922, contra a corrupção dos meios dirigentes. «Mais de uma vez aconteceu na História», dizia ele, «ter o vencedor adoptado a civilização do vencido, se esta era superior. A cultura da burguesia e da burocracia russas era miserável, sem dúvida. Mas as novas camadas dirigentes não são ainda superiores a essa cultura. Quatro mil e setecentos comunistas responsáveis dirigem em Moscovo a máquina governamental. Quem dirige e quem é dirigido? Tenho muitas dúvidas que se possa dizer que são os comunistas quem dirige». Lenine nunca mais pôde tomar a palavra nos congressos do partido. Mas todo o seu pensamento, nos últimos meses da sua vida, se dirigiu para a necessidade de precaver e armar os operários contra a opressão, o arbítrio e a corrupção burocrática. Contudo, nunca chegou a observar senão os primeiros sintomas do mal.

Christian Rakovsky, antigo presidente do Conselho dos Comissários do Povo da Ucrânia, mais tarde Embaixador dos soviets em Londres e Paris, encontrando-se deportado, enviou a amigos seus, em 1928, um curto estudo sobre a burocracia, do qual já extraímos, mais acima, algumas

linhas, pois continua a ser o que de melhor se escreveu sobre o assunto.

«No espírito de Lenine e no de todos nós o objectivo da direcção do partido era precisamente preservar o partido e a classe operária da acção dissolvente dos privilégios, das vantagens e dos favores próprios do poder, preservá-los de qualquer aproximação da antiga nobreza e da antiga pequena-burguesia, da influência desmoralizante da NEP, da sedução dos hábitos burgueses e da sua ideologia. É necessário dizer francamente, claramente, bem alto, que esta tarefa não foi de modo algum cumprida pelos comités do partido que deram provas, no seu duplo papel de preservação e educação, de uma incapacidade completa, faltaram, faltaram ao dever».

É verdade que Rakovsky, esmagado pela repressão burocrática, negou mais tarde as suas críticas. Mas também o septuagenário Galileu foi obrigado, sob as tenazes da Santa Inquisição, a abjurar o sistema de Copérnico, o que de modo algum impediu que a Terra continuasse o seu movimento. Não acreditamos na abjuração do sexagenário Rakovsky, pois ele próprio fez mais de uma vez a análise implacável de abjuração deste género. Mas a sua crítica política encontrou nos factos objectivos uma base bastante mais segura que na firmeza subjectiva do seu autor.

A conquista do poder não modificou unicamente a atitude do proletariado relativamente às outras classes, modificou igualmente a sua estrutura interna. O exercício do poder tornou-se a especialidade de um agrupamento social determinado, que procurava com a maior impaciência resolver a sua própria «questão social» e tanto mais quanto mais elevada era a ideia que possuía da sua missão. «No Estado proletário, onde a acumulação capitalista não é permitida aos membros do partido dirigente, a diferenciação é, de início, funcional, depois torna-se social. Não afirmamos que se torna uma diferenciação de classe, mas que se torna uma diferenciação social». E Rakovsky explica: «A posição social do comunista que tem à sua disposição um automóvel, uma boa habitação, licenças regulares e que recebe o salário máximo permitido pelo partido difere da do comunista que, trabalhando nas minas de carvão, ganha 50 a 60 rublos por mês».

Enumerando as causas de degenerescência dos jacobinos no poder — o enriquecimento, os fornecimentos ao Estado, etc. — Rakovsky cita uma curiosa consideração de

Babeuf sobre o papel apresentado nesta evolução pelas mulheres da nobreza, muito procuradas pelos jacobinos. «Que fazem vocês», exclama Babeuf, «infames plebeus? Hoje, elas abraçam-vos, decapitar-vos-ão amanhã». O recenseamento das esposas dos dirigentes, na URSS, fornecia um quadro análogo. Sosnovsky, conhecido jornalista soviético, apontava o papel do «factor auto-garagem» na formação da burocracia. É verdade que Sosnovsky, como Rakovsky, se arrependeu e regressou da Sibéria. Os hábitos da burocracia não foram melhorados. Pelo contrário, o arrependimento de um Sosnovsky prova os progressos da desmoralização.

Os velhos artigos de Sosnovsky, que outrora passavam em forma de manuscritos, de mão em mão, contêm precisamente inolvidáveis episódios da vida dos novos dirigentes mostrando bem até que ponto os vencedores assimilavam os hábitos dos vencidos. Sem regressarmos aos anos volvidos — tendo Sosnovsky, em 1934, trocado definitivamente o chicote por uma lira — limitemo-nos a exemplos recentes extraídos da imprensa soviética, escolhendo não os «abusos», mas os factos ordinários, oficialmente admitidos pela opinião pública.

O director de uma fábrica moscovita, conhecido comunista, felicita-se no *Pravda* pelo desenvolvimento cultural da sua empresa. Um mecânico telefona-lhe: «Deseja que pare o martelo hidráulico ou que espere? — Respondo já, espera um momento». O mecânico fala-lhe com deferência, o director trata o mecânico por tu. E este diálogo indigno, impossível num país capitalista civilizado, relata-o o próprio director como se fosse perfeitamente banal! A redacção não lhe opôs qualquer objecção e nada comentou; os leitores não protestam, pois é hábito. Nós também não nos admiramos: nas audiências solenes do Krenlim, os «chefes» e os Comissários do Povo tratam por tu os seus subordinados, directores de fábricas, presidentes de kolkhozes, contramestres e operários convidados para serem condecorados. Como não nos lembramos que uma das palavras de ordem revolucionárias mais populares sob o antigo regime exigia o fim do tratamento por tu dos subordinados pelos chefes?

Surpreendentes pelo seu à-vontade senhorial, os diálogos dos dirigentes do Krenlim com o «povo» atestam sem erro possível que, a despeito da revolução de Outubro, da nacionalização dos meios de produção, da colectivização e da «liquidação do kulak como classe», as relações entre os homens, e isto precisamente no vértice da pirâmide soviética, longe de se elevarem para o socialismo,

não ascendem ainda, sob muitos aspectos, ao nível do capitalismo cultivado. Um enorme passo atrás foi dado neste importante domínio no decurso dos últimos anos, sendo o Termidor soviético, que deu a uma burocracia pouco culta uma completa independência, preservada de qualquer controle, e às massas a famosa directiva do silêncio e da obediência, a causa incontestável da sobrevivência da velha barbárie russa.

Não pretendemos opôr à abstracção *ditadura* a abstracção *democracia* para pesar as suas respectivas qualidades na balança da razão pura. Tudo é relativo neste mundo onde nada mais que a mudança existe de permanente. A ditadura do partido bolchevique foi, para a história, um dos mais poderosos instrumentos do progresso. Mas, como diz o poeta, *Vernunft wird Unsinn, Wohltat Plage*. (A razão é loucura, a felicidade tormento).

A interdição dos partidos de oposição acarretou a interdição das facções; a interdição das facções conduziu à interdição de pensar de modo diferente do chefe infalível. O monolitismo policial do partido teve como consequência a impunidade burocrática, que se tornou por sua vez a causa de todas as variedades de desmoralização e de corrupção.

As causas sociais do Termidor

Definimos o Termidor soviético como a vitória da burocracia sobre as massas. Tentámos mostrar quais as condições históricas desta vitória. A vanguarda revolucionária do proletariado foi em parte absorvida pelos serviços do Estado e, pouco a pouco, desmoralizada, em parte destruída durante a guerra civil, em parte eliminada e esmagada. As massas, fatigadas e desiludidas, nada mais apresentavam do que indiferença pelo que se passava nos meios dirigentes. Estas condições, por mais importantes que sejam, de modo algum bastam para nos explicar como conseguiu a burocracia elevar-se acima da sociedade e tomar por muito tempo nas mãos os destinos desta; unicamente a sua vontade seria, em qualquer caso, insuficiente; a formação de uma nova camada social deve assentar em causas sociais mais profundas.

O cansaço das massas e a desmoralização dos quadros contribuíram igualmente, no séc. XVIII, para a vitória dos Termidorianos sobre os Jacobinos. Mas um mais profundo *processus*, orgânico e histórico, efectuava-se sob estes fenómenos, na realidade secundários. Os Jacobinos obtinham

o seu apoio nas camadas inferiores da pequena burguesia, sublevadas pela vaga poderosa; ora a revolução do séc. XVIII, respondendo ao desenvolvimento das forças produtivas, não podia deixar de conduzir, por fim, ao poder a grande burguesia. O Termidor não foi senão uma das etapas desta inevitável evolução. Qual é pois a necessidade social que se exprime no Termidor soviético?

Tentámos, num capítulo anterior, fornecer uma prévia explicação do triunfo do polícia. É-nos forçoso continuar agora a análise das condições da passagem do capitalismo para o socialismo e do papel que nessa passagem representa o Estado. Confrontemos uma vez mais a previsão teórica e a realidade. «É ainda necessário coagir a burguesia», escrevia Lenine em 1917, tratando do período que se devia seguir à conquista do poder, «mas o órgão de coacção é já a maioria da população e não a minoria como até agora aconteceu. Neste sentido, o Estado começa a *deperecer*». Como se exprime esse depercimento? Primeiro, porque, em vez de «instituições especiais pertencentes à minoria privilegiada» (funcionários privilegiados, comandos do exército permanente), a própria maioria pode «preencher» as funções de coacção. Lenine formula, mais adiante, uma tese indiscutível em forma axiomática: «Quanto mais as funções do poder se tornarem as de todo o povo, menos esse poder é necessário». A abolição da propriedade privada dos meios de produção elimina a principal tarefa do Estado formado pela história: a defesa dos privilégios de propriedade da minoria contra a grande maioria.

O depercimento do Estado começa, segundo Lenine, no dia seguinte ao da expropriação dos expropriadores, isto é, antes que o novo regime tenha podido abordar as suas tarefas económicas e culturais. Cada êxito no cumprimento destas tarefas significa uma nova etapa da reabsorção do Estado na sociedade socialista. O grau desta reabsorção é o melhor índice da profundidade e da eficácia da edificação socialista. Poder-se-á formular o seguinte teorema sociológico: a coacção exercida pelas massas no Estado operário é directamente proporcional às forças que tendem para a exploração ou para a restauração capitalista e inversamente proporcional à solidariedade social e ao devotamento comum ao novo regime. A burocracia — por outros termos, «os funcionários privilegiados e o comando do exército permanente» — responde a uma variedade particular de coacção que as massas não podem ou não querem aplicar e que se exerce, de um modo ou de outro, contra si próprias.

Se os soviéticos democráticos tivessem conservado até hoje a sua força e independência, mantendo o direito de recorrer à coacção, dentro da medida que se passava no decurso dos primeiros anos, este facto teria bastado para nos inquietar seriamente. Qual não deverá ser a nossa inquietação face a uma situação em que os soviéticos das massas abandonaram definitivamente a cena, cedendo as suas funções coercitivas a Estaline, Iagoda e C.!? E que funções coercitivas! Perguntemo-nos, para começar, qual a causa social desta vitalidade obstinada do Estado e, acima de tudo, da sua «gendarmização». A importância desta questão é por si própria evidente: de acordo com a resposta que lhe dermos, deveremos rever radicalmente as nossas ideias tradicionais sobre a sociedade socialista em geral, ou recusar, também radicalmente, as apreciações oficiais sobre a URSS.

Tiremos de um número recente de um jornal de Moscovo a característica estereotipada do regime soviético actual, uma dessas características que diariamente se repetem e que os estudantes aprendem de cor. «As classes parasitas dos capitalistas, dos proprietários fundiários e dos camponeses ricos foram para sempre liquidadas na URSS, onde, por esta razão, se pôs para sempre fim à exploração do homem pelo homem. Toda a economia nacional tornou-se socialista e o crescente movimento Stakhanov prepara as condições da passagem do socialismo para o comunismo» (*Pravda*, 4 de Abril de 1936). A imprensa mundial da Internacional Comunista não diz outra coisa, como é devido. Mas se se pôs cobro «para sempre» à exploração, se o país se encontra realmente encaminhado na via do comunismo, isto é, na fase superior, nada mais resta à sociedade que abandonar, enfim, a camisa de forças do Estado. Em vez disso — e existe aqui um contraste dificilmente concebível! — o Estado soviético toma um aspecto burocrático e totalitário.

Poder-se-á fazer ressaltar a mesma contradição fatal evocando a sorte do partido. A questão formula-se mais ou menos assim: porque se podia em 1917-1921, quando as antigas classes dominantes ainda resistiam, armas na mão, quando os imperialistas de todo o mundo efectivamente as sustentavam, quando os kulaks armados sabotavam a defesa e o abastecimento do país, discutir livremente, sem temor, no partido, todas as mais graves questões da política? Porque não se pode agora, após o fim da intervenção, após a derrota das classes de exploradores, os incontestáveis êxitos da industrialização, a colectivização

da grande maioria dos camponeses, admitir a menor crítica ao comportamento de dirigentes inamovíveis? Por que razão todo o bolchevique que se atreva, conforme os estatutos do partido, a reclamar a convocação de um congresso, é imediatamente excluído? Qualquer cidadão que emita bem alto as suas dúvidas acerca da infalibilidade de Estaline será imediatamente tratado como se fosse um conspirador terrorista. De onde vem esta terrível, monstruosa, intolerável, força de repressão e do aparelho policial?

A teoria não é uma letra de câmbio que se possa, em qualquer altura, descontar. Se ela comete um erro, convém revê-la ou preencher as suas lacunas. Revelemos as forças sociais que fizeram nascer a contradição entre a realidade soviética e o marxismo tradicional. Em todo o caso, não se poderá errar nas trevas repetindo as frases rituais, talvez úteis para o prestígio dos chefes, mas que aviltam a realidade viva. Vê-lo-emos sem demora graças a um exemplo convincente.

O Presidente do Conselho dos Comissários do Povo declarava em Janeiro de 1936 ao executivo: «A economia nacional tornou-se socialista (*aplausos*). Sob este aspecto, resolvemos o problema da liquidação das classes (*aplausos*). O passado deixa-nos ainda, contudo, elementos abertamente hostis, ruínas das classes outrora dominantes. Além disso, encontram-se entre os trabalhadores dos kolkhozes, funcionários do Estado, por vezes mesmo entre os operários, «minúsculos especuladores», «delapidadores dos bens do Estado e dos kolkhozes», «espalhadores de boatos anti-soviéticos», etc. Daqui decorre a necessidade de ainda fortalecer a ditadura. Contrariamente ao que Engels esperava, o Estado operário, em vez de se «desvanecer», deve tornar-se cada vez mais vigilante.

O quadro pintado pelo chefe do Estado soviético seria bastante animador se não encerrasse uma contradição mortal. O socialismo instalou-se definitivamente no país: «sob este aspecto» as classes foram aniquiladas (se o foram sob este aspecto, também o terão sido sob qualquer outro). Sem dúvida que a harmonia é aqui e ali perturbada pelas escórias e restos do passado. De qualquer modo, não se poderá pensar que indivíduos dispersos, privados de poder e propriedade, sonhando com a restauração do capitalismo, possam com «minúsculos especuladores» (não são mesmo simples especuladores!), derrubar a sociedade sem classes. Tudo se passa, parece, pelo melhor. Mas, mais uma vez, porque se exerce então a ditadura de ferro da burocracia?

Os sonhadores reaccionários desaparecem pouco a pouco, é necessário acreditá-lo. Sovietes arquidemocráticos encarregar-se-iam perfeitamente dos «minúsculos especuladores» e dos «mexeriqueiros». «Não somos utopistas», replicava Lenine em 1917 aos teóricos burgueses e reformistas do Estado burocrático, «de modo algum contestamos a possibilidade e a inelutibilidade de excessos cometidos por *indivíduos* e, igualmente, a necessidade de reprimir esses excessos. Mas, para isso, não é de maneira nenhuma preciso um aparelho especial de repressão; o povo armado bastará e com tanto desembaraço e facilidade quanto uma multidão civilizada separa homens prestes a baterem-se ou não deixa insultar uma mulher». Estas palavras parecem ter sido destinadas a refutar as considerações de um dos sucessores de Lenine na chefia do Estado. Estuda-se Lenine nas escolas da URSS, mas, visivelmente, não no Conselho dos Comissários do Povo. Ou então, a decisão com que um Molotov emprega, sem mesmo reflectir, os argumentos contra os quais Lenine usou a sua acerada arma, não seria explicável. Flagrante contradição entre o fundador e os epígonos! Enquanto Lenine considerava possível, sem aparelho burocrático, a liquidação das classes exploradoras, Molotov, para justificar, *após* a liquidação das classes, a aniquilação de qualquer iniciativa popular pela máquina burocrática, nada de melhor encontra que a invocação dos «restos» das classes liquidadas!

Mas torna-se mais difícil alimentar-se destes «restos» quando, de acordo com a opinião dos representantes autorizados, os inimigos de classe de ontem são assimilados com êxito pela sociedade soviética. Postychev, um dos secretários do Comité Central, disse no Congresso das Juventudes Comunistas em Abril de 1936: «Numerosos sabotadores arrependem-se sinceramente e juntaram-se às fileiras do povo soviético». Dado o êxito da colectivização, «os filhos dos kulaks não devem pagar pelos seus pais». E não é tudo: «O próprio Kulak, sem dúvida, já não acredita que possa recuperar hoje a sua situação de explorador na aldeia. Não foi sem razão que o governo iniciou a abolição das restrições legais resultantes das origens sociais!». Mas se as afirmações de Postychev, aprovadas sem reserva por Molotov, significam alguma coisa, mais não poderá ser do que isto: a burocracia tornou-se um monstruoso anacronismo e a coacção estatal já não tem finalidade no país dos soviets. Contudo, nem Molotov nem Postychev admitem esta conclusão rigorosamente lógica. Preferem conservar o poder, mesmo contradizendo-se.

Na realidade eles não podem renunciar ao poder. Em termos objectivos: a actual sociedade soviética não pode passar sem o Estado, nem mesmo — numa certa medida — sem a burocracia. E não são os miseráveis restos do passado mas as poderosas tendências do presente que criam esta situação. A justificação do Estado soviético, considerado como um mecanismo de coacção, reside no facto de o actual período transitório se encontrar ainda pejado de contradições sociais que, no domínio do *consumo* — o mais familiar e o mais sensível para toda a gente — revestem um carácter extremamente grave, a todo o momento ameaçando mostrar-se no domínio da produção. A vitória do socialismo não poderá pois ser considerado como definitiva nem assegurada.

A autoridade burocrática baseia-se na pobreza em artigos de consumo e na luta contra todos que daí resulta. Quando os armazéns se encontram bem fornecidos de mercadorias, os clientes poderão aparecer a todo o momento. Quando as mercadorias escasseiam, os compradores são obrigados a esperar à porta. Logo que a fila de pessoas se torna muito longa, impõe-se a presença dum agente da polícia para manter a ordem. Este é o ponto de partida da burocracia soviética. Ela «sabe» a quem dar e quem deve esperar.

O melhoramento da situação material e cultural deveria, à primeira vista, diminuir a necessidade dos privilégios, restringir o domínio do «direito burguês» e, por esse facto, minar os alicerces da burocracia, guardiã destes direitos. Mas o que se produz é exactamente o inverso: o crescimento das forças produtivas foi acompanhado até hoje por um extremo desenvolvimento de todas as formas de desigualdade e privilégios e, igualmente, da burocracia. E não sem razão.

No seu primeiro período, o regime soviético teve incontestavelmente um carácter bastante mais igualitário e menos burocrático do que hoje. Mas a sua igualdade era a da miséria comum. Os recursos do país eram tão limitados que não permitiam destacar das massas quaisquer meios ou privilégios. O salário «igualitário», suprimindo o estímulo individual, tornava-se um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. A economia soviética teria de sair um pouco da sua indigência para que a acumulação desses sujos objectos que os privilégios constituem, se tornasse possível. O actual estado da produção encontra-se ainda longe de assegurar a todos o necessário. Mas permite já fornecer importantes vantagens à minoria e fazer da desigualdade um estímulo para a maioria. Esta é a razão número um para o facto de o crescimento das forças produtivas

ter até hoje reforçado os traços burgueses e não socialistas do Estado.

Esta razão não é única. Ao lado do factor económico que obriga, na presente fase, a recorrer aos métodos capitalistas de remuneração do trabalho, actua o factor político encarnado na própria burocracia. Pela sua natureza, esta cria e defende privilégios. Surge, logo no início, como órgão burguês da classe operária. Estabelecendo e mantendo os privilégios da minoria, atribui a si própria, naturalmente, a melhor parte: aquele que distribui os bens nunca saiu lesado. Assim, vê-se nascer das necessidades da sociedade um órgão que, ultrapassando em muito a sua função social necessária, se transforma num factor autónomo e, simultaneamente, na fonte de grandes perigos para todo o organismo social.

O significado do Termidor soviético começa a precisar-se diante de nós. A pobreza e a incultura das massas concretizam-se de novo sob as formas ameaçadoras do chefe armado com poderoso cacete. Outrora recusada e difamada, a burocracia, de serva da sociedade, transformou-se em senhora. Ao sofrer esta transformação, afastou-se das massas, social e moralmente, e a tal ponto que já não pode admitir contrôle algum sobre os seus actos e sobre os seus rendimentos.

O medo, à primeira vista místico, que a burocracia experimenta na presença de «minúsculos especuladores, indivíduos sem escrúpulos e mexeriqueiros», encontra aí a sua natural explicação. Não se encontrando ainda à altura de satisfazer as necessidades elementares da população, a economia soviética faz nascer, a cada passo, tendências para a especulação e fraude interesseira. Por outro lado, os privilégios da nova aristocracia incitam as massas a dar ouvidos aos «rumores anti-soviéticos», isto é, a toda a crítica, mesmo a meia-voz formulada, às autoridades autoritárias e insaciáveis. Não se trata pois de fantasmas do passado, restos do que já não existe, numa palavra, da neve do ano anterior, mas de novas e poderosas tendências, sem cessar renascentes, para a acumulação pessoal. O primeiro afluxo de bem-estar, bastante modesto, teve precisamente como consequência, em virtude da sua fraqueza, não o enfraquecimento, mas o fortalecimento de tendências centrífugas. Contudo, os não-privilegiados sentiram crescer o desejo surdo de moderar sem consideração os apetites dos notáveis modernos. A luta social agrava-se de novo. Estas são as fontes da força da burocracia. Estas são igualmente, as fontes dos perigos que ameaçam essa força.

VI

**O CRESCIMENTO DA DESIGUALDADE E DOS
ANTAGONISMOS SOCIAIS**

Miséria, luxo, especulação

Depois de ter começado pela «repartição socialista», o poder dos soviets viu-se obrigado, em 1921, a apelar para o mercado. A extrema penúria dos recursos na época do primeiro plano quinquenal conduziu de novo à repartição estatizada ou ao renovamento da experiência do comunismo de guerra numa escala mais vasta. Esta base igualmente se revelou insuficiente. Em 1935, o sistema de repartição planificada cedeu de novo o lugar ao comércio. Por duas vezes se mostrou que os métodos vitais da repartição dos produtos dependem mais do nível da técnica e dos recursos materiais dados que das formas de propriedade.

O aumento do rendimento do trabalho, devido principalmente ao salário à peça, anuncia um crescimento da massa das mercadorias e uma baixa dos preços, donde resultará um aumento de bem-estar para a população. Mas aqui reside apenas um aspecto do problema e que pôde ser observado, como se sabe, sob o antigo regime, na época do seu surto económico. Os fenómenos e os processos sociais devem ser considerados nas suas relações e na sua interdependência. O aumento do rendimento do trabalho, especialmente devido à circulação de mercadorias, significa igualmente um crescimento da desigualdade. O aumento do bem-estar das camadas dirigentes começa a ultrapassar sensivelmente o aumento do bem-estar das massas. Enquanto o Estado enriquece, assiste-se à diferenciação da sociedade.

Em virtude das condições da vida quotidiana, a sociedade soviética divide-se actualmente numa minoria privilegiada e com o futuro assegurado; e uma maioria que vegeta na miséria, provocando esta desigualdade surpreendentes contrastes nos dois polos opostos. Os produtos destinados ao consumo das massas são, habitualmente, a despeito dos seus preços elevados, de qualidade bastante baixa e, quanto

mais nos afastarmos do centro, mais difícil se torna obtê-los. Nestas condições, a especulação e o roubo tornam-se «flagelos» e, se ontem completavam a repartição planificada, fornecem hoje um correctivo ao comércio soviético.

Os «amigos da URSS» têm o hábito de anotar as suas impressões de olhos fechados e ouvidos tapados. Os inimigos, esses, espalham por vezes calúnias. Consultemos a própria burocracia. Não sendo a sua própria inimiga, as acusações que dirige contra si própria, sempre motivadas por necessidades urgentes e práticas, merecem infinitamente maior crédito que as suas frequentes e ruidosas fanfaronadas.

O plano industrial para 1935 foi, como se sabe, ultrapassado. Mas, no que respeita à construção de habitações, foi apenas executado à razão de 55,7%; e é precisamente a construção de habitações operárias a mais lenta, a mais defeituosa, a mais desprezada. Os camponeses dos kolkhozes vivem, como no passado, em isbas, com vitelos e baratas. Por outro lado, os soviéticos notáveis lamentam-se por não haver, nas habitações construídas para seu proveito, um quarto de criada.

Qualquer regime exprime-se na sua arquitectura e nos seus monumentos. A época soviética actual é caracterizada por palácios e casas dos soviets, construídas em grande número, verdadeiros templos da burocracia (custando por vezes dezenas de milhões), por teatros dispendiosamente construídos, por casas do exército vermelho, clubes militares principalmente reservados aos oficiais, por um metro luxuoso para uso dos que podem pagá-lo. Enquanto, por outro lado, a construção de habitações operárias, mesmo do tipo de casernas, encontra-se invariavelmente e terrivelmente atrasada.

Verdadeiros êxitos foram obtidos nos caminhos de ferro mas o simples cidadão soviético não ganhou grande coisa com isso. Inumeráveis críticas de chefes denunciam a todo o momento «a falta de limpeza dos vagon e dos locais abertos ao público», a «revoltante incúria dos serviços de passageiros», o «número considerável de abusos, roubos e burlas por ocasião da venda dos bilhetes, a dissimulação de lugares livres com fins de especulação, as luvas, o roubo de bagagens durante o percurso». Ora estes factos «desonram os transportes socialistas»! Na verdade, os transportes capitalistas também os consideram como crimes ou delitos de direito comum. Os repetidos lamentos do nosso eloquente administrador testemunham a insuficiência dos meios de transporte para a população, a extrema penúria

dos artigos confiados aos transportes e, por fim, o cínico desdém professado pelos dirigentes dos caminhos de ferro, como por todos os outros, em relação ao comum mortal. Quanto a si própria, a burocracia sabe fazer-se servir bastante bem em terra, na água ou no ar, o que é atestado pelo grande número de carruagens-salão, combóios especiais, barcos de que dispõe, substituindo-os, cada vez mais e melhor, por automóveis e aviões mais confortáveis.

Caracterizando os êxitos da indústria soviética, o representante do Comité Central em Leninegrado, Idanov, aplaudido por um auditório directamente interessado, promete que «no próximo ano, não será nos modestos Ford de hoje, mas em «limousines» que os nossos activistas se dirigirão para as assembleias». A técnica soviética, na medida em que se dirige ao homem, esforça-se antes de tudo por satisfazer as necessidades crescentes da minoria privilegiada. Os carros eléctricos — onde os há — vão abarrotados como no passado.

Quando o Comissário do Povo para a Indústria alimentar, Mikoyan, se congratula das qualidades inferiores de bombons serem pouco a pouco eliminadas em proveito de qualidades superiores e por «as nossos mulheres» exigirem melhores perfumes, isso apenas significa que a indústria se adapta, como consequência do regresso ao comércio, a consumidores mais qualificados. Esta é a lei do mercado, em que as mulheres dos personagens mais altamente colocados não são as menos influentes.

Mas, ao mesmo tempo, sabe-se que 68 cooperativas em 95 inventariadas na Ucrânia (1935) não têm quaisquer bombons e que, de um modo geral, a procura de confeitaria só se encontra satisfeita na proporção de 15% e isto à custa da mais baixa qualidade. O *Izvestia* deplora que «as fábricas não tenham em consideração as exigências do consumidor» — mas deve tratar-se, naturalmente, de consumidor capaz de se defender.

O académico Bach, colocando a questão do ponto de vista da química orgânica, chega à conclusão de que «o nosso pão é, por vezes, de qualidade detestável». Os operários e as operárias não iniciados nos mistérios da fermentação são da mesma opinião; todavia, contrariamente ao prestígio académico, não têm a faculdade de dar a sua apreciação na imprensa.

O *trust* da confecção de Moscovo faz publicidade aos modelos de vestidos de seda desenhados na Casa dos Modelos; mas na província, e mesmo nos grandes centros industriais, os operários não podem procurar uma camisa

de chita sem formarem uma longa «bicha». Tudo falta como outrora. É bastante mais difícil assegurar o necessário à grande maioria que o supérfluo a alguns. Toda a História o demonstra.

Enumerando as suas aquisições, Mikoyan faz-nos saber que «a indústria da margarina é nova». O antigo regime não a tinha, é certo. Não concluíamos que a situação tenha piorado: a manteiga, o povo não a via mais do que hoje. Mas o aparecimento de um sucedâneo significa, em todo o caso, que existem na URSS duas classes de consumidores: uma que prefere a manteiga e outra que se acomoda com a margarina. «Fornecemos à vontade o tabaco em grão, o makhorka», declara Mikoyan, esquecendo-se de acrescentar que nem na Europa nem na América se consome tabaco de tão má qualidade.

Uma das manifestações mais chocantes, para não dizer mais provocantes, da desigualdade, é a abertura, em Moscovo e em outras cidades importantes, de armazéns que vendem mercadorias de superior qualidade e que usam o nome bastante expressivo, embora estranho, de «luxo» (liouks). Mas os incessantes lamentos por causa de roubos nas mercearias de Moscovo e da província mostram que só existem produtos para a minoria e que toda a gente, no entanto, se quer alimentar.

A operária que tem um filho encontra-se ligada ao regime social e é o seu critério «de consumo», como desdenhosamente declaram os altos personagens, muito atentos ao seu próprio consumo, que decide em definitivo. No conflito entre a burocracia e a operária, enfileiramos, com Marx e Lenine, ao lado da operária contra o burocrata, o qual exagera os resultados alcançados, oculta as contradições e amordaça a operária.

Admitamos que a margarina e o tabaco em grão sejam hoje fatalmente necessários. Nesse caso, de modo algum é necessário proclamar essa glória e dissimular a realidade. Limousines para os «activistas», perfumes novos para as «nossas mulheres»; margarina para os operários, mas armazéns de luxo para os privilegiados; para a plebe, só a imagem de iguarias finas expostas nas montras. Este socialismo nunca poderá ser aos olhos das massas senão um capitalismo restaurado. Apreciação esta que não é assim tão falsa. No campo da «miséria socializada», a luta pelo necessário ameaça ressuscitar «toda a antiga desordem» e ressuscita-a parcialmente a cada passo.

O mercado de hoje difere do da NEP (1921-1928) pelo facto de ter que se desenvolver sem intermediários nem comércio privado, colocando face a face as organizações do Estado, as cooperativas, os kolkhozes e os cidadãos. Mas isto só acontece em princípio. O rápido crescimento do comércio de retalho (Estado e cooperativas) deve alcançar 100 biliões de rublos em 1936. O comércio dos kolkhozes, que é de 16 biliões em 1935, deve aumentar sensivelmente este ano. É difícil dizer qual o lugar que cabe, ao lado destes números, aos intermediários ilegais e semi-legais. Um lugar de modo algum insignificante, em todo o caso! Assim como os cultivadores, os kolkhozes e, sobretudo, certos membros dos kolkhozes, se inclinam a recorrer a intermediários, os artesãos, os cooperativistas, as indústrias locais que estabelecem relações com os camponeses, seguem a mesma via. Assim sucede por vezes e repentinamente que o comércio da carne, da manteiga, dos ovos, numa grande região, cai nas mãos de «mercadores». Os artigos mais necessários, como o sal, fósforos, farinha, petróleo, que são abundantes nos depósitos do Estado, faltam durante semanas e meses nas cooperativas rurais burocratizadas; é claro que os camponeses vão procurá-los noutras locais. A imprensa soviética menciona a todo o momento a existência de revendedores, como se esta existência fosse desnecessária.

Os outros aspectos da iniciativa e da acumulação privadas representam visivelmente um papel menor. O cocheiro que possui atrelagem e os artesãos independentes são, como os cultivadores independentes, dificilmente tolerados. Numerosas oficinas de reparações pertencentes a particulares existem em Moscovo e fecham-se os olhos, pois elas preenchem importantes lacunas. Um número infinitamente maior de particulares trabalha sob a falsa designação de *artels* (associações), ou a coberto de cooperativas, ou põe-se ao abrigo dos kolkhozes. E o serviço de investigações criminais, como se lhe agradasse fazer ressaltar as fendas da economia, prende, de tempos a tempos, em Moscovo, como sendo especuladoras, pobres mulheres esfomeadas que vendem boinas tricotadas por elas próprias ou camisas de chita que elas próprias coseram.

«A base da especulação foi destruída no nosso país», proclamava Estaline (Outono de 1935), e se ainda existem mercadores entre nós, isso só poderá ser explicado pela insuficiente vigilância de classe dos operários e pelo liberalismo de certas instâncias soviéticas em relação aos especuladores». Este é o raciocínio burocrático ideal! A base

económica da especulação foi eliminada? Nesse caso, não há necessidade de vigilância. Se, por exemplo, o Estado pudesse fornecer aos cidadãos chapéus em número suficiente, qual seria a necessidade de prender os infelizes vendedores de rua? De resto, duvidamos de necessidade de os prender, mesmo no actual estado de coisas. As categorias da iniciativa privada que inumerámos não são terríveis em si, nem pela quantidade nem pela amplitude dos negócios. Nem se pode, além disso, temer o ataque às muralhas da propriedade estatizada, por carroceiros, comerciantes de boinas, relojoeiros e revendedores de ovos! Mas a questão não se resolve unicamente com a ajuda de proporções aritméticas. A profusão e variedade de especuladores de toda a espécie que surgem, à menor tolerância administrativa, como surtos de febre num corpo doente, atestam a constante pressão das tendências pequeno-burguesas. O grau de nocividade dos bacilos da especulação para o futuro socialista é determinado pela capacidade geral de resistência do organismo económico e político do país.

O estado de espírito e a conduta dos operários e dos trabalhadores dos kolkhozes, isto é, de cerca de 90% da população, são determinados, em elevado grau, pelas modificações do seu salário real. Mas a relação entre o seu rendimento e o das camadas sociais mais favorecidas não tem uma importância menor. É no domínio do consumo que a lei da relatividade mais directamente se faz sentir! A expressão de todas as relações sociais em termos de contabilidade-dinheiro revela a parte real das diversas camadas sociais na renda nacional. Admitindo mesmo a necessidade histórica da desigualdade durante um tempo ainda bastante longo, não deixa de se colocar a questão dos limites toleráveis desta desigualdade, assim como da sua utilidade social em cada caso concreto. A luta inevitável pela parte da renda nacional tornar-se-á necessariamente uma luta política. O actual regime é ou não é socialista? Esta questão está resolvida, não pelos sofismas da burocracia, mas pela atitude das massas, isto é, dos operários e dos camponeses dos kolkhozes.

A diferenciação do proletariado

Os dados relativos ao salário real deveriam ser objecto de um estudo particularmente atento num Estado operário. A estatística das rendas, por categorias da população, deveria ser límpida e acessível a todos. Mas, na realidade, este

domínio, que é o que mais toca de perto os interesses vitais dos trabalhadores, é coberto por cerrada bruma. Por mais inacreditável que seja, o orçamento duma família operária na URSS constitui, para o observador, uma grandeza bastante mais enigmática que em qualquer país capitalista. Em vão poderemos tentar traçar a curva dos salários reais das diversas categorias de operários durante o segundo período quinquenal. O silêncio obstinado das autoridades e dos personagens competentes sobre este assunto é tão eloquente como a sua exposição de números sumários e desprovidos de significado.

Segundo um relatório do Comissário do Povo para a Indústria pesada, Ordjonikidzé, o rendimento médio mensal do trabalho de um operário foi multiplicado por 3,2 em dez anos, de 1925 a 1935, enquanto o salário foi multiplicado por 4,5. Que parte deste último coeficiente, de tão bela aparência, é devorada pelos especialistas e pelos operários bem pagos? Qual o valor efectivo deste salário nominal, facto não menos importante? Sobre isto nada sabemos, nem por este relatório, nem pelos comentários da imprensa. No Congresso da Juventude soviética em Abril de 1936, disse o Secretário das Juventudes Comunistas, Kossarev: «De Janeiro de 1931 a Dezembro de 1935, o salário dos jovens aumentou 340%». Mas, até mesmo entre os jovens condecorados, cuidadosamente escolhidos e dispostos a prodigalizar ovações, esta fanfarronada não provocou um único aplauso: os ouvintes sabiam muito bem, tanto como o orador, que a brusca passagem para preços de mercado agravava a situação da grande maioria dos operários.

O salário médio anual, estabelecido pela reunião dos salários do director de trust e da varredora era, em 1935, 2300 rublos e deve atingir em 1936 cerca de 2500 rublos, ou seja, pela cotação nominal de troca, 7500 francos, qualquer coisa como 3500 a 4000 francos franceses de capacidade de compra. Este número, dos mais modestos, adelgaça-se mais ainda se tivermos em conta o facto de o aumento dos salários em 1936 mais não representar que uma compensação parcial para a supressão dos preços de favor e da gratuidade de diversos serviços. Ainda, o essencial é que o salário de 2500 rublos por ano, isto é, 208 rublos por mês, não passa de uma média, isto é, de uma ficção aritmética destinada a mascarar a realidade de uma cruel desigualdade na retribuição do trabalho.

É absolutamente incontestável que a situação da camada superior da classe operária, e sobretudo dos chamados stakhanovistas, melhorou sensivelmente no decurso do

último ano; a imprensa relata em pormenor quantos fatos completos, pares de sapatos, gramofones, motorizadas e mesmo quantas latas de conservas puderam comprar os operários condecorados. Mas descobre-se na mesma ocasião como são pouco acessíveis estes bens ao operário vulgar. Estaline fala das causas que fizeram nascer o movimento Stakhanov: «passaram a viver melhor, mais alegremente. E quando se vive mais alegremente, o trabalho marcha melhor». Há uma parte de verdade nesta maneira otimista, própria de dirigentes, de apresentar o trabalho à peça: a formação de uma aristocracia operária só foi tornada possível graças aos anteriores êxitos económicos. O estímulo dos stakhanovistas não é, contudo, a «alegria», mas o desejo de ganhar mais. Molotov modificou neste sentido a afirmação de Estaline: «O impulso para um alto rendimento do trabalho é dado aos stakhanovistas pelo simples desejo de aumentar o seu salário». Com efeito, formou-se toda uma categoria de operários em alguns meses, que se chamaram os «mil», por o seu salário ultrapassar os 1000 rublos por mês. Há mesmo quem ganhe mais de 2000 rublos, enquanto o trabalhador das categorias inferiores ganha muitas vezes menos de 1000 rublos.

A amplitude destas variações de salário estabelece uma diferença suficiente entre o operário «notável» e o operário «vulgar». Isto não basta ainda à burocracia. Os stakhanovistas são literalmente cumulados de privilégios. São-lhes cedidos novos alojamentos; fazem-se reparações nas suas habitações; beneficiam de férias suplementares em casas de repouso e em sanatórios; mandam-se-lhes ao domicílio, gratuitamente, mestres de escola e médicos; têm entradas gratuitas nos cinemas; chegam mesmo a ser barbeados gratuitamente ou com prioridade. Muitos destes privilégios parecem ser intencionalmente acordados para ferir e ofender o operário médio. A obsequiosa benevolência das autoridades tem como consequência, ao mesmo tempo que o arrivismo, a má consciência dos dirigentes locais que procuram avidamente a ocasião de sair do seu isolamento, fazendo beneficiar de privilégios uma aristocracia operária. O resultado é o salário real dos stakhanovistas ultrapassar frequentemente vinte a trinta vezes o das categorias inferiores. Os ordenados dos especialistas mais favorecidos bastariam em muitas circunstâncias para pagar a 80 ou 100 pedreiros. No que respeita à amplitude das desigualdades na retribuição do trabalho, a URSS alcançou e ultrapassou largamente os países capitalistas!

Os melhores stakhanovistas, aqueles que se inspiram num móbil socialista, longe de se alegrarem com os seus privilégios, estão descontentes. E compreende-se: o usufruto individual de diversos bens, numa atmosfera de miséria geral, rodeia-os com um círculo de hostilidade e de inveja e envenena-lhes a existência. Estas relações entre operários encontram-se mais afastadas da moral socialista do que as dos operários de uma fábrica capitalista reunidos na luta comum contra a exploração.

Conclui-se que a vida quotidiana não é fácil para o operário qualificado, sobretudo na província. Além de o dia de sete horas ser cada vez mais sacrificado ao aumento do rendimento do trabalho, bastantes horas são ocupadas pela luta complementar pela existência. Indica-se como um sinal particular de bem-estar o facto de os melhores operários dos sovkhozes,, os condutores de tractores e de máquinas, formando já uma autêntica aristocracia, terem vacas e porcos. A teoria segundo a qual mais vale o socialismo sem leite que leite sem socialismo foi pois abandonada. Reconhece-se agora que os operários das empresas agrícolas do Estado, onde não faltam, parece, as vacas e porcos, têm de possuir a sua própria criação, para assegurarem a sua existência. O triunfal comunicado segundo o qual 96 000 operários de Kharkov têm as suas hortas individuais não é menos surpreendente. As outras cidades são convidadas a emitir Kharkov. Que terrível desperdício de força humana significa a vaca individual, a horta individual, e que maior fardo para o operário, e mais ainda para a mulher e para os filhos, do que o trabalho medieval, a pá, do estrume e da terra!

A grande maioria dos operários não tem, evidentemente, vaca nem horta, e frequentemente nem uma casa. O salário dum pedreiro é de 1200 a 1500 rublos por ano, por vezes menos, o que, em relação aos preços soviéticos, equivale à miséria. As condições de alojamento, um dos índices mais característicos da situação material e cultural de um povo, são das piores e, por vezes, intoleráveis. A grande maioria dos operários amontoa-se em alojamentos bastante piores, bastante menos habitáveis do que as casernas. Trata-se de justificar derrotas na produção, faltas ao trabalho, fraudes? A administração, por intermédio dos seus jornalistas, faz descrições deste género sobre as condições de alojamento dos operários: «Os operários dormem no chão, pois as camas encontram-se infestadas de percevejos, as cadeiras estão estragadas, não têm copos para beber, etc. Duas famílias vivem num quarto. O telhado está furado.

Quando chove, recolhem-se baldes cheios de água. As retretes são indiscretíveis». Pormenores deste género, que são válidos para todo o país, poderiam ser citados até ao infinito. Como consequência das intoleráveis condições de existência, «a fluidez do pessoal», escreve por exemplo o dirigente da indústria petrolífera, «atinge grande proporções; numerosos poços não são explorados por falta de mão-de-obra». Em certas regiões desfavorecidas, só os operários despedidos por indisciplina consentem em trabalhar. Assim se forma, nas camadas profundas do proletariado, uma categoria de miseráveis privados de qualquer direito, párias soviéticos que um ramo da indústria, tão importante como o do petróleo, é obrigado a empregar largamente.

Como consequência das gritantes desigualdades no regime dos salários, agravados ainda pelos privilégios arbitrariamente criados, a burocracia fez nascer ásperos antagonismos no seio do proletariado. Recentes comunicados de imprensa traçavam o quadro de uma guerra civil em miniatura. «A sabotagem de máquinas constitui o meio preferido(!) de combater o movimento Stakhanov», escrevia, por exemplo, o órgão dos sindicatos. A luta de classe é evocada a cada passo. Nesta luta «de classe», os operários encontram-se dum lado, os sindicatos do outro. Estaline recomenda publicamente «esbofetear» os resistentes. Outros membros do Comité Central ameaçam, várias vezes, «os imprudentes inimigos» de aniquilamento total. A experiência do movimento Stakhanov fez ressaltar poderosamente o abismo que separa o poder do proletariado e a obstinação sem freios da burocracia na aplicação da regra «dividir para reinar». Em contrapartida, o trabalho à peça, deste modo imposto, torna-se, para consolar o operário, «emulação socialista». Estas palavras não passam de uma zombaria.

A emulação, cujas raízes mergulham na biologia, continua, sem dúvida alguma, em regime comunista — depurada do espírito do lucro, da inveja e dos privilégios — o mais importante motor da civilização. Mas, numa fase mais próxima, preparatória, o fortalecimento real da sociedade socialista pode e deve fazer-se, não segundo os métodos humilhantes do capitalismo atrasado, aos quais o governo soviético recorre, mas segundo meios mais dignos do homem liberto e, antes de tudo, sem o cacete do burocrata. Pois este cacete é o legado mais odioso do passado. Será necessário quebrá-lo e queimá-lo publicamente para que seja possível falar em socialismo sem que o vermelho da vergonha suba à face.

Contradições sociais da aldeia colectivizada

Se os trusts industriais são, em princípio, empresas socialistas, o mesmo não se poderá dizer dos kolkhozes. Estes repousam não sobre a propriedade do Estado, mas na dos grupos. Constituem um grande progresso em relação à agricultura parcelar. Conduzirão ao socialismo? Isso depende de uma série de circunstâncias, das quais umas são de ordem interna e outras de ordem externa e respeitam ao sistema soviético no seu conjunto. São, por exemplo, e não são as menores, as que se relacionam com a situação mundial.

A luta entre os camponeses e o Estado encontra-se longe de ter acabado. A actual organização da agricultura, ainda muito instável, não passa de um compromisso momentâneo entre os dois adversários após uma rude explosão de guerra civil. É certo que 90% das terras foram colectivizadas; e que os campos dos kolkhozes forneceram 94% da população agrícola. Mesmo não tendo em conta um certo número de kolkhozes fictícios que, na realidade, dissimulam interesses privados, falta, parece, reconhecer que as culturas parcelares foram vencidas na proporção de nove décimos. Mas a luta real das forças e das tendências nas aldeias ultrapassa, de qualquer modo, a simples oposição entre cultivadores individuais e kolkhozes.

Para pacificar os campos, o Estado teve de fazer grandes concessões às tendências individualistas e ao espírito de propriedade dos rurais, a começar pela entrega solene da terra aos kolkhozes em usufruto perpétuo, isto é, pela liquidação da nacionalização do solo. Ficção jurídica? De acordo com a relação das forças, pode tornar-se realidade e constituir em breve um grande obstáculo à economia planificada. É contudo bastante mais importante o facto de o Estado se ter visto obrigado a permitir a ressurreição das empresas camponesas individuais, assente em parcelas anãs, com as suas vacas, porcos, carneiros, as suas aves de criação, etc. Em troca deste atentado à socialização e desta limitação da colectivização, o camponês consente em trabalhar pacificamente, embora, neste momento, sem grande zelo, nos kolkhozes que lhes dão a possibilidade de cumprir as suas obrigações para com o Estado e de dispor de alguns bens. Estas novas relações revestem ainda formas tão imprecisas que seria difícil exprimi-las em números, mesmo que a estatística soviética fosse mais honesta. Contudo, bastantes razões permitem supor que, para o camponês, os seus bens minúsculos e individuais têm hoje mais

importância que o kolkhoze. Quer isto dizer que a luta entre as tendências individualista e colectivista impregna ainda toda a vida dos campos e que a questão não foi ainda resolvida. Para que lado se inclinam os camponeses? Nem eles próprios o sabem.

O Comissário do Povo para a Agricultura disse, nos fins de 1935: «Até aos últimos tempos, encontrámos uma viva resistência por parte dos kulaks à excepção do plano de armazenagem dos cereais». Isto é, até aos últimos tempos, os kolkhozianos, na sua maioria, consideravam a entrega do trigo ao Estado como uma operação desvantajosa e inclinavam-se para o comércio privado. As leis draconianas que defendem os bens dos kolkhozes contra os próprios membros dos kolkhozes mostram a mesma coisa num outro plano. Um facto dos mais edificantes consiste em os haveres dos kolkhozes serem seguros pelo Estado por 20 biliões de rublos, e os haveres privados dos membros dos kolkhozes por 21 biliões. Se esta diferença não indica necessariamente que os camponeses, considerados individualmente, são mais ricos que os kolkhozes, mostra em todo o caso que os cultivadores seguram com mais cuidado os seus próprios bens privados que os bens colectivos.

Não menos interessante, do ponto de vista que nos ocupa, é o desenvolvimento da criação de animais. Enquanto o número de cavalos baixou continuamente até 1935, e só este ano começou a aumentar ligeiramente no seguimento de medidas tomadas pelo governo, o crescimento do número de cabeças de gado bovino elevava-se já o ano passado a 4 milhões. O plano só é executado, no que respeita aos cavalos, no ano favorável de 1935, à razão de 94%, enquanto é largamente ultrapassado pelo gado bovino. Se estes dados são significativos é pelo facto de os cavalos serem propriedade dos kolkhozes, enquanto as vacas são propriedade privada da maioria dos camponeses. Falta acrescentar que, nas estepes onde os camponeses dos kolkhozes são excepcionalmente autorizados a possuir um cavalo a título privado, o crescimento do número de cavalos é muito mais rápido que nos kolkhozes, os quais ultrapassam neste domínio as explorações do Estado, os sovkhoses. Seria errado concluir de tudo isto que a pequena exploração individual se mostra superior à grande exploração colectiva. Mas a passagem da primeira para a segunda, passagem de bárbarie para a civilização, apresenta inúmeras dificuldades que não poderão ser afastadas unicamente por meio de recursos administrativos.

«Nunca poderá o direito elevar-se acima do regime económico e do desenvolvimento cultural da sociedade condicionada por esse regime». O arrendamento de terras, proibido por lei, é na realidade praticado em grande escala e sob as formas mais nocivas de arrendamento pago em trabalho. Kolkhozes alugam terras a outros, por vezes a particulares, e aos seus próprios membros mais empreendedores. Por mais inverosímil que pareça, os kolkhozes, empresas «socialistas», alugam igualmente terras, e é significativo o facto de isto suceder, em particular, com os sovkhoses da GPU. Sob a égide da alta instituição que vela pelas leis, vêem-se directores de sovkhoses impor aos seus locatários camponeses condições que parecem ter sido importadas dos antigos contratos de servidão ditados pelos senhores. E encontramos na presença de casos de exploração de camponeses pelos burocratas que actuam não na qualidade de agentes do Estado, mas na qualidade de *lanlords* semi-legais.

Sem querermos exagerar a importância de factos monstruosos deste género que naturalmente não podem ser registados pela estatística, não podemos desprezar o seu enorme significado sintomático. Eles atestam infalivelmente a força das tendências burguesas no ramo atrasado da economia que abarca a grande maioria da população. E a acção do mercado reforça inevitavelmente as tendências individualistas e agrava a diferenciação social dos campos a despeito da nova estrutura de propriedade.

A renda média dum lar, nos kolkhozes, elevou-se em 1935 a 4000 rublos. Mas as médias são ainda mais enganadoras no que respeita aos camponeses do que aos operários. Transmitiu-se, por exemplo, ao Krenlim, que os pescadores colectivizados tinham ganho em 1935 duas vezes mais que em 1934, isto é, 1919 rublos por trabalhador. Os aplausos que acolheram este número mostram que ultrapassa o rendimento médio da grande maioria nos kolkhozes. Por outro lado existem kolkhozes onde a renda se elevou a 30 000 rublos por lar, sem contar com a contribuição em produtos e em dinheiro das explorações individuais, nem com os rendimentos em produtos da exploração colectiva no seu conjunto. A renda de um grande lavrador de um kolkhoze desta categoria é, em geral, dez a quinze vezes o salário do trabalhador médio ou inferior dos kolkhozes.

A gradação das rendas só parcialmente é determinada pela aplicação no trabalho e pelas capacidades. As condições de exploração dos kolkhozes assim como das parcelas individuais, são necessariamente desiguais consoante o

clima, o solo, o género de cultura, a situação em relação às cidades e aos centros industriais. A oposição entre as cidades e o campo, longe de se atenuar no decurso dos períodos quinquenais, desenvolveu-se extremamente em seguida ao febril crescimento das cidades e das novas regiões industriais. Esta antinomia fundamental da sociedade soviética cria inelutavelmente contradições entre os kolkhozes e no seu próprio seio, sobretudo em virtude da renda diferencial.

O ilimitado poder da burocracia é outra não menos poderosa causa de diferenciação. A burocracia dispõe de alavancas tais como o salário, o orçamento, o crédito, os preços, os impostos. Os benefícios absolutamente exagerados de certas plantações de algodão colectivizadas da Ásia central dependem mais das relações entre os preços fixados pelo Estado que do trabalho dos camponeses. A exploração de certas camadas da população por outras não desapareceu, mas foi dissimulada. Os primeiros kolkhozes abastados — algumas dezenas de milhar — adquiriram o seu bem-estar em detrimento do conjunto dos outros kolkhozes e dos operários. Assegurar a abastança a todos os kolkhozes é mais difícil e exige bastante mais tempo do que oferecer privilégios à minoria em detrimento da maioria. A Oposição de Esquerda constatava em 1927 que «o rendimento do kulak aumentou sensivelmente mais do que o do operário» e esta situação persiste hoje, embora sob uma forma algo modificada: a renda da minoria privilegiada dos kolkhozes aumentou infinitamente mais que a das massas dos kolkhozes e dos centros operários. Existe provavelmente mais desigualdade nas condições do que na véspera da liquidação dos kulaks.

A diferenciação em curso no seio dos kolkhozes exprime-se em parte do domínio do consumo individual e em parte no da economia privada do lar, encontrando-se os principais meios de produção socializados. A diferenciação entre os kolkhozes tem, desde agora, consequências mais profundas, podendo o kolkhoze rico usar mais adubo, mais máquinas e conseqüentemente enriquecer mais depressa. Frequentemente acontece que os kolkhozes prósperos alugam mão de obra aos kolkhozes pobres e as autoridades fecham os olhos. A atribuição definitiva aos kolkhozes de terras de desigual valor facilita ao mais alto ponto a ulterior diferenciação e, como consequência, a formação de uma espécie de «kolkhozes burgueses» ou «kolkhozes milionários» como já são chamados.

Decerto que o Estado tem a possibilidade de intervir na qualidade de regulador na diferenciação social. Mas em

que sentido e em que medida? Atingir os kolkhoses ricos, os kolkhoze-kulaks, seria abrir um novo conflito com os elementos mais «progressistas» dos campos que, sobretudo agora, após um doloroso intervalo, experimentam um desejo particularmente ávido de «boa vida». Além disso, e principalmente, o Estado torna-se cada vez menos capaz de exercer um controle socialista. Tanto na agricultura como na indústria, procura o apoio e a amizade dos fortes, dos favorecidos pelo êxito, dos «stakhanovistas dos campos», dos «kolkhozes milionários». Tendo começado por se preocupar com as forças produtivas, acaba inevitavelmente por pensar em si próprio.

Precisamente na agricultura, onde o consumo tão estreitamente se liga à produção, a colectivização abriu enormes possibilidades ao parasitismo burocrático que começou por conquistar os dirigentes dos kolkhoses. Os «presentes» que os trabalhadores dos kolkhoses oferecem aos chefes nas sessões solenes do Krenlim representam sob uma forma simbólica o tributo não simbólico pago aos poderes locais.

E é assim que, na agricultura mais que na indústria, o baixo nível da produção entra continuamente em conflito com as formas socialistas e mesmo cooperativas, kolkhosianas, da propriedade. A burocracia, nascida em última análise desta contradição, agrava-o por sua vez, fortemente.

Fisionomia social dos meios dirigentes

Vemos frequentemente em obras soviéticas condenar o «burocratismo», como sendo maneira indevida de pensar ou trabalhar (estas condenações são sempre formuladas pelos superiores em relação aos inferiores e são para aqueles um processo de defesa). Mas o que jamais se encontrou foi um estudo consagrado à burocracia como meio dirigente, à sua grandeza numérica, à sua estrutura, à sua carne e sangue, aos seus privilégios, aos seus apetites, à parte da renda nacional que ela absorve. E, contudo, estes aspectos da burocracia existem. E o facto de ela dissimular tão cuidadosamente a sua fisionomia social demonstra uma consciência específica de «classe» dirigente, faltando-lhe ainda, todavia, segurança no que respeita ao seu direito ao poder.

É absolutamente impossível fornecer números precisos sobre a burocracia soviética, e isto por duas espécies de razões: primeiro, porque num país onde o Estado é praticamente o único senhor, é bastante difícil dizer onde acaba o aparelho administrativo; segundo, porque os técnicos de

estatísticas, os economistas, os publicistas soviéticos, mantêm sobre esta questão, já o dissemos, um silêncio particularmente obstinado, nisto imitados pelos «amigos da URSS». Notemos de passagem que os Webb não consideraram por um único instante sequer, nas 1200 páginas da sua penosa compilação, a burocracia soviética como uma categoria social. E o que há nisto de surpreendente? Não escrevem eles, na realidade, sob a sua inspiração?

Os comités centrais do Estado contavam, em 1 de Novembro de 1933, segundo os dados oficiais, com cerca de 55 000 pessoas pertencentes ao pessoal dirigente. Mas este número, bastante aumentado no decurso dos últimos anos, não engloba os serviços do exército, da marinha, da GPU, nem as direcções das cooperativas e do que se chama as sociedades, Aviação - Química (*Ossoaviakhim*) e outras. Cada república tem, de resto, o seu próprio aparelho governamental. Paralelamente aos estados-maiores do Estado, dos sindicatos, das cooperativas, etc., e com eles confundindo-se parcialmente, existe o poderoso estado-maior do partido. Certamente não exageramos se estimarmos em 400 000 pessoas os meios dirigentes da URSS e das repúblicas federadas. Poder-se-á admitir que atinja hoje o meio milhão. Não são simples funcionários, mas altos funcionários, «chefes», que formam uma casta dirigente na acepção precisa do termo, sem dúvida hierarquicamente dividida por importantes tabiques horizontais.

Esta camada social superior é sustentada por uma pesada pirâmide administrativa de base larga e face múltipla. Os comités executivos dos sovietes de regiões, de cidades e de sectores, com as organizações paralelas do partido, dos sindicatos, das Juventudes comunistas, dos transportes, do exército, da marinha e da segurança, devem alcançar um número da ordem dos dois milhões de homens. Não esqueçamos também os presidentes de sovietes de 600 000 povoações e aldeias.

A direcção das empresas industriais encontrava-se, em 1933, nas mãos de 17 000 directores e directores adjuntos. O pessoal administrativo e técnico das fábricas e minas, incluindo os quadros inferiores e até aos contramestres, contava 250 000 pessoas (das quais 54 000 especialistas que não cumpriam funções administrativas no sentido exacto do termo). É necessário acrescentar o pessoal do partido, dos sindicatos e das empresas, administradas, como se sabe, pelo «triângulo» direcção-partido-sindicato. Não é exagerado estimar em meio milhão de homens o pessoal administrativo das empresas de primeira importância. Será

necessário acrescentar o pessoal das empresas dependentes das repúblicas nacionais e dos soviets locais.

Sob um outro ângulo, a estatística oficial conta, em 1933, mais de 860 000 administradores e especialistas em toda a economia soviética. Deste número, mais de 480 000 encontram-se na indústria, mais de 100 000 nos transportes, 93 000 na agricultura, 25 000 no comércio. Estes números abarcam os especialistas que não exercem funções administrativas, mas não o pessoal das cooperativas e dos kolkhoses. E todos aumentaram sensivelmente no decurso dos dois últimos anos.

Para só considerar os presidentes e os organizadores comunistas, 250 000 kolkhoses contam com um milhão de administradores. Na realidade, existem muitos mais. Com os dirigentes dos sovkhoses e das estações de máquinas e tractores, o comando da agricultura socializada ultrapassa em muito o milhão.

O Estado dispunha, em 1935, de 113 000 estabelecimentos comerciais; a cooperação dispunha de 200 000. Os gerentes de uns e outros não são na verdade agentes mas funcionários e funcionários de um monopólio do Estado. A própria imprensa soviética lamenta-se de vez em quando do facto de «os cooperadores terem deixado de ver nos camponeses dos kolkhoses os seus clientes». Como se o mecanismo da cooperação se pudesse distinguir qualitativamente do mecanismo dos sindicatos, dos soviets e do partido!

A categoria social que, sem fornecer um trabalho produtivo directo, comanda, administra, dirige, distribui os castigos e as recompensas (não incluímos os professores) deve ser estimada em cinco ou seis milhões de almas. Este número global, como o número dos respectivos componentes, não pretende de maneira alguma ser preciso; serve como aproximação primária e prova-nos que a «linha geral» nada tem de espírito desencarnado.

Nos diversos escalões da hierarquia, examinada de alto a baixo, os comunistas encontram-se numa proporção que varia de 20 a 90%. Na massa burocrática, os comunistas e jovens comunistas formam um bloco de milhão e meio a dois milhões de homens; neste momento, talvez menos que mais em virtude das incessantes depurações. Esta é a ossatura do poder. Os mesmos homens constituem a ossatura do partido e das Juventudes comunistas. O ex-partido bolchevique não é a vanguarda do proletariado, mas a organização política da burocracia. O conjunto dos membros do partido e das Juventudes serve apenas para fornecer

activistas; é, por outros termos, a reserva da burocracia. Os activistas sem partido representam o mesmo papel.

Poder-se-á admitir como hipótese séria que a aristocracia operária e kolkhosiana é pouco mais ou menos igual em número à burocracia: cinco a seis milhões de homens (stakhanovistas, activistas sem partido, homens de confiança, parentes e compadres). Com as famílias, estas duas camadas sociais que se penetram podem compreender vinte a vinte e cinco milhões de homens. Fornecemos uma estimativa modesta das famílias, tendo em conta o facto de a mulher e o marido, por vezes também o filho ou a filha, fazerem frequentemente parte do aparelho burocrático. Por outro lado, as mulheres dos meios dirigentes limitam muito mais facilmente a sua progenitura do que a operária e sobretudo a camponesa. A actual campanha contra os abortos, feita pela burocracia, não lhes diz respeito. No mínimo 12%, talvez 15% da população, eis a base social autêntica dos meios dirigentes absolutistas.

Enquanto um quarto individual, uma alimentação suficiente, uma roupa conveniente, são ainda apenas acessíveis a uma pequena minoria, milhares de grandes e pequenos burocratas tendem a colocar o poder, antes de tudo para seu proveito, para assegurar o seu próprio bem-estar. Daqui resulta o enorme egoísmo desta camada social, a sua forte coesão, o seu medo pelo descontentamento das massas, a sua obstinação em limitar a repressão de toda a crítica e, enfim, a sua hipócrita adoração do «chefe» que encarna e defende os privilégios e o poder dos novos senhores.

A própria burocracia é ainda menos homogénea que o proletariado ou o campesinato. Existe um abismo entre o presidente do soviete de aldeia e o grande personagem do Krenlim. Os funcionários subalternos das diversas categorias têm na realidade um nível de vida muito elementar, inferior ao do operário qualificado do Ocidente. Mas tudo é relativo: o nível de vida da população circundante é ainda muito mais baixo. A sorte do presidente de kolkhose, do organizador comunista, do cooperador de base, dos funcionários um pouco mais alto colocados, em nada depende dos «eleitores». Qualquer funcionário pode ser sacrificado em qualquer momento pelo seu superior hierárquico, a fim de acalmar o menor descontentamento. Em contrapartida, qualquer funcionário pode, numa certa ocasião, elevar-se um grau. Todos — em qualquer caso, até ao primeiro abalo sério — são colectivamente responsáveis perante o Krenlim.

Pelas suas condições de existência, os meios dirigentes compreendem todos os graus, desde a pequena burguesia

mais provinciana até à grande burguesia das cidades. Às condições materiais correspondem hábitos, interesses e maneiras de pensar. Os dirigentes dos sindicatos soviéticos de hoje não diferem muito, como tipos psicológicos, dos Citrine, Jouhaux, Green. Têm tradições diferentes, uma outra fraseologia, a mesma atitude de tutores desdenhosos em relação às massas, a mesma habilidade desprovida de escrúpulos nas pequenas intrigas, o mesmo conservadorismo, a mesma estreiteza de horizontes, o mesmo desejo egoísta da sua própria paz e, enfim, a mesma veneração pelas formas mais triviais da cultura burguesa. Os coronéis e os generais soviéticos diferem pouco dos das outras cinco sextas partes do mundo e, em todo o caso, esforçam-se por se parecerem com eles o mais possível. Os diplomatas soviéticos retomaram, se não o fraque, pelo menos as maneiras de pensar dos seus colegas do Ocidente. Os jornalistas soviéticos, embora de acordo com os métodos autóctones, ridicularizam os seus leitores tanto como os jornalistas dos outros países.

Se é difícil fornecer estimativas numéricas da burocracia é ainda mais difícil apreciar-lhes os rendimentos. Desde 1927, a oposição protestou sempre contra o facto de o «aparelho administrativo orgulhoso e privilegiado devorar uma parte muito importante da mais-valia». A plataforma da oposição revelava que só o aparelho comercial «devorava uma enorme parte da renda nacional; mais de um décimo da produção global». O poder tomou imediatamente precauções para tornar impossíveis semelhantes cálculos. O que teve como resultado um aumento e não uma diminuição das despesas gerais.

A situação nos outros domínios não é melhor do que no do comércio. Foi necessário, como escreveu Rakovsky em 1930, uma desavença momentânea entre os burocratas do partido e dos sindicatos para que a população soubesse que 80 milhões de rublos, num orçamento sindical total de 400, eram devorados pelos comités. Notemos que se trata do orçamento legal. A burocracia sindical recebe, além disso, da burocracia industrial, em sinal de amizade, legados em dinheiro, alojamentos, meios de transporte, etc. «Quanto custa a manutenção dos comités do partido, das cooperativas, dos kolkhoses, dos sovkhoses, da indústria, da administração, com todas as suas ramificações?», perguntava Rakovsky, e respondia: «Faltam-nos dados, mesmo que sejam hipotéticos».

A ausência de qualquer contróle tem como consequência inevitável os abusos e, em primeiro lugar, as despesas exageradas. Em 29 de Setembro de 1935, o governo, obri-

gado a colocar de novo a questão do trabalho defeituoso das cooperativas, constatava, sob a assinatura de Estaline e de Molotov «roubos e delapidações em grande quantidade e o trabalho deficitário de muitas das cooperativas rurais». Na sessão do comité executivo da URSS de Janeiro de 1936, o Comissário do Povo para as Finanças lamentava-se pelo facto de os executivos locais fazerem um emprego absolutamente arbitrário dos recursos do Estado. O Comissário do Povo só se calava quanto aos órgãos centrais, pois era aí o seu lugar.

Nenhuma possibilidade nos é dada de calcular a parte da renda nacional de que a burocracia se apropria. E não só porque ela dissimula os seus rendimentos legalizados, não só porque, reprimindo sem cessar o abuso mas nele caindo frequentemente, ela aufere vastos rendimentos ilícitos, mas sobretudo por que o progresso social no seu conjunto — urbanismo, conforto, cultura, artes — se cumpre principalmente, se não exclusivamente, em proveito dos meios dirigentes.

Da burocracia, como consumidora, poder-se-á dizer, com alguns correctivos, o que foi dito sobre a burguesia: não temos razões para exagerar o seu consumo de artigos de primeira necessidade. Mas o aspecto do problema muda radicalmente logo que consideremos que ela monopoliza todas as antigas e novas conquistas da civilização. Em princípio, estas conquistas devem ser acessíveis a toda a população, pelo menos à das cidades; mas, na realidade, a população delas só beneficia excepcionalmente. Pelo contrário, a burocracia dispõe de todas elas como quer e quando quer, como seus bens pessoais. Se aos seus emolumentos acrescentarmos todas as vantagens materiais, todos os lucros complementares semi-lícitos, e, para acabar, a parte da burocracia nos espectáculos, nas digressões de verão, nos hospitais, nos sanatórios, nas casas de repouso, nos museus, nos clubes, nas instalações desportivas, é-se obrigado a concluir que 15 ou 20% da população usufruem tantos bens como os 80 ou 85% restantes.

Poderão os «amigos da URSS» contestar estes números? Que produzam outros, mais precisos. Que obtenham da burocracia a publicação das cobranças e das despesas da sociedade soviética. Até lá, manteremos a nossa opinião. A repartição dos bens da terra é de facto na URSS muito mais democrática que sob o antigo regime russo e até mesmo que nos países mais democráticos do Ocidente; mas quase nada tem de comum com o socialismo.

VII

A FAMÍLIA, A JUVENTUDE, A CULTURA

Termidor no lar

A Revolução de Outubro cumpriu honestamente a sua palavra no que respeita à mulher. O novo poder não se contentou em dar à mulher os mesmos direitos jurídicos e políticos do homem, fez também — e muito mais do que isso — tudo o que podia, e de qualquer modo infinitamente mais do que qualquer outro regime, para lhe dar acesso a todos os domínios económicos e culturais. Mas, da mesma forma que o «todo poderoso» Parlamento britânico, a mais poderosa revolução não pode fazer da mulher um ser igual ao homem; melhor explicando, partilhar entre ela e o seu companheiro os encargos da gravidez, do parto, da amamentação e da educação dos filhos. A revolução tentou heroicamente destruir o velho «lar familiar» estagnado, instituição arcaica, rotineira, asfixiante, no qual a mulher das classes trabalhadoras era votada aos trabalhos forçados desde a infância até à morte. A família, considerada como uma pequena empresa fechada, devia ser substituída, no espírito dos revolucionários, por um sistema completo de serviços sociais: maternidades, creches, jardins de infância, restaurantes, lavandarias, dispensários, hospitais, sanatórios, organizações desportivas, cinemas, teatros, etc. A absorção completa, por parte da sociedade socialista, das funções económicas da mulher, ligando toda uma geração pela solidariedade e assistência mútua, devia levar a mulher, e portanto o casal, a uma verdadeira emancipação do jugo secular. E, enquanto esta obra não tiver sido realizada, quarenta milhões de famílias soviéticas manter-se-ão vítimas dos costumes medievais, da sujeição e da histeria da mulher, das humilhações quotidianas da criança, das superstições deste e daquele. Sobre isto não há ilusões. E é precisamente por isto que as sucessivas modificações do estatuto da família na URSS são as que melhor caracterizam a verdadeira

natureza da sociedade soviética e a evolução das suas camadas dirigentes.

Não se conseguiu tomar de assalto a velha família. E não foi por falta de boa vontade. Nem porque ela estivesse firmemente enraizada nos espíritos. Pelo contrário, após um curto período de desconfiança para com o Estado, as suas creches, os seus jardins de infância e as suas diversas fundações operárias e depois delas as camponesas mais avançadas compreenderam as enormes vantagens da educação colectiva e da socialização da economia familiar. Infelizmente, a sociedade mostrava-se demasiado pobre e pouco civilizada. Os verdadeiros recursos do Estado não correspondiam aos planos nem às intenções do partido comunista. A família não pode ser abolida: é preciso substituí-la. A verdadeira emancipação da mulher é impossível no campo da «miséria socializada». A experiência bem depressa confirmou esta amarga verdade formulada por Marx, oitenta anos antes.

Durante os anos de fome, os operários alimentavam-se tanto quanto possível — com as famílias, em certos casos — nos refeitórios de fábricas ou em estabelecimentos análogos e este facto foi oficialmente interpretado como sendo o advento de costumes socialistas. Não é preciso debruçarmo-nos aqui sobre as particularidades dos diversos períodos — comunismo de guerra, NEP, primeiro plano quinquenal — relativamente a este aspecto. A verdade é que, desde a supressão das senhas de racionamento em 1935, os operários mais bem pagos começaram a voltar à mesa familiar. Seria erróneo ver neste regresso ao lar, uma condenação do sistema socialista, que, verdadeiramente, não tinha sido posto à prova. Este procedimento dos operários e das suas mulheres encerrava, no entanto, um julgamento implacável da «alimentação social» organizada pela burocracia. A mesma conclusão se impõe no que diz respeito às lavandarias socializadas onde se rouba e se estraga a roupa em vez de a lavar. Regresso ao lar! Mas a cozinha e a lavagem caseiras, hoje louvadas com certo embaraço pelos oradores e jornalistas soviéticos, significam o regresso das mulheres às caçarolas e aos tanques, isto é, à antiga escravidão. É bastante duvidoso que a noção da Internacional Comunista sobre «a vitória completa e irreversível do socialismo na URSS» seja, depois disto, convincente para as donas de casa dos arredores! A família rural, ligada não só à economia doméstica, mas também à agricultura, é infinitamente mais conservadora do que a família urbana. De um modo geral, só as comunas agrícolas pouco numerosas estabeleceram,

no princípio, a alimentação colectiva e as creches. A colectivização, dizia-se, devia produzir uma transformação radical da família: pois não se estava em vias de expropriar as vacas e as galinhas do camponês? De qualquer modo, não faltaram comunicados sobre a marcha triunfal da alimentação social nos campos. Mas quando começou o recuo, a realidade, rompeu de imediato as brumas do bluff. O kolkhoze não dá em geral ao cultivador senão o trigo de que ele precisa e a forragem para os seus animais. A carne, os produtos lácteos e os legumes provêm, quase inteiramente, da propriedade individual dos membros dos kolkhozes. A partir do momento em que os alimentos essenciais são frutos do trabalho familiar, não se pode falar em alimentação colectiva. De maneira que as pequenas parcelas, dando uma nova base ao lar, prostram a mulher sob um duplo fardo.

O número de lugares fixos nas creches era em 1932 de 600 000 e cerca de quatro milhões de lugares durante o tempo de trabalho nos campos. Em 1935 havia cerca de 5 600 000 camas nas creches, mas os lugares permanentes eram, como dantes, muito menos numerosos. De resto, as creches existentes, mesmo em Moscovo, Leninegrado e noutros grandes centros, estão longe de satisfazer as mais modestas exigências. «As creches, onde as crianças se sentem pior do que em casa, não passam de meros asilos», diz um grande jornal soviético. Em face disto, é natural que os operários bem pagos evitem mandar para lá os seus filhos. Por outro lado, para a massa dos trabalhadores, estes «maus asilos» são ainda em muito pouco número. O executivo decidiu recentemente que as crianças abandonadas e os órfãos seriam confiados a particulares; o Estado burocrático reconhece assim, através do seu órgão mais autorizado, a sua incapacidade para desempenhar uma das mais importantes funções socialistas. O número de crianças recebidas nos jardins de infância passou, em cinco anos, de 1930 a 1935, de 370 000 para 1 181 000. Este número, em 1930, espanta pela sua insignificância. Mas, em 1935, é ainda ínfimo em face das necessidades das famílias soviéticas. Um estudo mais aprofundado permitiria ver que a maior parte e, em todo o caso, a melhor parte dos jardins de infância é reservada às famílias dos funcionários, dos técnicos, dos stakhanovistas, etc.

O executivo teve igualmente de constatar recentemente que «decisão de pôr fim à situação das crianças abandonadas e mal vigiadas é muito pouco aplicada. O que esconde esta terna linguagem? Só ocasionalmente tomamos conhecimento, por meio de pequenos artigos publicados nos jor-

nais em caracteres minúsculos, que mais de um milhar de crianças se encontram em Moscovo, «mesmo nos lares, em condições extremamente penosas»; que as casas para crianças da capital encerram 1500 adolescentes que não sabem em que se hão-de tornar e estão votados à rua; que em dois meses de Outono (1935), em Moscovo e em Leninegrado «7500 pais foram processados por terem deixado os seus filhos sem vigilância». Qual a utilidade destes processos? Quantos milhares de pais os evitaram? Quantas crianças «mesmo nos lares, em condições extremamente penosas» não foram contadas para a estatística? Em que diferem as condições «mais penosas» das condições simplesmente penosas? Quantas perguntas sem resposta! A infância abandonada, visível ou dissimulada, constitui um flagelo que atinge proporções enormes como consequência da grande crise social em que a antiga família continua a desagregar-se, mais rapidamente do que aparecem as novas instituições que a possam substituir.

Os mesmos artigos ocasionais nos jornais, juntamente com a crónica judiciária, mostram ao leitor que a prostituição — última degradação da mulher em proveito do homem capaz de pagar — grassa na URSS. No Outono passado, o *Izvestia* revelou de súbito que «cerca de mil mulheres que se dedicavam nas ruas de Moscovo ao comércio secreto do seu corpo» acabavam de ser detidas. Entre elas, cento e setenta e sete operárias, noventa e duas empregadas, cinco estudantes, etc. O que as lançava para as ruas? A insuficiência do salário, a carência, ou a necessidade «de arranjar algum suplemento para comprar sapatos ou um vestido». Em vão tentamos conhecer, mas só conseguimos em aproximação, as proporções deste mal social. A púdica burocracia soviética impôs o silêncio à estatística. Mas este silêncio constrangido serve para provar que «a classe» das prostitutas soviéticas é numerosa. E aqui não se trata de uma sobrevivência do passado, pois que as prostitutas são recrutadas entre as jovens. Ninguém sonhará em censurar particularmente o regime soviético por esta praga tão velha como a civilização. Mas é imperdoável falar no triunfo do socialismo enquanto subsistir a prostituição. Os jornais afirmam, na medida em que lhes é permitido tocar neste delicado assunto, que a prostituição decresce; é possível que seja verdade em compensação com os anos de fome e de desorganização (1931-1933). Mas o retorno às relações fundadas sobre o dinheiro leva, inevitavelmente, a um novo aumento da prostituição e da infância abandonada. Onde há privilegiados, há também párias.

O grande número de crianças abandonadas é, indiscutivelmente, a prova mais trágica e mais incontestável da penosa situação da mãe. Até o optimista *Pravda* se vê forçado a amargas confissões sobre este assunto. «O nascimento de um filho é, para muitas mulheres, uma séria ameaça». E foi precisamente por isto que o poder revolucionário concedeu à mulher o direito ao aborto, um dos seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais, enquanto durarem a miséria e a opressão familiar, apesar do que possam dizer os eunucos e as velhas dos dois sexos. Mas este triste direito, torna-se, pela desigualdade social, um privilégio. As informações fragmentárias fornecidas pela imprensa sobre a prática do aborto são impressionantes: «cento e noventa e cinco mulheres mutiladas pelas abortadoras», das quais trinta e três operárias, vinte e oito empregadas, sessenta e cinco camponesas de kolkhoze, cinquenta e oito donas de casa, passaram em 1935 por um hospital no sul do Ural. Esta região só difere das outras porque as informações que lhe dizem respeito foram publicadas. Quantas mulheres mutiladas por ano devido a abortos mal feitos em toda a URSS!

Tendo demonstrado a sua incapacidade em fornecer às mulheres que se vêm obrigadas ao aborto, necessária assistência médica e instalações higiénicas, o Estado muda bruscamente de rumo e opta pelo das proibições. E, como em outros casos, a burocracia faz da pobreza uma virtude. Um dos membros do Tribunal supremo soviético, Soltz, especialista em questões respeitantes ao casamento, justifica a próxima interdição do aborto dizendo que, não conhecendo a sociedade socialista o desemprego ela, a mulher não pode ter o direito de rejeitar as «alegrias da maternidade». Filosofia de padre, ainda por cima dispondo por acréscimo da matraca do gendarme. Lemos há pouco no órgão central do partido que o nascimento de uma criança é, para muitas mulheres — e seria correcto dizer para a maior parte — «uma ameaça». Acabamos de ouvir uma alta autoridade soviética constatar que «a decisão respeitante à infância abandonada é muito pouco aplicada», o que implica, certamente, um incremento do número de crianças abandonadas. E eis que um alto magistrado nos diz que, no país «onde é bom viver», os abortos devem ser punidos com prisão, exactamente como nos países capitalistas onde é triste viver. Como facilmente se compreende, na URSS, como no Ocidente, serão sobretudo as operárias, as camponesas e as domésticas, as quais será difícil esconder o pecado, que cairão nas garras dos carcereiros. Quanto às «nossas mulhe-

res», que pedem perfumes de boa qualidade e outros artigos congêneres, essas continuarão a fazer o que lhes agrada mesmo sob o nariz de uma justiça benevolente. «Temos necessidade de homens», acrescenta Soltz, fechando os olhos às crianças abandonadas. Milhões de trabalhadoras, se a burocracia não tivesse posto nos seus lábios o selo do silêncio, poderiam responder-lhe: «Façam vocês próprios as crianças!». Eles esqueceram visivelmente que o socialismo deveria eliminar as causas que levam a mulher ao aborto e não fazer intervir a polícia na vida íntima da mulher para lhe impôr as «alegrias da maternidade».

O projecto de lei sobre o aborto foi submetido a discussão pública. O apertado filtro da imprensa soviética teve mesmo que deixar passar numerosas queixas amargas e protestos abafados. E a discussão acabou tão bruscamente como começou. O executivo, em 27 de Junho de 1936, fez de um projecto infame uma lei três vezes infame. Numerosos advogados tributários da burocracia foram mesmo incomodados por isso. Louis Fisher escreveu que a nova lei era, em suma, um deplorável malentendido. Na verdade, uma lei dirigida contra a mulher, mas que institui para as senhoras um regime de excepção, é um dos frutos legítimos da reacção termidoriana.¹

A solene reabilitação da família, que tem simultaneamente lugar — coincidência providencial! — com a do rublo, resulta da insuficiência material e cultural do Estado. Em vez de se dizer: «Nós fomos muito pobres e muito incultos para estabelecer relações socialistas entre os homens, mas os nossos filhos e a posteridade o farão», os chefes do regime colaram de novo os pedaços da família e impuseram de novo, sob a ameaça do máximo rigor, o dogma da família, fundamento sagrado do socialismo triunfante. Mede-se, com desgosto, a profundidade desta retirada!

A nova evolução arrasta tudo e todos: o literato e o legislador, o juiz e a milícia, o jornal e o ensino. Quando um jovem comunista, honesto e cândido, se permite escrever no seu jornal: «Seria melhor abordar a solução deste problema: como pode a mulher libertar-se das tenazes da família?», ele recebe um par de dentadas e cala-se. O *ABC do Comunismo*² é declarado um exagero de esquerda. Os preconceitos duros e estúpidos das classes médias incultas

1. Esta lei foi depois revogada.

2. Livro de apresentação popular do comunismo, escrito por Boukharine e Préobrajensky nos primeiros anos da Revolução.

renascem sob o nome de moral nova. E que se passa nos confins do imenso país? A imprensa, só numa ínfima percentagem, reflecte a profundidade da reacção termidoriana no domínio da família.

Crescendo em intensidade a nobre paixão dos pregadores, ao mesmo tempo que crescem os vícios, torna-se muito popular o sexto mandamento entre as camadas dirigentes. Os moralistas soviéticos só precisam de renovar ligeiramente a fraseologia. Inicia-se uma campanha contra os divórcios demasiado fáceis e frequentes. A imaginação criadora do legislador anuncia já uma outra medida «socialista» que consiste em fazer pagar o registo do divórcio e aumentar a taxa em caso de repetição. Não nos enganámos quando predissemos que a família renasce, ao mesmo tempo que se firma de novo o papel educativo do rublo. Esperamos que a taxa não seja um incómodo para os meios dirigentes. As pessoas que dispõem de bons apartamentos, de automóveis e de outros elementos de conforto arranjam facilmente os seus negócios privados sem publicidade supérflua e portanto sem registo. A prostituição só é humilhante e penosa nos «bas-fonds» da sociedade soviética; no vértice desta mesma sociedade, onde o poder se junta ao conforto, a prostituição reveste a forma elegante de serviços recíprocos e até mesmo o aspecto da «família socialista». Sosnovsky já nos deu a conhecer a importância do factor «auto-harém» na degenerescência dos dirigentes.

Os amigos líricos e académicos da URSS têm olhos mas não para ver. A legislação do casamento, instituída pela Revolução de Outubro, e que foi, no seu tempo, um objecto de legítimo orgulho para a Revolução, está transformada e desfigurada por largos empréstimos do tesouro legislativo dos países burgueses. E tal como se pretendesse juntar o ridículo à traição, os mesmos argumentos que outrora serviram para defender a liberdade incondicional ao aborto e ao divórcio, — «a emancipação da mulher», a «defesa dos direitos da pessoa», a «protecção da maternidade» — são hoje retomados para limitar ou proibir um e outro.

O recuo reveste formas de uma repugnante hipocrisia e vai mais longe do que o exigido pela dura necessidade económica. Às razões objectivas do regresso às normas burguesas, tais como o pagamento de uma pensão alimentar à criança, junta-se o interesse social que têm os meios dirigentes de aprofundar o direito burguês. O motivo mais imperioso do actual culto da família é, sem qualquer dúvida, a necessidade que tem a burocracia de uma estável hierarquia das relações e de uma juventude disciplinada e espa-

lhada por quarenta milhões de lares, a servir de pontos de apoio à autoridade e ao poder.

Enquanto se pensava em confiar ao Estado a educação das gerações jovens, o poder, longe de se preocupar em manter a autoridade dos mais velhos, do pai e da mãe em particular, esforçou-se, pelo contrário, por desligar as crianças da família para as salvar de seus velhos hábitos. Ainda recentemente, no primeiro período quinquenal, a escola e as juventudes comunistas faziam apelos às crianças para que desmascarassem o pai bêbado ou a mãe crente, para os envergonhar e tentar «reeducá-los». Outra coisa é saber com que resultados... Este método abalava, no entanto, as próprias bases da autoridade familiar. Uma transformação radical foi realizada neste domínio, que não é desprovida de importância. O quarto mandamento foi reposto em vigor ao mesmo tempo que o sexto sem, na verdade, invocar a autoridade divina; mas a escola francesa dispensa igualmente este atributo, o que não a impede de estabelecer a rotina e o conservadorismo.

A preocupação de preservar a autoridade dos mais velhos já provocou mesmo uma reviravolta de política no que respeita à religião. A negação do Deus e dos seus auxiliares e dos seus milagres era o mais importante elemento de divisão que o poder revolucionário fazia intervir entre pais e filhos. Mas, esquecendo-se do progresso da cultura, da propaganda séria e da educação científica, a luta contra a Igreja, dirigida por homens do tipo Yaroslavsky, degenerou frequentemente em facécias e vexames. O assalto aos céus cessou como o assalto à família. Preocupada com a sua boa reputação, a burocracia ordenou aos jovens ateus que deusessem as armas e se pusessem a ler. Isto foi só o princípio. Um regime de neutralidade irónica foi instituído pouco a pouco face à religião. Esta foi a primeira etapa. Não seria difícil prever a segunda e a terceira se o curso dos acontecimentos dependesse apenas das autoridades estabelecidas.

Os antagonismos sociais elevam, sempre e onde quer que seja, ao quadrado ou ao cubo a hipocrisia das opiniões dominantes; esta é, aproximadamente, a lei histórica do desenvolvimento das ideias, traduzida em termos matemáticos. O socialismo, se merece este nome, significa relações desinteressadas entre os homens, amizade sem inveja e sem intrigas, amor sem calculismos aviltantes. A doutrina oficial declara tanto mais autoritariamente que estas normas ideais já estão realizadas quanto mais a realidade protesta com energia contra semelhantes afirmações. Diz o novo programa das Juventudes comunistas soviéticas, adoptado em

Abril de 1936: «Uma família nova, com cujo desabrochar se preocupa o Estado Soviético, é criada no campo da igualdade real do homem e da mulher». E um comentário oficial acrescenta: «A nossa juventude só é movida pelo amor na escolha do companheiro ou companheira. O casamento de interesse burguês não existe para a nossa geração» (*Pravda*, 9 de Abril de 1936). Isto é uma verdade enquanto se trata de jovens operários e operárias. Mas o casamento de interesse também se encontra pouco espalhado entre os operários dos países capitalistas. Pelo contrário, tudo se passa de outra maneira nas camadas médias e superiores da sociedade soviética. Os novos grupos sociais subordinam automaticamente o domínio das relações pessoais. Os vícios engendrados pelo poder e pelo dinheiro em torno das relações sexuais florescem na burocracia soviética como se ela tivesse por fim alcançar a burguesia do Ocidente.

Em contradição absoluta com a afirmação do *Pravda* acima indicada, o «casamento de interesse» ressuscitou; a imprensa soviética reconhece-o, quer por necessidade, quer por um acesso de franqueza. A profissão, o salário, o emprego, o número de galões na manga, adquiriram um significado crescente, dado que as questões do calçado, das peles, da habitação, dos banhos e — sonho supremo — do automóvel, estão intimamente ligadas. Só a luta por um quarto une e desune não poucos casais todos os anos em Moscovo. A questão dos pais tomou uma importância excepcional. É bom ter por sogro um oficial ou um comunista influente e por sogra a irmã de um alto personagem. E quem se admira com isto? Poderia ser de outra maneira?

A desunião e a destruição das famílias soviéticas, nas quais o marido, membro do partido, membro activo do sindicato, oficial ou administrador, evoluiu e adquiriu novos gostos, enquanto a mulher, oprimida pela família, se mantém no seu antigo nível, formam um capítulo dramático do livro da sociedade soviética. O caminho de duas gerações da burocracia soviética está juncado pelas tragédias das mulheres atrasadas e desprezadas. E o mesmo facto pode ser observado hoje na jovem geração. É sem dúvida nas esferas superiores da burocracia, onde constituem elevada percentagem os arrivistas pouco cultos, que consideram que tudo lhes é permitido, que se vai encontrar mais grosseria e crueldade. Os arquivos e as memórias revelarão, um dia, os verdadeiros crimes cometidos contra as antigas esposas e mulheres em geral pelos pregadores da moral familiar e das «alegrias obrigatórias» da maternidade, invioláveis aos olhos da justiça.

Não, a mulher soviética não está ainda libertada. A igualdade completa apresenta ainda sensivelmente mais vantagens para as mulheres das camadas dirigentes, que vivem do trabalho burocrático, técnico, pedagógico, intelectual, de maneira geral, do que para as operárias e, particularmente, para as camponesas. Enquanto a sociedade não estiver em condições de suportar os encargos materiais da família, a mãe não pode desempenhar com verdade uma função social, a não ser que disponha de uma escrava, de uma ama, ou boa cozinheira, ou outra coisa do género. Das quarenta milhões de famílias que formam a população da URSS, 5% ou talvez 10% baseiam directa ou indirectamente o seu bem-estar no trabalho de escravas domésticas. Seria mais útil conhecer o número exacto de criadas, para apreciar sob um ponto de vista socialista a situação da mulher, do que toda a legislação soviética por mais progressista que seja. Mas é precisamente por isso que as estatísticas escondem as criadas na rubrica das operárias ou dos «diversos»!

A condição de mãe de família, comunista respeitada, que tem uma criada, um telefone para dar as suas ordens, um carro para as suas deslocações, etc., pouca relação tem com a da operária que faz as suas compras, que cozinha, que traz os filhos do jardim de infância para casa — quando tem um jardim de infância. Nenhuma etiqueta socialista pode esconder este contraste social, não menos evidente do que a diferença, em qualquer país do Ocidente, entre a senhora burguesa e a mulher proletária.

A verdadeira família socialista, libertada pela sociedade das pesadas e humilhantes tarefas quotidianas, não terá necessidade de nenhuma regulamentação. Até mesmo a ideia das leis sobre o divórcio e o aborto não lhe parecerá melhor do que a recordação das casas de prostituição ou dos sacrifícios humanos. A legislação de Outubro tinha dado um passo firme na direcção desta família. O estado atrasado do país sob os aspectos económico e cultural provocou uma cruel reacção. A legislação termidoriana recua para modelos burgueses, não sem cobrir a sua retirada com frases falsas sobre a santidade da «nova» família. A inconsistência socialista dissimula-se ainda aqui, sob uma hipócrita respeitabilidade.

Os observadores sinceros espantam-se, sobretudo no que diz respeito às crianças, com a contradição entre os princípios proclamados e a triste realidade. Um facto como o recurso a extremos rigores penais contra o abandono de crianças faz sugerir o pensamento de que a legislação

socialista em favor da mulher e da criança não passa de hipocrisia. Os observadores do tipo oposto são seduzidos pela amplitude e generosidade dos intentos que tomaram forma de leis e de órgãos administrativos. No que respeita às mães, às prostitutas e às crianças abandonadas, vítimas da miséria, estes optimistas dizem que o crescimento das riquezas materiais dará pouco a pouco a carne e o sangue às leis socialistas. Não é fácil dizer qual destas duas maneiras de pensar é a mais falsa e a mais nociva. Mas é preciso sofrer-se de cegueira histórica para não avaliar a envergadura e o arrojo das intenções sociais, a importância das primeiras fases da sua realização e as vastas possibilidades abertas. E ninguém pode deixar de se indignar com o optimismo passivo e na realidade indiferente, dos que fecham os olhos ao volume das contradições sociais e se consolam por meio de perspectivas de um porvir, cujas chaves se propõem deixar, respeitosamente, à burocracia. Como se a igualdade do homem e da mulher não se tivesse tornado, para a burocracia, numa igualdade na negação de todos os direitos. É como se estivesse escrito que a burocracia é incapaz de instituir um novo jugo em vez de liberdade!

A história ensina-nos bastantes coisas sobre a dominação da mulher pelo homem, e de ambos pelo explorador. E também sobre os esforços dos trabalhadores que, procurando sacudir a canga com risco da própria vida, só conseguiram, na realidade, mudar de cadeias. A História, definitivamente, não conta outra coisa. Mas como libertar efectivamente a criança, a mulher e o homem, eis sobre o que nos faltam exemplos positivos. Qualquer experiência do passado é negativa e impõe, antes de mais, aos trabalhadores, a desconfiança para com os tutores privilegiados e incontrolados.

A luta contra a juventude

Qualquer partido revolucionário encontra em primeiro lugar apoio na geração jovem da classe ascendente. A senilidade política exprime-se pela perda da capacidade de arrastar a juventude. Os partidos da democracia burguesa, eliminados da cena, viram-se forçados a abandonar a juventude à revolução ou ao fascismo. O bolchevismo, na ilegalidade, foi sempre o partido dos jovens operários. Os mencheviques apoiavam-se nos meios superiores e mais idosos da classe operária, não sem disso tirar um certo orgulho e considerar com altivez os bolcheviques. Os acon-

tecimentos mostravam implacavelmente o seu erro: no momento decisivo, a juventude arrastou os homens maduros e até os velhos.

A subversão revolucionária imprimiu um formidável impulso às novas gerações soviéticas arrancando-as de um só golpe aos hábitos conservadores e revelando-lhes este grande segredo — o primeiro dos segredos da dialéctica — que nada há de eterno sobre a terra e que a sociedade é feita de materiais plásticos. Quão tola se mostra a teoria das raças invariáveis, à luz da experiência da nossa época! A URSS é um prodigioso cadinho onde se funde o carácter de dezenas de nacionalidades. A mística da «alma eslava» é eliminada como escória.

Mas o impulso recebido pelas novas gerações não encontrou ainda um escape numa obra histórica correspondente. A juventude é na verdade, muito activa no domínio económico. A URSS conta com sete milhões de operários com menos de vinte e três anos: 3 140 000 na indústria, 700 000 nos caminhos de ferro, 700 000 nos estaleiros. Nas novas fábricas gigantes, os jovens operários formam cerca de metade da mão de obra. Os kolkhozes contam hoje com 1 200 000 jovens comunistas. Centenas de milhares de jovens comunistas foram mobilizados, no decorrer dos últimos anos, para os estaleiros, para as hulheiras, para as florestas, jazigos auríferos no Ártico, na Sakkalina, ou no rio Amor onde se constrói uma nova cidade, Komsomolsk (o que significa «cidade da juventude comunista»). A nova geração fornece trabalhadores de choque, operários de elite, stakhanovistas, contramestres e administradores subalternos. Ela estuda, e com aplicação na maior parte dos casos. Também não é menos activa no campo dos desportos, sobretudo nos desportos mais audaciosos, como o paraquedismo e o tiro. Os audaciosos e intrépidos juntam-se em perigosas expedições de toda a espécie.

«A melhor parte da nossa juventude», dizia recentemente Schmidt, o bem conhecido explorador das regiões polares, «aspira ao trabalho difícil». É certamente, uma verdade. Em todos os campos, no entanto, a geração post-revolucionária está ainda sob tutela. Que fazer e como fazer, tudo lhe é indicado pelos superiores. A política, forma suprema de autoridade, permanece integralmente nas mãos do que se chama a velha guarda. E esta, enquanto dirige à juventude discursos muito cordiais e por vezes muito adaladores, guarda ciosamente o seu monopólio.

Não concebendo o desenvolvimento da sociedade socialista sem o «deperecimento» do Estado, isto é, sem a

substituição de todas as instituições policiais e pela auto-administração dos produtores e dos consumidores, Engels atribuía a conclusão desta tarefa à geração jovem «que crescerá nas novas condições de liberdade e que poderá pôr de parte toda a velha ordem do estatismo». E Lenine acrescentou: «De *todo* o estatismo, compreendendo o da república democrática». Tal era, em suma, a perspectiva da edificação da sociedade socialista no espírito de Engels e de Lenine. E a geração que tomou o poder, a velha guarda, começou a liquidação do Estado; a geração seguinte acabaria a obra.

Mas que se passa na verdade? 43% da população da URSS nasceram após a Revolução de Outubro. Se se fixar o limite das gerações em vinte e três anos, vemos que mais de 50% da humanidade soviética não atinge esse limite. Mais de metade da população não experimentou, portanto, outro regime senão o dos soviets. Mas estas jovens gerações não foram formadas «nas condições de liberdade», como pensava Engels; formaram-se, pelo contrário, sob o jugo intolerável da camada dirigente que, segundo a versão oficial, fez a Revolução de Outubro. Na fábrica, no kolkhoze, na caserna, na universidade, na escola, até no jardim de infância, senão na creche, as principais virtudes são a fidelidade ao chefe e a obediência sem discussão. Muitos dos aforismos pedagógicos dos últimos tempos poderiam ter sido copiados de Goebbels se este mesmo não os tivesse pedido emprestados, em larga medida, aos colaboradores de Estaline.

O ensino e a vida social dos escolares e estudantes estão profundamente penetrados de formalismo e de hipocrisia. As crianças aprenderam a participar em muitas reuniões onde se morre de tédio, com o seu inevitável presidium de honra, o seu incensamento dos amados chefes, os debates conformistas previamente já estudados e durante os quais, como sucede com os adultos, se diz uma coisa e se pensa outra. Os círculos de escolares mais inocentes, se acaso tentam criar um oasis neste deserto, atraem sobre si cruéis medidas de repressão. A GPU intervém na escola dita socialista para nela introduzir pela delação e pela traição um terrível elemento de desmoralização. Os mais reflectidos pedagogos e autores de livros para crianças, apesar do seu optimismo oficial, nem sempre escondem os seus receios quanto ao constrangimento, à hipocrisia e ao aborrecimento que oprimem a escola.

Sem a menor experiência da luta de classes e da revolução, as jovens gerações só poderiam preparar-se para uma

participação consciente na vida social no seio de uma democracia soviética, onde se aplicassem ao estudo das experiências do passado e das lições do presente. O pensamento e o carácter não podem desenvolver-se sem crítica. Mas pelo contrário, a mais elementar possibilidade de troca de ideias, de se enganar, de verificar e de rectificar os erros, próprios e dos outros, é recusada à juventude soviética. Todas as questões, mesmo as que lhe dizem respeito, são resolvidas sem a sua participação. Só lhe permitem executar e cantar *hossanas*. A qualquer palavra crítica, a burocracia responde torcendo o pescoço a quem ousou pronunciá-la. Tudo o que há de melhor e indócil na juventude é sistematicamente reprimido, eliminado, ou exterminado fisicamente. Só assim se compreende o facto de, entre milhões e milhões de membros das Juventudes comunistas, não se ter formado uma só personalidade marcante.

Lançando-se na técnica, nas ciências, na literatura, nos desportos, ou no xadrez, a juventude parece fazer a aprendizagem de maiores actividades. Em todos estes domínios, ela rivaliza com a velha e mal preparada geração, que alcança e por vezes ultrapassa. Mas a cada contacto com a política, a juventude queima os dedos. Por conseguinte, restam à juventude três possibilidades: assimilar-se à burocracia e fazer carreira; submeter-se em silêncio, absorvendo-se no trabalho económico ou científico, ou na pequenez da sua vida privada; ou passar à clandestinidade, aprender a combater e temperar-se para o futuro. A carreira burocrática só está ao alcance de uma pequena minoria; no outro polo uma pequena minoria passa para a oposição. O grupo intermédio é muito heterogéneo. Processos ocultos mas extremamente significativos são realizados sob o rolo compressor, que determinarão por muito tempo o futuro da URSS.

As tendências ascéticas da época da guerra civil deram lugar, no período da NEP, a estados de espírito mais epicuristas, para não dizer mais estroinas. O primeiro período quinquenal foi ainda de um ascetismo involuntário, mas só para as massas e para a juventude; os dirigentes já tinham conseguido instalar-se em posições de bem-estar pessoal. O segundo período quinquenal tingiu-se indubitavelmente de viva reacção contra o ascetismo. A preocupação das vantagens pessoais ganhou o conjunto da população e sobretudo os jovens. O facto é que a pequena minoria que consegue elevar-se acima das massas, tem, na jovem geração soviética, a possibilidade de se juntar aos meios dirigentes. Por outro lado, a burocracia forma e selecciona conscienciosamente os seus funcionários e os seus arrivistas.

«A juventude soviética ignora o desejo de enriquecer, a mesquinhez pequeno-burguesa, o baixo egoísmo», assegurava o principal relator ao Congresso das Juventudes comunistas em Abril de 1936. Estas palavras soam manifestamente falsas em face da palavra de ordem dominante de hoje: «bem-estar e boa-vida», resultantes dos métodos de trabalho à peça, dos prémios e das condecorações. O socialismo não é ascético, opõe-se profundamente ao ascetismo cristão como a qualquer religião, pela sua ligação a este mundo e a nada mais do que a ele. Mas tem igualmente a sua hierarquia de valores terrestres. Para o socialismo, a pessoa humana não começa com a preocupação da vida fácil, mas sim quando termina esta preocupação. Mas também não é dado a nenhuma geração saltar por cima de si própria. Todo o movimento stakhanov é baseado no «baixo egoísmo». A sua craveira única, que é o número de calças e gravatas obtidas pelo preço do trabalho, atesta nem mais nem menos, a «mesquinhez pequeno-burguesa». Que esta fase seja historicamente necessária, vamos lá; mas então é preciso vê-la como ela é. O restabelecimento das relações comerciais abre, incontestavelmente, a possibilidade de uma melhoria sensível do bem-estar pessoal. Se os jovens soviéticos querem, na sua maioria, tornar-se engenheiros, não é porque a edificação do socialismo os seduza muito, é principalmente porque os engenheiros são muito melhor remunerados que os médicos e os professores primários. Quando tendências desta espécie tomam formas numa atmosfera de opressão espiritual e de reacção ideológica, enquanto os dirigentes deixam conscientemente a rédea aos instintos dos arrivistas, a formação da «cultura socialista» reduz-se em cada instante a uma educação egoísta que é das mais anti-sociais.

Seria no entanto caluniar grosseiramente a juventude soviética apresentá-la como dominada exclusiva, ou principalmente, pelos interesses pessoais. Não. No seu conjunto, ela é generosa, intuitiva, empreendedora. O arrivismo só a atinge superficialmente. No seu íntimo há tendências várias, frequentemente ainda informes, cujo natural heroísmo procura utilização. O novo patriotismo soviético nutre-se em parte destas aspirações; é certamente muito profundo, sincero e dinâmico; mas sofre também do desentendimento entre jovens e velhos.

Os jovens pulmões bem construídos acham irrespirável a atmosfera de hipocrisia, inseparável do Termidor, isto é, da reacção ainda estrangida a vestir as roupas da revolução. O contraste gritante entre os cartazes socialistas e a

realidade nua e crua, arruína a confiança nos cânones oficiais. Muitos jovens adoptam, face à política, uma atitude desdenhosa e afectam nas suas maneiras, a grosseria ou a devassidão. Em muitos casos, talvez até na maioria, a indiferença e o cinismo não passam de formas primárias do descontentamento e do desejo reprimido de caminhar de livre vontade. A exclusão das Juventudes e do partido, depois a prisão e o exílio de centenas de milhar de jovens «guardas brancos» e de «oportunistas», por um lado, de bolcheviques-leninistas por outro, mostram que não se esgotam as fontes da oposição política consciente, da direita ou da esquerda; pelo contrário, jorravam com forças novas no decorrer dos últimos dois ou três anos. Por fim, os mais impacientes, os mais ardentes e os menos equilibrados, feridos nos seus sentimentos e nos seus interesses, voltam-se para a vingança terrorista. Tal é hoje, aproximadamente, o espectro dos estados de espírito políticos da juventude soviética.

A história do terrorismo individual na URSS marca fortemente as etapas da evolução geral do país. No alvorecer do poder dos soviets, os Brancos e os socialistas-revolucionários organizavam atentados terroristas no ambiente da guerra civil. Quando as velhas classes possidentes perderam toda a esperança de restauração, cessou o terrorismo. Os atentados dos kulaks, que se prolongaram até aos últimos tempos, tiveram um carácter local; eram uma espécie de guerrilha contra o regime. O terrorismo mais recente não se apoia sobre as antigas classes dirigentes nem sobre os camponeses opulentos. Os terroristas da última geração recrutam-se, exclusivamente, na juventude soviética, nas Juventudes comunistas e no partido, e até, frequentemente, entre os filhos de dirigentes. Completamente incapazes de resolver os problemas que critica, o terrorismo individual tem, no entanto, a maior importância como sintoma, pois caracteriza a aspereza do antagonismo entre a burocracia e as vastas massas populares, particularmente a juventude.

Entusiasmo económico, paraquedismo, expedições polares, indiferença demonstrativa, «romantismo de malandro», mentalidade terrorista, actos terroristas ocasionais — o todo prepara uma explosão do descontentamento dos jovens contra a insuportável tutela dos velhos. A guerra poderia, evidentemente, servir de válvula de segurança aos vapores acumulados deste descontentamento. Não por muito tempo. A juventude adquiriria prontamente a tempera dos combatentes e a autoridade que hoje lhe falta. Ao mesmo tempo, a reputação da maior parte dos velhos sofreria uma irrepará-

vel afronta. No melhor dos casos, a guerra não concederia à burocracia mais do que um adiamento; no fim das hostilidades o conflito político tornar-se-ia mais agudo.

Seria naturalmente muito simples reduzir o problema da URSS ao das gerações. Entre os velhos a burocracia conta não poucos adversários, confessos ou ocultos, como há centenas de milhar de perfeitos burocratas entre os jovens. Mas, seja qual for o lado de onde partem os ataques contra as camadas dirigentes, quer seja da direita, quer da esquerda, as forças principais serão recrutadas na juventude, nessa juventude abafada, descontente e privada de direitos políticos. A burocracia compreende-o perfeitamente: ela é extremamente sensível a tudo o que a ameaça e esforça-se por consolidar antecipadamente as suas posições. E as suas principais trincheiras, as suas plataformas de betão, coloca-as precisamente face à jovem geração.

Já mencionámos o X Congresso das Juventudes comunistas que se reuniu em Abril de 1936 no Krenlim. Naturalmente, ninguém tentou explicar porque, contrariamente aos estatutos, não se reuniu o congresso durante cinco anos. Mas viu-se imediatamente que, seleccionado e filtrado com o maior cuidado, este Congresso reuniu para expropriar, politicamente, a juventude: segundo os novos estatutos, o *Komsomol* — a Juventude comunista — perde, mesmo juridicamente, qualquer direito de participar na vida social. A instrução e a educação são, de ora avante, as suas únicas esferas de acção. O secretário geral das Juventudes comunistas declarou, por ordem dos superiores: «Temos que *deixar de tagarelar* sobre os planos industrial e financeiro, sobre a descida dos preços de custo, sobre o equilíbrio das contas, sobre as sementeiras e todas as outras tarefas do governo, *como se fôssemos nós a decidir sobre isso*». O país inteiro poderia repetir estas palavras: «Como se fôssemos nós a decidir sobre isso». A ordem arrogante de «deixar de tagarelar», que não suscitou num Congresso arquibusmisso nenhum entusiasmo, parece muito mais chocante se nos lembrarmos que a lei soviética fixa a maioridade política nos dezoito anos, concedendo a partir desta idade o direito de voto aos jovens dos dois sexos, enquanto o limite de idade das Juventudes comunistas era de vinte e três anos, segundo os antigos estatutos; um terço dos membros da organização estão fora desse limite. O Congresso votou simultaneamente duas reformas: legalizou a participação de adultos nas Juventudes, aumentando assim o número de *Komsomols* eleitores, e privou a organização

de se imiscuir, não só na política geral (o que estava fora de causa) mas também nas questões correntes da economia. O aumento do limite de idade foi ditado pelo facto de ser cada vez mais difícil passar automaticamente do Komsomol para o partido. A supressão dos últimos direitos políticos e até da sua própria aparência deve-se à vontade de submeter completa e definitivamente as Juventudes comunistas ao partido depurado. As duas medidas, evidentemente contraditórias, têm a mesma causa: o medo que a jovem geração inspira à burocracia.

Os relatores do Congresso, desempenhando, se neles acreditarmos, missões confiadas por Estaline — estas advertências serviam para excluir toda e qualquer discussão — explicavam o objectivo da reforma com uma franqueza espantosa: «Não precisamos de um segundo partido». Era reconhecer que, na opinião dos dirigentes, o Komsomol, se não se eliminava definitivamente, ameaçava tornar-se um segundo partido. E como que para determinar as tendências possíveis desse partido em potência, os relatores acrescentaram esta outra advertência: «Trotsky tentou no seu tempo inculcar à juventude, com a qual namoriscava por demagogia, a ideia anti-leninista e anti-bolchevique da necessidade de um segundo partido». Esta alusão dos relatores encerra um anacronismo: na verdade, Trotsky dedicou-se, na época, a advertir que a burocratização ulterior do regime levaria inevitavelmente à ruptura com os jovens e ameaçaria fazer nascer um segundo partido. Mas pouco importa: os acontecimentos, confirmando a advertência, fizeram dele um programa. O partido degenerado só conservou o seu poder de atracção para os arrivistas. Os jovens honestos e capazes de pensar devem sentir-se enojados com o servilismo bizantino, a falsa retórica cobrindo os privilégios e o arbítrio, a gabarolice de burocratas medíocres acostumados a incensarem-se uns aos outros e com todos esses marechais que, se nunca desprenderam estrelas do céu, pelo menos lhes abalaram as costuras. Não se trata, pois, da ameaça de um segundo partido, como há doze ou treze anos, mas da necessidade deste partido, única força capaz de continuar a Revolução de Outubro. A modificação dos estatutos das Juventudes comunistas será reforçada por novas medidas policiais, mas não impedirá a juventude, como é evidente, de adquirir força e de entrar em conflito com a burocracia.

Para que lado se orientará a juventude no caso de uma reviravolta política? Sob que bandeira se juntará? Ninguém pode dar, neste momento, uma resposta exacta

a estas perguntas, e a juventude menos que ninguém. Tendências contraditórias moldam a sua consciência. Por fim, acontecimentos históricos de uma importância mundial levarão as suas massas a pronunciar-se: guerra, novo triunfo do fascismo ou, pelo contrário, vitória da revolução proletária no Ocidente. A burocracia convencer-se-á, de qualquer modo, que uma juventude sem direitos constitui, na História, um factor explosivo de grande potência.

A autocracia russa, exprimindo-se em 1894 por intermédio do jovem czar Nicolau II, respondia aos membros dos zemstvos que expunham timidamente a vontade de serem admitidos na vida política: «sonhos insensatos!». Memoráveis palavras. Em 1936, a burocracia responde às aspirações ainda confusas da jovem geração soviética por meio da brutal imposição de «deixar de tagarelar!». Estas palavras entrarão igualmente na História. O regime estalinista pagá-las-á tão caro como o regime à frente do qual se encontrava Nicolau II.

Nação e cultura

A política nacional do bolchevismo, assegurando a vitória da Revolução de Outubro, ajudou a URSS a manter-se em seguida, apesar das forças centrífugas do interior e da hostilidade dos países vizinhos. A degenerescência burocrática do Estado prejudicou grandemente esta política. Precisamente sobre a questão nacional, Lenine preparava-se para um primeiro combate contra Estaline no XII Congresso do partido, na Primavera de 1923. Mas teve de abandonar o trabalho antes da reunião do Congresso. Os documentos que então redigiu estão ainda sonogados pela censura.¹

As necessidades culturais das nações, despertadas pela revolução, reclamam a mais larga autonomia. Mas só é possível desenvolver-se convenientemente a economia se todas as partes da União se submeterem a um plano de conjunto centralizado. Ora, a economia e a cultura não estão separadas por paredes estanques. Acontece portanto que as tendências para a autonomia cultural e para a centralização económica entram em conflito. No entanto, não há entre elas um antagonismo irreductível. Se, para reduzir estes conflitos, não temos nem podemos ter uma fórmula

1. Estes documentos só foram publicados na U. R. S. S. em 1956, três anos após a morte de Estaline.

sempre pronta, a vontade flexível das massas interessadas existe e só a sua participação efectiva nas decisões quotidianas do seu próprio destino pode, em cada etapa, traçar o limite entre as reivindicações legítimas da centralização económica e as exigências vitais das culturas nacionais. Todo o mal deriva do facto de a vontade da população da URSS, encarnada pelos seus diversos elementos nacionais, ser completamente falsificada pela burocracia, que só vê a economia e a cultura sob o ângulo dos interesses específicos da camada dirigente e das facilidades de governo.

É verdade que a burocracia continua a realizar nestes dois domínios um certo trabalho progressista, embora ao preço de enormes encargos. Isto diz respeito, primeiramente, às nacionalidades atrasadas da URSS que devem, necessariamente, passar por um período mais ou menos longo de empréstimos, de imitações e de assimilação. A burocracia constrói-lhes uma ponte que lhes permite alcançar os benefícios mais elementares da cultura burguesa e, parcialmente, pré-burguesa. Quanto às várias regiões e nacionalidades, o regime realiza, numa larga medida, a obra histórica que Pedro I e os seus companheiros realizavam em relação à velha Moscóvia; mas numa escala mais vasta e num andamento mais acelerado.

O ensino é dado actualmente nas escolas da URSS em oitenta línguas, pelo menos. Foi necessário, para a maior parte destes idiomas, criar alfabetos, ou substituir os alfabetos asiáticos, demasiado aristocráticos, por alfabetos latinizados, mais ao alcance das massas. Os jornais aparecem em outras tantas línguas e dão a conhecer a pastores nómadas e a agricultores primitivos os elementos da cultura. As regiões longínquas do império, outrora desprezadas, vêem surgir indústrias, o tractor destrói os velhos hábitos que se mantêm ainda no clan. Simultaneamente com a escrita aparecem a medicina e a agronomia. Não é fácil apreciar esta ascensão de novas camadas da humanidade. Marx não se enganava ao dizer que a Revolução é a locomotiva da História.

Mas até mesmo as mais poderosas locomotivas não fazem milagres; elas não alteram as leis do espaço, apenas aceleram o movimento. A necessidade de dar a conhecer o alfabeto, o jornal e as mais rudimentares regras da higiene a dezenas de milhões de homens, mostra bem o caminho que falta percorrer antes que possa por-se realmente a questão de uma nova cultura socialista. A imprensa pública, por exemplo, que os Oyrates da Sibéria ocidental, que, até aqui, não sabiam lavar-se, têm actualmente, «em bastantes

aldeias, estabelecimentos de banhos aos quais recorrem as populações de trinta quilómetros em redor». Este exemplo de progresso elementar faz ressaltar fortemente o nível de muitas outras conquistas e não só nas regiões mais afastadas e atrasadas. Quando o chefe do governo, para mostrar o crescimento da cultura, proclama que a procura de «camas em ferro, de relógios, de roupa tricotada, de camisolas e de bicicletas» aumenta nos kolkhozes, isto apenas significa que os camponeses libertados começam a servir-se dos produtos da indústria que de há muito fazem parte da vida dos camponeses do Ocidente. A imprensa repete diariamente os seus sermões sobre «o comércio socialista civilizado». Na realidade, trata-se de dar um novo aspecto, limpo e atraente, aos estabelecimentos do Estado, de os aparelhar, de os fornecer convenientemente, de não deixar apodrecer as maçãs, de vender ao mesmo tempo que as meias de seda, fio de apanhar malhas, e, enfim, habituar os vendedores a tratar com atenções e gentileza, numa palavra, atingir um nível que é comum no comércio capitalista. E ainda se está longe de atingir este fim, no qual, aliás, não há um único grão de socialismo.

Se nos desviarmos por instantes das leis e das instituições, para, sem nos embalsarmos com ilusões, considerarmos a vida quotidiana da grande massa da população, somos forçados a concluir que a herança da Rússia absolutista e capitalista subsiste ainda, e muito, nos hábitos sobre os germes do socialismo. É a própria população que o exprime, da mais convincente maneira, na sua avidez em seguir, na mais pequena melhoria, os modelos do Ocidente. Os jovens empregados soviéticos e até frequentemente os jovens operários, esforçam-se por imitar as maneiras e os fatos dos engenheiros e técnicos americanos que vêm na fábrica. As empregadas e as operárias devoram com os olhos a turista estrangeira, para se vestirem como ela e imitarem as suas maneiras. Aquela que o consegue torna-se, por sua vez, um objecto de imitação. Em vez dos «papelotes» de outrora, as que são melhor remuneradas fazem «permanentes». A juventude aprende de boa vontade as «danças modernas». De certo modo, são progressos que, neste momento, não exprimem a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, mas a predominância da cultura burguesa sobre a cultura patriarcal, da cidade sobre o campo, do centro sobre a província, do Ocidente sobre o Oriente.

Quanto aos meios soviéticos privilegiados, imitam as mais altas esferas capitalistas e são os diplomatas, os directores de trusts e os engenheiros que, viajando frequente-

mente para a Europa e para a América, se tornam árbitros na matéria. A sátira soviética nada diz porque é rigorosamente interdito tocar nos «dez mil» dirigentes, mas não podemos deixar de notar, com amargura, que os altos funcionários soviéticos no estrangeiro não tenham sabido mostrar, face à civilização capitalista, um estilo próprio, ou até a sua maneira de ser pessoal. Não souberam criar a firmeza interior que lhes teria permitido desprezar as aparências e manter as distâncias. Geralmente, a sua ambição é distinguirem-se o menos possível dos perfeitos snobs burgueses. Numa palavra, eles sentem-se, na maioria, não representantes de um mundo novo, mas simples arrivistas e como tal se comportam.

Dizer que a URSS procura, actualmente, realizar a obra cultural que os países adiantados realizaram há muito sobre a base capitalista, seria apenas formular uma meia-verdade. As novas formas sociais não são de modo algum indiferentes; elas não se limitam a dar a um país atrasado a possibilidade de alcançar o nível dos países adiantados, mas permitem-lhe também atingir esse nível muito mais rapidamente do que fez o Ocidente. A chave deste enigma encontra-se facilmente: os pioneiros da burguesia tiveram de criar a sua própria técnica e de aprender a aplicá-la à economia e à cultura, enquanto que a URSS encontra um conhecimento já pronto e moderno e, graças à socialização dos meios de produção, aplica-o não parcialmente e pouco a pouco, mas de uma só vez a uma escala imensa.

Os chefes militares de outrora elogiaram, numerosas vezes, o papel civilizador dos exércitos, sobretudo no que respeita aos camponeses. Sem nos deixarmos seduzir pela civilização específica difundida pelo militarismo burguês, não se pode, no entanto, contestar que inúmeros hábitos úteis ao progresso foram levados às massas populares por intermédio do exército; não é sem motivo que soldados e oficiais subalternos se encontraram à frente de todos os movimentos revolucionários e, principalmente, dos movimentos camponeses. O regime soviético tem a possibilidade de agir sobre a vida das massas populares utilizando, não só o exército, mas todos os órgãos do Estado, do partido, das Juventudes comunistas e dos sindicatos confundidos com o Estado. A assimilação dos modelos pré-fabricados da técnica, da higiene, das artes e dos desportos, em prazos muito mais breves do que foram necessários à elaboração desses mesmos modelos nos seus países de origem, é assegurada pelas formas estatizadas da propriedade, pela ditadura política e pela direcção planificada.

Se a Revolução de Outubro apenas tivesse trazido esta aceleração, já estaria justificada sob o ponto de vista histórico, porque o regime burguês decadente não se mostrou capaz, no último quarto de século, de fazer progredir consideravelmente um único país atrasado em nenhuma parte do mundo. O proletariado russo fez a revolução com objetivos muito mais elevados; presentemente, seja qual for o jugo que suporta, os seus melhores elementos não renunciaram ao programa comunista nem às grandes esperanças que este representa. A burocracia é forçada a adaptar-se ao proletariado pela orientação da sua política e mais ainda na interpretação desta. Por isso, cada passo em frente na economia ou nos hábitos, independentemente da sua verdadeira explicação histórica, ou da sua significação real para a vida das massas, torna-se oficialmente uma enorme conquista, uma aquisição sem precedentes da «cultura socialista». Sem dúvida que, pôr a escova de dentes e o sabonete à disposição de milhões de homens que, ainda ontem, não conheciam as mais rudimentares exigências da higiene, é uma obra civilizadora das mais importantes. Entretanto, nem o sabonete nem a escova de dentes, nem mesmo os perfumes reclamados pelas «nossas mulheres» fazem a cultura socialista, sobretudo quando estes pobres atributos da civilização apenas são acessíveis a 15% da população.

A «transformação dos homens», da qual tão frequentemente se fala na imprensa soviética, realiza-se com efeito, a toda a velocidade. Em que medida se trata de uma transformação socialista? No passado, o povo russo não conheceu uma grande reforma religiosa como os alemães, nem uma grande revolução burguesa como os franceses. Nestes dois cadinhos, se pusermos de parte a revolução-reforma dos britânicos do século XVII, formou-se a individualidade burguesa, fase das mais importantes para o desenvolvimento da individualidade humana em geral. As revoluções russas de 1905 e 1917 indicavam sem dúvida o despertar do indivíduo no seio das massas e a sua afirmação num meio primitivo; elas empreenderam aceleradamente, embora em menor escala, a obra educativa das reformas e das revoluções burguesas do Ocidente. Mas ainda, muito antes de esta obra estar terminada, pelo menos nas suas grandes linhas, a revolução russa, nascida no crepúsculo do capitalismo, encontrou-se lançada pela luta de classes no caminho do socialismo. As contradições no campo da cultura não fazem senão reflectir e desviar as contradições sociais e económicas que resultam deste salto. O despertar da individualidade adquire, desde logo e necessariamente, um

carácter mais ou menos pequeno-burguês na economia, na família, na poesia. A burocracia tornou-se a encarnação de um extremo individualismo, por vezes sem freio. Admitindo e encorajando o individualismo económico (trabalho por peça, parcelas dos cultivadores, prémios, condecorações), ela reprime duramente por outro lado as manifestações progressistas do individualismo no campo da cultura espiritual (crítica, formação de opiniões pessoais, dignidade individual).

Quanto mais elevado é o nível de um grupo nacional, maior é a sua criação cultural, mais os problemas da sociedade e da personalidade são tomados a peito e mais dolorosas, senão intoleráveis, lhe parecem as tenazes burocráticas. Na verdade, não se pode pôr a questão da originalidade das culturas nacionais quando uma só batuta de maestro — ou mais exactamente uma só matraca policial — tenta dirigir as funções intelectuais de todos os povos da União. Os jornais (e os livros) ucranianos, branco-russos, georgianos, ou turcos, nada fazem além de traduzir nestas línguas os imperativos burocráticos. A imprensa moscovita publica diariamente a tradução russa das odes dedicadas aos chefes por poetas laureados nacionais, na verdade, miseráveis versificações, que só diferem umas das outras pelo grau de servilismo e de insignificância.

A cultura grã-russa, sofrendo tanto como as outras com este regime de opressão, vive sobretudo por conta da velha geração formada antes da revolução. A juventude parece estar esmagada sob uma lage. Não estamos, na verdade, em presença da opressão de uma nacionalidade por outra, no sentido estrito da palavra, mas da opressão de todas as culturas nacionais, começando pela grã-russa, por um aparelho policial centralizado. E, no entanto, não devemos ignorar o facto de 90% dos jornais da URSS aparecerem em russo. Se esta percentagem está em contradição flagrante com a proporção numérica dos russos na população, ela corresponde melhor, na verdade, à influência própria da civilização russa e ao seu papel de intermediário entre os povos atrasados e o Ocidente. Não se poderá ver, no entanto, no exagero atribuído aos russos nas edições (e não só, naturalmente) um privilégio nacional de facto privilégio de uma grande potência em detrimento das outras nacionalidades? É bastante provável. Mas, a esta pergunta extremamente séria, não se pode responder em termos tão categóricos como seria de desejar porque, mais do que pela colaboração, a emulação e a recíproca fecundação das culturas é resolvida pela arbitragem sem apelo da burocracia.

cia. E como o Krenlim é a sede do poder e a periferia deve imitar o centro a burocracia central toma inevitavelmente um desenvolvimento russificador, deixando às outras nacionalidades um único direito: o de cantar louvores ao árbitro nas suas próprias línguas.

A doutrina oficial da cultura muda com os zigue-zagues económicos e as considerações administrativas; mas, em todas as suas variações, mantém um carácter absolutamente categórico. Simultaneamente com a teoria do socialismo num só país, a da «cultura proletária», até então em último plano, recebeu a investidura oficial. Os seus adversários sustentavam que a ditadura do proletariado é meramente transitória; que, diferentemente da burguesia, o proletariado não tenciona dominar durante longas épocas históricas; que a tarefa da nova classe dominante na presente geração é, antes de mais, o de assimilar tudo o que há de precioso na cultura burguesa; que quanto mais um proletariado se mantém nessa condição, mais carrega os vestígios da sua sujeição de outrora e menos capaz é de se elevar acima da herança do passado; que as possibilidades de uma nova obra criadora só surgirão, realmente, à medida que o proletariado se incorpore na sociedade socialista. Tudo isto significa que a cultura socialista — e não uma cultura proletária — é chamada a suceder à cultura burguesa.

Discutindo com os teóricos de uma arte proletária, produto de laboratório, o autor destas linhas escreveu: «A cultura nutre-se das energias económicas e são precisos excedentes materiais para que ela cresça, evolua e se clarifique». A mais feliz solução dos problemas económicos elementares «não significaria ainda, de modo algum, a vitória completa do socialismo, novo princípio histórico». O progresso do pensamento científico em bases populares e o desenvolvimento da nova arte atestariam por si sós que o grão germinara e que a planta crescera. Sob este aspecto «o desenvolvimento da arte é a mais alta prova da vitalidade e da importância de uma época».¹ Este ponto de vista, anteriormente admitido, foi imediatamente declarado, num texto oficial, «demissionista» e ditado pela «descrença» na capacidade criadora do proletariado. Abriu-se o período Estaline-Boukharine; este de há muito se comportava como o arauto da cultura proletária; Estaline nunca tinha pensado nisso: De qualquer modo, ambos concordavam que a marcha

1. As citações são extraídas do livro de Trotsky, *Literatura e Revolução*.

do socialismo se faria «a passo de tartaruga» e que o proletariado disporia de dezenas de anos para formar a sua própria cultura. Quanto ao carácter desta, as ideias dos nossos teóricos eram tão confusas como pouco ambiciosas.

Os anos tormentosos do primeiro plano quinquenal subverteram a perspectiva do passo de tartaruga. Desde 1931 o país, na véspera de uma fome cruel, «entrou no socialismo». Antes que os escritores e os artistas, oficialmente protegidos, tivessem podido criar uma arte proletária, ou pelo menos, as primeiras obras marcantes desta arte, o governo fez saber que o proletariado fôra absorvido na sociedade sem classes; faltava-lhe adaptar-se, pelo facto de ainda não ter tido, para criar a sua cultura, um factor indispensável: o tempo. A concepção de ontem foi instantaneamente votada ao esquecimento e pôs-se na ordem do dia a «cultura socialista», cujo conteúdo já conhecemos.

A criação espiritual necessita de liberdade. A ideia comunista de submeter a natureza à técnica e a técnica ao plano para obrigar a matéria a dar ao homem, sem recusas, tudo o que ele necessita e mais até, visa um fim mais elevado: libertar as faculdades criadoras do homem, como jamais fora feito, de todos os entraves e sujeições humilhantes a duros constrangimentos. As relações pessoais, a ciência e a arte não suportarão nenhum plano imposto, nenhuma sombra de obrigação. Em que medida será colectiva ou individual a criação espiritual? Isso dependerá inteiramente dos criadores.

Há ainda outra coisa: o regime transitório. A ditadura exprime a barbárie passada e não a cultura futura; impõe, necessariamente, rudes restrições a todas as actividades, compreendendo a actividade espiritual. Desde o princípio que o programa da revolução via na ditadura um mal temporário e comprometia-se a eliminar, pouco a pouco, todas as restrições à liberdade, à medida que se consolidasse o novo regime. De qualquer modo, durante os anos mais acesos da guerra civil, os chefes da revolução sentiam que o governo, se podia, inspirando-se em considerações políticas, limitar a liberdade criadora, não podia de modo algum pretender o comando no domínio científico, literário e artístico. Com os seus gostos bastante «conservadores», Lenine, fazendo prova da maior circunspecção em matéria de arte, invocava, de boa vontade, a sua incompetência. A protecção dada pelo Comissário do Povo para a Instrução Pública, Lounatcharsky, a diversas formas de modernismo, perturbava frequentemente Lenine, mas limitava-se a comentários irónicos nas suas conversas particulares e mantinha-se longe

da ideia de fazer lei baseada nos seus gostos literários. Em 1924, no limiar de uma nova fase, o autor deste livro formulava nestes termos a atitude do Estado face às tendências da arte: «Pondo acima de tudo o critério: pró ou contra a revolução, deixar-lhes no seu próprio terreno uma completa liberdade».

Enquanto a ditadura teve o apoio das massas e diante de si a perspectiva da revolução mundial, não temia as experiências, as pesquisas, a luta de escolas, porque compreendia que uma nova fase da cultura não se podia preparar fora desta via. Todas as fibras do gigante popular tremiam ainda; ele pensava em alta voz, pela primeira vez, desde há milénios. As melhores e mais jovens forças da arte enchiam-se de vida. Foi nestes primeiros anos, ricos de esperança e de audácia, que foram criados os mais preciosos modelos da legislação socialista e também as melhores obras da literatura revolucionária. À mesma época estão ligados também os melhores filmes soviéticos que, apesar da pobreza dos meios técnicos, espantaram o mundo pela frescura e intensidade do realismo.

Na luta contra a oposição no seio do partido, as escolas literárias, uma após outra, foram abafadas. E não se tratava só da própria literatura. A devastação estendeu-se a todos os domínios da ideologia, tanto mais energicamente quanto era semi-inconsciente. Os dirigentes actuais consideravam-se, por sua vez, como sendo chamados a controlar politicamente a vida espiritual e a dirigir o seu desenvolvimento. A sua autoridade sem apelo exerce-se igualmente nos campos de concentração, na agricultura e na música. O órgão central do partido publica artigos anónimos, bastante semelhantes às ordens de chefes militares, regendo a arquitectura, a literatura, a dramaturgia, o ballet, sem falar, naturalmente, das ciências naturais e da História.

A burocracia tem um medo supersticioso de tudo o que não a serve e de tudo o que não compreende. Quando exige uma ligação entre as ciências naturais e a produção, tem razão a certo nível; mas, quando ordena aos investigadores para só se ocuparem de fins imediatos, ameaça secar as fontes mais preciosas da criação, inclusive as descobertas práticas que frequentemente se fazem por vias imprevisas. Instruídos por uma experiência dolorosa, os naturalistas, os matemáticos, os filósofos, os teóricos da arte militar, evitam as grandes generalizações, com receio que um «professor vermelho», que frequentemente não passa de um arrivista ignorante, lhes oponha brutalmente alguma citação de Lenine ou de Estaline. Em tal caso, defender o

pensamento e a dignidade científicos, é atrair, seguramente, os rigores da repressão.

As ciências sociais são as mais maltratadas. Os economistas, os historiadores, os técnicos de estatística, sem falar dos jornalistas, preocupam-se sobretudo em não se colocarem, de modo algum, nem mesmo indirectamente, em contradição com as posições actuais da política oficial. Não se pode tratar da economia soviética, da política interna, ou externa, sem se estar protegido por todos os lados com as banalidades rebuscadas nos discursos do chefe e tendo por objectivo demonstrar que tudo se passa como foi previsto, ou melhor ainda. O conformismo a cem por cento livra de aborrecimentos mas comporta a sua própria punição: a esterilidade.

Ainda que na URSS o marxismo seja, formalmente, a doutrina oficial, no decorrer dos últimos doze anos não foi publicada uma única obra marxista — tratando de economia, de sociologia, de história ou de filosofia — cuja tradução merecesse atenção. A produção marxista não sai dos limites da compilação escolástica, que nada faz além de repisar as velhas ideias aprovadas e utilizar as mesmas citações segundo as necessidades do momento.

A expensas do Estado, são publicados milhões de exemplares de livros e brochuras que não fazem falta a ninguém, fabricados à custa de goma, lisonjas e outros ingredientes pastosos. Os marxistas que poderiam dizer qualquer coisa de útil e de pessoal estão aferrolhados, ou forçados a calar-se. Isto, apesar de a evolução das formas sociais pôr a todo o momento problemas grandiosos!

A honestidade, sem a qual não há trabalho teórico, é pisada. As notas explicativas, acrescentadas aos escritos de Lenine, são retocadas de alto a baixo em cada reedição com o fim de servir os interesses pessoais do estado-maior governamental, e engrandecer os chefes, denegrindo os seus adversários e apagando certos vestígios. Os manuais de história do partido e da revolução sofrem o mesmo tratamento. Os factos são deformados, escondem-se, ou, pelo contrário, forjam-se documentos, as reputações forjam-se ou destroem-se. A simples comparação das edições sucessivas de um mesmo livro em doze anos, permite seguir a degenerescência do pensamento e da consciência dos dirigentes.

O regime totalitário não é menos funesto à literatura. A luta das tendências e das escolas deu lugar à interpretação da vontade dos chefes. Todos os grupos pertencem obrigatoriamente a uma organização única, espécie de campo

de concentração das letras. Escritores mediócras mas bem pensantes como Gladkov e Sérafimovitch são proclamados clássicos. Os escritores dotados que não sabem adulterar-se quanto é desejável, são acossados por matilhas de conselheiros sem escrúpulos, armados de citações. Grandes artistas suicidam-se; outros procuram assuntos para os seus trabalhos num passado longínquo, ou calam-se. Os livros honestos e que trazem a marca do talento só aparecem por acaso, como que escapados ao cerco; são uma espécie de contrabando.

A vida da arte soviética é um catálogo de vítimas. Depois de um artigo directriz do *Pravda* contra o formalismo, vê-se nascer entre os pintores, os escritores, os encenadores e até entre os cantores de ópera, uma epidemia de arrependimento. Todos, à porfia, retratam-se dos pecados de ontem, abstando-se, no entanto, por prudência, de precisar o que é o formalismo. Por fim, as próprias autoridades tiveram de pôr cobro, por meio de uma nova directriz, a esta torrente de abjurações. As apreciações literárias são revistas e os manuais remodelados em algumas semanas; as ruas mudam de nomes e erguem-se monumentos porque Estaline fez sobre Maiakovsky um reparo elogioso. A impressão que uma ópera produz nos altos dignatários torna-se uma directriz para os compositores. Numa conferência de escritores, o secretário das Juventudes comunistas declara que «as indicações do camarada Estaline fazem a lei para todos» e é aplaudido, embora alguns tenham o rosto corado de vergonha. E como se se quisesse inflingir à literatura um supremo ultraje, Estaline, incapaz de redigir correctamente uma frase em russo, é consagrado um clássico do estilo. Este bizantinismo e este reinado policial tem qualquer coisa de profundamente trágico, apesar dos seus aspectos históricos.

A fórmula oficial diz que a cultura deve ser socialista no seu conteúdo e nacional na sua forma. O conteúdo da cultura socialista, porém, só pode ser objecto de hipóteses mais ou menos felizes. A ninguém é dado erigir esta cultura numa base económica insuficiente. A arte é muito menos susceptível de prever o futuro do que a ciência. Quaisquer que sejam, receitas como «representar a edificação futura», «mostrar a via do socialismo», «transformar o homem», pouco mais sugerem à imaginação do que o preço corrente dos serrotes ou o horário dos caminhos de ferro.

Forma popular da arte e colocação das obras ao alcance de todos são identificadas. «O que não é útil ao povo», declarava o *Pravda*, «não pode ter valor estético». Esta velha

ideia de *narodniki*, que põe de lado a educação artística das massas, adquire um carácter tanto mais reaccionário quanto mais a burocracia se reserva o direito de decidir de que arte o povo tem ou não tem necessidade; a burocracia publica livros à sua vontade e estabelece a venda obrigatória sem deixar a mínima escolha ao leitor. Finalmente, tudo se reduz, para ela, a que a arte se inspire nos seus interesses e encontre, ao seu serviço, o que a torne atraente para as massas populares.

Em vão! Nenhuma literatura resolverá o problema. Os próprios dirigentes são forçados a reconhecer que «nem o primeiro nem o segundo plano quinquenais originaram ainda uma vaga de criação literária mais poderosa do que a nascida da Revolução de Outubro». O eufemismo está terrivelmente adoçado. Na verdade, apesar de algumas excepções, a época termidoriana entrará na história como a época dos medíocres, dos premiados e dos oportunistas.

VIII

A POLÍTICA EXTERNA E O EXÉRCITO

Da Revolução mundial ao «statu quo»

A política externa é sempre e em qualquer lado a continuação da política interna porque resulta da mesma classe dominante e visa os mesmos fins. A degenerescência da casta dirigente da URSS não podia deixar de ser acompanhada por uma modificação correspondente nos fins e nos métodos da diplomacia soviética. A «teoria» do socialismo num só país, enunciada pela primeira vez no Outono de 1924, significava o desejo de libertar a política externa dos Sovietes do programa da revolução internacional. A burocracia não visava, contudo, a ruptura das suas relações com a Internacional Comunista, porque esta se tornou inevitavelmente numa organização de oposição internacional, donde resultaram consequências bastante desagradáveis para a relação de forças na URSS. Pelo contrário, quanto menos a política do Krenlim se inspirava no antigo internacionalismo, mais fortemente os dirigentes se aferravam ao leme da III Internacional. Sob o mesmo nome de outrora, era necessário que a Internacional Comunista servisse novos fins. Estes exigiam novos homens. A partir de 1923, a história da Internacional é a da renovação do seu estado-maior moscovita e dos estados maiores das secções nacionais por revoluções palacianas, depurações ordenadas, exclusões, etc. Presentemente, a Internacional Comunista não passa de um aparelho perfeitamente dócil, pronto a todos os zigue-zagues, ao serviço da política externa soviética.¹

A burocracia não só rompeu com o passado, como também perdeu a faculdade de tirar deste passado lições capitais. A principal é que o poder dos soviets não se aguentaria doze meses sem o apoio imediato do proletariado mundial, europeu principalmente, e sem o movimento revo-

1. A Internacional Comunista foi dissolvida por Estaline em 1943.

lucionário dos povos das colónias. O militarismo austro-alemão não pôde lançar a fundo a sua ofensiva contra a Rússia dos Sovietes porque sentia na nuca o bafo escaldante da revolução. As revoluções da Alemanha e da Áustria-Hungria anularam, ao fim de nove meses, o tratado de Brest-Litovsk. Os motins da frota do Mar Negro, em Abril de 1919, forçaram o governo da III República a renunciar ao alargamento das operações no sul. Foi sob a pressão directa dos operários britânicos que o governo inglês evacuou o norte em Setembro de 1919. Após a retirada do exército vermelho de Varsóvia, em 1920, só uma poderosa vaga de protestos revolucionários impediu a Entente de vir em auxílio da Polónia para infligir aos Sovietes uma derrota decisiva. Quando, em 1923, Lord Curzon dirigiu o seu ultimato a Moscovo, tinha as mãos atadas pela resistência das organizações operárias de Inglaterra. Estes episódios surpreendentes não são isolados, caracterizam o primeiro período, o mais difícil, da existência dos Sovietes. Ainda que a revolução só tenha vencido na Rússia, as esperanças nela postas não foram vãs.

O governo dos Sovietes assinou desde então diversos tratados com os Estados burgueses: o tratado de Brest-Litovsk, em Março de 1918; o tratado com a Estónia, em Fevereiro de 1920; o tratado de Riga, com a Polónia, em Outubro de 1920; o tratado de Rapallo, em Abril de 1922, com a Alemanha, e outros acordos diplomáticos menos importantes. Nunca passou pela ideia ao governo de Moscovo, nem a nenhum dos seus membros, apresentar como «amigos da paz» os seus parceiros burgueses ou, mais ainda, convidar os partidos comunistas da Alemanha, da Estónia ou da Polónia a sustentar com os seus votos os governos burgueses signatários desses tratados. Ora, esta questão tem precisamente uma importância decisiva para a educação revolucionária das massas. Os Sovietes não podiam deixar de assinar a paz de Brest-Litovsk, assim como grevistas esgotados não podem recusar as mais duras condições do patronato; mas a aprovação deste tratado pela social-democracia alemã, sob a forma hipócrita de abstenção ao voto, foi apontada pelos bolcheviques como um apoio aos piratas e à sua violência. Embora o tratado de Rapallo tenha sido concluído quatro anos mais tarde, na base de uma igualdade formal das partes contratantes, o Partido comunista alemão, se tivesse sonhado, nessa ocasião, exprimir a sua confiança na diplomacia do seu país, teria sido imediatamente excluído da Internacional. A ideia mestra da política externa dos Sovietes era que os acordos comerciais,

diplomáticos e militares do Estado soviético com os imperialistas, acordos inevitáveis, não deviam, em caso algum, travar ou enfraquecer a acção do proletariado dos países capitalistas interessados, não podendo a integridade do Estado operário ser assegurada senão pelo desenvolvimento da revolução mundial. Quando Tchitcherine, durante a preparação da conferência de Génova, propôs fazerem-se, para satisfazer a «opinião pública» americana, modificações «democráticas» à constituição soviética, Lenine insistiu, numa carta oficial de 23 de Janeiro de 1922, na necessidade de mandar sem demora Tchitcherine para um sanatório a fim de repousar. Se alguém se permitisse, naquele tempo, fazer uma proposta para obter a boa disposição do imperialismo com uma adesão, por exemplo, a um pacto vazio e falso como o pacto Kellog, ou com uma atenuação da acção da Internacional Comunista, Lenine não teria deixado de propor o método eficaz do manicómio — e certamente não encontraria objecções do comité político.

Os dirigentes, nessa época, mostravam-se particularmente intratáveis pelo que dizia respeito às ilusões pacifistas de toda a espécie — Sociedade das Nações, segurança colectiva, arbitragem, desarmamento — não vendo nesses processos senão a maneira de adormecer a vigilância das massas operárias para melhor as surpreenderem no momento em que estalasse a nova guerra. O programa do partido, elaborado por Lenine, e adoptado pelo Congresso de 1919, contém, sobre este assunto, a seguinte passagem, desprovida de qualquer equívoco: «A pressão crescente do proletariado e, sobretudo, as suas vitórias em certos países, fazem aumentar a resistência dos exploradores e levam-nos a novas formas de associações capitalistas internacionais (Sociedade das Nações, etc.), as quais, organizando à escala mundial a exploração sistemática dos povos do globo, procuram, antes de mais, reprimir o movimento revolucionário dos proletários de todos os países. Tudo isto acarreta inevitavelmente guerras civis no seio de diversos Estados, coincidindo com as guerras revolucionárias de países proletários que se defendem e dos povos oprimidos levantados contra as potências imperialistas. Nestas condições, as palavras de ordem do pacifismo, tais como o desarmamento internacional em regime capitalista, os tribunais de arbitragem, etc., não revelam apenas uma utopia reaccionária, mas constituem ainda, no que respeita aos trabalhadores, um logro tendente a desarmá-los e a desviá-los da tarefa de desarmar os exploradores». Estas linhas do programa bolchevique formulam, por antecipação, um julgamento impie-

doso da política externa da URSS de hoje, da política da Internacional Comunista e da política de todos os seus «amigos» pacifistas em todas as partes do mundo...

Após o período de intervenção e de bloqueio, a pressão económica e militar do mundo capitalista sobre a União Soviética foi, na verdade, bastante menor do que se podia temer. A Europa vivia ainda sob o signo da guerra passada e não sob o da guerra próxima. Sobreveio, em seguida, uma crise económica mundial de uma extrema gravidade que mergulhou as classes dirigentes do mundo inteiro na prostração. Esta situação permitiu à URSS sofrer impunemente as experiências do primeiro plano quinquenal, tornando-se o país presa da guerra civil, da fome e das epidemias. Os primeiros anos do segundo plano quinquenal, ao mesmo tempo que trouxeram uma melhoria evidente da situação interna, coincidiram com uma atenuação da crise nos países capitalistas, com um afluxo de esperança, de cobiças, de impaciência e, enfim, com o retomar dos armamentos. O perigo de uma agressão combinada contra a URSS, a nosso ver, só é um perigo concreto porque o país dos Sovietes se encontra ainda isolado; porque «a sexta parte do mundo» é, em grande parte dos seus territórios, o reino da barbárie primitiva, porque o rendimento do trabalho ainda é, apesar da nacionalização dos meios de produção, muito mais baixo que nos países capitalistas; enfim, porque — e é neste momento o facto primordial — os principais contingentes do proletariado mundial estão derrotados, faltando-lhes segurança e uma direcção firme. Assim, a Revolução de Outubro, que os seus chefes consideravam como o princípio da revolução mundial, mas que, pela força das circunstâncias se tornou temporariamente um factor em si, revela, nesta fase nova da história, até que ponto depende do desenvolvimento internacional. Torna-se ainda evidente que a questão histórica «quem vencerá?» não pode ser resolvida nos limites nacionais; que os sucessos ou insucessos do interior não fazem mais do que preparar as condições mais ou menos favoráveis para uma solução internacional do problema.

A burocracia soviética, prestemos-lhe esta justiça, adquiriu uma vasta experiência no manobrar das massas humanas, quer se trate de as adormecer, de as dividir, de as enfraquecer ou, pura e simplesmente, de as enganar, a fim de exercer sobre elas um poder absoluto. Mas, precisamente por esta razão, essa mesma burocracia perdeu todas as possibilidades de lhes dar uma educação revolucionária. Tendo abafado a espontaneidade de iniciativa das massas populares no seu próprio país, essa burocracia não pode

suscitar no mundo o pensamento crítico e a audácia revolucionária; aprecia aliás infinitamente mais, como formação dirigente e privilegiada, a ajuda e a amizade dos radicais burgueses, dos parlamentaristas reformistas, dos burocratas sindicais do Ocidente, do que a dos operários — dela separada por um abismo. Este não é o lugar para fazer a história do declínio e da degenerescência da III Internacional, assunto a que o autor consagrou vários estudos específicos, traduzidos em quase todas as línguas dos países civilizados. Mas acontece que, na sua qualidade de dirigente da Internacional Comunista, a burocracia soviética, ignorante e irresponsável, conservadora e imbuída de um espírito nacional muito tacanho, não trouxe ao movimento operário mundial senão calamidades. Como por uma espécie de expiação histórica, a situação internacional da URSS é, presentemente, bastante menos determinada pelas consequências dos êxitos da edificação do socialismo num país isolado do que pelas derrotas do proletariado mundial. Basta lembrar que a derrocada da revolução chinesa em 1925-1927, que desatou as mãos do militarismo japonês no Extremo-Oriente, e a derrocada do proletariado alemão que conduziu ao triunfo de Hitler e ao frenesim do armamento do III Reich, são, semelhantemente, os frutos da política da Internacional Comunista.

Tendo traído a revolução mundial, mas considerando-se traída por esta, a burocracia termidoriana aponta como objectivo principal «neutralizar» a burguesia. Para isso, deve dar a aparência moderada e sólida de uma verdadeira guardiã da ordem. Mas, para o parecer com carácter duradouro, é preciso que nisso se torne. A evolução orgânica dos meios dirigentes cuidou desse aspecto. Recuando assim, pouco a pouco, diante das consequências dos seus próprios erros, a burocracia acabou por conceber, para garantir a segurança da URSS, a integração desta no sistema do *statu quo* da Europa Ocidental. Que coisa melhor do que um pacto perpétuo de não agressão entre o socialismo e o capitalismo? A fórmula actual da política externa oficial, largamente difundida pela diplomacia soviética, à qual bastante se permite que fale a linguagem convencional da profissão e também pela Internacional Comunista que, segundo parece, devia exprimir-se na linguagem da revolução, é esta: «Não queremos nem uma parcela do território estrangeiro mas também nada cederemos do nosso». Como se tratasse de simples conflitos territoriais e não da luta mundial de dois sistemas inconciliáveis!

Quando a URSS achou por bem ceder ao Japão o caminho de ferro da China oriental, este acto de fraqueza, preparado pela derrota da revolução chinesa, foi tomado como uma manifestação de força e de firmeza ao serviço da paz. Entregando ao inimigo, na realidade, uma via estratégica extremamente importante, o governo soviético facilitava ao Japão as suas conquistas ulteriores no norte da China e os seus atentados contra a Mongólia. O sacrifício forçado não significava uma neutralização do perigo, mas apenas um breve descanso; e excitava ao mais alto ponto os apetites da camarilha militarista de Tóquio.

A questão da Mongólia é a das posições estratégicas avançadas do Japão na guerra contra a URSS. O governo soviético viu-se forçado a declarar desta vez que responderia com a guerra à invasão da Mongólia. Ora, não se trata aqui de defesa do «nosso território»: a Mongólia é um Estado independente. A defesa passiva das fronteiras soviéticas pareceria suficiente quando ninguém as ameaçava seriamente. A verdadeira defesa da URSS consiste em enfraquecer as posições do imperialismo e em consolidar as posições do proletariado e dos povos coloniais do mundo inteiro. Uma relação de forças desvantajosa pode levar-nos a ceder bastantes parcelas de território, como aconteceu na altura da paz de Brest-Litovsk, depois na assinatura da paz de Riga e, por fim, quando da concessão do caminho de ferro da China oriental. A luta pela modificação favorável da relação das forças mundiais impõe ao Estado operário o dever constante de vir em auxílio dos movimentos emancipadores dos outros países, tarefa essencial que é justamente incompatível com a política conservadora do *statu quo*.

A Sociedade das Nações e a Internacional Comunista

Devido à vitória do nacional-socialismo, a aproximação com a França, que depressa se tornou um acordo militar, assegurou à França, principal guardiã do *statu quo*, muito mais vantagens do que à URSS. O apoio militar da URSS à França é, segundo o pacto, prometido sem condições; pelo contrário, o apoio da França à URSS é condicionado pelo consentimento prévio da Inglaterra e da Itália, o que abre um campo ilimitado às maquinações contra a URSS. Os acontecimentos mostraram, por ocasião da entrada das tropas hitlerianas na zona renana, que Moscovo podia, evidenciando mais firmeza, obter da França garantias mais

sérias, se é que os tratados podem constituir garantias numa época de viragens bruscas, de crises diplomáticas permanentes, de aproximações e de rupturas. Mas não é esta a primeira vez que se vê a diplomacia soviética mostrar-se infinitamente mais firme na luta contra os operários do seu próprio país do que nas negociações com os diplomatas burgueses.

O argumento segundo o qual o socorro da URSS à França seria pouco eficaz por falta de uma fronteira comum entre a URSS e o Reich não pode ser tomado a sério. No caso de agressão alemã contra a URSS, o agressor encontrará certamente a fronteira indispensável. No caso de agressão alemã contra a Áustria, a Checoslováquia ou a França, a Polónia não poderá permanecer neutra nem um só dia: se cumpre os seus deveres de aliada para com a França, abrirá imediatamente as fronteiras ao exército vermelho; se, pelo contrário, despreza o tratado de aliança, torna-se o auxiliar da Alemanha e a URSS descobre, sem esforço a «fronteira comum». Por outro lado, as «fronteiras» marítimas e aéreas desempenharão, na guerra futura, um papel tão importante como as terrestres.

A entrada da URSS na Sociedade das Nações, apresentada ao país, com a ajuda de uma propaganda digna de Goebbels, como o triunfo do socialismo e o resultado da «pressão» do proletariado mundial, apenas se tornou aceitável para a burguesia porque seguida do extremo enfraquecimento do perigo revolucionário. E não foi uma vitória da URSS mas uma capitulação da burocracia termidoriana face à instituição de Genebra, profundamente comprometida e que, segundo o programa bolchevique, que já conhecemos, «consagra os seus esforços imediatos a reprimir os movimentos revolucionários». O que foi que mudou tão radicalmente desde que foi adoptada a carta do bolchevismo? A natureza da Sociedade das Nações? A função do pacifismo na sociedade capitalista? Ou a política dos Sovietes? Pôr a pergunta é responder-lhe.

A experiência mostrou prontamente que a participação na Sociedade das Nações não acrescentava nada às vantagens práticas que podiam ser asseguradas por acordos separados com os Estados burgueses, mas impunha em contrapartida restrições e obrigações meticulosamente cumpridas pela URSS no interesse do seu prestígio conservador recente. A necessidade de adaptar a sua política à da França e seus aliados impôs à URSS uma atitude das mais equívocas no conflito Italo-abissínio. Enquanto Litvinov, que não passava, em Genebra, da sombra de Laval, exprimia a sua

gratidão aos diplomatas franceses e ingleses pelos seus esforços «em favor da paz», tão honrosamente coroados pela conquista da Abissínia, o petróleo do Cáucaso continuava a abastecer a esquadra italiana. Pode compreender-se que o governo de Moscovo tenha evitado romper abertamente um acordo comercial; mas os sindicatos soviéticos não eram de modo algum obrigados a concordar com as obrigações do comissariado do comércio exterior. De facto, a cessação da exportação do petróleo soviético para a Itália, por decisão dos sindicatos soviéticos, teria sido certamente um ponto de partida de um movimento internacional de boicotagem bastante mais eficaz que as pérfidas «sanções» previstas por diplomatas e juristas de acordo com Mussolini. E se os sindicatos soviéticos, que recolheram em 1926, abertamente, fundos da ordem dos milhões de rublos para sustentar a greve dos mineiros britânicos, nada fizeram desta vez, foi porque a burocracia dirigente lhes interditou qualquer iniciativa deste género, principalmente por condescendência para com a França. Mas, na guerra que se aproxima, nenhuma aliança militar compensará a URSS pela perda de confiança dos povos das colónias e das massas trabalhadoras em geral. Será possível que ninguém o compreenda no Krenlim? «O fim principal do fascismo alemão», responde o órgão oficial de Moscovo, «era isolar a URSS. Pois bem, a URSS tem hoje no mundo mais amigos que nunca», *Izvestia*, 17 de Setembro de 1935. O proletariado italiano está sob o tacão do fascismo; a revolução chinesa foi vencida; o proletariado alemão encontra-se tão profundamente derrotado que plebiscitos de Hitler não encontram da sua parte nenhuma resistência; o proletariado da Áustria tem os pés e as mãos atados; os partidos revolucionários dos Balcãs encontram-se fora da lei; em França e em Espanha, os operários estão a reboque da burguesia radical. Mas o governo dos Sovietes tem, desde a sua entrada na Sociedade das Nações, «mais amigos que nunca no mundo inteiro!» Esta fanfarronada, fantástica à primeira vista, deixa de ser fanfarronada se a associarmos não ao Estado operário mas sim aos seus dirigentes. Porque foram precisamente as cruéis derrotas do proletariado mundial que permitiram à burocracia soviética usurpar o poder no seu próprio país e obter mais ou menos as boas graças da «opinião pública» dos países capitalistas. Quanto menos a Internacional Comunista é capaz de ameaçar as posições do capital, mais o governo do Krenlim parece aceitável às burguesias, francesa, checoslovaca e outras. A força da burocracia, tanto no exterior como no interior, está, assim, na proporção inversa da força

da URSS, Estado socialista e base da revolução proletária. Mas isto não passa do verso da medalha; e esta tem um reverso.

Lloyd George, cujas variações e manifestações sensacionais não são desprovidas de clarões de perspicácia, em 1934 punha em guarda a Câmara dos Comuns contra uma condenação da Alemanha fascista chamada a ser mais tarde a mais segura muralha da Europa face ao comunismo. «Saudá-la-emos um dia como uma amiga!». Palavras significativas! Os elogios semi-protectores, semi-irónicos, dispensados pela burguesia mundial ao Krenlim, não garantem a paz nem significam sequer uma atenuação do perigo de guerra. A evolução da burocracia soviética interessa à burguesia mundial, principalmente sob o ângulo da modificação das formas de propriedade. Napoleão I, ainda que tendo rompido radicalmente com as tradições do jacobinismo, tomado a coroa e restaurado a religião católica, continuou a ser objecto de ódio para toda a Europa dirigente semi-feudal, porque continuou a defender a nova propriedade saída da revolução.

Enquanto o monopólio do comércio externo não for abolido, enquanto os direitos do capital não forem restabelecidos, a URSS, apesar de todos os méritos dos seus governantes, continuará aos olhos da burguesia do mundo inteiro, um inimigo irreconciliável e o nacional-socialismo alemão um amigo, senão de hoje, pelo menos para o futuro. Quando das negociações de Barthou e Laval com Moscovo, a grande burguesia francesa recusou-se obstinadamente a jogar a carta soviética apesar da gravidade do perigo hitleriano e da brusca conversão do Partido Comunista francês ao patriotismo. Após a assinatura do pacto franco-soviético, Laval foi acusado pela esquerda de, agitando o espectro de Moscovo, ter procurado na realidade uma aproximação com Berlim e Roma contra Moscovo. Estas apreciações antecipam talvez um pouco os acontecimentos sem estarem, contudo, em contradição com o seu curso normal.

Qualquer opinião que se possa ter das vantagens e dos inconvenientes do pacto franco-soviético, nenhuma política revolucionária séria contestará ao Estado soviético o direito de procurar um apoio complementar nos acordos temporários com tal ou tal imperialismo. Interessa somente indicar às massas com clareza e lealdade o lugar que ocupa um acordo táctico, parcial, deste género, no sistema do conjunto das forças históricas. De modo algum é necessário, para fazer render o antagonismo entre a França e a Alemanha, idealizar o aliado burguês ou a combinação imperialista momentaneamente camuflada pela Sociedade das Na-

ções. Ora, a diplomacia soviética, seguida neste aspecto pela III Internacional, transforma sistematicamente os aliados episódicos de Moscovo em «amigos da paz», engana os operários falando em «segurança colectiva» e «desarmamento», e torna-se portanto uma filial política dos imperialistas no seio das massas operárias.

A memorável entrevista dada por Estaline ao presidente da Scripps-Howards Newspapers, Roy Howard, em 1 de Março de 1935, constitui um documento inapreciável, característico da cegueira burocrática nas grandes questões da política mundial e da hipocrisia das relações entre os chefes da URSS e o movimento operário mundial. À pergunta: «A guerra é inevitável?», Estaline responde: «Parece-me que as posições dos amigos da paz se tornam mais firmes; podem trabalhar em grande pois são apoiados pela opinião pública e dispõem de meios como a Sociedade das Nações». Nem o menor senso das realidades nestas palavras! Os Estados burgueses de modo algum se dividem em «amigos» e «inimigos» da paz; tanto menos que não há uma «paz» em si. Cada país imperialista está interessado na manutenção da sua paz e tanto mais quanto mais esta paz for pesada aos seus adversários. A fórmula comum a Estaline, Baldwin, Léon Blum e outros: «A paz seria realmente assegurada se todos os Estados se agrupassem na Sociedade das Nações para a defender», significa apenas que a paz seria assegurada senão houvesse razão para ser quebrada. A ideia é, sem dúvida, correcta mas pouco substancial. As grandes potências que ficaram fora da Sociedade das Nações preferem visivelmente a sua liberdade de movimentos a esta abstracção: «a paz». Porque têm elas necessidade de liberdade de movimentos? É o que mostrarão quando chegar a altura. Os Estados que se retiram da Sociedade das Nações, como o Japão e a Alemanha, ou se «colocam à parte» momentaneamente, como a Itália, têm também para isso razões suficientes. A sua ruptura com a Sociedade das Nações não faz senão modificar a forma diplomática dos antagonismos existentes sem fundamentalmente lhes trazer danos e sem tocar sequer na natureza da Sociedade das Nações. Os justos, que juram fidelidade inquebrantável à Sociedade das Nações, pretendem tirar resolutamente partido deste estado de coisas para a manutenção da *sua paz*. Mas não há acordo entre eles. A Inglaterra está disposta a prolongar a paz sacrificando os interesses da França na Europa ou na África. A França está disposta a sacrificar a segurança das comunicações marítimas do Império Britânico para obter o apoio da Itália. Todavia, para defender os seus próprios

interesses, cada potência está pronta a recorrer à guerra, uma guerra que seria naturalmente a mais justa das guerras. Os pequenos Estados, enfim, que, à falta de melhor, procuram um abrigo sob o tecto da Sociedade das Nações, encontrar-se-ão finalmente não do lado da paz mas do lado do grupo mais forte na guerra.

A Sociedade das Nações defende o *statu quo*: não é a organização da «paz» mas sim a da violência imperialista da minoria contra a imensa maioria da humanidade. Esta «ordem» só pode ser mantida por meio de guerras incessantes, pequenas e grandes, hoje nas colónias, amanhã entre as metrópoles. A fidelidade imperialista ao *statu quo* só tem um carácter convencional, temporário e limitado. A Itália pronunciava-se ontem pelo *statu quo* na Europa, mas não em África; qual será amanhã a sua política na Europa, ninguém o sabe. Mas a modificação das fronteiras na África já teve a sua repercussão na Europa. Hitler permitiu-se fazer entrar as suas tropas na Renânia porque Mussolini invadira a Etiópia. Seria difícil contar a Itália entre os «amigos» da paz. Entretanto, a França tem mais interesse na amizade italiana do que na amizade soviética. A Inglaterra, por seu lado, procura a amizade da Alemanha. Os grupos mudam, os apetites subsistem. A tarefa dos partidários do *statu quo* consiste, na realidade, em encontrar na Sociedade das Nações a combinação de forças mais favorável e a camuflagem mais cómoda para a preparação da próxima guerra. Quem virá a começá-la, e quando será, depende das circunstâncias secundárias, mas será necessário que alguém comece, porque o *statu quo* não passa de um vasto pelourinho.

O programa do «desarmamento» é apenas uma ficção — e das mais nefastas — enquanto subsistirem os antagonismos imperialistas. Mesmo que o desarmamento se realizasse por convenções — hipótese verdadeiramente fantástica! — nunca seria um impedimento à guerra. Não é por terem armas que os imperialistas fazem a guerra; pelo contrário fazem as armas quando têm necessidade de fazer a guerra. A técnica moderna criou a possibilidade de um rearmamento extremamente rápido. Todas as convenções de desarmamento ou de limitação de armamentos não impedem as fábricas de guerra, os laboratórios, as indústrias capitalistas no seu conjunto, de guardar o seu potencial. A Alemanha, desarmada sob o contróle atento dos vencedores, (única forma real de «desarmamento», diga-se de passagem), torna-se assim, graças à sua poderosa indústria, a cidadela do militarismo europeu. Ela prepara-se para desarmar, por sua vez, alguns dos seus vizinhos. A ideia do

«desarmamento progressivo» resume-se na tentativa de diminuir, em tempo de paz, as despesas militares exageradas, trata-se do cofre e não de amor à paz. E esta ideia também se mostra irrealizável. Como consequência das diferenças de situação geográfica, de potência económica e de saturação colonial, todas as normas de desarmamento significam modificação da relação de forças a favor de uns e em detrimento de outros. Daqui, a esterilidade das tentativas de Genebra. Em cerca de vinte anos, as negociações e conversações sobre o desarmamento só conduziram a uma nova rivalidade de armamentos que deixa muito para trás tudo o que se viu até aqui. Fundamentar a política revolucionária do proletariado sobre o programa do desarmamento não chega a ser construir sobre a areia, é tentar construí-la sobre a cortina de fumo que mascara o militarismo.

O abandono da luta de classes em proveito da guerra imperialista não pode ser assegurado sem o apoio dos chefes das organizações operárias de massas. As palavras de ordem que permitiram, em 1914, levar a tarefa a bom fim: «A última guerra», a «guerra contra o militarismo prussiano», a «guerra da democracia», estão muito desvalorizadas pela história dos vinte anos passados. A «segurança colectiva» e o «desarmamento geral» substituíram-nas. Sob pretexto de apoiar a Sociedade das Nações, os dirigentes das organizações operárias da Europa prepararam uma reedição da união sagrada, não menos necessária para a guerra do que os tanques, a aviação e os gases letais «proibidos».

A III Internacional nasceu de um protesto indignado contra o social-patriotismo. Mas o conteúdo revolucionário que lhe tinha insuflado a Revolução de Outubro está desde há muito delapidado. A Internacional Comunista coloca-se actualmente sob o signo da Sociedade das Nações, tal como a II Internacional, mas com uma provisão mais fresca de cinismo. Quando o socialista inglês Stafford Cripps chama à Sociedade das Nações uma associação internacional de brigões, o que sem dúvida não é polido mas a que não falta verdade, o *Times* pergunta ironicamente: «Como explicar então a adesão da URSS à Sociedade das Nações?». E não é fácil responder-lhe. A burocracia moscovita traz um poderoso concurso ao social-patriotismo, ao qual a Revolução de Outubro desferiu em seu tempo um golpe terrível.

Roy Howard tentou igualmente obter, para este assunto, uma explicação: «O que há», perguntou a Estaline, «sobre os vossos planos e as vossas intenções de revolução mundial?». — «Nós nunca tivemos tais desígnios». — «Mas então...» — «Isto é fruto de um equívoco.» — «Um equívoco

trágico?». — «Não, cómico, ou melhor trágico-cómico». Citámos textualmente. «Que perigo» (continua Estaline) «podem os Estados circundantes ver nos ideais dos cidadãos soviéticos, se estes Estados estão verdadeiramente firmes?». O entrevistador pode perguntar ainda: «E se eles não estão bem firmes». Estaline forneceu então outro argumento demolidor: «A exportação das revoluções é uma mentira. Cada país pode fazer a sua revolução se o desejar, mas se o não deseja, não haverá revolução. Assim, o nosso país quis fazer uma revolução e fê-la». Citámos ainda textualmente. Da teoria do socialismo num só país, a transição é de todo natural para a teoria da revolução num só país. Mas então para que existe a Internacional, teria podido perguntar o entrevistador, se não tivesse conhecido os limites legítimos da curiosidade. As tranquilizantes explicações de Estaline, lidas tanto pelos operários como pelos capitalistas, estão cheias de lacunas. Antes que a URSS tivesse querido fazer a sua revolução, importámos as ideias marxistas emprestadas a outros países e aproveitámos a experiência de outros. Tivemos durante anos uma emigração revolucionária que dirigia a luta na Rússia. Fomos, moral e materialmente, apoiados por organizações operárias da Europa e da América. Organizámos em 1919, a seguir à nossa vitória, a Internacional Comunista. Temos várias vezes proclamado que o proletariado do país revolucionário vitorioso tem a obrigação moral de prestar o seu auxílio às classes oprimidas e revoltadas, e isto não só no campo das ideias mas também, se possível, de armas na mão. Não nos contentámos em declará-lo. Apoiámos pela força das armas os operários da Finlândia, da Letónia, da Estónia, de Geórgia. Tentámos, fazendo marchar sobre Varsóvia os exércitos vermelhos, dar ocasião ao proletariado polaco para um levantamento. Mandámos organizadores e instrutores militares aos revolucionários chineses. Reunimos, em 1926, milhões de rublos para os grevistas ingleses. Parece, actualmente, que isto não passou de um mal-entendido trágico? Não, cómico, Estaline não se enganou ao dizer que a vida na URSS se tornou «alegre»; também a Internacional Comunista, de personagem séria tornou-se em personagem cómica.

Estaline teria podido convencer melhor o seu interlocutor se, em vez de caluniar o passado, tivesse afirmado claramente a oposição da política termidoriana à política de Outubro. «Aos olhos de Lenine», podia ter dito, «a Sociedade das Nações destinava-se a preparar novas guerras imperialistas, nós vemos nela o instrumento da paz. Lenine considerava inevitável as guerras revolucionárias, nós con-

sideramos a exportação das revoluções uma mentira. Lenine considerava uma traição a aliança do proletariado com a burguesia imperialista, contra ela empurramos nós o proletariado internacional com todas as nossas forças. Lenine ridicularizava a palavra de ordem de desarmamento em regime capitalista e via nela uma falta de sinceridade para com os trabalhadores, nós construímos toda a nossa política sobre esta palavra de ordem. E o vosso mal-entendido trágico-cómico», poderia concluir Estaline, «consiste em sermos tomados por continuadores do bolchevismo quando somos na realidade os seus coveiros».

O Exército Vermelho e a sua doutrina

O soldado russo de outros tempos, formado nas condições patriarcais da «paz» campestre, distinguia-se sobretudo pelo seu espírito cegamente gregário. Suvorov, generalíssimo dos exércitos de Catarina II e de Paulo I, foi o mestre incontestado de exércitos de servos. A grande Revolução Francesa liquidou para sempre a arte militar da velha Europa e da Rússia dos czares. Sem dúvida que o império juntou mais tarde à sua história grandes conquistas, mas não tornou a conhecer mais vitórias sobre os exércitos dos países civilizados. Foram necessárias derrotas nas guerras externas e convulsões no interior para retemperar o carácter nacional dos exércitos russos. O exército vermelho só podia nascer sobre uma nova base social e psicológica. A passividade, o espírito gregário e a submissão à natureza, deram lugar, nas novas gerações, à audácia e ao culto da técnica. Ao mesmo tempo que o indivíduo despertava, o nível cultural melhorava. Os recrutas iletrados tornaram-se cada vez menos numerosos; o exército vermelho não licenciava um homem que não saiba ler e escrever; todos os desportos são praticados com entusiasmo. A insígnia de bom atirador tornou-se popular entre os empregados, os operários, os estudantes. Os esquis dão às unidades do exército, no inverno, extraordinária mobilidade anteriormente desconhecida. Resultados notáveis foram obtidos no paraquedismo, no voo planado, na aviação. A exploração da aviação no Ártico e na estratosfera estão presentes em todos os espíritos. Estes cumes indicam toda uma cadeia de alturas conquistadas.

Entretanto, não há necessidade de idealizar a organização ou as qualidades operacionais que foram as do exército vermelho durante a guerra civil. Estes anos foram para os

jovens quadros os de um grande baptismo. De simples soldados do exército imperial, de oficiais subalternos, de lugar-tenentes, revelam-se organizadores e capitães; a sua vontade temperou-se em grandes lutas. Estes autodidatas foram batidos mas acabaram por vencer. Os melhores de entre eles, lançaram-se em seguida ao estudo com aplicação. Dos chefes militares de hoje que passaram pela escola da guerra civil, a maior parte acabou os estudos na Academia Militar ou seguiu cursos especiais de aperfeiçoamento. Cerca de metade dos oficiais superiores recebeu uma instrução militar adequada, os outros têm uma instrução média. A teoria deu-lhes a disciplina indispensável do pensamento, sem matar a audácia estimulada pelas operações dramáticas da guerra civil. Esta geração tem agora entre quarenta e cinquenta anos, a idade do equilíbrio das forças físicas e morais, em que a iniciativa ousada se apoia sobre a experiência, sem ser entorpecida por ela.

O partido, as Juventudes comunistas, os sindicatos até mesmo independentemente da maneira como se desempenham da sua missão socialista, formam numerosos quadros de administradores habituados a manejar as massas humanas e as massas de mercadorias e a identificar-se com o Estado: tais são as reservas naturais dos quadros do exército. A preparação da juventude no serviço militar constitui uma outra reserva. Os estudantes formam batalhões de escolares, capazes, em caso de mobilização, de se tornarem escolas de aspirantes. Basta dizer, para se avaliar a importância destes recursos, que o número de estudantes saídos das escolas superiores atinge neste momento 80 000 por ano, o número total de estudantes passa de meio milhão e o dos alunos do conjunto dos estabelecimentos de ensino aproxima-se de vinte e oito milhões.

No domínio da economia, e sobretudo no da indústria, a revolução social assegurou à defesa do país vantagens com as quais a velha Rússia não podia sonhar. Os métodos de planificação significam, na realidade, a mobilização da indústria e permitem colocar-se sob o ponto de vista da defesa desde a construção e aparelhagem de novas empresas. Podemos considerar a relação entre a força viva e a força técnica do exército vermelho, ao mesmo nível dos exércitos mais avançados do Ocidente. O renovamento do material de artilharia completou-se com um êxito decisivo durante o primeiro período quinquenal. Somas enormes foram consagradas à construção de auto-blindados, camiões, de tanques e de aviões. O país possui cerca de meio milhão de tractores e deve fabricar 60 000 em 1936, com uma força

global de 8,5 milhões de cavalos-vapor. A construção dos carros de assalto prossegue paralelamente. Prevêem-se trinta a quarenta e cinco carros para um quilómetro de frente activa em caso de mobilização.

A seguir à Grande Guerra, a esquadra encontrava-se reduzida de 548 000 toneladas em 1917 a 82 000 toneladas em 1928. Era necessário começar pelo princípio. Em Janeiro de 1936 Toukhatchevsky declarava ao executivo: «Nós criámos uma esquadra poderosa concentrando os primeiros esforços nos submarinos». Devemos admitir que o almirantado japonês estará bem informado dos avanços obtidos neste domínio. O Báltico serve, neste momento, de objecto a uma atenção equivalente. E por isso, nos anos que virão, a esquadra do alto mar só poderá aspirar a um papel secundário na defesa das fronteiras marítimas.

Em contrapartida, a força aérea tomou um belo impulso. Há mais de dois anos que uma delegação de técnicos franceses da aviação exprimiu sobre este assunto, segundo a imprensa, «o seu espanto e admiração». A delegação pôde convencer-se que o exército vermelho construíra em número crescente pesados aviões bombardeiros com um raio de acção de 1 200 e 1 500 quilómetros. Em caso de conflito no Extremo Oriente, os centros políticos e económicos do Japão estariam expostos aos ataques dos aviões da região marítima de Vladivostok. As informações prestadas à Imprensa fazem-nos saber que o plano quinquenal prevê a formação de sessenta e dois regimentos de aviação, capazes de pôr em linha cinco mil aparelhos (para 1935). Não há razão para duvidar que neste aspecto o plano foi executado e até, provavelmente, ultrapassado.

A aviação está indissoluvelmente ligada a um ramo de indústria que não existia outrora na Rússia, mas que fez enormes progressos no decorrer dos últimos tempos: a química. Não é segredo que o governo soviético, como aliás todos os governos, não acreditou um só instante nas «interdições» tantas vezes repetidas da guerra com gases. A obra dos «civilizadores» italianos na Abissínia mostrou mais uma vez o que valem as limitações humanitárias da pilhagem internacional. Pode pensar-se que o exército vermelho esteja prevenido contra surpresas catastróficas da guerra química ou bacteriológica — as regiões mais misteriosas e mais terrificantes do armamento — tanto como os exércitos do Ocidente.

A qualidade dos produtos da indústria de guerra deve provocar dúvidas legítimas. Lembremos, a este propósito, que os meios de produção na URSS são de melhor quali-

dade que os artigos de consumo. Onde os comandos passaram por grupos influentes da própria burocracia dirigente, a qualidade da produção eleva-se acima do seu nível normal, que é muito baixo. Os serviços de guerra são os clientes mais influentes da indústria. Não nos espantamos pois que os aparelhos de destruição sejam de uma qualidade superior aos artigos de consumo e até aos meios de produção. A indústria de guerra é como se fosse uma parte da indústria em geral e reflecte, ainda que atenuados, todos os defeitos desta. Vorochilov e Toukhatchevsky não perdem ocasião de dizer publicamente aos administradores: «Nós não estamos em geral satisfeitos com a qualidade de material que fornecem ao exército vermelho». É de crer que se exprimam em termos mais concretos entre dirigentes da defesa. Regra geral, os artigos de fardamento são inferiores em qualidade aos do armamento e munições. As botas são piores que as metralhadoras. O motor do avião, apesar dos grandes progressos realizados, está ainda atrasado em relação aos melhores modelos do Ocidente. O antigo objectivo — aproximar o mais possível do nível atingido pelo inimigo futuro — subsiste quanto à técnica da guerra.

A situação é mais deplorável na agricultura. Em Moscovo repete-se frequentemente que, tendo o rendimento da indústria ultrapassado o da agricultura, a preponderância na URSS passou da agricultura para a indústria. Na verdade, as proporções novas dos rendimentos são menos determinadas pelo crescimento de indústria, por mais importantes que seja, do que pelo nível extremamente baixo da agricultura. O espírito extraordinariamente conciliador de que fez prova durante anos a diplomacia soviética no caso do Japão, foi devido, entre outras causas, a graves dificuldades de reabastecimento. Os últimos três anos trouxeram porém uma melhoria real e permitiram criar excelentes bases de reabastecimento para defesa do Extremo Oriente. Por mais paradoxo que pareça, é a falta de cavalos que constitui para o exército o ponto mais vulnerável. A colectivização total provocou a perda de cerca de 55% dos cavalos. Ora, apesar da motorização, o exército actual necessita de um cavalo para três soldados, como no tempo de Napoleão. Notou-se uma viragem favorável durante o ano passado, tendo começado a crescer o número dos cavalos. Em todo o caso, mesmo que a guerra começasse dentro de poucos meses, um país de 170 milhões de habitantes teria sempre possibilidade de mobilizar os recursos e os cavalos necessários para a frente, em detrimento, como é de ver, do conjunto da população. Mas em tempo de guerra, as massas

populares de todos os países não podem esperar, em geral, mais do que fome, gases e epidemias.

A Grande Revolução Francesa criou o seu exército amalgamando as formações novas e as tropas de linha do exército real. A revolução de Outubro liquidou completamente o exército do velho regime. O exército vermelho foi uma criação nova, começada pela base. Nascido ao mesmo tempo que o regime soviético, o exército partilhou todas as vicissitudes deste. A sua superioridade incomensurável sobre o exército do czar, deve-a exclusivamente à profunda transformação social. O exército não foi poupado pela degenerescência do regime soviético; esta degenerescência, pelo contrário, encontrou no exército a sua expressão mais completa. Antes de tentar determinar o papel possível do exército vermelho no próximo cataclismo, é necessário determinar-nos um momento sobre a evolução das suas ideias mestras e da sua estrutura.

O decreto do Conselho dos Comissários do Povo de 12 de Janeiro de 1918, que criou um exército regular, fixou nos seguintes termos o seu objectivo:

«A passagem do poder para as classes trabalhadoras e exploradas torna necessário um exército novo que será o guardião do poder dos soviets e o apoio da próxima revolução socialista da Europa». Quando repetem no 1.º de Maio o «juramento socialista», cujo texto foi mantido desde 1918 e ainda é o mesmo neste momento, os jovens soldados vermelhos «comprometem-se» diante das classes trabalhadoras e exploradas da Rússia e do Mundo a «combater pelo socialismo e pela fraternidade dos povos sem poupar as suas forças nem as suas vidas». Quando Estaline diz que o internacionalismo da revolução é um «mal-entendido cómico», falta ao respeito aos decretos fundamentais do poder dos soviets, não abolidos ainda hoje.

O exército vivia, naturalmente, das mesmas ideias que o Partido e o Estado. A legislação, a imprensa, a agitação, inspiravam-se no mesmo título da revolução mundial concebida como um objectivo. O programa do internacionalismo revolucionário revestiu um aspecto excessivo nos serviços da guerra. O defunto Goussiev, que foi durante certo tempo o chefe do serviço político do exército, e mais tarde um dos mais próximos colaboradores de Estaline, escrevia em 1921 numa revista militar: «Nós preparamos o exército do proletariado, não só para nos defendermos da contra-revolução burguesa e senhorial, mas também para as guerras revolucionárias e ofensivas contra as potências imperialistas». Goussiev reprovava ao chefe do exército vermelho

a preparação insuficiente do exército para as suas tarefas internacionais. O autor deste livro explicou na imprensa ao camarada Goussiev que as forças armadas são chamadas a desempenhar nas revoluções estrangeiras um papel auxiliar e não principal; não podem apressar o desfecho e facilitar a vitória a não ser que existam condições favoráveis. «A intervenção militar é útil como o forceps do parteiro; usado a tempo, pode abreviar as dores do parto; mas prematuramente só pode causar abortos» (5 de Dezembro de 1921). Não podemos infelizmente expor aqui como conviria, a história das ideias sobre este importante capítulo. Note-se entretanto que Toukhatchevsky, hoje marechal, propôs em 1921 ao Congresso da Internacional Comunista construir, ao lado do comité da Internacional Comunista, um «estado maior internacional»: esta interessante carta foi publicada na época, num conjunto de artigos intitulado «A guerra de classes». Dotado para o comando, mas de uma impetuosidade exagerada, este capitão aprendeu num artigo escrito em sua intenção que «o estado maior internacional pode ser criado pelos estados maiores nacionais dos diversos estados proletários e, não sendo assim, um estado maior internacional tornar-se-ia inevitavelmente caricatural». Estaline evitava o mais possível tomar posição sobre as questões de princípio, sobretudo novas, mas numerosos dos seus futuros companheiros situavam-se nessa altura «à esquerda» da direcção do partido e do exército. As suas ideias continham inúmeros exageros ingénuos, ou, se se preferir, «mal-entendidos cómicos». Uma grande revolução será possível sem isto? Nós combatíamos a «caricatura» extremista do internacionalismo, muito antes de termos de voltar as nossas armas contra a teoria não menos caricatural, do «socialismo num só país».

Ao encontro das concepções que se estabeleceram em seguida retrospectivamente, a vida ideológica do bolchevismo foi muito intensa, precisamente na época mais penosa da guerra civil. Largas discussões tinham lugar em todos os escalões, do partido, do Estado, ou do exército, principalmente sobre questões militares; a política dos dirigentes era submetida a uma crítica livre e por vezes cruel.

O chefe do exército escrevia então na revista militar mais influente, a propósito do excesso de zelo da censura: «Concordo de boa vontade que a censura tem feito uma série de asneiras e acho necessário chamar à modéstia esta honorável autoridade. A censura tem por missão velar pelos segredos de guerra. O resto não lhe diz respeito». (23 de Fevereiro de 1919).

O episódio do estado maior internacional foi de pouca importância na luta ideológica, porquanto, sem sair dos limites traçados pela disciplina de acção, trouxe a formação duma espécie de facção de oposição no exército, pelo menos nos meios dirigentes. A escola «doutrina proletária da guerra», à qual pertenciam ou aderiram Frounzé, Goussiev, Toukhatchevsky, Vorochilov e outros, partia da convicção a priori de que o exército vermelho, tanto nos seus fins políticos e na sua estrutura, como na sua estratégia e tática, não devia ter nada de comum com os exércitos nacionais dos países capitalistas. A nova classe dominante devia ter em todos os aspectos um sistema político diferente. Só faltava criá-lo. Durante a guerra civil, esta escola não se limitou a formular protestos de princípio contra a utilização de generais, isto é, de antigos oficiais do exército do czar e a criticar o comando superior com as improvisações locais e os atentados incessantes contra a disciplina. Os promotores mas decisivos da nova tese tentaram mesmo condenar em nome dos princípios da «manobra» e da «ofensiva», erigidos em imperativos absolutos, a organização centralizada do exército que arriscava entrar a iniciativa revolucionária sobre os futuros campos de batalha internacionais. Era, no fundo, uma tentativa para elevar os métodos da guerra de guerrilhas do princípio da guerra civil à altura de um sistema permanente e universal. Os capitães pronunciavam-se com tanto mais calor pela nova doutrina que não queriam estudar a antiga. Tsaritsyne (hoje Estalinegrado) era o centro principal destas ideias; Boudienny e Vorochilov (e um pouco mais tarde Estaline) por aí começaram a sua actividade militar.

Isto não significa que a paz venha se se tentar coordenar estas tendências novas e delas fazer uma doutrina. Um dos melhores chefes da guerra civil, um antigo forçado político, Frounzé, tomou esta iniciativa apoiado por Vorochilov e em parte por Toukhatchevsky. No fundo, a doutrina proletária da guerra era fortemente análoga à da «cultura proletária», da qual compartilhou inteiramente o carácter esquemático e metafísico. Os poucos trabalhos deixados pelos seus autores não encerram mais do que umas poucas receitas práticas e nada novas, tiradas por dedução de uma definição standardizada de proletariado — classe internacional na ofensiva — isto é, de abstrações psicológicas e não inspiradas pelas condições reais de lugar e de tempo. O marxismo, exaltado em cada linha, dava lugar ao mais puro idealismo. Dando conta da sinceridade destes erros, não é difícil descobrir neles todavia o germe da suficiência buro-

crática, desejosa de pensar e de obrigar os outros a pensar, que ela é capaz de realizar milagres históricos em todos os domínios sem preparação especial e até sem bases materiais.

O chefe do exército respondia, nessa época, a Frounzé:

«Não duvido, pelo meu lado, que um país socialista, *provido de uma economia socialista desenvolvida*, se fosse constringido a fazer guerra a um país burguês, a sua estratégia teria um aspecto completamente diferente. Mas isto não nos dá razão de querer *imaginar, hoje, uma estratégia proletária*. Desenvolvendo a economia socialista, elevando o nível cultural das massas, enriquecemos sem dúvida alguma a arte militar com novos métodos, por isso, introduzamo-nos com método na escola dos países capitalistas avançados sem tentarmos deduzir por processos lógicos, da natureza do proletariado, uma estratégia nova».

Arquimedes prometeu levantar a terra desde que lhe dessem um ponto de apoio. Foi bem dito. Mas se lhe tivessem dado o ponto de apoio, ele aperceber-se-ia que a alavanca lhe faltava. A revolução vitoriosa deu-nos um novo ponto de apoio mas, para erguer a terra, as alavancas estão ainda por construir.

A «doutrina proletária da guerra» foi rejeitada pelo partido como a sua irmã mais velha, a doutrina da «cultura proletária». Posteriormente, os seus destinos foram diferentes. Estaline e Boukharine tornaram a levantar a bandeira da «cultura proletária», sem resultados apreciáveis, é verdade, durante sete anos que separaram a proclamação do socialismo num só país da liquidação de todas as classes (1924-1931). A «doutrina proletária da guerra», em contrapartida, não voltou a renascer, embora os seus antigos promotores fossem prontamente encontrados no poder. A diferença entre os destinos de duas doutrinas tão semelhantes é bastante característica da sociedade soviética. A «cultura proletária» abraçava imponderáveis e a burocracia propunha tanto mais generosamente esta compensação ao proletariado quanto mais brutalmente o afastava do poder. Pelo contrário, a doutrina militar tocava ao vivo os interesses da defesa e os do grupo dirigente, não deixava lugar a fantasias ideológicas. Os antigos adversários da utilização dos generais tinham-se tornado entretanto, eles mesmos, generais; os promotores do estado maior internacional tinham-se juntado sob a égide «do estado maior de um só país»; a doutrina da «segurança colectiva» substituiu a da «guerra de classes»; a perspectiva da revolução mundial cedeu lugar ao

culto do *statu quo*. Era preciso, para inspirar confiança aos aliados hipotéticos e não irritar de maneira nenhuma os adversários, assemelhar-se o mais possível aos exércitos capitalistas e não se distinguir deles por preço algum. As modificações de doutrina e de fachada dissimulavam entretanto processos sociais de uma importância histórica. O ano de 1935 foi marcado pelo exército com uma espécie de duplo golpe de Estado: no aspecto do sistema das milícias e no aspecto dos quadros.

A liquidação das milícias e restabelecimento dos postos

Em que medida as forças armadas soviéticas correspondem, cerca de vinte anos após a revolução, ao tipo pretendido pelo programa do partido bolchevique?

O exército da ditadura do proletariado deve ter, segundo o programa do partido, «um nítido carácter de classe, isto é, compor-se exclusivamente de proletários e de camponeses pertencentes aos grupos pobres semi-proletários da população dos campos. Este exército de classe só se tornará uma milícia de todo o povo após a supressão das classes». Renunciando por um tempo a um exército *representante da totalidade do povo*, o partido não renunciava ao sistema de milícias. Pelo contrário, uma decisão do VIII Congresso do Partido Comunista diz: «Fundámos as milícias sobre uma base de classe e transformamo-las em milícias socialistas». O objectivo era criar um exército «tanto quanto possível sem casernas, isto é, em condições próximas das da classe operária no trabalho». As diversas unidades deviam corresponder às fábricas, às minas, aos burgos, às comunas agrícolas e a outras formações orgânicas, «providas de um comando e de reservas locais de armamento e de reabastecimento». A coesão regional, escolar, industrial e desportiva da juventude, devia substituir vantajosamente o espírito militar inculcado pela caserna e implantar uma disciplina consciente sem recorrer a um corpo de oficiais de carreira dominando o exército.

Como é isto que corresponde melhor à natureza da sociedade socialista, a milícia exige uma economia avançada. O exército aquartelado está colocado em condições artificiais; o exército territorial exprime muito mais directamente o estado real do país. Quanto mais a cultura é primitiva, maior é a diferença entre a cidade e o campo, menos a milícia será homogénea e bem organizada. A insuficiência

das vias férreas, das estradas e das vias fluviais, a falta de autoestradas, a fraqueza do transporte automóvel, condenam o exército territorial, nas primeiras semanas críticas e nos primeiros meses de guerra, a uma extrema lentidão. Para assegurar a cobertura das fronteiras durante a mobilização, assim como os transportes estratégicos e a concentração das forças, é necessário dispôr ao mesmo tempo que das milícias, de um exército permanente.

O chefe do exército escrevia em 1924: «É necessário ter sempre em vista as duas considerações seguintes: se o estabelecimento do regime soviético criou pela primeira vez a possibilidade de um sistema de milícias, o tempo que gastaremos a chegar até aí será determinado pelo estado geral da cultura do país — técnica, comunicações, instrução, etc. As bases políticas da milícia estão firmemente estabelecidas entre nós, mas as suas bases económicas e culturais estão muito atrasadas. Se existissem as condições materiais, o exército territorial, longe de perder com o exército permanente, seria concretamente superior. A URSS paga cara a sua defesa, por ser demasiado pobre para ter um exército territorial que se tornaria mais barato. Não nos espantemos de facto: é precisamente por ser pobre que a URSS se curva sob o fardo de uma custosa burocracia.

O mesmo problema se nos apresenta com uma considerável constância em todos os domínios da vida social sem excepção, e é o da desproporção entre a base económica e a superestrutura social. Na fábrica, no kolkhoze, na família, na escola, na literatura, no exército, todas as relações assentam na contradição entre o baixo nível (mesmo do ponto de vista capitalista) das forças de produção e as formas de propriedade, socialistas em princípio.

As novas relações sociais provocam uma ascensão da cultura. Mas a cultura insuficiente rebaixa as formas sociais. A realidade soviética é a resultante destas duas tendências. No exército, graças à cultura perfeitamente concreta do organismo, a resultante é medida por números bastante exactos. As proporções das unidades permanentes e territoriais podem servir de índices e medir-se assim a progressão para o socialismo.

A natureza e a história atribuíram à URSS fronteiras abertas, a 10 000 quilómetros uma da outra, com uma população dispersa e más estradas. Em 15 de Outubro de 1924 a antiga direcção do exército, nos últimos meses da sua actividade convidava, mais uma vez, o país a não esquecer:

«A organização das milícias só poderá ter num futuro próximo um carácter necessariamente preparatório. Toda a progressão neste sentido deve ser-nos comandada pela verificação rigorosa dos resultados adquiridos». Mas em 1925 abre-se uma nova era: os antigos protagonistas da «doutrina proletária da guerra» chegam ao poder. Na verdade, o exército territorial estava radicalmente em contradição com o ideal da «ofensiva» e «manobra» que tinha sido o desta escola. Mas esquecia-se pouco a pouco a revolução mundial. Os novos chefes esperavam evitar as guerras, «neutralizando» a burguesia. Nos anos que se seguiram, 74% dos efectivos do exército passaram ao sistema das milícias.

Enquanto a Alemanha permaneceu desarmada e primeiramente «amiga», o quartel general de Moscovo contou, no que respeita às fronteiras ocidentais, com as forças dos vizinhos da U. R. S. S.: Polónia, Roménia, Lituânia, Letónia, Estónia, Finlândia, devendo estes adversários ser provavelmente apoiados por maiores potências e sobretudo pela França. Nestes tempos longínquos (terminaram em 1933) a França não era ainda a amiga providencial da paz. Os estados limítrofes podiam, todos juntos, pôr em linha cerca de 120 divisões de infantaria, isto é, 3 500 000 homens aproximadamente. O plano de mobilização do exército vermelho tendia a assegurar a concentração na fronteira ocidental de forças mais ou menos equivalentes. No Extremo Oriente, as condições particulares do teatro da guerra obrigam também a contar com centenas de milhares de combatentes. Para 100 homens em acção, são precisos num ano 75 substitutos. Dois anos de guerra deviam custar ao país — desprezando os soldados que, após saída dos hospitais, partiriam de novo para a frente — 10 a 12 milhões de homens. O exército vermelho só contava até 1935 com 562 000 homens, 620 000 incluindo as tropas da GPU, sendo 40 000 oficiais. Destas forças, 74% pertenciam às divisões territoriais e só 26% a unidades aquarteladas. Poder-se-ia desejar melhor prova da vitória do sistema de milícias — à razão não de 100% mas de 74% e em todo o caso a título «definitivo e irrevogável»?

Todos estes cálculos, bastante precários por si próprios, foram postos em questão quando Hitler chegou ao poder. A Alemanha armava-se febrilmente e, em primeiro lugar, contra a U. R. S. S. A perspectiva de uma coexistência pacífica com o capitalismo acabou-se imediatamente. A ameaça

de guerra, cada vez mais certa, obrigou o governo soviético a modificar radicalmente a estrutura do exército vermelho, elevando os seus efectivos a 1 300 000 homens. Nesta hora, o exército compreende 77% de divisões chamadas «de quadros» e 23% de divisões territoriais! Esta eliminação das formações territoriais parece-se muito com o abandono do sistema de milícias, se sonharmos que não se trata de uma paz sem nuvens, de uma possibilidade de guerra, o que torna o exército indispensável. A experiência histórica mostra assim, sobretudo num domínio em que os gracejos são decentes, menos que em qualquer outro, que só se conquista «definitiva e irrevogavelmente» o que está assegurado pela base de produção da sociedade.

A queda de 74% para 23% parece mesmo assim excessiva. É preciso querer que ela não se produziu sem uma pressão «amigável» do estado maior francês. É mais provável ainda que a burocracia tenha escolhido o momento oportuno de terminar com este sistema por motivos ditados em larga medida pela política. As divisões territoriais estão, por definição, sob dependência directa da população e esta é, sob o ponto de vista socialista, a grande vantagem das milícias; é também o seu inconveniente do ponto de vista do Krenlim. É, com efeito, por causa do medo de uma grande proximidade entre o exército e o povo, que as autoridades dos países capitalistas avançados, onde tecnicamente o sistema de milícias seria perfeitamente realizável, o recusam. A viva fermentação do exército vermelho durante a execução do primeiro plano quinquenal foi, certamente, mais um motivo para reformar as divisões territoriais.

A nossa hipótese seria, seguramente, confirmada por um gráfico com a composição do exército vermelho antes e depois da reforma; mas nós não o temos; e se o tivéssemos, não nos permitiríamos comentá-lo aqui. Um facto é notório, que só é susceptível de uma interpretação; no momento em que o governo soviético reduz de 51% a proporção das milícias territoriais, restabelece as unidades cossacas, únicas formações territoriais do velho regime! A cavalaria é sempre o elemento privilegiado e conservador de um exército. Os cossacos foram, em tempos, a parte mais conservadora da cavalaria. Durante a guerra e a revolução serviram de força de polícia, primeiro ao czar, depois a Kerensky. Sob o regime dos soviets foram invariavelmente Vendeanos. A colectivização processada entre eles com uma particular violência, não conseguiu modificar as suas tradições nem a sua mentalidade. Em contrapartida, foi-lhes concedido, a título excepcional, possuírem cavalos

e outros favores ainda não lhes faltam, escusado será dizer. Os cavaleiros das estepes encontrar-se-ão de novo ao lado dos privilegiados contra os descontentes. Será possível duvidar? Em presença das incessantes medidas de repressão tomadas contra a juventude operária da oposição, a reaparição dos galões e dos cossacos com chapéus bélicos torna-se um dos sinais mais gritantes do Termidor.

O decreto que restabeleceu o corpo de oficiais em todo o seu esplendor burguês desferiu um golpe ainda mais duro aos princípios da revolução de Outubro. Com os seus defeitos, mas também com as suas qualidades inapreciáveis, os quadros do exército vermelho formaram-se na revolução e na guerra civil. A juventude, privada de uma actividade política livre, dá também excelentes comandantes vermelhos. Por outro lado a degenerescência progressiva do Estado não deixou de se fazer sentir no comando. Vorochilov, pronunciando numa conferência pública verdades primárias sobre o exemplo que os comandantes devem dar aos seus subordinados, achou bem confessar: «não posso, com grande pena, elogiar muito, os quadros não acompanham com frequência os progressos realizados nas fileiras, os comandantes são frequentemente incapazes de fazer face às novas situações», etc. Estas amargas confissões do mais alto chefe do exército, em princípio pelo menos, podem inquietar mas não espantar: o que Vorochilov diz do comando aplica-se a toda a burocracia. É verdade que o orador não admite que passem a arranjar-se dirigentes entre os «atrasados», pois eles repreendem toda a gente, em qualquer circunstância, e multiplicam as imposições para estar à altura. Mas a verdade é que a corporação incontrolada dos «chefes», à qual Vorochilov pertence, é a principal causa dos estados atrasados, da rotina, e de muitas outras coisas.

O exército não passa de um elemento da sociedade e sofre de todas as doenças desta; sofre principalmente quando sobe a temperatura. O ofício da guerra é muito severo para se adaptar a ficções e falsificações. O exército de uma revolução tem necessidade da crítica. O comando precisa de um contróle democrático. Os organizadores do exército vermelho reconheceram-no desde o princípio, e tanto que acharam necessária a elegibilidade dos chefes. A decisão capital do partido, a este respeito, diz o seguinte: «O crescimento do espírito de corpo das unidades e a formação do espírito crítico dos soldados com respeito a estes mesmos e aos seus chefes, criam as condições favoráveis à aplicação cada vez mais ampla do princípio

de elegibilidade dos chefes». Mas, quinze anos após a adopção desta medida — tempo bastante, parece, para firmar o espírito de corpo e a autocritica — os dirigentes soviéticos tomam o caminho oposto.

O mundo civilizado, amigo e inimigo, soube, em Setembro de 1935, não sem admiração, que o exército vermelho tinha de ora avante uma hierarquia de oficiais a começar em tenente e a acabar em marechal. O Chefe supremo do exército, Toukatchevsky, explicou que «o restabelecimento dos postos criava uma base mais estável aos quadros do exército, tanto técnicos como de comando». Explicação intencionalmente equívoca. O comando firma-se principalmente, devido à confiança dos homens. Foi precisamente por isso que o exército vermelho começou pela extinção do corpo de oficiais. O restabelecimento duma casta hierárquica não é de modo algum exigido pelos interesses da defesa. O que importa, praticamente, é o comando e não o posto. Os engenheiros e os médicos não têm posto; no entanto a sociedade encontra maneira de os colocar nos seus lugares. O direito a um posto de comando é assegurado pelos conhecimentos, pelo talento, pelo carácter, pela experiência, factores que requerem uma apreciação incessante e individual. O posto de major não acrescenta nada ao comandante de um batalhão. As estrelas de marechal não conferem aos cinco chefes superiores do exército vermelho novos talentos nem mais autoridade. Realmente, a «base estável» é oferecida não ao exército, mas ao corpo de oficiais pelo preço do seu afastamento do exército. Esta reforma visa um fim puramente político: dar ao corpo de oficiais um peso social. Molotov reconhece-o quando justifica o decreto pela necessidade de «aumentar a importância dos quadros dirigentes do exército». Ao proceder assim, não se limitam a restabelecer os postos. Constroem-se à pressa habitações para os oficiais. Em 1936, 47 000 quartos devem ser postos à sua disposição; uma verba superior em 57% aos créditos do ano precedente, é consagrada à sua manutenção. «Aumentar a importância dos quadros dirigentes», é pois ligar mais estreitamente os oficiais aos meios dirigentes, enfraquecendo a sua ligação com o exército.

Facto digno de ser sublinhado: os reformadores não acharam necessário inventar novos nomes para os postos; pelo contrário, limitaram-se manifestamente a imitar o Ocidente. Na mesma ocasião revelaram o seu calcanhar de Aquiles, não ousando restabelecer o posto de general que em russo suscita muita ironia. A imprensa soviética,

comentando a promoção de cinco marechais — escolhidos, note-se de passagem, mais pela sua devoção pessoal a Estaline do que pelos seus talentos e serviços prestados — não deixou de evocar o antigo exército czarista «com o seu espírito de casta, a sua veneração pelos postos e o seu servilismo hierárquico». Porquê, então imitá-lo tão profundamente? A burocracia, criando privilégios, usa a todo o instante argumentos que serviram, não há muito, para destruir os antigos privilégios. A insolência combina-se assim com a pusilaminidade e completa-se com doses cada vez mais fortes de hipocrisia.

Tão inesperado quanto possa parecer o restabelecimento do «espírito de casta, da veneração pelos postos e do servilismo hierárquico», o governo, provavelmente, não tinha escolha. A designação dos comandantes pelos seus méritos pessoais só é possível quando a crítica e a iniciativa se manifestam livremente num exército colocado sob o contróle da opinião pública. Uma rigorosa disciplina pode perfeitamente acomodar-se com a maior burocracia e até nela encontrar apoio. Mas nenhum exército pode ser mais democrático do que o regime que o sustenta. O burocratismo, com a sua rotina e a sua suficiência, não deriva de necessidades específicas da organização militar mas de necessidades políticas dos dirigentes. Estas necessidades só encontram no exército a sua expressão mais completa. O restabelecimento da casta dos oficiais, dezoito anos após a sua supressão revolucionária, atesta com igual força qual o abismo cavado entre dirigentes e dirigidos, quanto perdeu já o exército as qualidades essenciais que lhe permitiam denominar-se em exército *vermelho* e quanto o cinismo da burocracia, que faz leis, foi consequência desta desmoralização.

A imprensa burguesa não se enganou sobre o sentido desta contra-reforma. *Le Temps* escrevia, em 25 de Setembro de 1935: «Esta transformação exterior é um dos sinais da transformação profunda que se realiza neste momento em toda a União Soviética. O regime, tendo-se consolidado definitivamente, estabiliza-se gradualmente. Os hábitos e os costumes revolucionários cedem lugar, no interior da família e da sociedade soviética, aos sentimentos e aos costumes que continuam a reinar nos países chamados capitalistas. Os soviets emburguesam-se». Não temos quase nada a acrescentar a esta apreciação.

A U. R. S. S. e a guerra

O perigo de guerra não passa de uma das expressões da dependência da U. R. S. S. face ao mundo e, por consequência, um dos argumentos contra a utopia duma sociedade socialista isolada; argumento pleno que se coloca agora em primeiro plano.

Seria vão querer prever todos os factores do próximo conflito dos povos. Se um cálculo deste género fosse possível, o conflito dos interesses resolver-se-ia sempre por qualquer pacífica transacção comercial. Há demasiadas incógnitas na sangrenta equação da guerra. A U. R. S. S. beneficia, em todo o caso, de grandes vantagens herdadas do passado e criadas pelo novo regime. A experiência da intervenção durante a guerra civil demonstrou que a sua extensão constitui, como no passado, uma grande superioridade para a Rússia. A pequena Hungria soviética foi derrubada em poucos dias pelo imperialismo estrangeiro, ajudado, na verdade, pelo desastroso ditador Bela Kun; a Rússia dos Sovietes, cortada desde o princípio, na sua periferia, resistiu três anos à intervenção; em certos momentos, o território da revolução reduziu-se quase ao tamanho do antigo grão-ducado de Moscovo; mas foi o suficiente para resistir e vencer em seguida.

A reserva humana constitui uma segunda vantagem considerável. A população da U. R. S. S., aumentando três milhões de almas por ano, ultrapassou os 170 milhões. Uma classe compreende actualmente 1 300 000 jovens. A mais rigorosa selecção física e política não elimina mais de 400 000. As reservas, que se podem calcular em dezoito ou vinte milhões de homens, são praticamente inesgotáveis.

Mas a natureza e os homens são apenas a matéria-prima da guerra. O potencial militar depende, antes de mais, da potência económica do Estado. Neste aspecto as vantagens da U. R. S. S. são imensas relativamente à velha Rússia. Já dissemos que é precisamente no domínio militar que a economia planificada deu mais resultados até agora. A industrialização das regiões distantes, da Sibéria principalmente, dá às extensões das estepes e florestas uma nova importância. A U. R. S. S. continua, todavia, a ser um país atrasado: o baixo rendimento do trabalho, a qualidade medíocre da produção, a fraqueza dos transportes, só parcialmente são compensados pela extensão, pelas riquezas naturais e pela população. Em tempo de paz, a medida das forças económicas de sistemas sociais opostos, pode ser adiada — durante muito tempo, mas não

para sempre — por iniciativas políticas e principalmente pelo monopólio do comércio exterior. Em tempo de guerra, a prova é directa, nos campos de batalha. Daí o perigo.

As derrotas, embora provoquem geralmente grandes mudanças políticas, estão longe de levar sempre a transformações económicas. Um regime social que assegure um alto nível de cultura e uma grande riqueza não pode ser derrubado pelas baionetas; antes pelo contrário, veem-se os vencedores adoptar os usos do vencido quando este lhes é superior pelo seu desenvolvimento. As formas da propriedade só podem ser modificadas pela guerra quando estiverem gravemente em contradição com as bases económicas do país. A derrota da Alemanha numa guerra contra a U. R. S. S. pressuporia inevitavelmente a queda de Hitler e do sistema capitalista. Também não se pode duvidar muito que a derrota não seja fatal aos dirigentes da U. R. S. S. e às bases sociais deste país. A instabilidade do regime actual da Alemanha deriva do facto de as suas forças produtivas terem ultrapassado, há muito tempo, as formas da propriedade capitalista; a instabilidade do regime soviético, pelo contrário, deve-se ao facto de as suas forças produtivas estarem longe de atingir a altura da propriedade socialista. As bases sociais da U. R. S. S. são ameaçadas pela guerra, pelas mesmas razões que fazem com que, em tempo de paz, tenham necessidade da burocracia e do monopólio do comércio exterior, isto é, pelo facto da sua fraqueza.

Pode esperar-se que a U. R. S. S. saia da próxima guerra sem derrota? Respondamos claramente a uma pergunta feita com toda a clareza: se a guerra não passasse duma guerra, a derrota da U. R. S. S. seria inevitável. Sob os aspectos da técnica, da economia e da arte militar, o imperialismo é infinitamente mais poderoso que a U. R. S. S. Se não for paralizado pela Revolução no Ocidente, destruirá o regime nascido da revolução de Outubro.

A isto poderá responder-se que o imperialismo é uma abstracção, pois está dilacerado pelas suas contradições próprias, o que é verdade, e sem elas há muito tempo que a U. R. S. S. teria deixado a cena. Os acordos diplomáticos e militares da U. R. S. S. repousam, em parte, sobre estas contradições. Mas cometeríamos um erro funesto se nos recusássemos a ver que há um limite para lá do qual estas dilacerações cessam. Assim como a luta dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, dos mais reaccionários aos mais social-democratas, cessa diante do perigo imediato da revolução proletária, os antagonismos imperialistas resol-

ver-se-ão sempre por meio de um compromisso para impedir a vitória militar da U. R. S. S.

Os acordos diplomáticos não passam de «pedaços de papel», segundo a designação não desprovida de sentido de um chanceler do Reich. Não está escrito em nenhum lado que durarão até à guerra. Nenhum tratado com a U. R. S. S. resistirá à ameaça de uma revolução iminente em qualquer parte da Europa. Bastará que a crise política da Espanha (para não falar da França), entre numa fase revolucionária para que a esperança em Hitler-Salvador, pregada por Lloyd - George, ganhe irresistivelmente todos os governos burgueses. Por outro lado, se a situação instável da Espanha, ou da França, ou da Bélgica, tivesse como resultado uma vitória da reacção, não ficariam vestígios alguns dos factos soviéticos. Enfim, admitindo que os «pedaços de papel» mantêm a sua força na primeira fase das operações militares, não se pode duvidar que o agrupamento das forças na fase decisiva não seja determinado por factores de uma potência bastante maior do que os compromissos solenes dos diplomatas, precisamente especializados na traição.

A situação mudaria radicalmente se os governos burgueses obtivessem garantias materiais que lhes assegurassem que o governo de Moscovo se coloca no seu lado não só na guerra mas também na luta de classes. Aproveitando-se das dificuldades da U. R. S. S. caída entre dois fogos, os «amigos da paz» capitalistas, tomarão, evidentemente, todas as medidas para desmantelar o monopólio do comércio exterior e as leis soviéticas relativas à propriedade. O movimento de defesa nacional que cresce entre os emigrados russos da França e da Checoslováquia nutre-se destas esperanças. E se é necessário contar que a luta mundial só poderá ser resolvida pela guerra, os aliados terão grandes oportunidades de atingir os seus fins. Sem a intervenção da revolução, as bases sociais da U. R. S. S. afundar-se-ão tanto em caso de vitória, como no caso de uma derrota.

Há mais de dois anos que um documento-programa intitulado *A IV Internacional e a guerra* esboçava nestes termos esta perspectiva: «Sob a influência da viva necessidade de artigos de primeira importância experimentada pelo Estado, as tendências individualistas da economia rural serão reforçadas e as forças centrífugas crescerão de mês para mês no seio dos kolkhozes. Poderia esperar-se, na atmosfera sobre-aquecida da guerra, um apelo aos capitais estrangeiros «aliados», atentados ao monopólio do comércio

exterior, enfraquecimento do contrôlo do Estado sobre os trusts, agravamento da concorrência dos trusts entre si, conflitos entre trusts e operários, etc. Por outros termos, uma guerra longa, se o proletariado ficasse passivo, podia e devia, fazer mesmo com que as contradições internas da U. R. S. S. se resolvessem com uma contra-revolução bonapartista». Os acontecimentos dos dois últimos anos só fizeram duplicar esta possibilidade.

Tudo o que precede não encerra de modo algum conclusões «pessimistas». Não queremos fechar os olhos face à enorme superioridade material do mundo capitalista, nem ignorar a inevitável «traição» dos «aliados» imperialistas, nem deixar-nos enganar pelas contradições internas do regime soviético; mas também de modo nenhum estamos inclinados a sobreestimar a solidez do sistema capitalista, quer nos países hostis, quer nos países aliados. Muito antes de a guerra de usura poder pôr à prova a relação de forças, ela submeterá a estabilidade relativa destes regimes a um duro exame. Todos os teóricos sérios do futuro massacre dos povos contam com a possibilidade, e até com a certeza, da revolução. A ideia, cada vez mais formulada em certas esferas, de pequenos exércitos profissionais, ideia dificilmente mais realista do que um duelo de heróis inspirado no precedente de David e Golias, revela, pelo que tem de fantástica, o medo que se sente do povo em armas. Hitler não perde ocasião de acentuar o seu desejo de paz, aludindo à fatal eclosão do bolchevismo que a guerra provocaria no Ocidente. A força que ainda contém a guerra, prestes a desencadear-se, não está na Sociedade das Nações nem nos pactos de garantia, nem nos referendos pacifistas, mas exclusivamente no pânico salutar que as potências têm da revolução.

Os regimes sociais devem, como todos os fenómenos, ser julgados por comparação. Apesar das suas contradições, o regime soviético tem, sob o aspecto da estabilidade, imensas vantagens sobre os regimes dos prováveis adversários. A possibilidade da dominação dos nazis sobre o povo alemão é devida à tensão prodigiosa dos antagonismos sociais na Alemanha. Estes antagonismos não são afastados nem atenuados; a laje do fascismo só consegue comprimi-los. A guerra exteriorizá-los-á. Hitler tem muito menos possibilidades do que Guilherme II de levar a guerra a bom termo. Só uma revolução feita a tempo poderia, poupando a Alemanha à guerra, evitar-lhe uma nova derrota.

A imprensa mundial apresenta os assassínios de ministros japoneses por oficiais como imprudentes manifestações

de um patriotismo apaixonado. Na realidade, estes actos classificam-se, apesar da diferença de ideologias, na mesma rubrica que as bombas lançadas pelos nihilistas russos contra a burocracia do czar. A população do Japão abafa sob o jugo combinado de uma exploração agrária asiática e de um capitalismo ultra-moderno. Ao primeiro abranda-mento das coacções militares, a Coreia, o Mandchukuo, a China, levantar-se-ão contra a tirania nipónica. A guerra mergulhará o império num cataclismo social.

A situação da Polónia não é sensivelmente melhor. O regime instituído por Pilsudsky, o mais estéril que se conhece, nem sequer conseguiu melhorar a dependência dos camponeses. A Ucrânia ocidental (a Galícia) suporta uma cruel opressão que lesa todos os sentimentos nacionais. As greves e os motins seguem-se nos centros operários. A burguesia polaca, procurando assegurar o futuro pela aliança com a França e pela amizade com a Alemanha, só conseguirá acelerar a guerra para encontrar aí a sua perda.

O perigo de guerra e o de uma derrota da U. R. S. S. são realidades. Se a revolução não impede a guerra, a guerra poderá ajudar a revolução. Um segundo parto é geralmente mais fácil do que o primeiro. Na próxima guerra, a primeira revolta não se fará esperar dois anos e meio. E, uma vez começada, as revoluções não ficarão a meio caminho. O destino da U. R. S. S. decidir-se-á em definitivo, não nas cartas dos Estados maiores, mas na luta de classes. Só o proletariado europeu, irredutivelmente dirigido contra a burguesia, compreendendo os seus «amigos da paz», poderá impedir a U. R. S. S. de ser derrotada ou apunhalada nas costas pelos seus «aliados». E a derrota da U. R. S. S. não passaria de um episódio de curta duração, se o proletariado alcançasse a vitória noutros países. Pelo contrário, nenhuma vitória militar salvará a herança da revolução de Outubro se o imperialismo se mantiver no resto do mundo.

Os seguidores da burocracia vão dizer que nós «subestimamos» as forças internas da U.R.S.S., o exército vermelho, etc., como disseram que nós minimizámos a possibilidade da edificação socialista num só país. Estes argumentos são de tão baixa qualidade que não permitem sequer uma troca de pontos de vista, por mais infecunda que seja. Sem exército vermelho, a U. R. S. S. tinha sido vencida e desmembrada à semelhança da China. A sua longa resistência heroica e obtinada poderá somente criar as condições favoráveis ao desenvolvimento da luta de classes nos países imperialistas. O exército vermelho é portanto, um factor

de uma importância histórica inapreciável. Basta-nos o forte impulso que pode dar à revolução. Mas só a revolução poderá concluir a tarefa principal, que está para além das forças do exército vermelho.

Ninguém exige do governo soviético que se exponha a aventuras internacionais, que deixe de obedecer à razão, que tente forçar o curso dos acontecimentos mundiais. As tentativas deste género feitas no passado (Bulgária, Estónia, Cantão) apenas serviram à reacção e foram nessa época condenadas pela Oposição de Esquerda. Trata-se da orientação geral da política soviética. A contradição entre a política externa da U. R. S. S. e os interesses do proletariado mundial internacional e os povos coloniais encontra a sua expressão mais funesta na subordinação da Internacional Comunista à burocracia conservadora e à sua nova religião da imobilidade.

Não é sob a bandeira do *statu quo* que os operários europeus e os povos das colónias podem revoltar-se contra o imperialismo e contra a guerra que irromperá e derrubará o *statu quo*, tão inevitavelmente como a criança chegada ao termo vem perturbar o *statu quo* da gravidez. Os trabalhadores não têm o mínimo interesse em defender as fronteiras actuais, sobretudo na Europa, quer seja sob as ordens das suas burguesias, quer na insurreição revolucionária. A decadência da Europa resulta precisamente do facto de estar economicamente dividida em cerca de quarenta Estados nacionais que, com as suas alfândegas, os seus passaportes, os seus sistemas monetários e os seus exércitos monstruosos ao serviço do particularismo nacional, tornaram-se os maiores obstáculos ao desenvolvimento económico da Humanidade e da Civilização.

— A tarefa do proletariado europeu não é a de eternizar as fronteiras, mas a de suprimi-las revolucionariamente. O *statu quo*? Não! Estados-Unidos socialistas da Europa!

IX

O QUE É A U. R. S. S.

Relações sociais

A propriedade estatizada dos meios de produção domina a indústria quase exclusivamente. A agricultura é representada pelos sovkhoses, os quais não abrangem mais de 10% das superfícies semeadas. Nos kolkhoses, a propriedade cooperativa ou das associações, combina-se em proporções variadas com as do Estado e as individuais. O solo, juridicamente, pertence ao Estado; é dado em «usufruto perpétuo» aos kolkhoses, pouco diferindo da propriedade das associações. Os tractores e as máquinas pertencem ao Estado; o equipamento de menor importância, à exploração colectiva. Todo o camponês de kolkhose dispõe, além disso, da sua empresa privada. Cerca de 10% dos cultivadores permanecem isolados.

Segundo o recenseamento de 1934, 28,1% da população compunha-se de operários e empregados do Estado. Os operários celibatários das indústrias e da construção eram cerca de 7,5 milhões em 1935. Os kolkhoses e os ofícios organizados cooperativamente constituíam, na altura do recenseamento, 45,9% da população. Os estudantes, os militares, os pensionistas e outras categorias imediatamente dependentes do Estado, 3,4%. No total, 74% da população encontrava-se ligada ao «sector socialista» e dispunha de 95,8% do capital do país. Os camponeses isolados e os artesãos representavam ainda (em 1934) 22,5% da população mas só possuíam pouco mais de 4% do capital nacional.

Não houve recenseamento desde 1934 e o próximo terá lugar em 1937. Não é de duvidar, contudo, que o sector privado da economia tenha diminuído ainda mais, em proveito do «sector socialista». Os cultivadores individuais e os artesãos constituem hoje, segundo os órgãos oficiais, cerca de 10% da população, isto é, 17 milhões de pessoas; a sua importância económica é inferior à importância numé-

rica. Andreiev, Secretário do Comité Central, declarava em Abril de 1936: «A importância relativa da produção socialista no nosso país, em 1936, deve ser de 98,5%, de modo que só caberá ao sector não-socialista uns insignificantes 1,5%». Estes números optimistas parecem, à primeira vista, provar irrefutavelmente a vitória «definitiva e irrevogável» do socialismo. Mas aí daquele que, por detrás da aritmética, não saiba ver a realidade social!

Esses mesmos números são um pouco forçados. Basta indicar que a propriedade privada dos membros dos kolkhoses está incluída no «sector socialista», o que não é ainda o mais grave. A enorme e indiscutível superioridade estatística das formas estatais e colectivas da economia, por mais importante que venha a ser no futuro, não afasta um outro problema não menos sério: o do poder das tendências burguesas no próprio seio do «sector socialista», e não só na agricultura mas também na indústria. A melhoria do nível de vida é suficiente para provocar um crescimento das necessidades mas não basta, de forma alguma, para satisfazer essas necessidades. O próprio dinamismo do surto económico comporta um certo despertar dos apetites pequeno-burgueses, e isto não só entre os camponeses e os representantes do trabalho «intelectual» mas também entre os operários privilegiados. A simples oposição dos cultivadores individuais aos kolkhoses e dos artesãos à indústria estatizada não dá a menor ideia do poder explosivo desses apetites que impregnam toda a economia do país e se exprimem, falando sumariamente, na tendência de todos e de cada um em dar o menos possível à sociedade e extrair dela o mais possível.

A solução dos aspectos do consumo e da competição pela sobrevivência exige, pelo menos, tanta energia e tanto engenho como a edificação socialista no sentido próprio do termo; daí, em parte, o fraco rendimento do trabalho social. Enquanto o Estado luta incessantemente contra a acção molecular das forças centrífugas, os meios dirigentes constituem o lugar principal da acumulação privada, lícita e ilícita. Mascaradas pelas novas normas jurídicas, as tendências pequeno-burguesas não se deixam apreender facilmente pela estatística. Contudo, a burocracia «socialista», essa gritante *contradictio in objecto*, monstruosa excrescência social sempre crescente, e que se torna, por seu turno, causa das febres malignas da sociedade, é um testemunho vivo da sua nítida predominância na vida económica.

A nova Constituição, toda baseada — como veremos — na identificação entre a burocracia e o Estado — como, de

resto, entre o Estado e o povo — declara: «A propriedade do Estado, ou seja, a de todo o povo...». Sofisma fundamental da teoria oficial! É incontestável que os marxistas, a começar pelo próprio Marx, empregaram, no que respeita ao Estado operário, os termos de propriedade «estatal», «nacional», «socialista», como sinónimos. A uma grande escala histórica, esse modo de falar não apresentava inconvenientes; contudo, tornou-se a origem de erros de palmatória e de mentiras grosseiras, uma vez que se trata das primeiras etapas, ainda não asseguradas, da evolução de uma sociedade nova, isolada, e atrasada — do ponto de vista económico — com relação aos países capitalistas.

A propriedade privada, para se tornar social, tem que passar inelutavelmente pela estatização, tal como a larva, para se tornar borboleta, tem de passar por crisálida. Mas a crisálida não é uma borboleta. Miríades de crisálidas morrerem sem chegarem a ser borboletas. A propriedade do Estado só se torna a de «todo o povo» na medida em que desapareçam os privilégios e as distinções sociais e, conseqüentemente, o Estado perca a sua razão de ser. Por outras palavras: a propriedade do Estado torna-se socialista à medida que vai deixando de ser propriedade de Estado. Contudo, reciprocamente, quanto mais o Estado soviético se eleva acima do povo, tanto mais duramente se opõe, como guardião da propriedade, ao povo que a delapida, e tanto mais claramente testemunha contra o carácter socialista da propriedade estatal.

«Encontramo-nos ainda longe da supressão das classes», reconhece a imprensa oficial quando se refere às diferenças que subsistem entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Esta confissão, puramente académica, oferece a vantagem de justificar pelo trabalho «intelectual» os rendimentos da burocracia. Os «amigos», para os quais Platão é mais querido que a verdade, limitam-se igualmente a admitir, em estilo académico, a existência de vestígios de desigualdade. Mas os vestígios têm costas largas; mas não são suficientes para explicar a realidade soviética. Se a diferença entre a cidade e o campo se atenuou sob vários aspectos, aprofundou-se sob outros, devido ao facto do rápido crescimento da civilização e do conforto nas cidades, isto é, na minoria cidadina. A distância social entre o trabalho manual e intelectual aumentou no decurso dos últimos anos em vez de diminuir, a despeito da formação de quadros científicos provenientes do povo. As barreiras de castas, milenares, que isolam o homem por todos os lados — o cidadão civi-

lizado e o mujik inculto, o mago da ciência e o pedreiro — não só são mantidas sob formas mais ou menos enfraquecidas mas renascem consideravelmente e revestem um aspecto provocante.

A famosa palavra de ordem: «Os quadros tudo decidem» caracteriza, muito mais abertamente do que Estaline desejaria, a sociedade soviética. Os quadros são chamados, por definição, a exercer a autoridade. O culto dos quadros significa, antes de mais, o da burocracia. Na formação e educação dos quadros, como em outros domínios, o regime soviético cumpre uma tarefa que a burguesia, há já muito tempo, terminou. Mas como os quadros soviéticos aparecem sob a bandeira do socialismo, exigem honras quase divinas e emolumentos sempre mais elevados. De maneira que a formação de quadros «socialistas» é acompanhada por um renascimento de desigualdade burguesa.

Poderá parecer que não existe diferença alguma, sob o ângulo da propriedade dos meios de produção, entre o marechal e a doméstica, o director de trust e o pedreiro, o filho do Comissário do Povo e o jovem vagabundo. Contudo, uns ocupam belos apartamentos, dispõem de vivendas em diversos recantos do país, têm os melhores automóveis e, desde há muito, não sabem como se engraxa um par de botas; os outros vivem em barracas onde frequentemente não existem paredes, a fome é-lhes familiar e, se não engraxam botas, é porque andam descalços. O dignatário considera esta diferença como insignificante; o pedreiro, não sem razão, como uma diferença muito séria.

«Teóricos» superficiais poderão consolar-se dizendo que a repartição dos bens é um factor de segundo plano em relação à produção. A dialéctica das influências recíprocas conserva, todavia, a sua inteira força. O destino dos meios nacionalizados de produção será, afinal de contas, decidido pela evolução das diferentes condições individuais. Se um navio é declarado propriedade colectiva, mantendo-se os passageiros divididos em primeira, segunda e terceira classes, é perfeitamente compreensível que a diferença entre as condições reais acabará por ter, aos olhos dos passageiros de terceira, uma importância muito maior do que a mudança jurídica da propriedade. Os passageiros de primeira, pelo contrário, explicarão de boa vontade, entre um café e um cigarro, que a propriedade colectiva é tudo, nada sendo, em comparação, o conforto das cabinas. E o antagonismo resultante destas situações infligirá abalos graves a uma colectividade instável.

A imprensa soviética relatou com satisfação o facto de uma criança, ao visitar o Jardim Zoológico de Moscovo, depois de ter perguntado a quem pertencia o elefante, e de lhe ter sido respondido: «Ao Estado», ter respondido prontamente: «Então, também é um bocado meu». Se, na verdade, fosse necessário partilhar o elefante, os bons bocados iriam para os privilegiados, alguns felizes apreciariam a perna do paquiderme e os mais numerosos não conheceriam mais do que as tripas e os restos. As crianças lesadas encontrar-se-iam, com grande verosimilhança, pouco inclinadas a confundir a sua propriedade com a do Estado. Os jovens vagabundos só têm como seu o que vão roubando ao Estado. O rapazinho do Jardim Zoológico era, muito provavelmente, filho de um personagem influente habituado a proceder de acordo com a ideia de que «o Estado sou eu».

Se traduzirmos, para nos exprimirmos mais claramente, as relações socialistas em termos da Bolsa, diremos que os cidadãos poderiam ser os accionistas de uma empresa que possui as riquezas do país. O carácter colectivo da propriedade supõe uma repartição «igualitária» das acções e, portanto, um direito a dividendos iguais para todos os «accionistas». Os cidadãos, contudo, participam na empresa nacional, quer como accionistas, quer como produtores. Na fase inferior do comunismo, a que chamámos socialismo, a remuneração do trabalho faz-se ainda segundo as normas burguesas, isto é, de acordo com a qualificação do trabalho, a sua intensidade, etc. A renda teórica de um cidadão é formada, pois, por duas partes, $a + b$, o dividendo mais o salário. Quanto mais desenvolvida for a técnica, mais aperfeiçoada será a organização económica, maior será a importância do factor a em relação ao factor b — e menor será a influência exercida sobre a condição material pelas diferenças individuais do trabalho. O facto de as diferenças de salários serem, na U. R. S. S., não menores, mas mais consideráveis que nos países capitalistas, leva-nos a concluir que as acções são desigualmente repartidas e que os rendimentos dos cidadãos comportam, ao mesmo tempo que um salário desigual, partes desiguais de dividendos. Enquanto o pedreiro não recebe mais do que b , salário mínimo que, sendo iguais todas as outras condições, receberia também numa empresa capitalista, o stakhanovista e o funcionário recebem $2a + b$ ou $3a + b$, e assim por diante, podendo b , por outro lado, tornar-se também $2b$, $3b$, etc. A diferença dos rendimentos é determinada, por outras palavras, não pela simples diferença do rendimento individual, mas pela apropriação mascarada do trabalho de outrem. A minoria

privilegiada dos accionistas vive em detrimento da maioria enganada.

Se se admitir que o pedreiro soviético recebe mais do que receberia, mantido-se o mesmo nível técnico e cultural, em regime capitista, isto é, que é, apesar de tudo, um pequeno accionista, seu salário deve ser considerado com $a + b$. Os salários das melhores categorias serão expressos pela fórmula $3a + 2l$ $10a + 15b$, etc. o que significará que, tendo o pedreiro a acção, o stakhanovista terá três e o especialista de e que, além dos seus salários, no sentido próprio do termo, se encontram na proporção de 1 para 2 e de 1 para 5. Os hinos à sagrada propriedade socialista são, nestas condições, bem mais convenientes para o director de fábrica ou para o stakhanovista do que para o operário comum ou para o camponês kolkhosiano. Os trabalhadores formar a imensa maioria na sociedade e o socialismo deve contar com eles e não com uma nova aristocracia.

«O operário não é, no nosso país, um escravo assalariado, um vendedor de trabalho-mercadoria. É um trabalhador livre» (*Pravda*). Na hora presente, esta eloquente fórmula só se admite com fanfarronada. A passagem das fábricas para o Estado ó mudou a situação jurídica do operário; de facto, ele vive na necessidade, trabalhando um certo número de horas por um dado salário. As esperanças que teve outrora o operário no partido e nos sindicatos, transportou-as, após a revolução, para o Estado que criou. Mas o trabalho útil ao Estado encontrou-se limitado pela insuficiência da técnica e da cultura. Para melhorar uma e outra, o novo Estado recorreu aos velhos métodos: a usura dos músculos e dos nervos dos trabalhadores. Formou-se todo um corpo de estímulos. A gestão da indústria tornou-se extremamente burocrática. Os operários perderam toda a influência sobre a direcção das fábricas. Trabalhando à peça, vivendo num profundo constrangimento, privado da liberdade de se deslocar, sofrendo na própria fábrica um terrível regim policial, o operário dificilmente se poderá sentir um «trabalhador livre». O funcionário é para ele um chefe, o Estado um patrão. O trabalho livre é incompatível com a existência do Estado burocrático.

Tudo o que acabámos de expôr aplica-se aos campos com algumas correcções necessárias. A teoria oficial erige a propriedade dos kolkoses em propriedade socialista. O *Pravda* escreve que «os kolkoses são já, na realidade, comparáveis a uma empresa de Estado do tipo socialista». E acrescenta imediatamente: «a garantia do desenvolvimento

socialista da agricultura reside na direcção dos kolkhoses pelo partido bolchevique»; é mandar-nos da economia para a política; é dizer que as relações socialistas, neste momento, encontram-se estabelecidas, não nas relações verdadeiras entre os homens, mas no coração tutelar dos superiores. Os trabalhadores farão bem se desconfiarem desse coração. Na verdade, a economia dos kolkhoses encontra-se a meio caminho entre a agricultura parcelar individual e a economia estatizada; e as tendências pequeno-burguesas no seio dos kolkhoses são cada vez mais fortalecidas pelo rápido crescimento dos bens individuais dos camponeses.

Ocupando apenas 4 milhões de hectares contra 108 milhões de hectares de sementeiras colectivas, isto é, menos de 4%, as parcelas individuais dos membros dos kolkhoses, submetidas a uma cultura intensiva, sobretudo hortas, fornecem ao camponês os artigos mais indispensáveis ao seu consumo. A maior parte do gado, carneiros e porcos, pertencem aos membros dos kolkhoses, não aos kolkhoses. Sucede constantemente os camponeses considerarem as suas parcelas individuais como o principal e relegarem para segundo plano os anémicos kolkhoses. Pelo contrário os kolkhoses que pagam melhor o dia de trabalho, são promovidos e formam uma categoria de lavradores abastados. As tendências centrífugas não desaparecem, fortificam-se e alargam-se. Em qualquer caso, os kolkhoses, até agora, não conseguiram mais do que transformar as formas jurídicas da economia nos campos e, em particular, o modo de repartição dos rendimentos. Praticamente, não tocaram na antiga isba, na horta, na criação doméstica, no ritmo do penoso trabalho da terra, nem mesmo na antiga maneira de considerar o Estado que, se já não serve os proprietários fundiários e a burguesia, todavia subtrai demasiado aos campos para dar às cidades e mantém muitos funcionários vorazes.

As seguintes categorias são as que irão figurar nas folhas do recenseamento de 6 Janeiro de 1937: operários, empregados, trabalhadores dos kolkhoses, cultivadores individuais, artesãos, profissões livres, servidores do culto, não-trabalhadores. O comentário oficial precisa que a folha não comporta outras rubricas porque não existem classes na U. R. S. S. A folha é, na realidade, concebida de maneira a dissimular a existência de meios privilegiados e de camadas deserddadas. As verdadeiras camadas sociais que deveriam ser referenciadas por meio de um recenseamento

honesto seriam as seguintes: altos funcionários, especialistas e outras pessoas que vivem burguêsmente; camadas médias e inferiores de funcionários e especialistas que vivem como pequeno burgueses; aristocracia operária e kolkhosiana pouco mais ou menos colocada nas mesmas condições que as precedentes; operários médios; camponeses médios dos kolkhoses; operários e camponeses vizinhos do *lumpen-proletariado* ou proletariado sem classe; jovens vagabundos; prostitutas; e outros.

A nova Constituição, ao declarar que «a exploração do homem pelo homem foi abolida na U. R. S. S.», diz exactamente o contrário do que verdadeiramente se passa. A nova diferenciação social criou as condições para um renascimento da exploração sob formas as mais bárbaras, que são as da compra do homem para serviço pessoal de outrem. A criadagem não figura nas folhas de recenseamento e está compreendida evidentemente na rubrica «operários». Não são postas as questões seguintes: o cidadão soviético tem domésticos e quais? (criada de sala, cozinheira, ama, governanta, motorista); tem automóvel ao seu serviço? de quantos quartos dispõe? Não falemos do total do salário! Se entrasse em vigor a regra soviética que priva de direitos políticos quem quer que explore o trabalho de outrem, veríamos imediatamente os primeiros dirigentes da sociedade soviética a serem privados do benefício da Constituição! Felizmente, foi estabelecida a igualdade de direitos... entre o patrão e os criados.

Duas tendências opostas crescem no seio do regime: desenvolvendo as forças produtivas — ao contrário do capitalismo estagnante — são criados os fundamentos económicos do socialismo; e levando ao extremo, por complacência em relação aos dirigentes, as normas burguesas de repartição, prepara uma restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de repartição não pode crescer indefinidamente. Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade socialista.

A burocracia recusa-se revelar esta alternativa. Por todo o lado, na imprensa, na tribuna, na estatística, nos romances dos escritores e nos versos dos poetas, até mesmo no texto da nova Constituição, a burocracia emprega as abstracções do vocabulário socialista para encobrir as relações sociais nas cidades e nos campos. E é isto que torna falsa, medíocre e artificial a ideologia oficial.

Capitalismo de Estado?

Face a novos fenómenos os homens procuram frequentemente um refúgio por detrás das velhas palavras. Tentou-se ocultar o enigma soviético com a ajuda do termo «capitalismo de Estado», que possui a vantagem de a ninguém oferecer um significado preciso. Serve, em primeiro lugar, para designar os casos em que o Estado burguês assume a gestão dos meios de transporte e de certas indústrias. A necessidade de semelhantes medidas é um dos sintomas do facto de as forças produtivas do capitalismo ultrapassarem o capitalismo e conduzirem-no, em parte, a negar-se na prática a si próprio. Mas o sistema sobrevive e permanece capitalista, mau grado esses casos em que chega a negar-se a si próprio.

No plano da teoria, poder-se-á representar uma situação na qual toda a burguesia se constituiria em sociedade por acções para administrar, através do Estado, toda a economia nacional. O mecanismo económico de um regime deste género não ofereceria qualquer mistério. Sabemos que o capitalista não recebe, sob a forma de benefícios, a mais-valia criada pelos seus próprios operários, mas uma fracção da mais-valia de todo o país, proporcional à sua parte de capital. Num «capitalismo de Estado» integral, a lei da repartição igual dos benefícios aplicar-se-ia directamente, sem concorrência dos capitais, por uma simples operação de contabilidade. Nunca existiu um regime deste género e nunca o haverá como consequência das profundas contradições que dividem os possidentes entre si — tanto mais que o Estado, representante único da propriedade capitalista, constituiria verdadeiramente para a revolução social um objecto demasiado tentador.

Após a guerra, e sobretudo após as experiências da economia fascista, entende-se mais frequentemente por «capitalismo de Estado» um sistema de intervenção e de direcção económica do Estado. Os franceses usam, para este caso, um termo bastante mais apropriado: o estatismo. O capitalismo de Estado e o estatismo têm certamente pontos comuns; mas, como sistemas, serão mais opostos que idênticos. O capitalismo de Estado significa a substituição da propriedade privada pela propriedade estatal e conserva, por isso mesmo, um carácter radical. O estatismo, quer seja na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, nos Estados- Unidos de Roosevelt ou na França de Léon Blum, significa a intervenção do Estado nas bases da propriedade privada, para a salvar. Sejam quais forem os

programas dos governos, o estatismo consiste inevitavelmente em transferir dos mais fortes para os mais fracos os encargos do sistema estagnante. Só não provoca um desastre completo aos pequenos proprietários porque a sua existência é necessária à manutenção da grande propriedade. O estatismo, nos seus esforços para dirigir a economia, não se inspira na necessidade de desenvolver as forças produtivas, mas no desígnio de manter a propriedade privada em detrimento das forças produtivas que contra ela se insurgem; trava o surto da técnica sustentando empresas não viáveis e mantendo camadas sociais parasitárias; é, numa palavra, profundamente reaccionário.

A frase de Mussolini: «Três quartos da economia italiana, industrial e agrícola, encontram-se nas mãos do Estado» (26 de Maio de 1934) não deve ser tomada à letra. O Estado fascista não é proprietário das empresas, ele não passa de um intermediário entre os capitalistas. Diferença apreciável! O *Popolo d'Italia* diz, sobre este assunto:

«O Estado corporativo unifica e dirige a economia, mas não a gere (*dirige e porta alla unità l'economia, ma non fa l'economia, non gestisce*), o que não seria outra coisa, com o monopólio da produção, senão o colectivismo» (11 de Junho de 1936). Em relação aos camponeses e, em geral, aos pequenos proprietários, a burocracia intervém como um poderoso senhor; com relação aos magnates do capital, como o seu primeiro mandatário de poder.

«O Estado corporativo», escreve muito bem o marxista italiano Ferocci, «não passa do agente do capital dos monopólios. Mussolini faz com que o Estado assuma todos os riscos das empresas e deixe para os capitalistas todos os benefícios da exploração». Hitler segue, neste aspecto, as pisadas de Mussolini. A dependência de classe do Estado fascista determina os limites da nova economia dirigida e bem assim o seu conteúdo real; não se trata de aumentar o poder do homem sobre a natureza no interesse da sociedade, mas da exploração da sociedade no interesse de uma minoria. «Se eu quisesse estabelecer em Itália o capitalismo de Estado ou o socialismo de Estado», gabava-se Mussolini, «o que de modo algum se encontra em questão, encontraria hoje todas as condições requeridas». Excepto uma: a *expropriação da classe capitalista*. E, para realizar esta condição, o fascismo teria de se colocar do outro

lado da barricada, «o que não se encontra em questão», apressa-se a acrescentar Mussolini, e isto não se encontra certamente em questão, pois a expropriação dos capitalistas necessita de outras forças, de outros quadros e de outros chefes.

A primeira concentração dos meios de produção nas mãos do Estado que a história conhece foi cumprida pelo proletariado através da revolução social e não pelos capitalistas através dos trusts estatizados. Esta breve análise é suficiente para mostrar o absurdo das tentativas feitas para identificar o estatismo capitalista e o sistema soviético. O primeiro é reaccionário, o segundo realiza um grande progresso.

A burocracia é uma classe dirigente?

As classes são definidas pelo seu lugar na economia social e, antes de mais, pela sua relação com os meios de produção. Nas sociedades civilizadas, a lei fixa as relações de produção e propriedade. A nacionalização do solo, dos meios de produção, dos transportes e de troca e também o monopólio do comércio exterior, formam as bases da sociedade soviética. E esta aquisição da revolução proletária define aos nossos olhos a U. R. S. S. como um Estado operário.

Pela sua função de reguladora e intermediária, pelo seu desejo de manter a hierarquia social, pela exploração para fins próprios do aparelho de Estado, a burocracia soviética assemelha-se a qualquer outra burocracia e sobretudo à do fascismo. Mas distingue-se também por traços de extraordinária importância. Sob nenhum outro regime a burocracia atingiu uma tal independência. Na sociedade burguesa, a burocracia representa os interesses da classe possidente e instruída que dispõe de um grande número de meios de controle sobre a administração. A burocracia soviética elevou-se acima de uma classe que dificilmente sai da miséria e das trevas e sem qualquer tradição de comando ou de dominação. Enquanto os fascistas, uma vez chegados à mangedoura, se unem à burguesia pelos interesses comuns, ou por amizades, ou pelo casamento, etc., a burocracia da U. R. S. S. assimilou os costumes burgueses sem ter a seu lado uma burguesia nacional. Neste sentido não se pode negar que seja algo mais do que uma simples buro-

cracia: na sociedade soviética, é a única camada, privilegiada e dominante, no pleno sentido dos termos. Uma outra particularidade não menos importante: a burocracia soviética expropriou politicamente o proletariado para defender pelos seus próprios métodos as conquistas sociais do proletariado. Mas o próprio facto de se ter apropriado do poder num país em que os meios de produção mais importantes pertenciam ao Estado, criou entre ela e as riquezas da nação relações inteiramente novas. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado «pertence» de algum modo à burocracia. Se estas relações, ainda que recentes, se estabilizassem, se legalizassem, se tornassem normais sem resistência, ou mesmo com a resistência dos trabalhadores, acabariam pela liquidação completa das conquistas de revolução proletária. Mas esta hipótese é ainda prematura. O proletariado ainda não pronunciou a sua última palavra. A burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade. É obrigada a defender a propriedade de Estado, fonte do seu poder e das suas receitas. Por este aspecto da sua actividade, permanece o instrumento da ditadura do proletariado.

As iniciativas feitas para apresentar a burocracia soviética como uma classe «capitalista de Estado» não resiste visivelmente à crítica. A burocracia não tem títulos nem acções, recruta-se, completa-se e renova-se, graças a uma hierarquia administrativa, sem ter direitos particulares em matéria de propriedade. O funcionário não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são abusos. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social. Eis o que torna a situação dos dirigentes soviéticos ao mais alto grau contraditória, equívoca e indigna, a despeito da plenitude do seu poder e do quadro nebuloso da lisonja.

Ao longo da sua carreira, a sociedade burguesa mudou muitas vezes de regime e de castas burocráticas sem modificar as suas bases sociais. Precaveu-se contra a restauração da feudalidade e das corporações pela superioridade do seu modo de produção. O poder só podia favorecer o desenvolvimento capitalista; as forças produtivas, fundadas na propriedade privada e na concorrência, trabalhavam por conta própria. Pelo contrário, as relações de propriedade

estabelecidas pela revolução socialista estão ligadas indissoluvelmente ao Estado, o predomínio das tendências socialistas sobre as tendências pequeno burguesas está assegurado, não pelo automatismo económico — ainda estamos longe disso — mas pelo poder político da ditadura. O carácter da economia depende, pois, inteiramente do carácter do poder.

A queda do regime soviético causaria infalivelmente a queda da economia planificada e, desde então, a liquidação de propriedade estatizada. O elo obrigatório entre os trusts e as fábricas no seio dos trusts romper-se-ia. As empresas mais favorecidas seriam entregues a si próprias; poderiam tornar-se sociedades por acções ou adoptar qualquer outra forma transitória de propriedade, por exemplo a participação dos operários nos lucros. Os kolkhoses desagregar-se-iam igualmente, ainda com maior facilidade. Assim, a queda da ditadura burocrática actual, sem a sua substituição por um novo poder socialista, anunciaria o retorno ao sistema capitalista com uma baixa catastrófica da economia e da cultura.

Mas se o poder socialista é ainda absolutamente necessário à conservação e desenvolvimento da economia planificada, a questão de se saber em que se apoia hoje o poder soviético e em que medida o espírito socialista da sua política está assegurado, é muito séria. Lenine, falando no XI Congresso do Partido, dirigiu-se desta maneira aos meios dirigentes. «A História conhece transformações de todas as espécies; não é absolutamente correcto em política contar com as convicções, o devotamento e as belas qualidades do espírito». A existência determina a consciência. Numa quinzena de anos, o poder modificou a composição social dos meios dirigentes mais profundamente do que as suas ideias. Pelo facto de ter sido a burocracia, de todas as camadas da sociedade soviética, a que melhor resolveu a sua própria questão social, encontra-se completamente satisfeita com o actual estado de coisas e não necessita de dar qualquer garantia moral sobre a orientação socialista da sua política. Continua a defender a propriedade estatizada com receio do proletariado, receio este salutar que é alimentado e sustentado pelo partido ilegal dos bolcheviques-leninistas, expressão mais consciente da corrente socialista contra o espírito de reacção burguesa do qual está profundamente penetrada a burocracia termidoriana. Como força política consciente a burocracia traiu a revolução. Mas a revolução, felizmente vitoriosa, não é só um programa, uma bandeira, um conjunto de instituições políticas, é também um sistema de relações sociais. Não é

suficiente traí-la, é necessário ainda subvertê-la. Os actuais dirigentes traíram a Revolução de Outubro, mas ainda não a subverteram. A revolução tem uma grande capacidade de resistência, que coincide com as novas relações de propriedade, com a força viva do proletariado, com a consciência dos seus melhores elementos, com a situação sem saída do capitalismo mundial, com a inelutabilidade da revolução mundial.

A questão do carácter social da U. R. S. S. não foi ainda resolvida pela História

Formulemos, para melhor se compreender o carácter social da U. R. S. S. de hoje, duas hipóteses prováveis. Suponhamos a burocracia soviética afastada do poder por um partido revolucionário reunindo todas as qualidades do velho bolchevismo e, além disso, enriquecido pela experiência mundial dos últimos anos. Este partido começaria pelo restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos sovietes. Poderia e deveria restabelecer a liberdade dos partidos soviéticos. Com as massas e à frente delas, procederia a uma limpeza sem piedade dos serviços de Estado. Aboliria os graus, as condecorações, os privilégios. Manteria apenas a desigualdade na retribuição do trabalho, por ser necessário à economia e ao Estado. Daria à juventude a possibilidade de pensar livremente, de aprender, de criticar, numa palavra, de se formar. Introduziria profundas modificações na repartição da renda nacional, de acordo com a vontade das massas operárias e camponesas. Não teria de recorrer a medidas revolucionárias em matéria de propriedade. Continuará e desenvolverá a fundo a experiência da economia planificada. Após a revolução política, após o derrubamento da burocracia, o proletariado teria de cumprir na economia reformas bastante importantes, mas não teria de fazer uma nova revolução social.

Se, inversamente, um partido burguês derrubasse a casta soviética dirigente, encontraria não poucos servidores entre os burocratas de hoje, os técnicos, os directores, os secretários do partido, os dirigentes em geral. Uma depuração dos serviços do Estado impor-se-ia igualmente neste caso; mas a restauração burguesa teria, com certeza, de afastar menos gente do que um partido revolucionário. O principal objectivo do novo poder seria restabelecer a

propriedade privada dos meios de produção. Deveria, antes de mais, dar aos kolkhoses depauperados a possibilidade de formar lavradores abastados e transformar os kolkhoses ricos em cooperativas de produção do tipo burguês, ou em sociedades por acções. Na indústria, a desnacionalização iniciaria-se pelas empresas da indústria ligeira e da alimentação. O plano reduzir-se-ia, nos primeiros tempos, a compromissos entre o poder e as «corporações», isto é, os capitães da indústria soviética, os seus proprietários potenciais, os antigos proprietários emigrados e os capitalistas estrangeiros. Embora a burocracia soviética tivesse feito muito pela restauração burguesa, o novo regime seria obrigado a cumprir, no terreno da propriedade e do modo de gestão, não uma reforma mas uma verdadeira revolução.

Admitamos, contudo, que nem o partido revolucionário nem o partido contra-revolucionário se apoderavam do poder e que é a burocracia que se mantém à frente do poder. A evolução das relações sociais não cessa. Não se poderá pensar, evidentemente, que a burocracia abdicará em favor da igualdade socialista. Como se sabe, apesar dos graves inconvenientes desta operação, ela restabeleceu as patentes e as condecorações; será, pois, inevitavelmente necessário que procure apoio nas relações de propriedade. Objectar-se-á provavelmente que pouco importará ao grande funcionário as formas de propriedade donde tira os seus rendimentos. Mas isto é ignorar a instabilidade dos direitos do burocrata e o problema da sua descendência. O culto recente da família soviética não caiu do céu. Os privilégios que não se podem legar aos descendentes perdem metade do seu valor. Ora, o direito de legar é inseparável do direito de propriedade. Não basta ser-se director de trust, é necessário ser-se accionista. A vitória da burocracia neste sector decisivo faria dela uma nova classe possidente. Inversamente, a vitória do proletariado sobre a burocracia marcaria o renascimento da revolução socialista. A terceira hipótese conduz-nos assim às duas primeiras, pelas quais tínhamos começado para maior clareza e simplicidade.

Qualificar o regime soviético de transitório, ou de intermediário, é separar as categorias sociais acabadas como o *capitalismo* (compreendendo o «capitalismo de Estado») e o *socialismo*. Mas esta definição é em si, absolutamente insuficiente e arrisca-se a sugerir a falsa ideia de que a *única* transição possível para o regime soviético actual conduz ao socialismo. Um recuo na direcção do capitalismo

mantém-se, entretanto, perfeitamente possível. Uma definição mais completa seria, necessariamente, mais longa e penosa.

A U. R. S. S. é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de Estado um carácter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) as normas de repartição, de natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento económico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação duma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo; h) a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; i) os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional.

— Naturalmente que os doutrinários não se satisfarão com uma definição tão vaga; desejariam fórmulas categóricas; pão, pão, queijo, queijo. As questões de sociologia seriam bem mais simples se os fenómenos sociais tivessem sempre contornos precisos. Mas nada é mais perigoso do que eliminar, no desenvolvimento de uma precisão lógica, os elementos que contrariam os nossos esquemas e que, amanhã, os podem refutar. Tememos acima de tudo, na nossa análise, violentar o dinamismo de uma formação social que não tem precedentes e que não conhece nada de análogo. O fim científico e político que prosseguimos, proíbe-nos de dar uma definição acabada de um processo inacabado; impõe-nos a observação de todas as fases do fenómeno, de extrair dele as tendências progressistas e reaccionárias; de revelar a sua interacção; de prever as múltiplas variantes do desenvolvimento ulterior e encontrar nesta previsão um ponto de apoio para a acção.

X

A U. R. S. S. NO ESPELHO DA NOVA CONSTITUIÇÃO

O trabalho «segundo as capacidades» e a propriedade pessoal.

O executivo dos Sovietes adoptou em 11 de Junho de 1936 o projecto de uma nova Constituição que seria a acreditar na palavra de Estaline, diariamente repetida por toda a imprensa — «a mais democrática do mundo». Muito pelo contrário, a maneira como esta Constituição foi elaborada poderia fazer nascer bastantes dúvidas: nem na imprensa, nem em quaisquer reuniões, nada se disse. Ora, no dia 1 de Março de 1936, Estaline declarou a um jornalista americano, Roy Howard: «Adoptaremos sem dúvida a nossa Constituição no fim deste ano». Estaline sabia pois muito precisamente quando seria adoptada uma Constituição da qual o povo ainda nada sabia. Por que razão havemos de deixar de concluir que a constituição «mais democrática do mundo» se elabora e se impõe de maneira muito pouco democrática? É verdade que o projecto foi, em Junho, submetido à «apreciação» dos povos da U.R.S.S. Mas procurar-se-ia em vão em toda a superfície da sexta parte do globo o comunista que se permitisse criticar a obra do Comité Central ou o sem-partido que ousasse discutir a proposição do partido dirigente. A «discussão» reduziu-se pois ao envio de mensagens de gratidão a Estaline pela «vida feliz» que iria oferecer às populações. O conteúdo e o estilo destas mensagens tinham sido fixadas pela Constituição precedente.

O primeiro título, *Sobre a estrutura social*, termina por estas palavras: «O princípio do socialismo: *De cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho*, é aplicado na U. R. S. S.». Esta fórmula inconsistente, para não dizer desprovida de significado, transportada, por mais inverosímil que pareça, dos discursos e dos artigos para o texto maduramente estudado de uma lei fundamental, atesta, mais que a total incapacidade teórica dos legis-

ladores, qual a parte da mentira na nova Constituição, espelho da casta dirigente. Nada mais fácil de adivinhar como se afirmou o novo «princípio», Marx usava, para definir a sociedade comunista, a célebre fórmula: «De cada um segundo as suas forças, a cada um segundo as suas necessidades». As duas proposições estão indissolivelmente ligadas. «De cada um segundo as suas forças» significa, na interpretação comunista e não capitalista, que o trabalho deixou de ser uma obrigação para se tornar uma necessidade do indivíduo; que a sociedade já não necessita de recorrer à coacção; que só os doentes e os anormais podem furtar-se ao trabalho. Trabalhando segundo as suas forças, isto é, segundo os seus meios físicos e psíquicos, sem se violentar, o membro da comunidade, beneficiando de uma técnica altamente desenvolvida, fornecerão suficientemente os armazéns da sociedade para que cada um possa ser provido «segundo as suas necessidades» sem um contróle humilhante. A fórmula do comunismo, bipartida mas indivisível, supõe pois a abundância, a igualdade, o desenvolvimento da personalidade e uma disciplina bastante elevada.

Segundo todos estes pontos de vista, o Estado soviético está bastante mais próximo do capitalismo atrasado que do comunismo. Ainda não pode sonhar em dar a cada um «segundo as suas necessidades» e, pela mesma razão, permitir aos cidadãos trabalhar «segundo as suas forças»; é obrigado a manter o trabalho à peça, cujo princípio pode ser enunciado nestes termos: «tirar de cada um o mais possível, dando-lhe o menos possível». Evidentemente, ninguém na U. R. S. S. trabalha acima das suas «forças» no sentido absoluto do termo, isto é, acima do seu potencial físico e psíquico; mas isso também não acontece sob o regime capitalista; os métodos mais cruéis e refinados de exploração deparam com os limites fixados pela natureza. A mula tratada à chicotada pelo seu dono trabalha também «segundo as suas forças», mas isto não quer dizer que o chicote seja um princípio socialista para uso das mulas. O trabalho assalariado não perde, no regime soviético, o seu aviltante carácter de escravatura. O salário «segundo o trabalho» é, na realidade, calculado no interesse do trabalho «intelectual» em detrimento do trabalho manual e, sobretudo, do trabalho não qualificado. É uma causa de injustiça, de opressão e de coacção para a maioria, de privilégio e de «boa vida» para a minoria.

Em vez de reconhecer abertamente que estas normas burguesas do trabalho e da repartição predominam na U. R. S. S., os autores da Constituição, dividindo em dois o princípio comunista, adiam para um futuro indeterminado a aplicação da segunda proposição e declaram a primeira realizada, juntando-lhe mecanicamente a norma capitalista do trabalho à peça e dela fazendo o «princípio do socialismo». E é sobre esta falsificação que é erigido o edifício de uma Constituição.

O artigo 10 que, ao contrário da maior parte dos outros, é bastante claro e tem por objectivo defender a propriedade pessoal dos cidadãos (instalações domésticas, artigos de consumo e de uso, comodidades) contra os atentados da própria burocracia, tem, sem qualquer dúvida, uma grande importância prática na esfera económica. Com exclusão da «economia doméstica», a propriedade desta espécie, desembaraçada da mentalidade interesseira e invejosa que a sobrecarrega, deve manter-se em regime comunista e mesmo adquirir uma extensão sem precedentes. Poder-se-á duvidar que o homem altamente civilizado queira rodear-se das mediocridades do luxo supérfluo. Mas não renunciará a nenhuma das conquistas do conforto. O fim imediato do comunismo é assegurar a todos, todas as comodidades, mas, na U. R. S. S., a questão da propriedade pessoal apresenta-se neste momento não sob os seus aspectos comunistas, mas sob os do espírito pequeno-burguês. A propriedade privada dos camponeses e dos homens das cidades não «notáveis» é objecto de um tratamento arbitrário revoltante por parte da burocracia inferior, que só por estes meios consegue muitas vezes assegurar algum relativo conforto. O aumento do bem-estar do país permite neste momento renunciar à tomada dos bens pessoais e leva mesmo a encorajar acumulação, como um estimulante ao aumento do rendimento do trabalho. Ao mesmo tempo — e isto não pode ser de desprezar —, a lei que protege a isba, a vaca e o simples mobiliário do camponês, do operário, do empregado, legaliza o hotel particular do burocrata, a sua «vila», o seu automóvel e os outros «artigos de consumo pessoal ou comodidades», dos quais se apropriou graças ao princípio socialista: «de cada um segundo as suas forças, a cada um segundo o seu trabalho». E não duvidemos que o automóvel do burocrata será melhor defendido pela lei fundamental do que a carroça do camponês.

Sovietes e democracia

No plano político, a nova Constituição difere da antiga pelo retorno ao sistema eleitoral soviético, fundado sobre os agrupamentos de classe e de produção, isto é, ao sistema da democracia burguesa, baseado no que se chama o «sufrágio universal, igual e directo» da população atomizada. Enfim, eis-nos perante a liquidação jurídica da ditadura do proletariado. Onde não existe burguesia, já não existe proletariado, explicam-nos os autores do projecto, de modo que o Estado operário se torna do povo. Este raciocínio, à primeira vista sedutor, está atrasado dezanove anos ou então está adiantado um grande número de anos. Expropriando os capitalistas, o proletariado começou realmente a destruir-se como classe. Mas da liquidação em princípio à reabsorção efectiva na comunidade, o caminho é tanto mais longo quanto é certo que o novo Estado tem que se encarregar, durante bastante tempo, do trabalho que cabia ao capitalismo. O proletariado soviético existe ainda como classe, profundamente diferente dos camponeses, dos técnicos intelectuais e da burocracia; é mesmo a única classe absolutamente interessada na vitória do socialismo. A nova Constituição tende a reabsorvê-lo politicamente na nação, muito antes de ser reabsorvido economicamente na sociedade. Sem dúvida, os reformadores decidiram, após algumas hesitações, deixar ao Estado a denominação de «soviético». Isto não passa de um grosseiro subterfúgio, ditado por causas análogas às que fizeram com que o império napoleónico conservasse durante algum tempo a denominação de republicano. Os sovietes são essencialmente os órgãos do Estado de classe e não podem ser outra coisa. Os órgãos democraticamente eleitos da administração local são as municipalidades, as doumas, os zemstvos, tudo o que se queira, mas não sovietes. A Assembleia legislativa democraticamente eleita será um Parlamento atrasado ou, mais exactamente, uma caricatura de Parlamento, mas em caso algum será o órgão supremo dos sovietes. Os reformadores mostram, uma vez mais, esforçando-se por aproveitar a autoridade histórica dos sovietes, que a nova orientação que eles dão em princípio à vida do Estado não ousa ainda utilizar o seu próprio nome.

Considerada em si própria, a igualdade dos direitos políticos dos operários e camponeses pode não modificar a natureza social do Estado se a influência do proletariado sobre o campo estiver assegurada pela situação geral da

economia e pelo grau de civilização. O desenvolvimento do socialismo deve seguir neste sentido. Mas se o proletariado, permanecendo a minoria do povo, deixa realmente de precisar de uma supremacia política para garantir a marcha para o socialismo, a necessidade de coacção deixa de se fazer sentir, cedendo o seu lugar à disciplina da cultura. Nestas condições, a abolição da desigualdade eleitoral deveria ser precedida de uma atenuação evidente das funções coercitivas do Estado. Disto, porém, nada fala a nova Constituição e, o que é mais grave, a vida actual nada disso deixa vislumbrar.

A nova carta «garante» aos cidadãos «as liberdades» de palavra, de imprensa, de reunião, de manifestação na rua. Mas cada uma destas garantias reveste a forma de um sólido açaímo ou de cadeias e algemas. A liberdade de imprensa significa a continuação de uma censura prévia sem piedade, cujos fios se juntam no Secretariado do Comité Central, que ninguém elegeu! A liberdade de imprimir litanias bizantinas ao chefe está naturalmente «garantida» na sua integridade. Em contrapartida, uma grande quantidade de discursos, artigos e cartas de Lenine e — para acabar — o seu «testamento», continuarão escondidos porque os chefes de hoje são por eles tratados com alguma severidade. Nestas condições, que dizer de outros autores? O comando grosseiro e ignorante instituído nas ciências, na literatura e na arte é mantido. A «liberdade de reunião» continua a significar, como no passado, a liberdade de certos grupos irem às reuniões convocadas pelas autoridades para aí tomarem resoluções previamente decididas. Sob a nova Constituição, como sob a antiga, centenas de comunistas estrangeiros que acreditaram no «direito de asilo» continuarão nas prisões e nos campos de concentração por terem pecado contra o dogma da infalibilidade. Tudo inalterável no que diz respeito às liberdades. A imprensa soviética nem mesmo tenta enganar-nos quanto a isto. Pelo contrário, proclama que a reforma constitucional tem por principal objectivo «o ulterior fortalecimento da ditadura». Ditadura de quem e sobre quem?

Nós já o vimos. A liquidação dos antagonismos de classe preparou a igualdade política. Não se trata de uma ditadura de classe, mas de uma ditadura «popular». No entanto, quando o povo, emancipado dos antagonismos de classe, se torna o portador da ditadura, isso pode apenas significar a reabsorção da ditadura na sociedade socialista e, antes de mais, a liquidação da burocracia. Esta é a doutrina «marxista». Talvez ela se tenha enganado?

Mas os próprios autores da Constituição invocam, e com bastante prudência na verdade o programa do partido escrito por Lenine. Poder-se-á ler: «A privação dos direitos políticos e as restrições, sejam quais forem, só poderão ser impostas a título de medidas provisórias. A medida que desaparecer a possibilidade objectiva de exploração do homem pelo homem, a necessidade que impõe estas medidas provisórias deixará de se fazer sentir». As medidas «de privação de direitos» são pois inseparáveis das «restrições, sejam quais forem, trazidas à liberdade». O advento da sociedade socialista é verificado, não porque os operários e camponeses são postos em pé de igualdade nem pela restituição dos direitos políticos a tantos por cento de cidadãos de origem burguesa, mas pela verdadeira liberdade para a totalidade dos cidadãos. Com a liquidação das classes desaparecem a burocracia, a ditadura e também o Estado. Mas experimentalmente fazer uma alusão a isto! A G. P. U. encontrará logo na nova Constituição maneira de mandar o cidadão para um qualquer dos seus numerosos campos de concentração. As classes foram suprimidas, dos soviets só resta o nome, mas a burocracia subsiste. A igualdade de direitos dos operários e camponeses é apenas a sua privação igual de qualquer direito perante a burocracia.

Não menos significativa é a introdução do voto secreto. Se era necessário admitir que a igualdade política corresponde à igualdade social, perguntar-se-á agora por que razão o voto deve ainda beneficiar do segredo. Que teme a população do país socialista e contra quem é necessário defendê-la? A Constituição soviética de outrora via no voto público, como na privação do direito de voto, as armas da classe revolucionária contra os seus inimigos burgueses e pequeno-burgueses. Não se poderá admitir que o voto secreto seja agora restabelecido no interesse da minoria contra-revolucionária. Trata-se evidentemente de defender os direitos do povo. Que teme pois o povo socialista após ter derrubado o czar, os nobres e a burguesia? Os sicofantas não colocam esta questão e, no entanto, nada de mais edificante do que as obras dos Barbusse, Louis Fischer, Duranty, Webb e *tutti quanti*.

Na sociedade capitalista, o voto secreto tem por objectivo subtrair os explorados à intimidação dos exploradores. Se a burguesia acabou por consentir no voto secreto sob pressão das massas, foi porque se sentia interessada em proteger o Estado contra a desmoralização que semeava. Mas não pode haver, parece, intimidação por parte dos exploradores na sociedade socialista. Contra quem é neces-

sário, pois, defender os cidadãos soviéticos? Naturalmente, contra a burocracia. Estaline concorda com isto muito francamente. Interrogado sobre a razão por que há necessidade do voto secreto, respondeu com todas as letras: «Porque *nós entendemos* dar aos cidadãos soviéticos a liberdade de votarem nos que quiserem eleger». O mundo fica a saber desta maneira, de fonte autorizada, que os cidadãos soviéticos ainda não podem votar segundo os seus desejos. Seria errado concluir que a Constituição de amanhã lhes assegurará esta possibilidade. Mas um outro aspecto da questão interessa-nos muito neste momento. Quem é esse *nós* que pode outorgar ou não ao povo a liberdade de votar? A burocracia, em nome da qual fala e age Estaline. As suas revelações visam o partido dirigente e o Estado, pois ele ocupa o posto de secretário-geral graças a um sistema que não permite aos membros do partido dirigente eleger quem lhes agrade. As palavras: «*Nós entendemos dar aos cidadãos soviéticos a liberdade de voto...*» são infinitamente mais importantes que as constituições soviéticas antigas e novas tomadas em conjunto, pois a sua impudência faz ressaltar qual é a constituição efectiva da U. R. S. S., tal como foi feita, não sobre o papel, mas na luta das forças sociais.

Democracia e partido

A promessa de oferecer aos cidadãos soviéticos a liberdade de votar «nos que eles quiserem votar» é mais uma metáfora estética que uma fórmula política. Os cidadãos soviéticos não terão o direito de escolher os seus «representantes» senão entre os candidatos que lhes serão designados, sob a égide do partido, os chefes centrais e locais. O partido bolchevique exerceu sem dúvida um monopólio político no primeiro período da era soviética. Mas identificar estes dois fenómenos, seria tomar a aparência pela realidade. A interdição dos partidos de oposição foi uma medida provisória, ditada pelas necessidades da guerra civil, do bloqueio, da intervenção estrangeira e da fome. E o partido governante que era nesse momento a organização autêntica da vanguarda proletária, tinha uma vida bastante rica. A luta dos grupos e das fracções no seu seio tomava o lugar, numa certa medida, da luta dos partidos. Agora que o socialismo, venceu «definitiva e irrevogavelmente», a for-

mação de fracções no partido é punido com o internamento num campo de concentração, senão com uma bala na nuca. A interdição dos partidos, outrora medida provisória, tornou-se um princípio. As Juventudes comunistas perdem o direito de se ocupar de política no preciso momento em que o texto da nova Constituição é publicado. Ora, os jovens dos dois sexos possuem direito de voto a partir dos dezoito anos e o limite de idade das Juventudes comunistas (vinte e três anos) não foi baixado. A política foi de uma vez por todas declarada como o monopólio de uma burocracia que escapa a qualquer contróle.

Ao jornalista americano que lhe perguntou qual seria o papel do partido sob o regime da *nova* Constituição, Estaline respondeu: «Desde que já não há classes, os limites entre as classes apagam-se («já não há classes», mas «os limites apagam-se» sòmente entre classes inexistentes!), continua a existir uma certa diferença superficial entre as camadas diversas da sociedade socialista, mas não poderá ser um terreno que alimente a rivalidade dos partidos. Onde não existem várias classes, não pode haver vários partidos, pois um partido é uma fracção de classe». Tantas palavras como erros, e até mais! Como se as classes fossem homogéneas! Como se as suas fronteiras estivessem claramente delimitadas de uma vez por todas! Como se a consciência de uma classe correspondesse exactamente ao seu lugar na sociedade! Aqui, o pensamento marxista não passa de uma paródia. O dinamismo da consciência social é excluído da História no interesse da ordem administrativa. Na verdade, as classes são heterogéneas, dilaceradas por antagonismos internos e só alcançam os seus fins comuns pela luta das tendências, por agrupamentos e partidos. Poder-se-á reconhecer com algumas restrições que um partido é uma «fracção de classe», mas como uma classe é feita de um certo número de fracções — umas olhando em frente, outras para trás — a mesma classe pode formar vários partidos. Pela mesma razão, um partido pode apoiar-se em fracções de várias classes. Não se encontrará em toda a história política um único partido a representar uma única classe se não se consentir em tomar uma ficção policial pela realidade.

O proletariado é a classe menos heterogénea da sociedade capitalista. A existência de camadas sociais, tais como a aristocracia operária e a burocracia, basta entretanto, para nos explicar a existência dos oportunistas que se tornam, pelo curso natural das coisas, um dos meios de dominação burguesa. Seja a diferença entre a aristocracia

operária e a massa proletária, do ponto de vista da sociologia estalinista, «radical» ou «superficial», isso importa pouco; foi com base nesta diferença, em todo o caso, que nasceu, no seu devido tempo, a necessidade de romper com a social-democracia e fundar a III Internacional. Se «não existem classes» na sociedade soviética, ela não deixa de ser mais heterogênea e complexa do que o proletariado dos países capitalistas e pode, por consequência, oferecer um terreno que alimente suficientemente vários partidos. Tendo-se aventurado imprudentemente no domínio da teoria, Estaline demonstra mais do que seria seu desejo. O seu raciocínio não estabelece que não possam existir na U.R.S.S. *partidos diferentes*, mas sim que não podem existir *partidos*; porque, onde não existem classes, a política nada tem a fazer em geral. Mas a esta lei Estaline faz uma exceção «sociológica» a favor do partido do qual é ele mesmo o secretário-geral.

Boukharine tenta abordar a questão noutra direcção. O problema dos caminhos a seguir para o capitalismo ou para o socialismo já não se discute na U. R. S. S.; portanto, «os partidários das classes inimigas e liquidadas não podem ser autorizados a formar partidos». Sem insistirmos no facto de que no país do socialismo vitorioso os partidários do capitalismo deveriam parecer ridículos D. Quixotes incapazes de formar um partido, é evidente que os desacordos políticos existentes não se esgotam de maneira nenhuma pela alternativa: em direcção do socialismo ou do capitalismo? Outras questões ainda se põem: como caminhar para o socialismo? a que velocidade? A escolha do caminho não é menos decisiva do que a escolha do fim. Quem escolherá pois os caminhos? Se nada pode realmente alimentar os partidos, não há necessidade de os proibir. Mas é necessário, pelo contrário, aplicando o programa bolchevique, suprimir «todos os entraves, sejam eles quais forem, à liberdade».

Estaline, esforçando-se por dissipar as dúvidas bastante naturais do seu interlocutor americano, faz uma nova consideração: «As listas de candidatos serão apresentadas, ao mesmo tempo que pelo partido comunista, por diversas organizações apolíticas. Existem centenas. Cada camada da sociedade soviética pode ter os seus interesses especiais e reflecti-los através das numerosas organizações sociais». Este sofisma não vale mais do que os outros. As organizações «sociais» soviéticas — sindicatos, cooperativas, sociedades culturais — não representam os interesses de «camadas sociais», pois têm todas a mesma estrutura hierárquica; mesmo quando são na aparência organizações

de massas, como os sindicatos e as cooperativas os meios dirigentes privilegiados tomam nelas um papel activo e a última palavra pertence ao «partido», isto é, à burocracia. A Constituição nada mais faz do que mandar o eleitor de Herodes para Pilatos.

Este mecanismo está muito claramente expresso no texto da lei fundamental. O artigo 126, eixo da Constituição no sentido político, «assegura aos cidadãos o direito» de se agruparem em organizações sociais: sindicatos, cooperativas, associações de juventude, desportivas, de defesa nacional, culturais, técnicas e científicas. Quanto ao partido que concentra o poder nas suas mãos, pertencer-lhe já não é um direito mas um privilégio da minoria. Os cidadãos mais activos e mais conscientes (*isto é, reconhecidos como tais pelas autoridades*) da classe operária e das outras camadas de trabalhadores, unem-se no partido comunista, o qual constitui o núcleo dirigente de todas as organizações de trabalhadores, tanto sociais como do Estado. Esta fórmula, de uma franqueza chocante, introduzida no próprio texto da Constituição, reduz a nada a ficção do papel político das «organizações sociais», meras sucursais da firma burocrática.

Mas se não existe luta de partidos, talvez as diversas fracções do único partido existente possam manifestar-se nas eleições democráticas? A um jornalista francês que o interrogava sobre os agrupamentos no seio do partido governante, Molotov respondeu: «Tentaram formar fracções no partido, mas há já vários anos que a situação se modificou radicalmente a esse respeito e o partido comunista encontra-se realmente unido». Nada melhor o demonstra que as incessantes depurações e os campos de concentração! O mecanismo democrático torna-se perfeitamente claro após os comentários de Molotov. «O que resta da revolução de Outubro» pergunta Victor Serge, «se qualquer operário que se permita uma reivindicação ou uma apreciação crítica, está condenado à penitenciária? Ah! a coisa está salva com a criação do voto secreto!». Com efeito. Hitler, também ele não renunciou ao voto secreto.

Os raciocínios teóricos de reformadores sobre as relações das classes e do partido são bastante claros. A sociologia não está em questão, trata-se de interesses materiais. O partido governante da U. R. S. S. é a máquina política de uma burocracia, que exerce um monopólio, que tem alguma coisa a perder, mas nada mais a conquistar. O «terreno nutritivo», entende guardá-lo só para ela.

Num país onde a lava da revolução está ainda quente, os privilegiados sentem-se tão pouco à vontade com os seus privilégios como o ladrão principiante com o relógio de ouro que acaba de roubar. Os meios dirigentes experimentam diante das massas um medo puramente burguês. Estaline justifica teoricamente os privilégios crescentes, invocando a Internacional Comunista; e defende a aristocracia soviética com a ajuda dos campos de concentração. Para que o sistema se possa manter, é necessário que Estaline se ponha, de tempos a tempos, do lado do «povo» contra a burocracia, com o consentimento tácito desta, bem entendido. Vê-se obrigado a recorrer ao voto secreto para limpar um pouco o aparelho de Estado de uma corrupção devoradora.

Por alturas de 1928, Rakovsky escrevia, por ocasião das histórias de gangsters no interior da burocracia e revelados ao grande público: «O mais característico nesta vaga de escândalos e o mais perigoso, é a passividade das massas, ainda mais das massas comunistas que das sem-partido... No temor pelos poderosos ou por indiferença política, não protestaram ou simplesmente murmuraram». No decurso dos oito anos que passaram desde então, a situação agravou-se muito mais. A corrupção do aparelho, manifestando-se a todo o momento, acabou por ameaçar a existência do Estado, não como instrumento da transformação socialista da sociedade, mas como fonte do poder, das rendas e dos privilégios dos dirigentes. Estaline deixou entrever este motivo da reforma: «grande número das nossas instituições», disse a Howard, «trabalham mal. O voto secreto servirá à população de aguilhão contra os órgãos do poder que funcionam mal». Notável declaração: depois que a burocracia criou, por suas mãos, a sociedade socialista, experimenta a necessidade de um aguilhão? E é este o móbil da reforma constitucional! Há um outro, não menos importante: Liquidando os soviets, a nova Constituição dissolve a classe operária na massa da população. Os soviets, na realidade, perderam de há muito todo o seu alcance político. Mas o crescimento dos antagonismos sociais e o despertar da nova geração podem reanimá-los. É necessário, sobretudo, temer os soviets das cidades em cuja actividade tomam parte os jovens e nomeadamente jovens comunistas, exigentes. O contraste entre a miséria e o luxo é impressionante nos centros. O primeiro desejo da aristocracia soviética é desembaraçar-se dos soviets dos operários e dos soldados vermelhos. É muito mais fácil fazer frente ao descontentamento dos camponeses dispersos.

Poderá mesmo servir-se, com um certo êxito, dos camponeses dos kolkhoses contra os operários das cidades. Não seria a primeira vez que a reacção burocrática se apoiava no campo contra as cidades.

O que há de importante em princípio na nova Constituição, o que a coloca muito acima das constituições mais democráticas dos países burgueses, é a transcrição prolixa dos documentos essenciais da Revolução de Outubro. A apreciação das conquistas económicas que aí se encontra deforma a realidade através do prisma da mentira e da fanfarronice. Tudo o que diz respeito às liberdades e à democracia não passa de usurpação e de cinismo.

Fazendo um enorme recuo, recuando dos princípios socialistas para os princípios burgueses, a nova Constituição, cortada e cosida por medida para a casta dirigente, situa-se na linha histórica da renúncia à revolução mundial em proveito da Sociedade das Nações, da restauração da família pequeno-burguesa, da substituição das milícias por um exército permanente, do restabelecimento dos postos e das condecorações, do aumento das desigualdades. Consagrando o absolutismo «fora das classes», a nova Constituição cria as condições políticas do renascimento de uma nova classe possuidora.

X I

PARA ONDE VAI A U. R. S. S.

O bonapartismo, regime de crise

A questão já exposta foi a seguinte: como explicar o facto de o grupo dirigente ter podido, apesar dos seus inúmeros erros, adquirir um poder ilimitado? Ou, por outros termos: como explicar o contraste entre a mediocridade ideológica dos termidorianos e a sua força material? Poderá agora ser dada a esta pergunta uma resposta sensivelmente mais concreta e categórica: A sociedade soviética não é harmoniosa. O que é um vício para uma classe ou camada social, é uma virtude para outra. Se, do ponto de vista das formas socialistas da sociedade, a política da burocracia surpreende pelas suas contradições e discordâncias, aparece como bastante conseqüente do ponto de vista do fortalecimento dos novos dirigentes.

O apoio do Estado ao camponês abastado (1923-1928) constituía um perigo mortal para o futuro do socialismo. Mas a burocracia, com o auxílio da pequena-burguesia, conseguiu amordaçar a vanguarda proletária e esmagar a oposição bolchevique. O que era um erro do ponto de vista socialista, era um claro benefício do ponto de vista dos interesses da burocracia. Cantudo, quando o kulak começou a ameaçar, voltou-se contra ele. O extermínio dos camponeses abastados, alargado aos camponeses médios, não custou menos ao país do que uma invasão externa. A burocracia manteve as suas posições e, derrotado o aliado da véspera, dedicou-se com a maior energia a formar uma nova aristocracia. Sabotagem do socialismo? Evidentemente, mas também fortalecimento da casta governamental. A burocracia assemelha-se a todas as castas dirigentes pelo facto de se encontrar sempre pronta a cerrar os olhos perante os mais grosseiros erros dos seus chefes em política geral se, em contrapartida, estes lhe forem absolutamente fieis na defesa dos seus privilégios. Quanto mais inquietos se encontrarem os novos senhores, mais

apreciam a repressão sem piedade à menor ameaça aos seus direitos bem adquiridos. É sob este ângulo que uma casta de arrivistas selecciona os seus chefes. E aqui reside o segredo de Estaline.

Mas a força e a independência da burocracia não poderão crescer indefinidamente. Existem factores históricos mais poderosos que os marechais e até mesmo que os secretários gerais. A racionalização da economia não se concebe sem um inventário preciso. O inventário é incompatível com o arbítrio burocrático. O desejo de restabelecer um rublo estável, isto é, independente dos «chefes», é ditado à burocracia pela contradição cada vez mais confessada entre o seu poder absoluto e o desenvolvimento das forças produtivas do país. Também a monarquia absoluta se tornou outrora incompatível com o desenvolvimento do mercado burguês. O cálculo monetário não pode deixar de dar maior abertura à luta das diversas camadas da população pela repartição da renda nacional. A tabela dos salários, indiferente ao operário na época das senhas de víveres, adquire para ele, de ora avante, uma importância capital; e desde logo se coloca a questão dos sindicatos. A nomeação dos funcionários sindicais, vinda do cimo, defrontar-se-á com uma resistência cada vez mais tenaz. Finalmente, o trabalho à peça faz o operário interessar-se pela boa gestão das empresas. Vêm-se os stakhanovistas lamentar-se cada vez mais frequentemente pelos defeitos de organização da produção. O despotismo burocrático que prolifera na designação dos directores, dos engenheiros e do pessoal industrial em geral, torna-se cada vez menos tolerável. A coopeção e o comércio estatizado caem, muito mais que outrora, na dependência dos consumidores. Os kolkhoses e os seus membros aprendem a traduzir as suas relações com o Estado na linguagem dos algarismos. Nem deixarão sempre que lhes sejam designados administradores cujo único mérito é, frequentemente, agradar aos burocratas locais. Finalmente, o rublo permite levar luz ao domínio mais secreto: o dos rendimentos lícitos e ilícitos da burocracia. E a circulação monetária, ao tornar-se, num país politicamente asfixiado, o poderoso meio da mobilização das forças de oposição, anuncia o declínio do absolutismo «esclarecido».

Enquanto o crescimento da indústria e a entrada da agricultura na esfera do plano complicam extremamente a tarefa directiva, dando prioridade ao problema da *qualidade*, a burocracia liquida a iniciativa criadora e sentimento de responsabilidade sem os quais não poderá haver progresso qualitativo. As chagas do sistema são talvez menos

visíveis na indústria pesada, mas corroem ao mesmo tempo que a cooperação, a indústria ligeira e alimentam os kolkhoses, as indústrias locais, isto é, todos os ramos da produção próximos da população.

O papel progressista da burocracia soviética coincide com o período de assimilação. O grande trabalho de imitação, de enxertia, de transferência, de aclimação, fez-se no terreno preparado pela Revolução. Até hoje, ainda não se pôs o problema da inovação no domínio da técnica, da ciência ou da arte. Sob as ordens da burocracia, poder-se-ão construir fábricas gigantes de acordo com os modelos importados do estrangeiro, pagando-as, é certo, pelo triplo do seu preço. Mas quanto mais avançar, maior será o choque contra o problema da qualidade e este escapa à burocracia como uma sombra. A produção parece marcada pelo cunho cinzento da indiferença. Na economia nacionalizada, a *qualidade* supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa, tudo isto incompatível com o regime totalitário do medo, da mentira e do panegírico.

Depois do problema da qualidade, outros se colocam, maiores e mais complexos, que poderemos agrupar na rubrica «acção criadora técnica e cultural». Um filósofo da Antiguidade sustentava que a discussão era a mãe de todas as coisas. Onde o choque das ideias é impossível, não poderá haver criação de novos valores. A ditadura revolucionária, admitimo-lo, constitui em si própria uma severa limitação da liberdade. É precisamente por isso que as épocas revolucionárias nunca foram propícias à criação cultural, à qual mais não fazem do que desbravar-lhes o caminho. A ditadura do proletariado abre ao génio humano um horizonte tanto mais vasto quanto mais deixar de ser uma ditadura. A civilização socialista só poderá florescer com o deperimento do Estado. Esta lei simples e inflexível implica uma condenação, sem recurso possível, do regime político actual da U. R. S. S. A democracia soviética não é uma reivindicação política abstrata ou moral. Tornou-se para o país uma questão de vida ou de morte.

Se o novo Estado não tivesse outros interesses além dos da sociedade, o deperimento das suas funções de coacção seria gradual e incolor. Mas o Estado não foi desencarnado. As funções específicas deram origem aos órgãos. A burocracia, considerada no seu conjunto, preocupa-se menos com a função do que o atributo que esta lhe confere. A casta governante esforça-se por perpetuar e fortalecer os órgãos de coerção e não olha a meios para se manter

no poder e conservar os seu rendimentos. Quanto mais o curso das coisas se lhe mostrava contrário, mais ela se mostra impiedosa em relação aos elementos avançados do povo; tal como a Igreja católica, ela formulou o seu dogma da infalibilidade após o início do seu declínio; mas a burocracia elevou-o imediatamente a alturas tais que nem o papa teria sonhado.

A divinização cada vez mais impudente de Estaline é, apesar do que tem de caricatural, necessária ao regime. A burocracia tem necessidade de um árbitro supremo inviolável, primeiro cônsul à falta de imperador, e leva aos ombros o homem que melhor responde às suas pretensões de domínio. A «firmeza» do chefe, tão admirada pelos diletantes literários do Ocidente, não é mais do que a resultante da pressão colectiva de uma casta, pronta a tudo para se defender. Todo o funcionário professa a fórmula «o Estado sou eu»: todos se reconhecem sem dificuldade em Estaline. Estaline descobre em todos o fôlego do seu espírito. Estaline personifica a burocracia e este é o facto que molda a sua personalidade política.

O cesarismo — ou a sua forma burguesa, o bonapartismo — entra em cena na História quando a áspera luta entre dois adversários parece elevar o poder acima da Nação e assegura aos governantes uma independência aparente relativamente às classes, não lhes deixando na realidade mais do que a liberdade de que precisam para defender os privilegiados. Elevando-se acima de uma sociedade politicamente atomizada, apoiando-se na polícia e no corpo dos oficiais, sem tolerar contrôle algum, o regime estalinista constitui uma variedade manifesta do bonapartismo, de novo tipo, até hoje sem precedentes. O cesarismo nasceu numa sociedade fundada sobre a escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do regime capitalista nos seus períodos críticos. O estalinismo é uma variedade, mas assente nas bases do Estado operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.

A História é testemunha do facto de o bonapartismo se acomodar muito bem ao sufrágio universal e mesmo ao voto secreto. O plebiscito é um dos seus atributos democráticos. Os cidadãos são, de tempos a tempos, convidados a pronunciar-se *por* ou *contra* o chefe e, ao votarem, sentem na têmpora o frio do cano de um revólver. Desde Napoleão III, que hoje se parece com um diletante provinciano, a técnica plebiscitária conheceu aperfeiçoamentos extraordinários. A nova Constituição soviética, instituindo

um *bonapartismo plebiscitário*, é o coroamento do sistema; deve-se em última instância, ao atraso da revolução mundial. A mesma causa deu origem ao fascismo nos países capitalistas. Chegamos agora a uma conclusão à primeira vista inesperada, mas na realidade irreprovável: o abafamento da democracia soviética pela burocracia toda-poderosa e as derrotas infligidas à democracia noutros países devem-se à lentidão que mostra o proletariado no cumprimento da tarefa que a História lhe designa. A despeito da profunda diferença das suas bases sociais, o estalinismo e o fascismo são fenómenos simétricos. Bastantes traços os assemelham de maneira oprimente. Um movimento revolucionário vitorioso na Europa faria, imediatamente, estalar o fascismo e igualmente o bonapartismo soviético. A burocracia estalinista tem razão, do seu ponto de vista, em voltar costas à revolução internacional; ela obedece, procedendo deste modo, ao instinto de conservação.

A luta da burocracia contra o inimigo de classe

Nos primeiros tempos do regime soviético o partido servia de contrapeso à burocracia. Esta administrava o Estado, o partido controlava-a. Velando com zelo para que a desigualdade não passasse dos limites do necessário, o partido estava sempre em luta aberta ou velada contra a burocracia. O papel histórico da fracção estalinista foi o de fazer cessar esta dualidade, subordinando o partido aos seus próprios organismos e fundindo os organismos do partido com os do Estado. Assim se criou o actual regime totalitário. A vitória de Estaline foi assegurada pelo serviço definitivo que ele prestava à burocracia.

No decorrer dos dez primeiros anos, a Oposição de Esquerda tinha em vista a conquista ideológica do partido sem entrar, contra este, na via da conquista do poder. A palavra de ordem era: Reforma e não revolução. No entanto, a burocracia estava pronta desde então a qualquer golpe de Estado para se defender de uma reforma democrática. Quando, em 1927, o conflito se agudizou no Comité Central, Estaline, voltando-se para a oposição, exclamou: «Estes quadros, só pela guerra civil serão demitidos!» As derrotas do proletariado europeu converteram esta ameaça numa realidade histórica. O caminho da reforma tornou-se o de uma revolução.

As incessantes depurações do partido e das organizações soviéticas têm por objectivo impedir que o descontentamento político das massas encontre uma clara expressão política. Mas *as repressões não matam o pensamento, so conseguem recalá-lo*. Comunistas e sem-partido têm duas convicções: a oficial e a secreta. A delação e a inquisição devoram a sociedade. A burocracia classifica, invariavelmente, de inimigos do socialismo os seus adversários utilizando falsos juízos, de tal modo que este uso já passou a ser um hábito, imputa-lhes, a seu bel-prazer, os piores crimes. Arranca aos fracos, sob ameaça de morte, confissões que ela própria lhes dita e das quais se serve depois para acusar os mais firmes.

O *Pravda*, comentando «a mais democrática Constituição do mundo», escreveu em 5 de Junho de 1936 que «seria imperdoavelmente ridículo pensar que, apesar da liquidação das classes, as forças das classes hostis ao socialismo se resignaram com a derrota. A luta continua». Quais são então estas «forças das classes hostis»? Vejamos: «Os restos dos grupos contra-revolucionários, guardas brancos de toda a espécie e, *sobretudo*, a variedade trotskista-zinovievista. Após a inevitável menção da «espionagem e acção terrorista e destrutiva» (dos trotskistas e dos zinovievistas!), o órgão de Estaline promete: «Continuaremos a exterminar com mão firme os inimigos do povo, os répteis e as fúrias trotskistas, qualquer que seja a sua hábil camuflagem». Estas ameaças, repetidas diariamente pela imprensa, nada mais fazem do que acompanhar o trabalho da GPU.

Um certo Petrov, membro do partido desde 1918, combatente da guerra civil, em seguida agrónomo e opoisionista das direitas, tendo escapado à deportação em 1936 e conseguido passar para o estrangeiro, escreve o que se segue sobre os «trotskistas», num jornal da emigração liberal: «Elementos de esquerda? Psicologicamente, são os últimos revolucionários. Autênticos, ardentes. Nada de sombrio nem de compromissos. Homens admiráveis. Ideias idiotas. O incêndio do universo e um tal género de visões». Deixemos a questão das «ideias». O julgamento moral feito aos elementos da esquerda pelos seus adversários de direita é de uma eloquência espontânea. São justamente estes «últimos revolucionários autênticos e ardentes» que os generais e os coronéis da G. P. U. acusam de contra-revolução no interesse do imperialismo.

A histeria burocrática, odiosamente desencadeada contra a oposição bolchevique, adquire um significado político

notável em face do levantamento das restrições de direitos decretados outrora contra as pessoas de origem burguesa. Os decretos conciliadores que facilitam o acesso aos empregos e aos estudos superiores baseiam-se na ideia de que a resistência das antigas classes dominantes cessa, à medida que a ordem nova se revela inquebrantável. «Estas restrições tornaram-se supérfluas», explicou Molotov na sessão do executivo de Janeiro de 1936. No mesmo instante nota-se que os piores «inimigos de classe» se recrutam entre os homens que combateram toda a vida pelo socialismo, a começar pelos colaboradores mais próximos de Lenine, como Zinoviev e Kamenev. Comparados com a burguesia, se se quiser crer no *Pravda*, os «trotskistas» são tanto mais «exasperados» quanto mais luminosamente se desenhavam os «contornos da sociedade socialista sem classes». Esta filosofia delirante, nascida da necessidade de justificar novas situações por meio de velhas fórmulas, não pode naturalmente ocultar o deslocamento real dos antagonismos sociais. Por um lado, a criação de 14 «notáveis» abre o caminho aos rebentos mais ambiciosos da burguesia, porque não há risco algum em lhes conceder a igualdade de direitos. Por outro lado, o mesmo facto provoca o descontentamento agudo e muito perigoso das massas e principalmente da juventude operária. E é isto que explica a campanha contra «os répteis e as fúrias trotskistas».

O gládio da ditadura, que ontem atacava os partidários da restauração burguesa, abate-se agora sobre aqueles que se insurgem contra a burocracia; ataca a vanguarda proletária e não os inimigos de classe do proletariado. Em relação com a modificação capital das suas funções, a polícia política, outrora composta pelos bolcheviques mais devotados, mais dispostos ao sacrifício, torna-se o elemento mais corrupto da burocracia.

Os termidorianos põem na proscricção dos revolucionários todo o ódio que lhes inspiram os homens que lhes lembram o passado e os fazem temer o futuro. Os mais firmes e mais fiéis bolcheviques, a flor do partido, estão nas prisões, nos cantos perdidos da Sibéria e da Ásia central, nos campos de concentração. Mas até mesmo nas prisões e nos locais de deportação, os opositoristas são ainda alvo de investigações, sujeitos ao bloqueio postal e à fome. Separa-se a mulher do marido com o fito de os quebrar e de os coagir às abjurações. Por outro lado, a abjuração não significa a salvação: à primeira suspeita ou denúncia, o arrependido é duplamente punido. A ajuda

trazida aos deportados, mesmo pelos parentes, é considerada um crime e a ajuda mútua uma conspiração.

Nestas condições, a greve da fome é o único meio de defesa que resta aos perseguidos. A G. P. U. responde-lhes com a alimentação forçada, a não ser que deixe aos prisioneiros a liberdade de morrer. Centenas de revolucionários russos e estrangeiros, no decurso dos últimos anos, foram forçados a greves da fome mortais, ou fusilados, ou impelidos ao suicídio. Em doze anos, o governo anunciou já muitas vezes a eliminação definitiva da oposição. Mas, no decorrer da «depuração» dos últimos meses de 1935 e do primeiro semestre de 1936, centenas de milhar de comunistas foram, mais uma vez, expulsos do partido; neste número, várias dezenas de milhares de «trotskistas». Os mais activos depressa foram detidos, lançados na prisão, ou enviados para campos de concentração. Quanto aos outros, Estaline, por intermédio do *Pravda*, ordenou às autoridades locais que, não lhes dessem trabalho de modo algum. Num país onde o Estado é o único empresário, uma tal medida equivale a uma condenação à morte pela fome. O velho princípio «quem não trabalha não come» é substituído por este: «quem não se submete não come». Quantos bolcheviques foram expulsos, detidos, deportados, exterminados, a partir de 1923, o ano do começo da era bonapartista, jamais o saberemos até ao dia em que se abram os arquivos da polícia política de Estaline. Quantos permanecem na clandestinidade, só quando o regime burocrático começar a afundar-se, nós o saberemos finalmente.

Que importância podem ter vinte ou trinta mil opoisionistas num partido com dois milhões de inscritos? Sobre este ponto, a simples confrontação dos números nada significa. Basta uma dezena de revolucionários num regimento, numa atmosfera sobreaquecida, para o fazer passar para o lado do povo. Não é sem razão que o estado-maior tem um medo terrível dos pequenos grupos clandestinos e até dos militantes isolados. Este medo, que faz tremer a burocracia estalinista, explica a crueldade das proscricções e a baixaza das calúnias.

Victor Serge, que passou na U. R. S. S. por todas as fases da repressão, trouxe para o Ocidente a terrível mensagem dos que são torturados por fidelidade à revolução e resistência aos seus coveiros. Ele escreve:

«Não exagero nada, peso as minhas palavras, posso sustentar cada uma delas com provas trágicas e nomes...

«Entre essa massa de vítimas e de contraditores, silenciosa na maior parte, uma heróica minoria me é querida entre todas, preciosa pela sua energia, pela sua visão clara, pelo seu estoicismo, pela sua dedicação ao bolchevismo da grande época. São alguns milhares, comunistas da primeira hora, companheiros de Lenine e de Trotsky, construtores das repúblicas soviéticas quando existiam os soviets, invocando, contra a degradação interna do regime, os princípios do socialismo, defendendo como podem (e não podem mais do que aceitar todos os sacrifícios) os direitos da classe operária... «Os prisioneiros manter-se-ão firmes enquanto for preciso, até ao fim, mesmo que não possam assistir ao despertar de uma nova aurora sobre a revolução. «Os revolucionários do Ocidente podem contar com eles: a chama será mantida, mesmo nas prisões. Eles também contam convosco. Deveis, devemos defendê-los, para defender a democracia operária no mundo, restituir à ditadura do proletariado o seu rosto de libertadora, devolver um dia à U. R. S. S. a sua grandeza moral e a confiança dos trabalhadores...

Uma nova revolução é inelutável

Reflectindo sobre o depercimento do Estado, Lenine escreveu que o hábito de observar as regras da comunidade pode afastar todas as necessidades de coacção «se nada existir que suscite a indignação, o protesto e a revolta e provoque, assim, a repressão». Tudo está neste se. O regime actual da U. R. S. S. suscita constantemente protestos, tanto mais dolorosos quanto mais abafados. A burocracia não é só um aparelho de coacção, é também uma causa permanente de provocação. A própria existência de uma casta de senhores, ávida, mentirosa e cínica, não pode deixar de suscitar uma revolta escondida. A melhoria da situação dos operários não os reconcilia com o poder; longe disso, essa melhoria, elevando a sua dignidade e abrindo o seu pensamento às questões de política geral, prepara o conflito dos operários com os dirigentes.

Os «chefes» inamovíveis gostam de repetir que é necessário «aprender», «assimilar a técnica», «cultivar-se» e mais coisas belas. Mas os próprios mestres são ignorantes, pouco cultos, nada aprendem seriamente, continuam grosseiros e desleais. A sua pretensão à tutela total da sociedade,

quer se trate de comandar os gerentes de cooperativas, ou os compositores de música, torna-se intolerável. A população não poderá aceder a uma cultura superior sem sacudir a sujeição humilhante a essa casta de usurpadores. Acabará o funcionário por devorar o Estado operário ou reduzirá a classe operária o funcionário à incapacidade de incomodar? Tal é a questão de que depende a sorte da U. R. S. S. A imensa maioria dos operários é agora hostil à burocracia; as massas camponesas têm-lhe um forte ódio, um ódio plebeu. Se, ao contrário dos camponeses, os operários quase não se empenham na luta, deixando assim os primeiros entregues aos seus erros e à sua impotência, não é só por causa da repressão: os operários temem abrir o caminho a uma restauração capitalista. As relações mútuas mútuas entre o Estado e a classe operária são muito mais complexas do que imaginam os «democratas» vulgares. Sem uma economia planificada, a U. R. S. S. recuará dezenas de anos. Mantendo esta economia, a burocracia continua a preencher uma função necessária. Mas de tal maneira que prepara o torpeamento do sistema e ameaça todas as conquistas da revolução. Os operários são realistas. Sem terem ilusões sobre a casta dirigente, pelo menos sobre as camadas desta casta que conhecem um pouco melhor, eles vêem nela, neste momento, a guardiã de uma parte das suas próprias conquistas. Não deixarão de se libertar da guardiã desonesta, insolente e suspeita, desde que vejam a possibilidade de a dispensar. Para isso, é necessário que um clarão revolucionário se produza no Ocidente ou no Oriente.

A cessação de toda a luta política visível é apresentada pelos agentes e amigos do Krenlim como uma estabilização do regime. Na verdade, ela só significa a estabilização momentânea da burocracia. Continua, escondido o descontentamento do povo. A geração jovem sofre, principalmente com o jugo do «absolutismo iluminado», de resto muito mais absoluto do que iluminado. A vigilância da burocracia, cada vez mais terrível, face a qualquer vislumbre de pensamento, assim como a insuportável divinização do «chefe» providencial, atestam o divórcio entre o Estado e a sociedade e também o agravamento das contradições internas que, pressionando os muros do Estado procuram uma saída que, inevitavelmente, será encontrada.

Os atentados cometidos contra os representantes do poder têm, frequentemente, uma grande importância sintomática que permite formar juízos sobre a situação de um país. O mais retumbante foi o assassinato de Kirov,

ditador hábil e sem escrúpulos de Leninegrado, personalidade típica da sua corporação. Os actos terroristas são, por si sós, incapazes de subverter a oligarquia burocrática. O burocrata, considerado individualmente, pode temer o revólver; a burocracia, no seu todo, explora com êxito o terrorismo, para justificar as suas próprias violências, não sem acusar os seus adversários políticos (os casos de Zinoviev, Kamenev e outros). O terrorismo individual é a arma dos isolados, dos impacientes ou desesperados, pertencendo estes, muitas vezes, à jovem geração da burocracia. Mas, como na autocracia, os crimes políticos anunciam que a atmosfera se carrega de electricidade e fazem pressentir uma crise.

Ao promulgar a nova Constituição, a burocracia mostra que fareja o perigo e que pretende evitá-lo. Mas já mais de uma vez aconteceu que a ditadura burocrática, procurando salvar-se com reformas de pretensões «liberais», nada mais conseguiu do que enfraquecer-se. Revelando o bonapartismo, a nova Constituição oferece simultaneamente para o combate uma trincheira semi-legal. A rivalidade eleitoral das cliques, pode ser o ponto de partida de lutas políticas. O aguilhão dirigido contra os «órgãos do poder que funcionam mal» pode tornar-se um aguilhão contra o bonapartismo. Todos os indícios nos levam a crer que os acontecimentos levarão, infalivelmente, a um conflito entre as forças populares, fortalecidas pelo desenvolvimento da cultura, e a oligarquia burocrática. Esta crise não tem solução pacífica. Nunca se viu o diabo cortar as garras por sua livre vontade. A burocracia soviética não abandonará as suas posições sem combate; o país caminha manifestamente para uma revolução.

Frente a uma pressão enérgica das massas e tendo em conta a diferenciação social dos funcionários, a resistência dos dirigentes pode ser bastante mais fraca do que parece. Sem dúvida que, sobre este assunto, apenas se podem fazer simples conjecturas. Seja como for, a burocracia só poderá ser afastada revolucionariamente e isto, como sempre, à custa de sacrifícios, tanto menos numerosos quanto mais energia e vigor forem utilizados. Preparar esta acção e pôr-se à frente das massas numa situação histórica favorável, tal é a tarefa da secção soviética da IV Internacional, hoje ainda fraca e reduzida à clandestinidade. Mas a ilegalidade de um partido não significa a sua inexistência: é apenas uma forma penosa da sua existência. A repressão pode mostrar-se perfeitamente eficaz contra uma classe que desaparece da cena, como demonstrou plenamente a

ditadura revolucionária de 1917-1923; o recurso à violência contra a vanguarda revolucionária não salvará uma casta que só sobrevive na medida em que, naturalmente, a U. R. S. S. tem um futuro.

A revolução que a burocracia prepara contra si própria não será social como a Revolução de Outubro de 1917; não se tratará de mudança das bases económicas da sociedade, de substituir uma forma de propriedade por outra. A História para além das revoluções sociais que substituíram o feudalismo pelo regime burguês, conhecem revoluções políticas que sem tocar nos fundamentos económicos da sociedade, subverteram as antigas formações dirigentes (1830 e 1848 em França, Fevereiro de 1917 na Rússia). A subversão da casta bonapartista terá, naturalmente, profundas consequências sociais; mas não irá para além dos limites de uma transformação política.

Um Estado saído da revolução operária existe pela primeira vez na história. As etapas que deve percorrer não estão escritas em qualquer lado. Os teóricos e os construtores da U. R. S. S. esperavam, é verdade, que o sistema subtil e claro dos soviets permitisse ao Estado transformar-se pacificamente, dissolver-se e deperecer, à medida que a sociedade realizasse a sua evolução económica e cultural. A realidade mostrou-se mais complexa do que a teoria. O proletariado de um país atrasado teve de fazer a primeira revolução socialista. Este privilégio histórico terá de ser pago com uma segunda revolução, esta contra o absolutismo burocrático. O programa desta revolução dependerá do momento em que ela rebente, do nível que o país tenha atingido nessa altura e, em considerável medida, da situação internacional. Os seus elementos essenciais, suficientemente definidos desde agora, são indicados ao longo das páginas deste livro e são as conclusões objectivas da análise das contradições do regime soviético.

Não se trata de substituir uma camarilha dirigente por outra, mas de modificar os próprios métodos da direcção económica e cultural. O arbítrio burocrático deve dar lugar à democracia soviética. O restabelecimento do direito de crítica e de uma verdadeira liberdade eleitoral são condições necessárias ao desenvolvimento do país. O restabelecimento da liberdade dos partidos soviéticos, a começar pelo partido bolchevique, e o renascimento dos sindicatos, são indispensáveis. A democracia acarretará, na economia, a revisão radical dos planos no interesse dos trabalhadores. A livre discussão das questões económicas diminuirá as despesas gerais impostas pelos erros e zigue-zagues da burocracia.

Os empreendimentos sumptuosos, Palácios dos Sovietes, novos teatros, metropolitanos, construídos para assombrar multidões, darão lugar a habitações operárias. As «normas burguesas de repartição» serão, de início, levadas às proporções que uma estrita necessidade exige, para recuarem à medida que cresça a riqueza social, diante da igualdade socialista. As patentes serão imediatamente abolidas, as condecorações relegadas como acessórios. A juventude poderá respirar livremente, criticar, errar, amadurecer. A ciência e a arte sacudirão as cadeias. A política externa reatará a tradição do internacionalismo revolucionário.

Mais do que nunca, os destinos da Revolução de Outubro estão hoje ligados aos destinos da Europa e do mundo. Os problemas da U. R. S. S. resolvem-se na península ibérica, na França, na Bélgica. No momento em que este livro vier a ser publicado, a situação será provavelmente, muito mais clara do que nestes dias de guerra civil em Madrid. Se a burocracia soviética consegue, com a sua pérfida política das «frentes populares», assegurar a vitória da reacção em França e em Espanha — e a Internacional Comunista faz tudo o que pode nesse sentido — a U. R. S. S. encontrar-se-á à beira do abismo e a contra-revolução burguesa estará na ordem do dia, muito mais do que o levantamento dos operários contra a burocracia. Se, pelo contrário, apesar da sabotagem dos reformistas e dos chefes «comunistas», o proletariado do Ocidente franqueia o caminho para o poder, um novo capítulo se abrirá na história da U. R. S. S. A primeira vitória revolucionária na Europa terá, nas massas soviéticas, o efeito de um choque eléctrico, acordá-las-á, levantará o seu espírito de independência, reanimará as tradições de 1905 e de 1917, enfraquecerá as posições da burocracia e não terá, para a IV Internacional menos importância do que teve para a III a vitória da Revolução de Outubro. Para o primeiro Estado operário, para o futuro do socialismo, não há salvação a não ser por esta via.

APÊNDICES.

I

O SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS

As tendências reaccionárias à autarquia constituem um reflexo defensivo do capitalismo senil perante um problema proposto pela História: libertar a economia dos grilhões da propriedade privada e do Estado nacional e organizá-la, segundo um plano de conjunto, em toda a superfície do globo.

A «Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado», redigida por Lenine e submetida pelo Conselho dos Comissários do Povo à Assembleia Constituinte, nas curtas horas que esta viveu, definiu nestes termos «o objectivo essencial» do novo regime: «Estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e vitória do socialismo em todos os países».

O internacionalismo da revolução é, pois, proclamado em documento essencial do novo regime. Ninguém teria ousado, naquela ocasião, formular o problema de qualquer outro modo.

Em Abril de 1924, três meses depois da morte de Lenine, Estaline escrevia ainda na sua compilação das Bases do Leninismo: «Bastam os esforços de um país para derrubar a burguesia, é o ensinamento da história da nossa revolução. Para a vitória definitiva do socialismo, para a organização da produção socialista, os esforços de um único país, sobretudo rural como o nosso, são já insuficientes; precisa-se dos esforços reunidos dos proletários de vários países avançados».

Estas linhas não carecem de comentários. Mas a edição em que aparecem foi retirada da circulação. As grandes derrotas do proletariado europeu e os primeiros êxitos, embora muito modestos, da economia soviética, sugeriram a Estaline, no Outono de 1924, que a missão histórica da burocracia era edificar o socialismo num só país. Iniciou-se uma discussão em torno deste assunto que

pareceu a muitos espíritos superficiais académica ou escolástica, mas que realmente exprimia o início da degenerescência da III Internacional e preparava o nascimento da IV.

O ex-comunista Petrov, já nosso conhecido, hoje um emigrado branco, relata, baseado nas suas recordações, como foi viva a resistência dos jovens administradores à doutrina que fazia depender a U. R. S. S. da revolução internacional. «Como! Não somos suficientes nós mesmos para fazer a felicidade no nosso país? Se Marx diz o contrário, então não queremos ser marxistas mas apenas bolcheviques da Rússia, e mais nada».

A estas recordações das discussões de 1923 - 1926, Petrov acrescenta: «Não posso deixar de pensar agora que a teoria do socialismo num só país é mais do que simples invenção estaliniana». E tinha toda a razão! Traduzia muito exactamente o sentir da burocracia que, ao falar da vitória do socialismo, entendia com isso a sua própria vitória.

Para justificar a ruptura com a tradição do internacionalismo marxista, Estaline teve a impudência de manter que Marx e Engels tinham ignorado a lei da desigualdade de desenvolvimento do capitalismo, descoberta por Lenine. Esta afirmação poderia, com justificada razão, ter o primeiro lugar no nosso catálogo de curiosidades ideológicas. A desigualdade de desenvolvimento marca toda a história da humanidade e mais particularmente a do capitalismo. O jovem historiador e economista Solntsev, militante extraordinariamente dotado e de rara qualidade moral, morto nas prisões soviéticas pelo facto de ter aderido à Oposição de Esquerda, deu-nos em 1929 uma excelente nota sobre a lei da desigualdade do desenvolvimento, tal como se encontra na obra de Marx. Este seu trabalho não pôde naturalmente ser publicado na U. R. S. S. Por razões opostas, foi proibida a obra de um social-democrata alemão, chamado Volmar, há muito enterrado e esquecido, que em 1878 mantinha que um «Estado socialista isolado» era possível — tendo em vista a Alemanha e não a Rússia — e invocava a «lei da desigualdade do desenvolvimento» que nos dizem ter sido desconhecida até Lenine.

Georg Volmar escreveu:

«O socialismo supõe em absoluto uma economia desenvolvida e, se apenas dela se tratar, deve ser sobretudo poderosa onde o desenvolvimento económico for mais elevado. O problema é proposto na realidade muito dife-

rentemente. A Inglaterra é, sem contestação, o país mais avançado sob o ponto de vista económico e aí o socialismo representa, como vemos, um papel muito secundário, ao passo que na Alemanha, país menos desenvolvido, o socialismo é uma força de tal ordem que a velha sociedade não se sente em segurança».

E Volmar continuava, depois de ter indicado a potência dos factores históricos que determinam os acontecimentos:

«É evidente que as reacções recíprocas de um tão grande número de factores tornam impossível, nas relações do tempo e da forma, uma evolução semelhante, mesmo que se tratasse apenas de dois países, para não falar de todos. O socialismo obedece à mesma lei. A hipótese de uma vitória simultânea do socialismo em todos os países civilizados tem de ser posta de parte, assim como a da imitação, pelos outros países civilizados, do exemplo do Estado que soubesse criar uma organização socialista. A concluir, chegaremos assim ao Estado Socialista isolado e espero ter provado que, se não for esta a sua única possibilidade, será pelo menos a mais provável».

Esta obra, escrita quando Lenine tinha oito anos, dá à lei da desigualdade do desenvolvimento uma interpretação muito mais justa que a dos epígonos soviéticos a partir do Outono de 1924. Notemos que Volmar, teórico de segundo plano, estava apenas a comentar as ideias de Engels que, no entanto, vimos acusado de ignorância sobre este assunto.

O Estado Socialista isolado passou de há muito tempo do domínio das hipóteses históricas para o da realidade, não na Alemanha, mas na Rússia. O facto do seu isolamento exprime a relativa potência do capitalismo e a relativa fraqueza do socialismo. Há a transpôr, entre o Estado «socialista» isolado e a sociedade socialista para sempre liberta do Estado, uma grande distância que corresponde precisamente ao caminho da revolução internacional.

O casal Webb, Beatriz e Sidney Webb, asseguram-nos por sua parte que Marx e Engels não acreditaram na possibilidade de uma sociedade socialista isolada, pela única razão de nenhum deles ter sonhado um instrumento tão poderoso como o monopólio do comércio externo. Não se

podem ler estas linhas sem sentir um certo mal-estar por autores de tão avançada idade. A nacionalização dos bancos, das sociedades comerciais, das vias férreas e da frota mercante é tão indispensável para a revolução socialista como a nacionalização dos meios de produção, compreendendo os das indústrias exportadoras. O monopólio do comércio externo só concentra nas mãos do Estado os meios materiais da importação e da exportação.

Dizer que Marx e Engels não sonharam isto equivale a dizer que não sonharam com a revolução socialista. Para cúmulo da infelicidade, Volmar, com justificada razão, faz do monopólio do comércio externo uma das fontes mais importantes do «Estado Socialista isolado». Marx e Engels deveriam ter aprendido o segredo neste autor se o não tivessem aprendido por si mesmos.

A teoria do socialismo num só país, que Estaline aliás não expôs nem justificou em parte nenhuma, reduz-se à concepção, estranha à história e antes estéril, segundo a qual as riquezas naturais permitem à U. R. S. S. construir o socialismo dentro das suas fronteiras geográficas. Poder-se-ia afirmar com o mesmo êxito que o socialismo venceria se a população do globo fosse doze vezes menos numerosa do que é.

Na realidade, a nova teoria procurava impôr à consciência social um sistema de ideias mais concreto: a revolução está definitivamente acabada; as contradições sociais nada mais farão do que atenuarem-se progressivamente; o camponês rico será pouco a pouco assimilado pelo socialismo; a evolução, no seu conjunto, independentemente de acontecimentos externos, permanecerá regular e pacífica.

Boukharine, que tentou fundar a nova teoria, proclamou como irrefutavelmente provado:

«As diferenças de classes no nosso país ou a nossa técnica atrasada não nos levarão à ruína; podemos até construir o socialismo sobre esta base de miséria técnica; o crescimento deste socialismo será muito lento, avançaremos a passo de tartaruga mas construiremos o socialismo e acabaremos essa construção».

Afastemos a ideia «de construir o socialismo na base de miséria técnica» e lembremos mais uma vez a genial definição de Marx ao ensinar-nos que, com uma fraca base técnica «só se socializam a necessidade e a penúria, que

devem arrastar competições nos artigos necessários e trazer de novo todo o antigo embróglio...».

A Oposição de Esquerda propôs, em Abril de 1926, numa assembleia plenária do Comité Central, a seguinte emenda à teoria do passo de tartaruga:

«Seria radicalmente errado acreditar que se pode marchar para o socialismo a um ritmo arbitrariamente decidido quando nos encontramos cercados pelo capitalismo. A progressão para o socialismo só será assegurada se a distância que separa a nossa indústria da indústria capitalista avançada, diminuir manifesta e concretamente em vez de aumentar». Estaline viu com justificada razão nesta emenda um ataque «mascarado» contra a teoria do socialismo num só país e recusou categòricamente ligar o ritmo da edificação interior às condições internacionais. O relatório estenografado dos debates dá a sua resposta nestes termos: «Quem quer que faça intervir aqui o factor internacional nem sequer compreende como se formula o problema e embrulha todas as noções, quer por incompreensão, quer pelo desejo consciente de semear a confusão». A emenda da Oposição foi rejeitada.

A ilusão do socialismo a construir-se muito suavemente — a passo de tartaruga — na base de miséria, cercado de poderosos inimigos, não resistiu por muito tempo aos golpes da crítica. Em Novembro do mesmo ano, a 15.ª conferência do partido, sem a mínima preparação na imprensa, reconheceu necessário «alcançar num espaço de tempo histórico representando um mínimo relativo(?), e depois ultrapassar, o nível industrial dos países capitalistas avançados». Era, em qualquer caso, ultrapassar a Oposição de Esquerda. Mas, ao dar a palavra de ordem de «alcançar e ultrapassar» todo o mundo «num espaço de tempo mínimo relativo», os teóricos que preconizavam na véspera a lentidão da tartaruga transformavam-se em pioneiros do «factor internacional», de que a burocracia sentia um medo supersticioso. E a primeira versão, a mais pura, da teoria estaliniana, ficou liquidada em oito meses.

O socialismo deverá inelutavelmente «ultrapassar» o capitalismo em todos os domínios, escreveu a Oposição de Esquerda em documento ilegalmente espalhado em Março de 1927, «mas trata-se, neste momento, não das relações do socialismo com o capitalismo em geral, mas do desenvolvimento económico da U. R. S. S. em relação ao da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados-Unidos.

O que é preciso entender por espaço histórico mínimo? Ficaremos longe do nível dos países adiantados do Ocidente no decorrer dos próximos períodos quinquenais. O que se passará durante este tempo no mundo capitalista? Se se admitir que esse mundo possa conhecer ainda novo período de prosperidade que dure dezenas de anos, falar de socialismo no nosso país atrasado será uma triste vulgaridade; será então necessário reconhecer que nos enganámos por completo ao julgar a nossa época como sendo a da podridão do capitalismo; a República dos Sovietes seria neste caso a segunda experiência da ditadura do proletariado, mais vasta e fecunda do que a da Comuna de Paris mas nada mais do que uma experiência.

Teremos contudo sérias razões para rever muito resolutamente os valores da nossa época e o sentido da Revolução de Outubro, concebida como um elo da revolução internacional? Não. Acabando, em medida mais ou menos vasta, o seu período de reconstrução (após a guerra), os países capitalistas enfrentam todas as suas contradições internas e internacionais, mas alargadas e muito agravadas. E tal é a base da revolução proletária.

É um facto que construímos o socialismo. Sendo o todo maior que as suas partes, facto ainda mais certo é que a revolução se prepara na Europa e no mundo. A parte só poderá vencer com o todo. O proletariado europeu necessita de muito menos tempo para dar o assalto ao poder do que nos é preciso a nós, para ultrapassar, sob o ponto de vista técnico, a Europa e a América. Devemos entretanto, sistematicamente, minorar a diferença entre o nosso rendimento de trabalho e dos outros países. Quanto mais progredimos, menos seremos ameaçados pela possível intervenção dos baixos preços e por consequência pela intervenção armada; mais melhoraremos as condições de existência dos operários e dos camponeses; mais seguramente, apressaremos a revolução proletária na Europa; mais depressa esta revolução nos enriquecerá com a técnica mundial e mais completa será a nossa construção socialista, elemento dessa construção na Europa e no mundo».

Este documento, como tantos outros, ficou sem resposta, a não ser que se considerem como resposta as expulsões do partido e as prisões.

Após ter-se renunciado à lentidão da tartaruga, foi preciso renunciar à ideia conexas da assimilação do «kulak» pelo socialismo. A derrota infligida aos camponeses ricos por medidas administrativas devia entretanto dar novo alimento à teoria do socialismo num só país: uma vez

que as classes eram «no fundo» aniquiladas, o socialismo realizava-se «no fundo» (1931). Era a restauração da ideia de uma sociedade socialista «na base da miséria». Lembra-mo-nos de um jornalista oficioso que então nos explicou a falta de leite para as crianças pela falta de vacas e não devido aos defeitos do sistema socialista.

A preocupação do rendimento do trabalho não permitiu perder tempo com as fórmulas animadoras, de 1931, destinadas a fornecer uma compensação moral aos estragos da colectivização total.

«Há quem pense» — declarou de súbito Estaline por ocasião do movimento Stakhanov — «que o socialismo pode firmar-se por certa igualdade na pobreza. É falso. Na verdade, o socialismo só pode vencer na base de um rendimento do trabalho mais elevado do que em regime capitalista». Absolutamente correcto. Mas o novo programa das Juventudes comunistas, adoptado em Abril de 1935, no Congresso que as privou dos derradeiros vestígios dos seus direitos políticos, definiu categòricamente o regime soviético: «A economia nacional tornou-se socialista». Ninguém se preocupa em harmonizar estas concepções contraditórias. Elas são postas a circular consoante as necessidades de momento. Ninguém ousará emitir a menor crítica, aconteça o que acontecer.

A própria necessidade do novo programa das Juventudes comunistas foi justificada nestes termos pelo relator: «O antigo programa encerra uma afirmação errónea, profundamente anti-leninista, segundo a qual «a Rússia só pode chegar ao socialismo pela revolução mundial». Este ponto do programa é radicalmente falso e só reflecte ideias trotskistas»; justamente as ideias que Estaline defendia, ainda em Abril de 1924!

Ficaria por explicar como um programa escrito em 1921 por Boukharine, atentamente revisto pelo comité político em colaboração com Lenine, se manifesta «trotskista» ao cabo de quinze anos e precisa de uma revisão em sentido diametralmente oposto. Mas os argumentos lógicos são impotentes quando se trata de interesses. Uma vez emancipada no seu próprio país em relação ao proletariado, a burocracia só pode reconhecer que a U. R. S. S. depende do proletariado mundial.

A lei da desigualdade do desenvolvimento teve este resultado: a contradição entre a técnica e as relações de propriedade do capitalismo provocou a ruptura da cadeia mundial no seu elo mais fraco. O atrasado capitalismo

russo foi o primeiro a pagar as insuficiências do capitalismo mundial.

A lei do desenvolvimento desigual juntou-se ao longo da história à do desenvolvimento combinado. A derrocada da burguesia na Rússia conduziu à ditadura do proletariado, isto é, um salto para a frente, dado por um país atrasado, em relação aos países adiantados. O estabelecimento das formas socialistas de propriedade num país atrasado chocou como uma técnica e uma cultura demasiado fracas. Tendo nascido da contradição entre as forças produtivas do mundo, altamente desenvolvidas, e a propriedade capitalista, a Revolução de Outubro engendrou por sua vez contradições entre as forças produtivas nacionais demasiado insuficientes e a propriedade socialista.

É certo que o isolamento da U. R. S. S. não teve graves consequências desde logo, como seria de temer: o mundo capitalista estava demasiado desorganizado e paralisado para manifestar toda a sua força potencial. A trégua foi mais longa do que o optimismo crítico permitiria esperar. Mas o isolamento e a impossibilidade de tirar proveito dos recursos do mercado mundial, mesmo em bases capitalistas (tendo caído o comércio externo para um quarto ou um quinto do que era em 1913) provocaram, além de enormes despesas para a defesa nacional, uma repartição das mais desvantajosas nas forças produtivas e a lentidão do ressurgimento da condição material das massas. O flagelo burocrático foi, no entanto, o produto mais nefasto do isolamento.

Por um lado, as normas políticas e jurídicas estabelecidas pela revolução, exercem uma influência favorável na economia atrasada; por outro lado, sofrem a acção paralisante de um meio atrasado. Quanto mais tempo estiver a U. R. S. S. cercada de capitalismo, tanto mais profunda será a degenerescência nos tecidos sociais. Um isolamento indefinido deveria trazer indefinidamente, não o estabelecimento de um comunismo nacional, mas a restauração do capitalismo.

Se a burguesia não pode deixar-se assimilar pacificamente pela democracia socialista, o Estado socialista não pode também assimilar-se ao sistema capitalista mundial.

O desenvolvimento socialista pacífico «de um único país» não está na ordem do dia da História; anuncia-se uma longa série de convulsões mundiais: guerras e revoluções. São também inevitáveis tempestades na vida interna da U. R. S. S. A burocracia, na sua luta pela economia planificada, teve de expropriar o kulak; a classe operária

terá, na sua luta pelo socialismo, de expropriar a burocracia, e sobre a sua sepultura poderá colocar este epitáfio: «Aqui jaz a teoria do socialismo num só país».

II

OS «AMIGOS» DA U. R. S. S.

Pela primeira vez, um poderoso governo «inunda» no estrangeiro, não a imprensa bem-pensante das direitas, mas a das esquerdas e até as da extrema esquerda.

As simpatias das massas pela maior das revoluções são muito hábilmente canalizadas no sentido da burocracia. A imprensa «simpatizante» perde insensivelmente o direito de publicar o que possa causar o menor pesar aos dirigentes da U. R. S. S. Os livros desagradáveis ao Krenlim são recebidos por um silêncio obstinado. Apologias gritantes e despidas de todo o talento estão traduzidas em várias linguas.

Temos evitado citar neste trabalho as obras típicas dos «amigos» da U. R. S. S., preferindo originais grosseiros em vez de transcrições estrangeiras. A literatura dos «amigos», compreendendo a da Internacional Comunista, que é a parte a mais sensaborona e mais vulgar, apresenta, no entanto, por metro cúbico, um volume muito imponente e não representa em política um papel desprezível. É preciso consagrar-lhe algumas páginas.

O livro do casal Webb, Le Communisme Soviétique, acaba de ser qualificado como uma achega considerável ao património do pensamento. Em vez de dizer o que foi feito e em que sentido evolui a realidade, estes autores gastam 1 500 páginas a expôr o que está projectado nas repartições ou promulgado nas leis. A sua conclusão é que o comunismo será realizado na U. R. S. S. quando os planos e intenções passarem ao domínio dos factos. Tal é o conteúdo de um livro esmagador que transcreve relatórios da chancelaria moscovita e artigos de imprensa publicados por ocasião de jubiléus...

A amizade concedida à burocracia soviética não vai para a revolução proletária; é até, em vez disso, uma segurança contra ela. Os Webb estão, sem dúvida, prontos a reconhecer que o sistema soviético se espalhará um dia no resto do mundo. Mas «quando, onde, com que modificações, se por uma revolução violenta, ou por penetração

pacífica, ou por imitação consciente, não podemos responder a estas perguntas». Esta negativa diplomática, que constitui na realidade uma resposta inequívoca e que é bem característica dos «amigos», dá a medida da respectiva amizade. Se todo o mundo tivesse respondido deste modo, antes de 1917, à pergunta sobre a revolução, não haveria hoje Estado soviético e estes «amigos» britânicos dedicariam a sua simpatia a outros objectivos.

Os Webb declaram, como se não fosse preciso demonstração, que é vão esperar revoluções na Europa, num futuro próximo; vêem neste argumento uma prova tranquilizadora da base sólida da teoria do socialismo num só país. Com toda a autoridade de pessoas para quem a Revolução de Outubro foi uma surpresa, aliás desagradável, ensinaram-nos a necessidade de edificar o socialismo dentro das fronteiras da U. R. S. S., por falta de outras perspectivas.

É com dificuldade e por delicadeza que não encolhemos os ombros. Só poderíamos discutir com os Webb a necessidade e a maneira de preparar uma revolução na Inglaterra e não a construção de fábricas ou o emprego de adubos minerais na U. R. S. S. Mas justamente sobre este ponto os nossos sábios sociólogos declaram-se incompetentes. E até o assunto lhes parece em contradição com a «ciência».

Lenine detestava os burgueses conservadores que imaginam ser socialistas e, de modo mais particular, os ingleses. O índice alfabético dos autores citados nas suas obras mostra a hostilidade que, em toda a sua vida, manifestou pelos Webb. Em 1907, pela primeira vez, trata-os de «estúpidos panegiristas da mediocridade da pequena burguesia britânica» que «tentam apresentar o cartismo, época revolucionária do movimento operário inglês, como uma simples criançice».

Ora, sem o cartismo, a Comuna de Paris teria sido impossível e sem um nem outro nunca teria havido Revolução de Outubro. Os Webb só encontravam na U. R. S. S. mecanismos administrativos e planos burocráticos; não viram Cartismo, nem Comuna, nem Revolução de Outubro. A revolução é estranha para eles ou parece-lhes «uma criançice destituída de senso».

Como é sabido, na polémica com os oportunistas, Lenine não se preocupava com boas maneiras, pueris e cortesias. Mas os seus epítetos injuriosos («lacaio da burguesia», «traidores», «almas servis», etc.) exprimiram durante anos um perfeito juízo sobre os Webb, propagandistas do fabianismo, isto é, da respeitabilidade tradicional e da submissão aos factos. Não é de admitir uma profunda

mudança no pensamento dos Webb, durante os últimos anos. Aquele senhor Webb, que defendeu durante a guerra a sua burguesia e aceitou mais tarde das mãos do rei o título de Lorde Passfield, chegou ao comunismo num só país, e de mais num país estrangeiro, sem renunciar a nada, sem se desmentir por coisa nenhuma deste mundo. Sidney Webb era ministro das colónias, o que significa carcereiro-mor do imperialismo inglês, no momento em que se aproximou da burocracia soviética e dela recebeu os materiais para a sua maciça compilação.

Desde 1923, os Webb não viam grande diferença entre bolchevismo e czarismo (ver «A Decadência da Civilização Capitalista», 1923). Em compensação, reconheciam sem reservas a «democracia» estalinista. Não procuremos nisto uma contradição. Indignavam-se por ver o povo revolucionário privar as «pessoas instruídas» da liberdade mas achavam natural que a burocracia privasse o proletariado da mesma liberdade. Não foi sempre esta a função da burocracia trabalhista? Os Webb afirmam que a crítica é completamente livre na U. R. S. S. Que falta de jeito para o gracejo! E citam, com a maior seriedade, a «autocrítica», que se faz como se fosse um trabalho forçado e cujo objectivo e fácil limite é uma determinação antecipada.

Candura? Nem Engels, nem Lenine, viram ingenuidade em Sidney Webb. Antes respeitabilidade. Os Webb falam de um regime estabelecido e de anfitriões agradáveis. Reprovam profundamente a crítica marxista do que existe. Até se consideram chamados a defender a herança da Revolução de Outubro contra a Oposição de Esquerda. Para sermos mais completos, recordaremos que o governo trabalhista, a que pertencia Lorde Passfield (Sidney Webb), recusou no seu tempo ao autor deste livro o visto de entrada na Inglaterra. Sidney Webb, que naquela altura trabalhava no seu livro, defendia a sorte da U. R. S. S. no domínio da teoria e o império de S. M. Britânica no da prática. E ficava fiel a si mesmo nos dois casos, o que muito o desvanece.

Para bem dos pequeno-burgueses que não dispõem de pena nem pincel, a «amizade» oficialmente selada com a U. R. S. S. testemunha de qualquer modo que eles partilham dos superiores interesses morais. A adesão à franco-maçonomia ou aos clubes pacifistas é bastante análoga à filiação nas sociedades de Amigos da U. R. S. S., porque também permite levar ao mesmo tempo duas existências: uma banal, no círculo dos interesses quotidianos; a outra mais elevada. Dê vez em quando, os «amigos» visitam Moscovo. Tomam

nota dos tractores, das creches, das paradas, dos pioneiros, dos paraquedistas, de tudo, em resumo, excepto da existência de uma nova aristocracia. Os melhores de entre eles fecham os olhos por aversão à sociedade capitalista. André Gide confessa com franqueza: «É também e em grande parte a estupidez e a desonestidade dos ataques contra a U.R.S.S. que nos levam a pôr alguma obstinação na sua defesa». A estupidez e a desonestidade dos adversários não poderiam, contudo, justificar a nossa própria cegueira. As massas necessitam em todo o caso, de amigos que vejam claro.

A simpatia da maioria dos burgueses radicais e radicais-socialistas pelos dirigentes da U. R. S. S. tem causas que não são destituídas de importância. A despeito da diferença de programas, os detentores de um «progresso» adquirido ou fácil de realizar predominam entre os políticos de ofício. No planeta, há muitos mais reformistas do que revolucionários, muitos mais adaptados do que irreduzíveis. São precisas épocas excepccionais da História para que os revolucionários saiam do seu isolamento e para que os reformistas façam figuras de peixes fora de água.

Na burocracia soviética actual, não há um só homem que não tivesse considerado, em Abril de 1917 e até sensivelmente mais tarde, a ideia da ditadura do proletariado na Rússia, como fantasista (esta fantasia era então qualificada de... «trotskismo»). Os «amigos» estrangeiros da U. R. S. S., pertencentes à geração dos mais velhos, consideraram, durante dezenas de anos, como políticos «realistas», os mencheviques russos, os partidários da «frente popular», com os liberais e os que repeliam a ditadura como loucura evidente. Outra coisa diferente é reconhecer a ditadura do proletariado quando está realizada e até desfigurada pela burocracia; aqui, os «amigos» estão justamente à altura das circunstâncias. Já não se limitam a prestar justiça ao Estado soviético; pretendem defendê-lo dos seus inimigos; verdade seja, menos contra os que o puxam para trás do que contra os que lhe preparam um futuro.

Estes «amigos», se forem patriotas activos, como os reformistas ingleses, franceses, belgas e de outros países, sentem-se comodamente ao justificar a sua aliança com a burguesia, invocando a defesa da U. R. S. S. Se, pelo contrário, forem derrotistas sem dar por isso, como os social-patriotas alemães e austríacos de ontem, esperam neste caso que a coligação da França e da U. R. S. S. os ajude a acabar com os Hitler e os Schuschnig.

Léon Blum, que foi o adversário do bolchevismo do período heróico e abriu as páginas do Populaire às cam-

panhas contra a U. R. S. S., já não imprime uma linha sobre os crimes da burocracia soviética.

Assim como o Moisés da Bíblia, devorado pelo desejo de ver a face divina, só pôde prostrar-se perante as costas da divina anatomia, os reformistas, idólatras do facto realizado, só são capazes de conhecer e de reconhecer o espesso trazeiro burocrático da revolução.

Os actuais chefes comunistas pertencem na realidade ao mesmo tipo de homens. Depois de várias piruetas e acrobacias, descobriram de repente as vantagens do oportunismo e a ele se converteram com a frescura da ignorância que sempre os caracterizou. O seu servilismo perante os dirigentes do Krenlím, nem sempre desinteressado, bastaria para os tornar absolutamente incapazes de qualquer iniciativa revolucionária. Aos argumentos da crítica só respondem com latidos e mugidos; mas sob o látego do patrão, vemo-los apresentar sinais de satisfação. Estas pessoas tão pouco atraentes que, ao primeiro perigo, se dispersam para todos os horizontes, consideram-nos como «consumados contra-revolucionários».

Que fazer? A História não enjeita farsas, apesar da sua severidade.

Os «amigos» mais clarividentes consentem em admitir, pelo menos em conversas particulares, que há manchas no sol soviético mas, substituindo a dialéctica por uma análise fatalista, consolam-se dizendo que era inevitável uma certa degenerescência burocrática. Pois seja! A resistência ao mal não é menos inevitável. A necessidade tem dois extremos: o da reacção e o do progresso. A História ensina-nos que os homens (e os partidos que a solicitam em sentidos contrários) acabam por se encontrar dos dois lados da barricada.

O último argumento dos «amigos» é que os reaccionários se apoderam das críticas dirigidas ao regime soviético. É inegável. É até verosímil que tirem proveito deste meu trabalho. Quando é que se deu alguma vez o contrário? O Manifesto Comunista lembrava desdenhosamente que a reacção feudal tentou explorar a crítica socialista contra o liberalismo. Nem por isso o socialismo revolucionário deixou de continuar o seu caminho. Nós continuaremos o nosso. A imprensa comunista chegará a dizer sem dúvida que a nossa crítica preparava a intervenção armada contra a U. R. S. S.! Para isso, seria evidentemente preciso que os governos capitalistas, sabendo pelo nosso trabalho em que se tornou a burocracia soviética, viessem castigá-la por ter pisado aos pés os princípios da Revolução de Outubro.

Os polemistas da III Internacional não manejam a espada mas o cacete, ou ainda armas menos contundentes. A verdade é que a crítica marxista, chamando as coisas pelos seus nomes, só pode fortalecer o crédito conservador da diplomacia soviética perante os olhos da burguesia.

Tudo se passa de forma diferente quanto à classe operária e quanto aos partidários sinceros que ela conta nos intelectuais. Para estes, o nosso trabalho pode, com efeito, suscitar dúvidas, desconfiança, não sobre a revolução mas sobre os que a estrangulam. E foi este o objectivo que nos propusemos. Porque é a verdade e não a mentira que é o motor do progresso.

ÍNDICE BIOGRÁFICO

ANDREEVA — Nasceu em 1895. Velho bolchevique, tornou-se membro do Politburo em 1932. Afastado por Estaline.

BACH (A. N.) — (1857-1946). Bioquímico. Excluído da Universidade de Kiev aos 18 anos por actividade política. Membro da «Narodnaia Volia». Militou muitos anos na ilegalidade, depois na emigração. Voltou à Rússia em 1917.

BABEUF (Francisco Noel) — Nasceu em 1760, em Saint-Quentin e morreu na guilhotina em 1797. No seu jornal *Tribuna do Povo*, sob a assinatura de «Gracchus Babeuf», preconizou as soluções mais radicais. Comunista, dos primeiros homens a quem se poderia atribuir esta designação, foi um precursor da revolução social.

BALDWIN — (1867-1947). Chefe do Partido conservador britânico. Primeiro ministro em 1923 e depois de 1924 a 1929. Reprimiu a greve geral e a dos mineiros de 1926. De novo no poder de 1935 a 1937.

BARBUSSE — (1863-1935) — Homem de letras, genro de Cautelle-Mendès; alistado voluntariamente em 1914. Publica em 1916 *Le Feu*, romance sobre as trincheiras. Funda em 1917 o A.R.A.C. e em 1918 a revista e o movimento *Clarté*. É o chefe de fila dos escritores pacifistas. Adere ao P. C. em 1923. Director literário de *L'Humanité* em 1926. Animador do movimento Amsterdan Pleylel, sob certos aspectos o predecessor da Frente Popular. Morto em Moscovo durante o VII congresso da I. C.

BARRAS (Paul) — (1755-1829). Visconde de Barras — Conventional, depois membro do Directório.

BARTHOU — (1862-1934) — Advogado. Deputado em 1889: centro-esquerda. Várias vezes ministro. Presidente do Conselho em Dezembro de 1912, faz votar a lei de três anos. Ministro da Guerra, da Justiça. Ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete Doumergue. Assassinado em Marselha com o rei da Jugoslávia no momento em que se tornara o leader da «Securité Collective» na Europa e depois de ter assegurado a entrada da U. R. S. S. na S. D. N.

BISMARCK — (1815-1898) — Estadista prussiano. De 1871 a 1890 foi chanceler do Império Alemão. Realizou a unificação da Alemanha pela força, sob a hegemonia da Prússia. Em 21 de Outubro de 1879 promulgou as célebres «leis de excepção» contra os socialistas que, contrariamente às suas previsões, tiveram como resultado o forte desenvolvimento destes na Alemanha. Estas leis só foram abolidas em 1890 com a queda do poder de Bismarck.

BLUM — (1872-1950) — Adere ao Partido de Jaurés em 1902. Chefe do gabinete de Sembat em 1914, membro da ala direita do Partido. Adversário da adesão à I. C. aquando do congresso de Tours. Presidente do governo da «Frente Popular» em 1936. Preso por Vichy em 1940, apoia a adesão dos socialistas a De Gaulle.

BOUKHARINE — (1888-1938) — Aderiu ao bolchevismo em 1906. Depois de várias prisões emigrou em 1911. Regressa à Rússia depois de Fevereiro de 1917. Editor do *Izvestia* de Moscovo. De Dezembro de 1917 a 1928 director do *Pravda*. Dirige a facção de esquerda das negociações de Brest-Litovsk. Em 1926 substitui Zinoviev na direcção da I. C., com Rykov e Tomsky, dirigentes da facção direita do Partido bolchevique. Eliminado dos postos dirigentes em 1929. Excluído do Partido em 1937. Acusado em 1938, é condenado à morte e executado.

BRISSOT (Pierre) — Médico francês (1478-1522). Morreu em Portugal.

CATARINA II, a Grande — Imperatriz da Rússia, nasceu em 1729 e morreu em São Petersburgo em 1796. Apesar da sua vida dissoluta, o seu reinado foi glorioso.

CITRINE — (1887) — Secretário Geral da Confederação das Trade Unions (1926-1940). Condecorado pelos seus serviços ao capitalismo inglês em 1935. Feito barão em 1946.

CURZON (George Natanael, barão de Curzon de Kedleston). Nasceu em 1859 e morreu em 1925. Estadista inglês, vice-rei das Índias e depois ministro dos negócios estrangeiros. Inimigo declarado da União Soviética.

ESTALINE — (1879-1953) — Nasceu na Geórgia. Aluno do seminário de Tiflis. Adere ao P. O. S. D. R. em 1898. Cooptado ao C. C. em 1912. Membro do primeiro embrião de B. P. constituído em 1917. Comissário das nacionalidades no 1.º governo soviético. Comissário de inspecção operária e camponesa em 1919. Eleito para o B. P. e o B. de organização (1919-1920), depois para o secretariado do C. C., tornando-se secretário geral em 1922. Formula em Dezembro de 1924 a teoria do «socialismo num só país». Elimina a Oposição de Esquerda em 1927, a Oposição de Direita em 1929. Presidente do Conselho dos Comissários do Povo em 1940. Comandante em chefe do Exército Vermelho em 1942, marechal em 1943, generalíssimo em 1945. Morre em 5 de Março de 1953.

FISHER — Jornalista americano, autor de livros sobre problemas internacionais; durante muito tempo correspondente em Mos-

covo, onde foi amigo pessoal de Karl Radek. Mostrou-se favorável a Estaline no período dos processos de Moscovo. Depois tornou-se partidário de Franklin Roosevelt, sendo hostil à União Soviética quando começou a guerra fria.

FROUNZÉ — (1885-1925) — Bolchevique depois de 1904. Trabalhou na Ivanovo-Voznesensk em 1905, participou no IV congresso do partido. Preso em 1907 e condenado à morte por participação numa insurreição armada, sentença transformada em trabalhos forçados. Evade-se em 1915 da Sibéria. Em Outubro de 1917 participa na Revolução de Moscovo; Dezembro de 1918 comandante da 4.ª armada; Abril de 1919 comandante do grupo do exército-sul da frente oriental; Julho de 1919 comandante da frente oriental; Setembro de 1920 comandante da frente sul. Em fins de 1920 comandante chefe da nova frente sul contra Wrangel. Membro do C. C. ucraniano. Em 1924, presidente adjunto do Conselho militar revolucionário. Em 1925, nomeado presidente deste Conselho em substituição de Trotsky.

GANDHI — Chefe espiritual do movimento nacionalista indiano.

GIDE (Charles) — Notável economista, sociólogo e professor, nasceu em 1847 e morreu em 1932. Deixou uma obra extensa no campo do cooperativismo e é considerado (juntamente com Beatriz Potter Webb) o fundador e o principal teórico da moderna doutrina cooperativista dos consumidores.

GOEBBELS (Joseph) — Estadista alemão, nascido na Westphalia em 1897. Suicidou-se em 1945 nos últimos dias da grande guerra de 1939-1945. Foi ministro da Propaganda do Terceiro Reich.

GREEN — Presidente do *Progressiv Party* do Nebraska, membro do Comité Nacional do *Farmer Labour Party* em 1924. Designado para a presidência da Internacional camponesa pelo V congresso da Internacional Comunista.

GUILHERME II — (1859-1941) — Imperador da Alemanha e Rei da Prússia.

HITLER (Adolf) — Nasceu em 20 de Abril de 1889 e suicidou-se em Berlim em Abril de 1945. Chanceler da Alemanha desde Janeiro de 1933 até à sua morte.

JOUHAUX — (1896-1954) — Leader da C. G. T. e seu secretário-geral de 1921 até à 2.ª Guerra Mundial. Sindicalista social-patriota durante a 1.ª Guerra Mundial. Opositor da Revolução Russa.

KAMENEV — (1883-1936) — Adere ao Partido Operário e Social Democrata Russo em 1921, quando era estudante. Em 1902 é expulso da Universidade de Moscovo indo para o estrangeiro. Bolchevique desde 1903. Milita em Tiflis, Moscovo, Petersburgo. Em 1908, emigra de novo. Regressa à Rússia em 1914 para editar o *Pravda*. Condenado em 1915 e enviado para a Sibéria. Libertado

em 1917, retoma a direcção do *Pravda*, ao qual dá uma orientação conciliadora antes do regresso de Lenine. Membro do C. C. desde 1917 a 1927. Opõe-se à tomada do poder em 1917. De 1918 a 1926 é responsável pelo comité do partido bolchevique de Moscovo. A partir de 1923 partilhou a sorte de Zinoviev.

KERENSKY — Nascido em 1881. Socialista-revolucionário. Membro da Douma em 1912. Membro do governo provisório e depois chefe do governo e comandante-em-chefe a partir de Julho de 1917. Depois de Outubro exilou-se na América.

KIROV — (1886-1934) — Membro do Bureau Político e leader da organização comunista em Leninegrado, foi assassinado em Dezembro de 1934. Estalinista.

KROUPSKAIA — (1869-1939) — Especialista em questões pedagógicas. Mulher de Lenine.

KUN (Bela) — (1886-1939) — Chefe da fracassada Revolução Húngara de 1919, dirige-se a Moscovo e torna-se um funcionário do Comintern.

LAVAL — (1883-1945) — Advogado, socialista, deputado de 1914 a 1919. Liga-se a Clemenceau em 1917. Deixa o partido, torna-se «independente», «maire» de Aubervilliers. Enriquece. Várias vezes ministro e presidente do Conselho, assina em 1935 o pacto franco-soviético e os célebres «decretos-leis». Vice-presidente do conselho de Vichy de Julho a Dezembro de 1940, depois e a partir de Abril de 1942 declara-se partidário da vitória da Alemanha, única via contra o bolchevismo. Refugiado depois de 1944 na Alemanha, depois em Espanha, entrega-se em 1945, é condenado à morte e fusilado.

LITVINOV — (1876-1951) — Velho bolchevique, foi comissário do povo para os assuntos estrangeiros desde 1930 a 1939; foi embaixador nos Estados Unidos de 1941-43, e deputado comissário para os assuntos estrangeiros de 1943-46. Estaline serviu-se dele para personificar «a segurança colectiva» quando fez alianças com os imperialistas democráticos e pô-lo de lado durante o período do pacto Estaline-Hitler e na guerra fria.

LLOYD GEORGE — (1863-1945) — Chefe do Partido Liberal britânico. Primeiro ministro durante a primeira Guerra Mundial. Um dos principais autores do Tratado de Versalhes.

MIKOYAN — Nasceu em 1895. Membro do Partido bolchevique desde 1915. Membro do Comité central desde 1922, suplente ao Bureau político em 1927 e titular em 1931. Comissário do Povo para o comércio durante longos anos. Vice-presidente do conselho em 1937. Um dos mais antigos membros da facção de Estaline.

MIRABEAU (Gabriel Honorato Riqueti) — Conde de Mirabeau. Nasceu em 1749 e morreu em Paris em 1791. Foi o mais célebre orador da Revolução Francesa.

MOLOTOV — Nasceu em 1890, bolchevique, dirigiu com Chliápnikov a organização de Petrogrado quando estalou a revolução de Fevereiro. Publicou o *Pravda*, do qual foi afastado desde o seu regresso da Sibéria, por Kamenev e Estaline, que deram a este órgão uma linha conciliadora com os mencheviques e os socialistas revolucionários até à chegada de Lenine em Abril. Eleito para o C. C. em 1920. Membro da facção de Estaline, de quem foi um dos mais fiéis defensores. Presidente da Internacional Comunista durante o chamado 3.º período. Sucedeu a Litvinov em 1939 como ministro dos Negócios Estrangeiros. Depois da morte de Estaline, adversário da «destalinização». Excluído do C. C. em Julho de 1957 como membro do grupo «anti-partido». Durante algum tempo embaixador na Mongólia Exterior.

NAPOLEAO III — (1808-1873) — Imperador francês de 1852 a 1870.

NICOLAU II — Foi o último czar russo da dinastia dos Romanov.

ORDJONIKIDZE — (1886-1937) — Membro do Partido desde 1903. Milita no Cáucaso. Participa na revolução de 1905 assim como na revolução de Outubro. Em 1918 comissário extraordinário para a frente-sul. A partir de 1921 membro do C. C.. Pouco antes da morte de Lenine provoca a cólera deste pela sua brutal atitude na Geórgia. De 1932 até à sua morte, comissário do povo para a indústria pesada. Apesar de estalinista, opôs-se no último ano da sua vida a Estaline tomando a defesa dos seus próprios colaboradores na indústria pesada. Não se sabe se ele se suicidou a seguir a uma discussão com Estaline ou se foi assassinado por este.

PALMERSTON — (1784-1865) — Conde de Palmerston. Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico. Denunciado por K. Marx como agente do Czarismo.

PILSUDSKI — (1867-1935) — Chefe do Estado polaco depois da primeira Guerra Mundial. Tinha sido um dirigente da ala nacionalista revolucionária do Movimento Socialista polaco. Fundador do Partido Socialista Polaco. Instaurou uma ditadura semi-fascista.

PREOBRJENSKY — (1886-1937) — Membro suplente do C. C. em 1917. Em 1920 membro titular e um dos três secretários deste comité. Signatário da carta dos «46» em 1923. Um dos dirigentes da Oposição de Esquerda e depois, da Oposição Unificada. Excluído do partido em Setembro de 1927, deportado, capitula frente a Estaline com Smilga e Radek em Julho de 1929. Liquidado em 1937 sem processo.

RADEK — (1885-1942) — Nasceu na Galícia. Milita no movimento socialista polaco e depois no movimento alemão. Participa na revolução de 1905. Excluído do Partido Social-Democrata Alemão antes da guerra, próximo dos bolcheviques durante a guerra. Enviado pelo P. C. R. à Alemanha quando da revolução de 1918. Depois especialista das questões alemãs na I. C. Membro da Oposição, capitula em 1929. Condenado a 10 anos de prisão no 2.º processo de Moscovo.

RAKOVSKY — (1873-1943) — Milita como social-democrata em vários países da Europa desde 1889. Dirigente do partido socialista romeno antes de 1914. Preso em Jassy durante a guerra e libertado pelos russos em 1917. Ocupa diversos postos desde Outubro. Em 1919 chefe do governo soviético da Ucrânia. Embaixador da União Soviética em Inglaterra (1923), em 1925-1927 na França, de onde é retirado a pedido do governo francês por ter assinado um documento da Oposição de Esquerda. Excluído do partido em 1927, deportado para Astrakhan e depois para Barnaul. Capitula em 1934 depois de uma tentativa de fuga fracassada. Condenado nos processos de Março de 1938 a 20 anos de prisão.

ROLLAND (Romain) — (1866-1944) — Professor agregado de História, romancista, pacifista, refugiado na Suíça durante a guerra, escreveu *Au dessus de la mêlée*. Mantém-se afastado do Partido Comunista no tempo de Lenine. Com Barbusse, esteve na origem do comité d'Amsterdam Pleyel. Encontra Estaline em 1935 e concede depois a sua autoridade moral aos processos de Moscovo.

ROOSEVELT — (1858-1919) — Presidente dos E. U. A. de 1901 a 1909. Imperialista americano. Na política interna, partidário face aos operários de uma política de pequenas concessões liberais. Membro do Partido Republicano, intervém em 1905 a fim de provocar a abertura das negociações de paz entre a Rússia e o Japão. Primeiro, foi pacifista durante a Guerra Mundial, tornando-se depois um dos mais ardentes partidários da intervenção americana.

RYKOV — (1881-1938) — Adere ao partido Social-democrata russo quando era ainda estudante. Eleito para o C. C. no 3.º congresso. Depois de Outubro, presidente do conselho supremo da economia. Membro do Bureau Político a partir de 1919. Substituiu Lenine em 1921 como presidente do conselho dos comissários do povo. Dirigente da ala direita, faz a sua «auto-crítica». Excluído em 1937, condenado à morte e executado no processo de 1938.

SERGE (Victor) — (1890-1951) — Nascido na Bélgica de refugiados políticos russos. Fotógrafo, operário impressor, livreiro. Primeiro, anarquista: condenado a 5 anos de prisão por cumplicidade com «o grupo de Bonnot». Depois da sua libertação, milita em Espanha na C. N. T. Tenta regressar à Rússia em 1917, é detido em França, «trocado» em 1919. Chefe dos libertários ligados ao bolchevismo, trabalha no aparelho da I. C. Membro da Oposição Unificada em Leninegrado. Preso, depois libertado em 1928. De novo preso em 1933, libertado em 1936 em seguida a uma campanha da imprensa no ocidente. Separa-se de Trotsky em princípios de 1937 devido a divergências respeitantes ao P. O. U. M. Crítica a proclamação da IV Internacional em 1938. Refugiado no México em 1940, e aí morre. Autor de numerosas obras, romances, ensaios históricos e de uma autobiografia.

SOSNOVSKY — Um dos mais proeminentes jornalistas soviéticos, esteve, com Rakovsky, entre os primeiros pilares da Oposição de Esquerda e foi um dos últimos a capitular.

TCHANG KAI-CHEK — Nascido em 1887. Chefe militar do burguês e nacionalista Kuomintang (Partido do Povo), da China durante a revolução de 1925-1927, sustentou a ala direita deste Partido no qual os Comunistas tinham entrado sob as ordens dos chefes estalinistas do Komintern. Os estalinistas viam nele um grande revolucionário até Abril de 1927, altura em que ele conduziu o sangrento massacre contra os comunistas e trade-unionistas de Shangai.

TCHITCHERINE (George) — (1872-1936) — Velho bolchevique. De 1918 a 1930 Comissário do Povo para os negócios estrangeiros.

TOMSKY — (1880-1936) — Membro do partido desde 1904. Milita em Reval, Petesburgo e Moscovo. Participa no Congresso de Londres da Social Democracia Russa. Membro do Comité Executivo de Petrogrado. Depois de Fevereiro de 1919 até 1928, presidente do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos. Eleito para o C. C. no VIII congresso do Partido. De 1929 a 1930 presidente do Conselho Supremo de Economia da U.R.S.S. Depois director da casa de edição de Estado. Dirigente da Oposição de Direita de 1928, capitula em 1929. Citado durante um processo de 1936, suicidou-se.

TOUKHATCHEVSKY — (1893-1937) — Proeminente comandante militar na guerra civil russa, foi designado marechal da Rússia em 1933. Sob as ordens de Estaline, foi julgado perante um tribunal à porta fechada em 1937 e executado por traição. Depois da morte de Estaline, foi exonerado dos seus cargos.

TROYANOVSKY — (1882-1955) — Foi um membro do Comité Central do Partido Menchevique e um opositor da revolução russa de 1917. Na Assembleia Constituinte de 1918, ainda denunciava Lenine e Trotsky como agentes alemães. Reconciliou-se com o governo soviético depois da guerra civil de 1918-1920 e tornou-se um proeminente diplomata depois de a facção estalinista ter tomado a chefia do Partido Comunista Soviético e do Estado Soviético.

TSERETELLI — (1882-1958) — Socialista georgiano, menchevique, deputado à II DUMA, prisioneiro sob o czarismo, libertado em 1917. Principal chefe dos mencheviques no Soviete entre Fevereiro e Outubro. Nomeado em Maio ministro dos correios e telégrafos no segundo gabinete Lvov. Emigrou depois de Outubro.

VOLLMAR — (1850-1922) — Ex-oficial bávaro, social-democrata, deputado ao Reichstag de 1881 a 1918. Um dos ideólogos do reformismo desde os anos 1890.

VOROCHILOV — (1881-1969) — Defensor de Estaline, foi membro do Bureau Político desde 1926 e presidente do conselho militar revolucionário e comissário do povo da defesa desde 1925-1940. Foi presidente da U.R.S.S.

WEBB — (1858-1943) — Sidney Webb. Com sua mulher Beatrice Webb, autores de livros sobre a história do movimento operário inglês. Social chauvinista durante a Primeira Guerra Mundial, manifestou em seguida a sua simpatia pela revolução russa e pela U.R.S.S.

ZINOVIEV — (1883-1936) — Membro do Partido Social-democrata desde 1901. Bolchevique desde 1903. Milita em Petersburgo de 1906-1907. No exílio, de 1907 a 1917. Membro do C. C. de 1907 a 1916. Colaborador mais próximo de Lenine na emigração. Em 1917 opôs-se às «Teses de Abril» e à tomada do poder. Presidente do Soviete de Petrogrado a partir de 1928. Presidente da Internacional Comunista desde a sua fundação até 1926. Constituiu (com Estaline e Kamenev) a «troika» contra Trotsky. Rompe com Estaline em 1925-1926. Excluído do partido em 1927. Capitula uma primeira vez em 1929 e é reintegrado no partido. Excluído em 1932 e deportado para a Sibéria. Capitula de novo em 1933. Depois do assassinio de Kirov foi preso e condenado a 10 anos de prisão. Em 1936, acusado no 1.º processo de Moscovo, foi condenado à morte e executado.

BIBLIOGRAFIA

I — BIOGRAFIAS, ANÁLISES e ANTOLOGIAS SOBRE LÉON TROTSKY

1. Denise Avenas, *Teoria e política no pensamento de Trotsky*, Ed. Delfos, 1973.
2. Isaac Deutscher, *Trotsky: O profeta armado, 1954; O profeta desarmado, 1959; O profeta banido, 1963*. Editora Civilização Brasileira, S. A., Rio de Janeiro, 1968.
3. Isaac Deutscher, *The age of permanent revolution*. Dell Publishing, New York, 1964.
4. Jean Baechler, *Politique de Trotsky*. Armand Colin, 1968.
5. Gerard Rosenthal, *Trotsky*, Bertrand, 1976.
6. *Vida e Morte de Trotsky*, J. Hansen, Novack, Germain, etc., Ed. Delfos.

II — OBRAS DE LÉON TROTSKY

a) Em Português:

1. *Terrorismo e comunismo*. Ed. Saga, Rio de Janeiro e Nosso Tempo, Coimbra, 1975.
2. *Como fizemos a revolução de Outubro*. Cadernos Latitude, n.º 3, Porto, 1971. 2.ª edição, Ed. Fronteira, 1976.
3. *A Revolução Permanente*. Razão Actual, Porto, 1971.
4. *Minha vida*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
5. *Revolução e contra-revolução*. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1968.
6. *A revolução espanhola*. Ed. Unitas, S. Paulo, 1931.
7. *Literatura e Revolução*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.
8. *Da Noruega ao México (Os crimes de Estaline)*. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.
9. *Natureza do Estado Soviético*. Ed. Latitude, Porto, 1971.
10. *A revolução permanente na Rússia e o «socialismo num só país»*. Ed. Latitude, Porto, 1972.
11. *Conceitos de moral*. Ed. Delfos, Lisboa, 1969 — 2.ª Edição, aumentada, 1973.
12. *Balanço e perspectivas*. Ed. Delfos, 1973.
13. *A Revolução Traída*. Antídoto, 1976.
14. *Lenine, Etc.*, Lisboa, 1976.
15. *A Revolução Desfigurada*. Ed. Antídoto, 1977.

b) Em Francês:

1. 1905. Paris, Librairie de l'Humanité, 1923, 383 p. (Escrito em 1908-1909, em Viena; edição alemã editada em Dresde, que retoma os principais capítulos numa obra em russo: *Nacha Revolioutsiia*. Reeditada em 1922 em Moscovo; texto reconstituído em russo segundo os manuscritos e a edição alemã, revista por Trotsky. Reedição, Les Editions de Minuit, 1969, seguida de «Bilan et Perspectives» (1906).
2. *Terrorisme et communisme*. Petrograd, Editions de l'Internationale Communiste, 1920 e Paris, Librairie de l'Humanité, 1920. Reedição, Plon, 10/18, 1963.
3. *Cours Nouveau*. Librairie du Travail, 1924, 128 p.; in «Les Bolcheviks contre Staline», Ed. IV Internationale, Paris, 1957; in «De la Revolution», Paris, Les Editions de Minuit, 1963. Reedição, 10/18, 1972.
4. *Les Leçons d'Octobre*. In G. Procacci: Staline contre Trotsky, Paris, F. Maspero, 1964. Reedição Cahiers Rouges, série «Classiques», n.º 7, F. Maspero, 1971.
5. *Europe et Amerique*. Paris, Librairie de l'Humanité, 1926. Reedição, colecção «Marxisme d'hier et d'aujourd'hui», seguido de «Où va l'Angleterre?», Anthropol, 1971.
6. *Ma vie*. (3 vol., Paris, Rieder-P. U. F., 1930). Reedição Gallimard, 1953, com um estudo de Alfred Rosmer, «Sur La Planete Sans Visa» (1929-1940), Reedição, Le Livre de Poche, 1966.
7. *Histoire de la Revolution Russe*. (2 vol., Rieder-P. U. F., Paris, 1932-1933). Reedição Le Seuil, I vol., 1950; reedição Le Seuil, Colecção «Politique», 2 vol. 1967.
8. *La Revolution défigurée*. Paris, Rieder-P. U. F., 1929. Reedição in «De la Revolution», Ed. Minuit, 1967.
9. *La Revolution permanente*. Paris, Rieder-P.U.F., 1932. Reedição in «De la Revolution», Ed. Minuit, 1967; colecção «Idées», Gallimard.
10. *L'Internationale communiste après Lenine*. Sub-título: Ou le grand organisateur des defaites. Paris, Rieder, 1930, 439 pág. Reedição na base de uma outra variante do texto, Paris, P. U. F., 2 vol., 1969.
11. *Leur morale et la nôtre*. Paris, Le Sagittaire, 1939. Reedição J. J. Pauvert, 1966, seguida de «Moralistes et Sycophantes». Panfleto com uma resposta ao Prefácio de V. Serge da edição francesa.
13. *Ecrits*. IV Internationale, Paris, 1955-59. Tomo I, 1955. Série de artigos acerca da luta da Oposição de Esquerda em 1927-29. Tomo II, 1958, «Où va la France?». Reedição do volume editado em 1936 pela Librairie du Travail, artigos de Outubro 1934 a Julho de 1936. Tomo III, 1950. La tragédie de la classe ouvrière allemande. La revolution espagnole. Todas as brochuras e artigos escritos por Trotsky sobre a Alemanha de 1930 a 1933 e sobre a Espanha de 1931 a 1939.
14. *Le mouvement communiste en France (1919-1939)*. Textos escolhidos e apresentados por Pierre Broué, Paris, Ed. Minuit,

1967. Reune quase todos os textos de Trotsky sobre a luta de classes, o P. C. F., a Oposição de Esquerda e o movimento trotskista em França.

15. *Sur la deuxième guerre mondiale*. Recolha de textos de 1937-39, sobre a II guerra mundial, Editions La Taupe, Bruxelles, 1970.
16. *L'avènement du Bolchevisme*. Paris, Edition e Librairie, 1920.
17. *Entre l'Imperialisme et la revolution*. Sub-título: Les questions fondamentales de la revolution à la lumière de l'expérience georgienne. Paris, Librairie de l'Humanité, 1922. Reedição Ed. La Taupe, Bruxelles, 1970.
18. *Écrits militaires*. I. Comment la Révolution s'est armée. Paris, L'Herne, 1967.
19. *Lenine*. Paris, Librairie du Travail 1925. Reedição Paris, P. U. F. 1970.
20. *Vie de Lenine, jeunesse*. Rieder, 1936. Reedição P. U. F. 1970.
21. *Staline*. Paris, Grasset, 1948.
22. *Litterature et Revolution*. Paris, Julliard, 1964. Reedição 10/18, 1971.
23. *Deuxième Congrès du Parti-Ouvrier-Social-Democrate Russe*. Rapport de la delegation Siberienne. Genève, 1903, Reedição, Spartacus.
24. *Nos tâches politiques*. Genève, 1904. Reedição coleção «Changer la vie», Pierre Belfond, 1970.

c) Em Alemão:

Die Krieg und die Internationale (Zürich, 1914).

d) Em Inglês:

1. *In Defense of marxism* (Against the petty-bourgeois opposition). Pathfinder Press, New York, 1970.
2. *The first five years of the communist International*, 2 tomos. New York, Pioneer Publishers, 1945-1953.
3. *The Problems of chinese Revolution*. New Park Publications, Londres, 1969.
4. *The Stalin school of falsification*. Pathfinder Press, New York, 1972.
5. *The struggle against fascism in Germany*. Pathfinder Press, New York, 1971.
6. *The Spanish revolution, 1931-1939*. Pathfinder Press, New York, 1973.
7. *The Trotsky Papers*. 1917-1919, t-I, 1917-1919, Paris, Mouton, 1964. Texto bilingue russo-inglês, acompanhado de notas críticas de J.-V. Meijer.
8. *Problems of every day life*. Pathfinder, New York, 1972.

9. *Writings of Leon Trotsky*. Série de 11 volumes que contém panfletos, artigos, cartas e entrevistas de Trotsky de 1929-1940 que não foram publicados em livros ou panfletos.

ÍNDICE

Introdução, por <i>Pierre Frank</i> ...	5
Objecto deste Trabalho ...	49
I—O Legado	53
II—O Desenvolvimento Económico e os Zigue-zagues da Direcção	67
III—O Socialismo e o Estado	87
IV—A Luta pelo Rendimento do Trabalho ...	105
V—O Termidor Soviético	123
VI—O Crescimento da Desigualdade e dos Antagonismos Sociais	145
VII—A Família, a Juventude, a Cultura ...	167
VIII—A Política Externa e o Exército ...	199
IX—O que é a U. R. S. S.	235
X—A U. R. S. S. no Espelho da Nova Constituição ...	253
XI—Para onde vai a U. R. S. S.	267
Índice Biográfico .	297
Bibliografia ...	305

EDIÇÃO N.º 11

Execução gráfica
da
TIPOGRAFIA LOUSANENSE
Lousã Fevereiro/1977

Qualificar o regime soviético de transitório, ou de intermediário, é separar as categorias sociais acabadas como o *capitalismo* (compreendendo o «capitalismo de Estado») e o *socialismo*. Mas esta definição é em si, absolutamente insuficiente e arrisca-se a sugerir a falsa ideia de que a *única* transição possível para o regime soviético actual conduz ao socialismo. Um recuo na direcção do capitalismo mantém-se, entretanto, perfeitamente possível. Uma definição mais completa seria, necessariamente, mais longa e penosa.

A U. R. S. S. é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para conferir à propriedade de Estado um carácter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) as normas de repartição, de natureza burguesa, encontram-se na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento económico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação duma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou fazer recuar a sociedade para o capitalismo; h) a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; i) os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional.

EDIÇÕES ANTÍDOTO
LISBOA